



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE HUMANIDADES - CH**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA**

**PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS**

**D O U T O R A D O**

**ABORDAGEM TERRITORIAL  
E ENFOQUES AGROECOLÓGICOS  
NO AGRESTE /BREJO PARAIBANO:  
DESENHOS ARRANJOS E RELAÇÕES**

**Belarmino Mariano Neto**

**Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Luís Henrique Cunha**

**Campina Grande - PB  
2006.**

**BELARMINO MARIANO NETO**

**ABORDAGEM TERRITORIAL  
E ENFOQUES AGROECOLÓGICOS  
NO AGRESTE/BREJO PARAIBANO:  
DESENHOS, ARRANJOS E RELAÇÕES**

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela Universidade Federal de Campina Grande e pela Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.**

**Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Luís Henrique Cunha**

**Campina Grande - PB**

**2006**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

M333a Mariano Neto, Belarmino  
2006 Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano:  
desenhos, arranjos e relações / Belarmino Mariano Neto . — Campina Grande-PB,  
2006.  
208fs.: il.

Referências

Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade  
Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Orientador: Luis Henrique Hermínio Cunha.

1— Sociologia Rural 2— Abordagem Territorial 3— Ecologia Política  
4— Agroecologia 5— Agricultura Familiar I— Título

CDU 316.334.55(813.3)

**BELARMINO MARIANO NETO**

**ABORDAGEM TERRITORIAL  
E ENFOQUES AGROECOLÓGICOS  
NO AGRESTE/BREJO PARAIBANO:  
DESENHOS, ARRANJOS E RELAÇÕES**

Tese apresentada em \_\_\_\_ 19 / \_10 \_/ \_2006\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof.º Dr.º. Luís Henrique Cunha (UFCEG/PPGS/CH - Orientador)**

---

**Prof.º Dr. Mauro William Barbosa de Almeida (UNICAMP/PPGA/IFCH - Ex. Externo)**

---

**Prof.º Dr. Marc Piraux (CIRAD/FRANÇA - Ex. Externo)**

---

**Prof.ª Dr.ª. Emilia de Rodat Fernandes Moreira (UEPB/CCEN/DGEOC – Ex.ª. Externa)**

---

**Prof.ª Dr.ª. Ghislaine Duque (UFCEG/PPGS/CH – Ex.ª. Interna)**

---

**Prof. Dr. Eduardo Pazera Jr. (UEPB/DHG/CH – Ex. Suplente)**

---

**Prof.º Dr. Ivan Targino (UEPB/PPGE – Ex. Suplente).**

**Campina Grande – PB**

**2006**

### ***O INESPERADO***

***O inesperado surpreende-nos. É que nos instalamos de maneira segura em nossas teorias e idéias, e estas não têm estrutura para acolher o novo. Entretanto, o novo brota sem parar... (EDGAR MORIN, 2002).***

## **DEDICATÓRIA**

**Aos amados Vitor Hanael e Francisca de Sousa.  
Aos amados pais, Gessi e Mariano (*in memória*), e  
aos que acreditam no milagre da terra em  
trabalho suado, pão e alegria.**

## AGRADECIMENTOS

A razão dos agradecimentos nasce da compreensão de que os desenhos, arranjos e relações estabelecidos ao longo da tese foi fruto de experiências coletivas, partilhadas durante a vida acadêmica no doutorado. É uma construção plural, forjada a partir de leituras e diálogos com os diferentes atores sociais, com idéias convergentes ou divergentes e que alimentaram as diversas reflexões. É plural no sentido das trocas, dos textos, contextos e pretextos criados no desenvolvimento do curso, a partir de uma geração de pessoas comprometidas com uma ciência a serviço da humanidade e por uma sociologia da intervenção. Os diálogos foram muitos, nem sempre terminados ou inteligíveis, mas abertos para novas possibilidades de pensar o território tecido pelas relações sociais fortemente inter-relacionadas e sem as quais seria muito difícil gerar esse emaranhado de idéias acerca do cotidiano em constante transformação. Daí o exercício de agradecer.

Agradecer ao professor Luís Henrique, que assumiu esse conjunto de proposituras para a tese, enquanto o Orientador e seu trabalho arduo de observar, analisar e criticar solidariamente o trabalho, buscando em suas observações uma melhor formatação. Quando o Professor Luís Henrique chegou, restavam pouco fôlego e sentido de direção. Ele apostou em novas trilhas, em novos caminhos e no essencial para a conclusão da tese: a força de espírito e a recuperação do tempo perdido.

Agradecer à Professora Deolinda, pela leitura do pré-projeto e a pronta aceitação em iniciar o trabalho de orientação. Ela foi a responsável pela iniciação dos trabalhos no doutorado. Os primeiros passos, os primeiros dias de campo e a necessária afinação do objeto da pesquisa.

Agradecer aos professores Edgard Malagodi e Marilda Menezes, pois com a aposentadoria da professora Deolinda Ramalho, foram eles que continuaram as importantes etapas da orientação e co-orientação. Estes trabalhadores da mente não perderam de vista a realidade vivida, nem a materialidade que alimenta tantas teorias e teses. Eles foram os grandes responsáveis pelo intercâmbio com a UNICAMP/PROCAD, experiência que ultrapassou os limites da tese para uma intercomunicação de sentidos permeados pela ciência e pela vida.

Agradecer ao Professor Ivan Targino, pelas preocupações e pela fraternidade com que trata as pessoas em sua volta, e à Professora Emilia de Rodat, mulher guerreira e que teve a

capacidade de ensinar a sonhar até com o que parecia impossível. Ela ensinou o caminho das pedras, das águas e deu o anzol para a pescaria.

Agradecer ao professor Mauro Almeida, pois o mesmo fez ver que até as coisas mais banais são de profundo interesse humano e científico. Pelo sentido de observação e pelo crédito nas pequenas coisas e na simplicidade. Aquele que busca nos seringueiros e caçadores do Acre/Amazonas um sentido para a antropologia do território ancestral. Defensor da farinha do Alto Juruá acreano como uma especiaria de identidades culturais e territorialidade em que só o lugar, as pessoas e as manivas da mandioca podem produzir. A mandioca vista como o alimento de todos e vista como garantidora da vida cotidiana dos povos da floresta.

Agradecer à professora Ghislaine Duque (“Ghi”), uma socióloga da intervenção, pois sempre manteve atualizadas as questões que perpassam a Articulação do Semi-Árido - ASA, bem como de outras entidades como o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades - PATAC, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD e movimentos sindicais rurais. Mulher forte e incansável, que vive colada aos movimentos sociais do campo e assim vai tecendo a finura das relações sociais do fazer ciência com consciência plena de responsabilidade da ação política.

Agradecer ao Professor Marc Piraux, pelas dicas no processo de qualificação e pela plena aceitação em examinar o trabalho final, pois suas observações fortalecem a busca da qualidade no fazer científico.

Agradecer ao Professor Eduardo Pazera, pela pronta aceitação em ser examinador da tese, pessoa de fundamental importância na base da formação do conhecimento e com o qual foram estabelecidos importantes diálogos.

Agradecer ao professor Lemuel Guerra, pessoa que acredita na sorte e aposta todas as fichas em mudanças significativas para o mundo que o rodeia. Ele joga-se para a vida como missão a que veio. Ele parece não medir o tamanho da empreitada, pois sabe que é muito maior que ele, mesmo assim enfrenta a fera com as armas da mente e do coração. Com ele se perde a conta dos parabéns pelas vitórias e pela alegria com que investia e investe em sua cotidiana luta e existência humana.

Agradecer às pessoas e às famílias que gentilmente contribuíram para a realização desta pesquisa, em especial:

Agradecer ao Paulinho e sua família, pois o Sítio Utopia foi a porta de entrada e a inspiração maior para que pudesse realizar boa parte das pesquisas de campo. Principalmente pela acolhida em sua casa, que é um “Engenho de Sonhos” e ponto de apoio para a visita das muitas outras áreas que formam a Comunidade Bacupari. As pessoas de Lúcia, Carolina,



Paula, Dona Ana, Dona Maria do Carmo, Zezinho, André e toda a família, Francisco, Paulo, Vicente, Clodoaldo, Eduardo e toda a turma dos canteiros, bananeiras e dos dias de Feira.

Agradecer ao Seu Zé Pequeno, Dona Biluça e todas as famílias do Sítio São Tomé, pelas muitas horas de dedicação, recepção e diálogos sobre as ricas experiências com as sementes da paixão e uma produção totalmente livre de agrotóxicos e transgênicos, assuntos que não gostam de falar.

Agradecer ao Seu Guimarães, pelo profundo e real conhecimento da natureza em sua relação com a terra e com a agricultura ecológica praticada sempre com muito esmero. Em especial, sua pequena/grande floresta de Nin, que cuida de cada árvore ou muda como filhos. Homem que sabe e ensina como se produzir muito em tão pouca terra.

Agradecer à Dona Irene, Dona Ordenira, José Pedro, José Leal, Maria Luiza, Robinho, Ednaldo, Inácio Oliveira, Stênio, Reinaldo, Luciano, Seu Zezinho e tantas outras pessoas que se dedicam aos cultivos ecológicos, às plantas medicinais e a tantas outras ações de busca por sustentabilidade.

Agradecer ao pessoal da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - AS-PTA, pelos contatos, em especial, ao Luciano Silveira, ao João Macedo e à Adriana, pessoas que criaram oportunidades para o conhecimento de obras e experiências em relação às questões agroecológicas e às alternativas sustentáveis para o Semi-Árido.

Agradecer ao professor Luiz Gustavo e à Professora Ricélia Marinho, pois os mesmo tiveram um enorme trabalho em fazer os ajustes cartográficos, esquemáticos e textuais da tese. Um casal especial em todos os sentidos da existência humana.

Agradecer à Sandra Raquel, articuladora das intercomunicações e dos encontros entre as ONG's que atuam na Serra da Borborema. Ela sempre mantinha informações dos encontros, seminários e dos documentos circulantes.

Agradecer às professoras Ana Glória, Maceleuze e Joedna, pois do alto dos seus postos deram o apoio necessário ao desenvolvimento deste documento. Em nome deste trivium de mulheres, agradecer a todos os companheiros, companheiras e estudantes da UEPB/CH, pois torceram pela realização e conclusão deste trabalho.

Agradecer ao professor Carlos Azevedo, pois sempre vigilante indagava sobre os andares da tese, comentando uma nova bibliografia ou dando importantes opiniões sobre que trilhas seguir.

Agradecer ao professor Luiz Gonzaga, pelas leituras dos rascunhos, observações e críticas. Como estudioso do paradigma indiciário, sempre apontava ferramentas de um verdadeiro rastreador do conhecimento.

Agradecer ao professor Andreea Chiachi, pois foi o primeiro a ler as escrituras do projeto, indicando possíveis professores da UFCG para uma orientação.

Agradecer à professora Ramonildes, pois sempre procurava saber dos andares e das dificuldades percorridas. Sempre articulando os encontros e dando força na caminhada acadêmica. Uma pessoa comprometida com o mundo rural e com o fazer científico.

Agradecer à professora Sandra Suely, pela sua fraterna alegria em encontros de corredores e cantinas, locais para as trocas de idéias e carinhos, essenciais na construção poética do mundo.

Agradecer a(o)s professore(a)s Tereza Queiroz, Jacob, Theury, Durval Muniz, Maristela, Loreley, Adriano de Leon, J-P. Tonneau, Maria Nazareth, Márcio Caniello, Magnólia, Gevércio e Fábio Gutemberg, pois estiveram presentes enquanto guardiões e defensores dos clássicos e suas teorias, mas preparados em suas agudas críticas sociológicas, antropológicas e históricas. Os professores que fizeram grande diferença nessa caminhada.

Agradecer aos professores Nadja Farajo, Emília Pietrafesa, Fernando Lourenço, Lúcia da Costa Ferreira e Arlete Rodrigues, contatos importantes da UNICAMP, com os quais foram oportunizados diálogos sobre a pesquisa, ouvindo sugestões com as quais foram traçadas algumas construções da tese.

Agradecer ao professor Miguel Altieri, por ter incentivado a pensar a agroecologia para além dos muros da utopia. Foram de sua autoria a inspiração para os desenhos, arranjos e relações dos chamados agroecossistemas enquanto possibilidades efetivas.

Agradecer aos Professores Vicente Félix, Juarez Nascimento e Joaquim Eugênio, conhecedores agrônômicos do Agreste e Brejo paraibano, que em muito contribuíram nas atividades de campo, ensinando os manejos com abelhas sem ferrão (uruçu) e com a produção ecológica de hortaliças.

Agradecer à Francisca de Sousa Silva, pela solidariedade e companheirismo, pois enquanto embalava a tese, ela embalava o Vitor Hanael em suas tarefas escolares e nos afazeres do cotidiano.

Agradecer ao professor Marconi Gomes da UFRN, que ao ler o projeto, fez importantes críticas, apontando falhas e abrindo espaço para novas reflexões.

Agradecer aos amigos que foram conseguidos ao longo da missão de estudos na UNICAMP/IFCH/PROCAD, Gustavo, Denílson, Silvana, Ricélia, Marconi, Augusto, Laura, Pedro, Sel, Dorotéia, André, Rachiele, Rafael, Marisa, Marcelo, Cristiano, Rafaela, Maria, Doido, Tayná e Zaira. Existências humanas que marcam para sempre.

Agradecer à Dr<sup>a</sup>. Zaida Barbosa, pois soube decifrar as dores/tensões e buscar curas na homeopatia e agulhas da medicina chinesa. Quando o frio paulista assustava, sempre tinha um remédio homeopático ao alcance das mãos.

Agradecer ao professor Eduardo Leite, ele foi o sociólogo que mais incentivou nessas escrituras, sempre cobrando artigos, lendo os textos e cavando espaços de divulgação do que era pesquisado durante o doutorado.

Agradecer ao professor Márcio Javan pelo trabalho de ler os primeiros rascunhos e fazer importantes críticas ao texto original, contribuições que foram fundamentais para os atuais arranjos escritos.

Agradecer a professora Anne Catão pelo seu apoio no inglês e aos professores Antônio Sobreira e Alexandrino, pela paciência e opiniões muito valiosas. Pelo trabalho de apoio em literaturas de língua francesa que nem sempre eram decifradas totalmente.

Agradecer ao amigo Roberto, que além das dicas sociológicas e das arrumações normalísticas, foi e ainda é o guardião do velho micro-computador (*compaq presario*) e seus arranjos de programas, peças e consertos gerais.

Agradecer a Sandra, Nancy, Joãozinho e Ronilson, principalmente pela paciência e pelos encaminhamentos na burocracia que a academia termina gerando.

Agradecer a Emannuella, Sheyla, Ana Paula, Diracy, Wetervan, Lucielena, Cinthya, Corrinha, Adriana, Adriano, Chico Cariri, Daniel Cariri, Miguel Lazaretti, Emilene, João, Maria, Ana, Sílvia, Sandrinha, Tathyana, Carlos, Genaro, Justino, Wal, Ducarmo, Wanderley e Arthur Perrúci. Estes companheiros estiveram na linha de frente das batalhas teóricas tão importantes para as ciências da sociedade, estes confirmam o ditado popular, pois foram os primeiros agrupamentos humanos nessa mesma busca.

Agradecer aos deuses dos erros e dos acertos, pois enquanto dialogavam com o escuro, embalavam as digitais dessa nova era de informações.

Agradecer aos não revelados, aos clandestinos, ao silêncio das noites e aos galos e cães que avisavam sobre o passar do tempo e do desconhecido. Oferecer flores para os erros, as incertezas, as dúvidas e as falhas, pois todos são humanos como todo mundo e estes são desenhos, arranjos e relações sem os quais, não seria possível experimentar os sabores do fazer científico.

## **RESUMO**

**Palavras-chave: Sociologia Rural, Abordagem Territorial e Ecologia Política.**

A área de desenvolvimento da pesquisa localiza-se no Planalto da Borborema, Agreste e Brejo da Paraíba, Nordeste brasileiro. O objetivo com este trabalho é analisar a construção de um território de enfoques agroecológicos, a partir das experiências e das relações sociais e ambientais que estão sendo desenvolvidas no Agreste e Brejo paraibano. A análise das experiências dos agricultores familiares, a partir das quais foram inseridos os mediadores (Organizações Não-Governamentais – ONG's, sindicatos e institutos de pesquisa) e também os consumidores. Foram consideradas como metodologia a pesquisa empírica e a observação participante e como elementos teóricos a abordagem territorial e ecologia política em uma constante reflexão e análise crítica dos componentes sócio-ambientais do presente. A tese parte da idéia de que a estrutura agrária do latifúndio e as práticas de degradação do meio ambiente são os principais problemas para a realização de uma agricultura familiar sustentável de forma social, econômica e ecológica. A abordagem focada no território pauta-se em processos de organização social, a partir das propriedades rurais e seus produtores. Elegeu-se uma área de sítios para uma identificação de elementos sócio-ambientais. Os sítios Utopia e São Tomé Cima, em Alagoa Nova, foram as principais bases no estudo de caso e os sítios: Floriano, Retiro, Lagoa do Barro e Oiti, situados em Lagoa Seca, complementaram a pesquisa empírica. O espaço da pesquisa é marcado pela bacia hidrográfica do Rio Mamanguape, que serviu de via colonial para a conquista e povoamento de toda a área. O ambiente ecológico de Brejo apresenta os melhores solos do território, o que levou ao local uma forte concentração de terras e disputas de poder político local. Nessa construção, acredita-se na idéia de que, mesmo com a agricultura familiar existente, a agricultura ecológica só será implantada mediante um forte processo de transformação do espaço agrário e democratização dos recursos naturais, para que os agricultores familiares possam atingir o pleno desenvolvimento de um território sustentável.

## **ABSTRACT**

**Key-words: Rural Sociology, Territorial Approach and Political ecology.**

The researching area is the Planalto da Borborema, wasteland and swamp of Paraíba state in the North-east of Brazilian territory. The objective of this work is to analyze the construction of an agricultural territory taking into account local experiences besides social and environmental relations that have been developed in the wasteland and heath of Paraíba. The analysis of the experiences consider agricultural working families - in which were inserted mediators like non-governmental organizations (ONGs), syndicates and researching institutes - and consumers of organic products. The empirical research in addition to the participative observation was considered as methodological procedures. The territorial approach and the ecological politics constitute the theoretical basis of this work within a constant critical-reflexive analysis procedure of the socio-environment component. The assumption of this thesis is that the agrarian structure of the large state and the degradation of the environment are the main problem for the accomplishment of a sustainable familiar agriculture of a social, economic and ecological form. The territorial approach contemplates the process of social organizations from the country properties and its procedures. An area of small farms was elected to identify socio-environmental elements. The small farms Utopia, São Tomé de Cima, in the city of Alagoa Nova, were the main basis of the case of study. Other small farms Floriano, Retiro, Lagoa de Barro and Oiti, situated in the city of Lagoa Seca, complemented the empirical research. The space of this research is marked by the hydrographical basin of the Mamanguape River, which served as a colonial vein to conquer and populate the area. The ecological environment of heath has one of the best grounds of the territory, a thing that contributed to a strong concentration of land and local political power disputes. In this process, it is given credit the idea of even with an existing familiar agriculture, the ecological agriculture will only be implanted if there is strong process of transformation of the agrarian space and if there is also a democratization of the natural resources, so that the familiar agriculturists can reach the full development of a sustainable territory.

## RÉSUMÉ

**Mots-clés : Le Sociologie Rurale, Concept de Territoire et Ecologie Politique.**

La recherche a été développée sur le Plateau de la Borborema, dans l'Agreste et le Brejo de Paraíba, dans le nord-est brésilien. Le but de ce travail est d'analyser la construction d'un terroir d'agriculture écologique, des expériences des producteurs écologiques ainsi que des relations sociales et environnementalistes en cours dans l'Agreste et le Brejo. Dans l'analyse des expériences des agriculteurs organiques, nous avons pris en compte les médiateurs (certaines O.N.G.) et les consommateurs. Notre méthodologie consiste dans l'observation participative et notre support théorique a pour base l'écologie politique et le concept de territoire, lesquels font l'objet d'une réflexion continue et d'une analyse critique des composants sociaux et environnementaux observés dans le présent. La thèse soutient l'idée selon laquelle la structure agraire des grandes propriétés foncières associée aux pratiques nuisibles à l'environnement sont les principaux problèmes pour la mise en pratique d'une agriculture familiale autosuffisante, celle-ci comprise dans ses aspects sociaux, économiques et écologiques. Le concept de territoire relève d'une construction sociale à faire à partir des propriétés rurales et leurs producteurs. Nous avons choisi une certaine région où il y a de petites fermes (*sítios*) pour faire l'analyse sociale et environnementale. Les *sítios* Utopia (Utopie) et São Tomé à Alagoa Nova ont été choisis pour faire des études de cas, tandis que ceux d'Almeida, Floriano, Oiti, Retiro et Lagoa do Barro, situés aux alentours de Lagoa Seca, ont servi de complément à la recherche empirique. L'espace géographique dans lequel notre recherche s'est faite se situe dans le bassin hydrographique de la rivière Mamanguape. Celle-ci a servi aux premiers colonisateurs comme voie d'accès à l'intérieur des terres à fin d'occuper et peupler une région dont le substrat écologique est le plus riche et celui qui présente les meilleurs sols, ce qui est à l'origine de la forte concentration de terres et des disputes au sein du pouvoir politique local. Même avec ce qu'il y a déjà en termes d'agriculture écologique, nous croyons que l'agriculture écologique ne sera vraiment mise en pratique qu'à travers un important processus de transformation de l'espace agraire ainsi que de la démocratisation des ressources naturelles afin que les petits agriculteurs puissent atteindre le plein développement d'un terroir autosuffisant.

**LISTA DE QUADROS, ILUSTRAÇÕES, FIGURAS, MAPAS,  
FOTOGRAFIAS E SIGLAS.**

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</b>	<b>Páginas</b>
 <b>DIAGRAMAS:</b>	
Diagrama (01) Território: amplitude e diálogo interdisciplinar.....	<b>45</b>
Diagrama (02) Desenhos da agricultura científica em territórios da globalização.....	<b>73</b>
 <b>QUADROS:</b>	
Quadro (01) Sítios pesquisados: localização, características e apoios.....	<b>42</b>
 <b>FIGURAS:</b>	
Figuras 1 e 2 - Limpa do solo para agricultura e Serra com sítios ao fundo.....	<b>26</b>
Figura 3 – Mapa de localização da Mesorregião do Agreste e Microrregião do Brejo.....	<b>27</b>
Figura 4 – Mapa dos municípios influenciados pela agroecologia.....	<b>28</b>
Figura 5 – Mapa dos mediadores que atuam no território de enfoques agroecológicos.....	<b>33</b>
Figuras 6 e 7 – Criança demonstra laranjas comuns e cultivo ecológico de alface e bananeiras no Sítio Utopia.....	<b>37</b>
Figura 8 – Mapa de localização da área de pesquisa.....	<b>40</b>
Figura 9 – Mapa de Enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano.....	<b>41</b>
Figuras 10 e 11. Lagoa Seca e Alagoa Nova. Área limpa para agricultura e uma visão geral da paisagem em período chuvoso.....	<b>50</b>
Figuras 12 e 13 – Alagoa Nova, Engenho e Destilaria Macaíba nas margens do Rio Macaíba, subfluente bacia do Rio Mamanguape.....	<b>53</b>
Figura 14 e 15 - Nascentes do Rio Mamanguape e área de cultivo ecológico com encostas protegidas e pequeno reservatório de água Agreste/Brejo.....	<b>55</b>
Figura 16 – Mapa de localização da Bacia do Rio Mamanguape.....	<b>56</b>
Figuras 17 e 18 - Canteiro de mudas no Sítio Almeida e desenho da agricultura familiar em Lagoa Seca.....	<b>61</b>
Figura 19 – Mapa dos territórios de enfoque agroecológico e regiões agrárias.....	<b>62</b>
Figura 20 – Agricultura Familiar de Lagoa Seca com destaque para as “sementes da paixão”.....	<b>109</b>
Figura 21 – Mapa a configuração territorial de influência agroecológica.....	<b>110</b>
Figuras 22 e 23 – Cisterna de Placas, Esperança. Boletim da ASA-PB e Biofertilizante de Alagoa Nova, Sítio Utopia.....	<b>118</b>
Figuras 24 e 25 – Zé Pequeno no Banco de Sementes e viveiro de mudas frutíferas, Alagoa Nova.....	<b>118</b>

Figuras 26 e 27 - Composto orgânico e irrigação por micro-aspersão. Alagoa Nova, experiências no Sítio Utopia.....	<b>118</b>
Figuras 28 e 29 - Mulheres e homens do Sítio São Tomé e Seu Zé Pequeno e Dona Biluça em Alagoa Nova.....	<b>122</b>
Figuras 30 e 31 - José Leal e Maria Luiza no Sítio Floriano em Lagoa Seca.....	<b>136</b>
Figuras 32 e 33 - Robinho em cultivo ecológico no Sítio Retiro e limpa da roça em sistema de mutirão.....	<b>137</b>
Figuras 34 e 35 - Naldinho irrigando seus canteiros no Sítio Lagoa de Barro, Sítios em terrenos acidentados em Lagoa Seca.....	<b>139</b>
Figuras 36 e 37 - Seu Guimarães na horta de cenouras e uma imagem geral do Sítio Oiti.....	<b>141</b>
Figuras 38 e 39 – Vista panorâmica dos canteiros e minhocário. Alagoa Nova, Sítio Utopia.....	<b>149</b>
Figuras 40 e 41 – Exposição das verduras do Sítio Utopia na UEPB e jerimuns guardados para as entregas e para as feiras, Alagoa Nova.....	<b>153</b>
Figuras 42 e 43 – Colheita de mamão e canteiros de mostarda crespa e alface francesinha. Alagoa Nova, Sítio Utopia.....	<b>153</b>
Figuras 44 e 45 – Colméia com abelha uruçú e criação de gado. Alagoa Nova, Sítio Utopia.....	<b>153</b>
Figuras 46 e 47 – André colhendo elicônias e pé de laranjas toranje, Alagoa Nova, Sítio Utopia.....	<b>158</b>
Figuras 48 e 49 – Lúcia, Carolina, Paulinha e Paulinho nos canteiros. Alagoa Nova, Sítio Utopia.....	<b>158</b>
Figuras 50 e 51 – Canteiros ecológicos e bananeiras. Alagoa Nova, Sítio Utopia.....	<b>158</b>
Figuras 52 e 53 – Placa de identificação do Sítio Utopia e lateral da casa com parreiral. Alagoa Nova, Sítio Utopia.....	<b>161</b>
Figuras 54 e 55 – Estufa para hortaliças e Paulinho com Carolina no colo. Alagoa Nova, Sítio Utopia.....	<b>161</b>
Figuras 56 e 57 – Colméias de uruçú e Paulinho extraíndo mel das abelhas. Alagoa Nova, Sítio Utopia.....	<b>161</b>
Figura 58 – Mapa dos territórios e trajetórias da agroecologia na Paraíba.....	<b>179</b>
Figuras 59 e 60 – Imagens da feira agroecológica de Lagoa Seca.....	<b>181</b>
Figuras 61 e 62 – Feira agroecológica na estação velha de Campina Grande.....	<b>181</b>
Figuras 63 e 64 – Verduras e frutas da agroecologia na feira da estação velha de Campina Grande.....	<b>181</b>
Figuras 65 e 66 – Consumidores escolhem verduras e pegam pedidos do Sítio Utopia no restaurante Oca. João Pessoa.....	<b>185</b>
Figuras 67 e 68 – Pratos preparados no Restaurante Oca e consumidor com seu pedido de verduras. João Pessoa.....	<b>185</b>



## **LISTA DE SIGLAS:**

AAO - Associação de Agricultura Orgânica  
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas  
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa  
ASA – Articulação do Semi-Árido  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
CAI – Complexo Agro-Industrial  
CCHLA – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/UFPB  
CCEN – Centro de Ciências Exatas e da Natureza  
CEPA – Coletivo de Educadores Populares do Agreste  
CERES – Centro de Estudos Rurais/UNICAMP/IFCH  
CH – Centro de Humanidades/UFCG  
CIC – Centro Internacional e Crocevia  
CIRAD - Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento/França  
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DGEOC – Departamento de Geociências  
DHG – Departamento de História e Geografia  
EMEPA – Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EPA – Encontro Paraibano de Agroecologia  
EUA – Estados Unidos da América  
FUNART – Fundação Nacional de Arte  
GREENPEACE – Paz Verde  
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBD - Instituto Biodinâmico  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente  
IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INTERPA – Instituto de Terras da Paraíba  
IPEIA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
JB – Jornal do Brasil.  
MAO - Fundação Mokiti Okada  
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores  
NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural  
NEPAM – Núcleo de Estudos Ambientais/UNICAMP  
OICD – Organização Intergovernamental de Cooperação e Desenvolvimento

OGM – Organismo Geneticamente Modificado  
OMM – Organização Meteorológica Mundial  
ONG – Organização Não-Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriada às Comunidades  
PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFCG/UFPB  
PROÁLCOOL – Programa Nacional de Produção de Álcool Combustível  
PROCAD – Programa de Cooperação Acadêmica/UNICAMP/UFCG  
PVC – Poli Cloreto de Vinila (Plástico)  
SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial  
SEDUP – Serviço de Educação Popular  
SLC - Sistema Local de Conhecimento  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
SUDEMA – Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente  
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
HUCITEC – Humanidade, Ciência e Tecnologia  
UNESCO – Nações Unidas Organização Educacional, Científica e Cultural.  
UFCG – Universidade Federal de Campina  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco  
UFPR – Universidade Federal do Paraná  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba  
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UNESP – Universidade Estadual de São Paulo  
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas/SP  
UTOPIA – Unidade Técnica Objetivando Práticas Inovadoras e Adaptadas.  
USP – Universidade de São Paulo  
<http://www> – World Wide Web (hipertexto, imagem, som, texto, comunidades virtuais)

# S U M Á R I O

	<b>Páginas:</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
1.1 Experiências de enfoque agroecológico no Agreste/Brejo paraibano.....	25
1.2 Do enfoque agroecológico aos caminhos da pesquisa.....	36
<b>2 ABORDAGEM TERRITORIAL E CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA ÁREA DE PESQUISA.....</b>	<b>44</b>
2.1 Caracterização sócio-ambiental da área pesquisada.....	49
2.1.1 Mesorregião do Agreste e Microrregião do Brejo paraibano.....	50
2.2 Produção do espaço agrário e contradições territoriais.....	57
<b>3 ABORDAGEM TERRITORIAL, ECOLOGIA POLÍTICA E AMBIENTALISMO.....</b>	<b>68</b>
3.1 Abordagem territorial, globalização e complexos agro-tecnológicos.....	69
3.2 Ecologia política e ambientalismo.....	78
<b>4 ENFOQUES AGROECOLÓGICOS, AGROECOSSISTEMAS E AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>89</b>
4.1 Desenhos teóricos e conceituais de agroecologia e agroecossistema.....	92
4.2 Agricultura familiar, agroecologia e sustentabilidade.....	99
<b>5 AGRICULTURA FAMILIAR ECOLÓGICA NO AGRESTE/BREJO PARAIBANO: A AÇÃO DOS MEDIADORES.....</b>	<b>108</b>

5.1 Ação dos mediadores e experiências sociotécnicas .....	112
5.2 Experiência fomentada no município de Alagoa Nova, Brejo paraibano: Sítio São Tomé de Cima.....	119
5.3 Experiências de enfoque agroecológicos em Lagoa Seca, Agreste da Paraíba.....	133
5.3.1 Sítio Floriano.....	134
5.3.2 Sítio Retiro.....	136
5.3.3 Sítio Lagoa de Barro.....	138
5.3.4 Sítio Oiti.....	139
<b>6 EXPERIÊNCIAS DE UM PRODUTOR AGROECOLÓGICO NO SÍTIO UTOPIA.....</b>	<b>143</b>
6.1 Observação participante a partir do Sítio Utopia.....	145
6.2 Entradas empíricas no Sítio Utopia.....	148
6.2.1 A construção do Sítio Utopia.....	150
6.3 Os desenhos da produção agroecológica do Sítio Utopia.....	163
<b>7 AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS E OS CONSUMIDORES ECOLÓGICOS.....</b>	<b>177</b>
7.1 Feiras Agroecológicas de Lagoa Seca e Campina Grande.....	180
7.2 Barraca de produtos ecológicos e entregas do Sítio Utopia.....	183
7.3 Feira Agroecológica no campus I da UFPB/João Pessoa.....	186
7.4 O perfil dos consumidores de produtos ecológicos.....	187
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>192</b>
<b>9 BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>202</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

Esta tese articula a abordagem territorial com a perspectiva da ecologia política para analisar a adoção de enfoques agroecológicos como estratégia de intervenção técnica e de mediação política junto a agricultores familiares do Agreste/Brejo paraibano. Busca apreender também como os enfoques agroecológicos são apropriados pelos agricultores familiares em seus sítios, transformando práticas produtivas, rearticulando saberes, redefinindo e ampliando redes sociotécnicas (SABOURIN, 2002) e canais de comercialização.

As dinâmicas de constituição de um território referidas aos enfoques agroecológicos são interpretadas em termos de novos desenhos, arranjos e relações sociais que envolvem agricultores familiares, mediadores, técnicos, consumidores de produtos da agricultura ecológica, entre outros atores sociais. A abordagem territorial relaciona-se às formas e aos usos, aos objetos e às ações do espaço habitado pelo humano, considerando as redes sociais e todos os processos e relações sociais (SANTOS; SILVEIRA, 2004).

A constituição do território revela relações marcadas pelo poder que é exercido por pessoas ou grupos, poder sem o qual o território não é definido (RAFFESTIN, 1993). O território pode ser pensado a partir de cinco vertentes: jurídica-política, econômica, cultural e ambiental (COSTA, 2004). Neste sentido, o território ganha contornos nas identidades sócio-culturais e nas delimitações de poder que podem ser simbólicas, identitárias, imaginárias e subjetivas.

A abordagem territorial adotada, neste trabalho, conjuga processos políticos, culturais, econômicos e ambientais, permitindo que o território seja pensado enquanto relações de poder, enquanto espaço simbólico partilhado, como fonte de recursos e como resultado da

interação entre sociedade e natureza (COSTA, 2004). Se essa abordagem possibilita a análise de como a adoção de enfoques agroecológicos atua enquanto elemento constitutivo de novas territorialidades, não dá conta completamente de apreender os processos de mudança ambiental vivenciados no Agreste/Brejo paraibano, sendo necessário recorrer à perspectiva da ecologia política. A ecologia política relaciona processos de mudança ambiental a processos de tomada de decisão (CUNHA, 2004) nos contextos sociais, políticos e econômicos que moldam as iniciativas de proteção e/ou conservação da natureza.

Com a pesquisa, foi possível relacionar a ecologia política ao enfoque territorial, enquanto perspectiva complementar que possibilita uma análise do processo de mudança ambiental como resultado de um conjunto de fatores políticos, econômicos, culturais e institucionais. A ecologia política foi necessária para compreender a questão da sustentabilidade, a partir dos limites do desenvolvimento e das crises ambientais do presente (FALADORI, 2001).

Devido à possibilidade de leitura crítica em relação à natureza/sociedade, ao paralelo entre a ecologia política e sua crítica ao sistema capitalista (LIPIETZ, 2003), e à abordagem transdisciplinar (BOEIRA, 2002), a ecologia política ainda é um campo de conhecimento em construção, podendo ser considerado como capaz de possibilitar estudos interdisciplinares típicos dos arranjos científicos contemporâneos, de forma que a dinâmica da sociedade-natureza perpassa modelos sócio-econômicos de exploração social e de degradação ambiental.

A partir da abordagem territorial e da ecologia política, é possível trazer para a dimensão do ambientalismo e dos enfoques agroecológicos uma reflexão sobre as atuais crises paradigmáticas e epistemológicas. Três questões são chaves nesse processo: a) a relação sociedade-natureza-sociedade; b) a dimensão espaço-tempo em meio aos fluxos e contradições do modo de produção capitalista em seu atual estágio de globalização e; c) a busca de uma relação entre ambientalismo, ecologia política e abordagem territorial, que respondam pelos novos desenhos, arranjos e relações sociais que apontam para uma “agroecologia familiar”.

Neste contexto, entende-se que muitos elementos do mundo rural estão passando por mudanças sociais, culturais, econômicas e técnicas, em especial quando observado o processo

de globalização, que atingiu profundamente as práticas agrícolas em todo o mundo. Logo, os processos de territorialidade estão fortemente atrelados a uma lógica dependente e de exclusão de importantes seguimentos sociais. A abordagem territorial para os enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano parte tanto das argumentações teóricas, quanto dos fomentos em agroecologia, que estão sendo mediados e experimentados por uma significativa parcela dos agricultores familiares que vivem e trabalham no campo.

A agroecologia vai para além de uma visão unidimensional dos agroecossistemas, de sua genética, da agronomia e edafologia (estudo do solo). Ela engloba um entendimento dos diferentes estágios ecológicos e sociais, da estrutura e do funcionamento dos ecossistemas e agroecossistemas (ALTIERI, 2002). Neste sentido, a agroecologia inter-relaciona ecologia e sociedade na perspectiva dos cuidados especiais com o meio ambiente e com a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção agrícola.

Nesta tese, foi feita uma clara opção em trabalhar-se com a idéia de enfoques agroecológicos (agricultura ecológica, orgânica, alternativa, natural, biodinâmica, etc.) enquanto interações complexas dos sistemas agrícolas, entre processos sócio-ambientais, políticos, econômicos e culturais<sup>1</sup>. Parte-se do pressuposto que os enfoques agroecológicos norteadores de diversas experiências produtivas e de empoderamento de agricultores familiares, desenvolvidas a partir da década de 1990 no Agreste/Brejo paraibano, não apenas apresentam-se enquanto alternativa técnica à agricultura tradicional, como efetivamente engendram novas dinâmicas sociais e ambientais, pensadas aqui enquanto *desenhos, arranjos e relações sociais*.

Entende-se por *desenhos*, as vertentes político-culturais e econômico-ambientais da abordagem territorial, enquanto espaço de poder em que são moldadas as novas paisagens, instituídas como agroecológicas. As mudanças são reveladas através da paisagem e a partir das várias práticas sócio-ambientais e agroecológicas nos sítios, nos canteiros e também nos

---

<sup>1</sup> Cf. Hecht (2002), a agroecologia ganhou importância a partir dos movimentos ambientalistas entre 1960/70. Outro papel fundamental foi dos ecólogos, em especial na estrutura conceitual e na sua linguagem, pois as pesquisas em ecossistemas tropicais possibilitaram relações com os sistemas agrícolas tradicionais. Por outro lado, os geógrafos e antropólogos também deram suas contribuições ao descrever e analisar as práticas agrícolas dos povos indígenas e camponeses em seus sistemas de produção. A Pós-Graduação em Sociologia através do PPGS/UFCG, na linha de pesquisa: Sociologia Rural e do Desenvolvimento, aceitou prontamente este trabalho de tese que espera contribuir tematicamente com esse campo de conhecimento.

novos ambientes das feiras agroecológicas. Então estes desenhos são territoriais, agroecológicos e sócio-ambientais.

Por *arranjos*, consideram-se as ações políticas do movimento social no campo e seus mediadores, associadas às práticas sindicais instituídas pelo Pólo Sindical da Borborema<sup>2</sup>, da Articulação do Semi-Árido/PB (ASA), de Organizações Não-Governamentais (ONG's) como Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e outras entidades de apoio aos agricultores familiares, bem como as mudanças técnicas, políticas, culturais, econômicas e ambientais nas áreas onde foi implantado algum experimento com agricultura ecológica. Estes arranjos podem ser pensados enquanto espaço vivido, partilhado, disputado ou controlado tanto pelas antigas relações sociais e políticas, quanto por novas forças de poder.

Consideram-se *relações*, os poderes político-culturais e econômico-ambientais em uma visão integradora do território, sendo exercidas pelos atores sociais, de forma individual ou coletiva. As relações são estabelecidas no território enquanto condição essencial em qualquer sociedade, fomentando historicidade ao espaço social vivido. O caráter e o poder das relações entre os atores sociais redesenham as dinâmicas sócio-históricas nos contatos estabelecidos entre os agricultores, mediadores e consumidores dos produtos da agricultura ecológica do Agreste/Brejo paraibano.

Como recorte histórico para este estudo, os desenhos, arranjos e relações sociais dos enfoques agroecológicos estão constituídos ao longo de uma década e meia (1990-2005) aproximadamente, tempo em que foram estabelecidas as primeiras iniciativas com a adoção da agricultura ecológica e os resultados já podem ser observados em diferentes pontos do território. Pode-se afirmar que uma área com mais de dezesseis municípios no Agreste/Brejo tem sido influenciada pelo enfoque agroecológico e, nesta, os agricultores envolvidos já foram familiarizados com a idéia de que é possível produzir e preservar o meio ambiente seguindo o caminho indicado pelos princípios da agroecologia.

---

<sup>2</sup> No início de 1990, uma rede de sindicalistas rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), inicialmente os sindicatos de Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca, Esperança e Remígio, passaram a atuar em conjunto com a AS-PTA e ASA, adotando as mesmas políticas em defesa do meio ambiente e dos trabalhadores rurais sindicalizados.



A adoção destes enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano consolida reflexões e ações realizadas desde a década de 1970 (criação dos bancos de sementes locais e preocupações ambientais externas), mas de fato vivenciadas depois de 1990, assim como expressa a maior visibilidade dada à problemática ambiental e à ação articulada entre antigos e novos atores sociais (particularmente mediadores) em ação na região.

Da interação entre os atores sociais, com seus diferentes projetos, interesses, saberes e práticas, e das relações que estabelecem com uma parcela dos agricultores familiares do Agreste/Brejo paraibano, emerge uma “utopia ativa” (MATTELART, 2000), como um projeto de sociedade permanentemente construído a partir do espaço vivido, da interdependência entre representações e das realidades sociais que marcam as transformações dos agrupamentos humanos.

A utopia no sentido ativo do termo aponta para a transformação do mundo social. Admite fronteiras, limites e finitudes estabelecidas a partir da singularidade, pluralidade e das diversidades culturais. Uma utopia, portanto, como construção política do cotidiano. Assim, quando os atores sociais no Agreste/Brejo paraibano falam de suas idéias, valores e práticas agroecológicas, estão criando e experienciando uma utopia ativa, ou seja, um projeto que na medida em que é implantado, cria novas territorialidades, novas frentes de ação, de produção e reprodução da vida, novas situações que não são completamente dominadas pelos mediadores e agricultores familiares.

A constituição utópica do território de enfoques agroecológicos, resultado das redes de relações entre os atores sociais e de suas práticas, com seus conflitos, contradições, interesses, parcerias e trocas, não substitui o território da agricultura tradicional nem é um território contínuo. Fomentado enquanto “ilhas”, é ainda um território “marginal” no contexto da agricultura familiar paraibana. Mas, o processo de territorialização tem-se expandido em redes cada vez mais amplas e densas, mesmo assim, não é um território homogêneo, pois as próprias experiências dos agricultores seguem diferentes contextos organizacionais e de apoio que os mesmos recebem das entidades mediadoras.

Assim, merece destaque a construção de uma discussão pautada no enfoque agroecológico enquanto idéia de utopia ativa a partir da área de pesquisa no Agreste/Brejo da

Paraíba. Neste sentido, a agroecologia é aqui colocada enquanto alternativa utópica ativa, sem perder de vista que pode ser uma experiência transformadora das condições sócio-ambientais.

A partir da pesquisa empírica esta tese busca contribuir com a compreensão dos processos constitutivos de um território de enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano e, de maneira mais ampla, refletir sobre as possibilidades e limitações colocadas pelas iniciativas, projetos e programas de intervenção e de desenvolvimento local sustentável junto aos agricultores familiares, baseados na agricultura ecológica. Tem também a pretensão de defender, do ponto de vista teórico e epistemológico, a importância da abordagem territorial para a sociologia, principalmente quando os objetos sociológicos encontram-se nas linhas de fronteiras com outros campos disciplinares<sup>3</sup>.

Do ponto de vista metodológico, tanto a abordagem territorial quanto a perspectiva da ecologia política levam o pesquisador a assumir claramente um compromisso com a historicização de seus objetos de estudo. Que, desta forma, têm que ser analisados enquanto produtos de processos sociais (ELIAS, 2006) ou, mais apropriadamente nesta tese, como processos sócio-ambientais. Este trabalho busca apreender historicamente a adoção de enfoques agroecológicos (e a defesa da necessidade dos agricultores familiares passarem por um processo de conversão à agricultura ecológica) no Agreste/Brejo paraibano e seus efeitos de territorialização, enquanto processos de mudança social e ambiental.

## **1.1 Experiências de enfoque agroecológico no Agreste/Brejo paraibano**

O Agreste é uma Mesorregião do Estado da Paraíba, na qual é inserida a Microrregião do Brejo paraibano. Compreende uma área com aproximadamente 13.020,0 Km<sup>2</sup> (23,1% do território paraibano) e uma população estimada em 1.150,362 habitantes, com uma densidade demográfica de 88,35 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2000). O Agreste do Planalto da Borborema é um local

---

<sup>3</sup> Cf. Costa (2004), o território não possui uma definição consensual e isto é uma tarefa quase impossível. Existe uma forte heterogeneidade de concepções em que o território pode ser: jurídico-político, econômico, simbólico, psicológico, etc. Na atualidade, a noção de território ultrapassou o campo da geografia, sendo trabalhado pela sociologia, ciência política, antropologia, psicologia, economia, computação, biologia, ecologia, etc.

com forte influência da semi-aridez, marcado por serras, vales, terrenos enladeirados e limitações hídricas. As experiências com agricultura ecológica começaram a ser desenvolvidas em áreas de exceção<sup>4</sup> ou trechos mais úmidos das encostas do Planalto. Locais conhecidos como “brejos”, mais propícios à atividade agrícola, particularmente à produção de hortaliças.

A Mesorregião do Agreste é influenciada pela semi-aridez do sertão (quente-seco) e umidade vinda do litoral (quente-úmido), criando uma zona típica de transição natural. Desde sua efetiva ocupação territorial, caracterizou-se pela força de uma policultura alimentar diversificada, complementada pela criação extensiva de gado e pelo forte adensamento populacional (MOREIRA, 1989). Um território em que a agricultura familiar minifundiária tanto é subsistente, quanto abastecem os principais centros urbanos como Campina Grande, Guarabira, Itabaiana e Esperança. Atualmente, já pode ser observado um novo desenho de agroecologia familiar em diversas localidades da Mesorregião Agreste, com a disseminação das práticas agroecológicas, resultando assim na sua ampliação. Notadamente, as alternativas técnicas e práticas sócio-ambientais estão acontecendo em vários municípios como: Lagoa Seca, Esperança, Remígio, Arara, Alagoa Nova, Pilões, Areia, Lagoa de Roça, Serra Redonda, Areal, Massaranduba, Campina Grande, Queimadas, entre outros municípios que estão envolvidos com o Pólo Sindical da Borborema. (Figuras 1, 2, 3 e 4):



<sup>4</sup> Cf. SUDENE (1988), Série 19 - Áreas de exceção da Paraíba e dos sertões de Pernambuco.

FIGURA - 03- Localização da Mesorregião do Agreste e Microrregião do Brejo

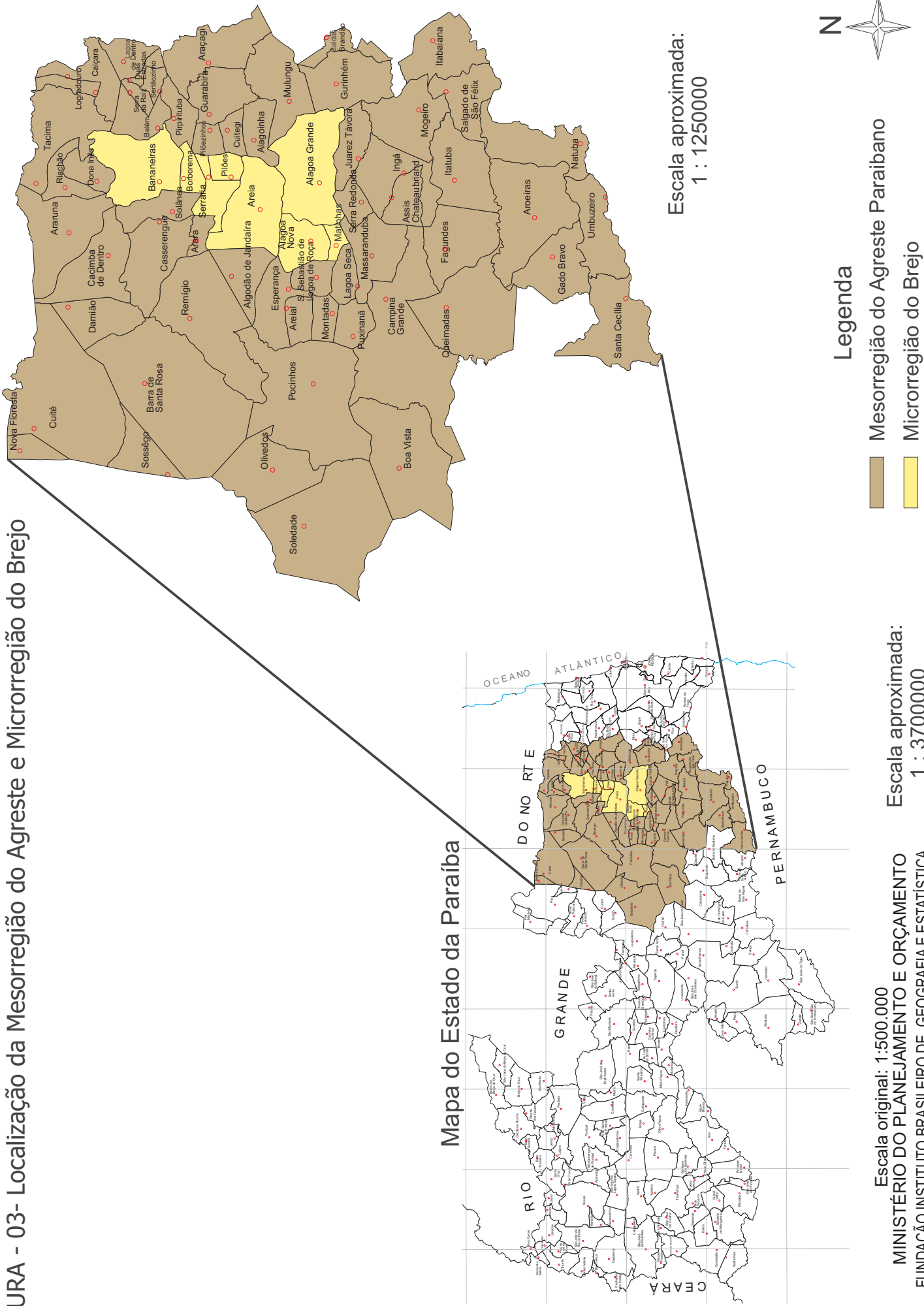
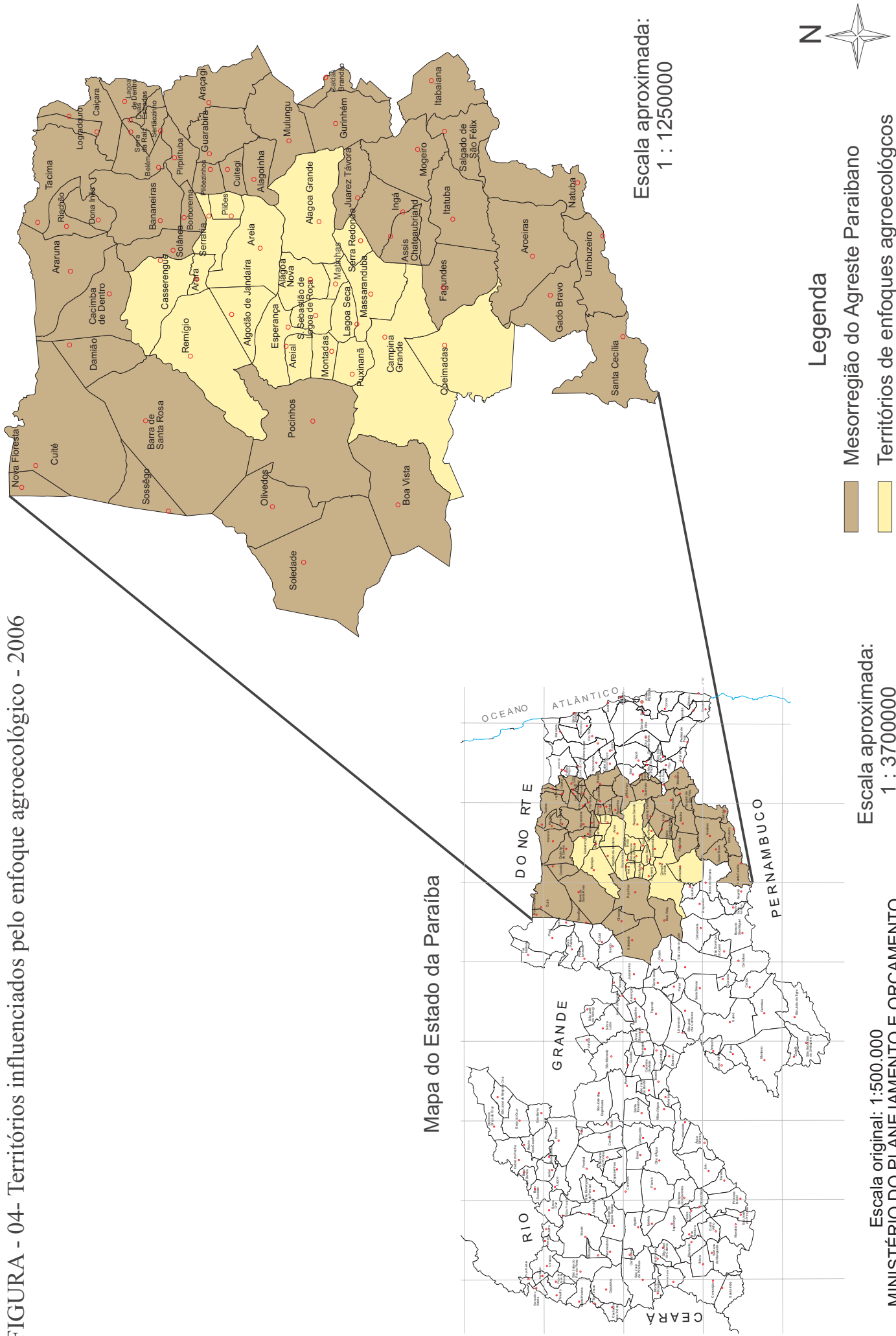


FIGURA - 04- Territórios influenciados pelo enfoque agroecológico - 2006



Por volta de 1992, algumas experiências de enfoque agroecológico começaram a ser implantadas por agricultores familiares no Agreste/Brejo Paraibano. Estas experiências eram restritas a algumas áreas de pequenos sítios, com o objetivo de produzir alimentos saudáveis e com técnicas que não fossem prejudiciais ao meio ambiente, ao mesmo tempo, respondendo a demandas por transformações nas maneiras de produção agrícola e também de um mercado em formação para os produtos agrícolas produzidos a partir de diversos sítios e por uma agricultura ecológica eminentemente familiar.

A agricultura ecológica em seu estágio orgânico é tida como um sistema sócio-ambiental de produção agrícola em que agroquímicos devem ser substituídos pelos recursos internos, encontrados na propriedade ou em sua proximidade, garantindo um alto nível de biomassa (ALTIERI, 2002, p. 287). Deve-se conseguir alto rendimento, sempre mantendo a fertilidade do solo. Devem ser feitas rotações de culturas, introdução de nitrogênio com a plantação de leguminosas e adubos verdes, controles de pragas de maneira biológica ou através de repelentes naturais e inserção de uma grande variedade de culturas, garantindo estabilidade ambiental e diversidade de alimentos.

O Sítio Utopia, localizado no município de Alagoa Nova, a seis quilômetros da sede municipal, na Microrregião do Brejo paraibano, foi uma das primeiras iniciativas a ser notada nesse cenário de enfoques agroecológicos. Exatamente a partir de 1992, o Sr. Paulo Luna Freire (“Paulinho”) organizou, em uma parcela com aproximadamente 14 hectares em trechos do Sítio Bacupari<sup>5</sup>, sua “utopia” de uma agricultura ecológica. Tendo vivido na Amazônia e em São Paulo, Paulinho, ao retornar de suas viagens, resolveu implantar nas terras herdadas de seu pai uma produção agrícola que seguisse os ritmos da natureza, sem a utilização de agrotóxicos.

Sem tradição agrícola e há muitos anos longe da Paraíba, Paulinho deparou-se com a resistência e desconfiança dos pequenos produtores que eram moradores do Sítio Bacupari, num universo de relações sociais e práticas agrícolas que lhe eram desconhecidas. Além do mais, suas propostas de produção orgânica e de formação de uma associação de produtores confrontavam-se com as práticas e formas organizacionais dos agricultores locais, com sua

---

<sup>5</sup> O Sítio Bacupari é uma propriedade com aproximadamente 100 ha., pertencente aos familiares de Paulinho.

agricultura tradicional da roça e a monocultura da bananeira. Canteiros de rúcula, espinafre, agrião, acelga, mostarda, couve-flor, alface americana, alface francesa, alface lisa, alface crespa, berinjela, alho-poró e rabanete não faziam parte daquele universo. Paulinho compreendeu, então, que só através do exemplo prático, no Sítio Utopia, poderia atrair outros produtores para a causa da agricultura ecológica.

Na mesma época, mas em outras áreas do Agreste/Brejo paraibano e com um enfoque agroecológico, alguns agricultores familiares, com o apoio de organizações não-governamentais, começaram também a se interessar pela idéia da agroecologia. Em Remígio - PB, a instalação de um escritório da AS-PTA, em 1993, resultou na disseminação de algumas experiências de agricultura ecológica entre agricultores familiares do Agreste/Brejo paraibano. Lideranças sindicais, ligadas ao Pólo Sindical da Borborema, também incentivaram as práticas de enfoque agroecológico e, junto com a AS-PTA, passaram a fomentar diferentes experiências para uma conversão da agricultura tradicional para a agricultura ecológica. A AS-PTA selecionou os municípios de Remígio, Esperança e Lagoa Seca enquanto base territorial para o início de suas atividades.

O Sr. José de Oliveira Luna (“Seu Zé Pequeno”), importante liderança do Pólo Sindical da Borborema e praticante da agricultura ecológica de Alagoa Nova, enxergou as origens das novas práticas em agricultura alternativa na década de 1970, quando juntamente com outros agricultores começaram a organizar um banco de sementes, com o intuito de preservar as sementes da própria região, evitando que ficassem dependentes de sementes que não conheciam. Ele é, também, um dos grandes entusiastas da agricultura de enfoques agroecológicos e ressalta a ação do Pólo Sindical da Borborema e da AS-PTA para sua disseminação.

Barba comprida, cabelos grisalhos, meia idade e nascido no Ceará, depois de ter andado por quase todos os estados do Brasil, o Sr. João Guimarães (“Seu Guimarães”) instalou-se no município de Lagoa Seca e passou a ser um dos principais produtores de agricultura ecológica da Mesorregião Agreste. A partir do Sítio Oiti, no município de Lagoa Seca, Seu Guimarães desenvolveu um serviço de entrega de produtos ecológicos na residência dos seus clientes de Campina Grande, que é a cidade pólo regional no Agreste paraibano.

Em 2002, em um encontro sobre desenvolvimento sustentável para o semi-árido, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande (PPGS/UFCG), que reuniu desde pesquisadores até agricultores do Agreste/Brejo, Litoral e Sertão paraibano, Seu Guimarães mostrava-se empolgado com a possibilidade de ver sua experiência sendo ampliada para outras áreas da Paraíba. Atualmente, sua propriedade possui mais de dez hectares, que é fruto do investimento em práticas agroecológicas e que busca atender as crescentes demandas dos produtos do Sítio Oiti. Este investimento está obtendo um bom retorno financeiro.

As experiências de Paulinho, de Seu Zé Pequeno, de Seu Guimarães e de outros agricultores formaram uma rede<sup>6</sup> na constituição de um possível território de enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano. Participaram também desta rede mediadores ligados aos consumidores urbanos da agricultura ecológica e pesquisadores atrelados às universidades e aos centros de pesquisa.

Esse processo de constituição territorial já ganhou reconhecimento nacional, pois o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido em maio de 2002 e realizado no Rio de Janeiro/RJ, identificou a Paraíba como uma liderança em assuntos que retratam a implantação da agricultura ecológica, desempenhada pelo Pólo Sindical da Borborema - envolvendo organizações de trabalhadores rurais de 16 municípios - e pela ASA/PB, espaços privilegiados de debate e de ações de promoção do desenvolvimento em bases agroecológicas que estão na Carta do ENA.

A articulação desta rede de afinidades com o movimento sindical local e com os agricultores familiares deu-se a partir do fomento e da disseminação de inovações técnicas e político-organizacionais, que garantissem uma melhoria nas condições de vida e produção agrícola na região. Assim, os agricultores familiares foram iniciados nas práticas da agricultura ecológica, buscando, entre outras coisas, uma experiência horizontal de conhecimentos, pautada na abordagem participativa e social com a disseminação de inovações, nas quais os enfoques agroecológicos fossem aplicados, respeitando-se os conhecimentos dos agricultores em suas tradicionais práticas agrícolas.

---

<sup>6</sup> Cf. Castell (1996, p. 426), a realidade pesquisada atrela-se à idéia de redes. O conceito de “redes sociais” que implicam em relações de poder, laços de solidariedade e organização coletiva de ações com um fim.

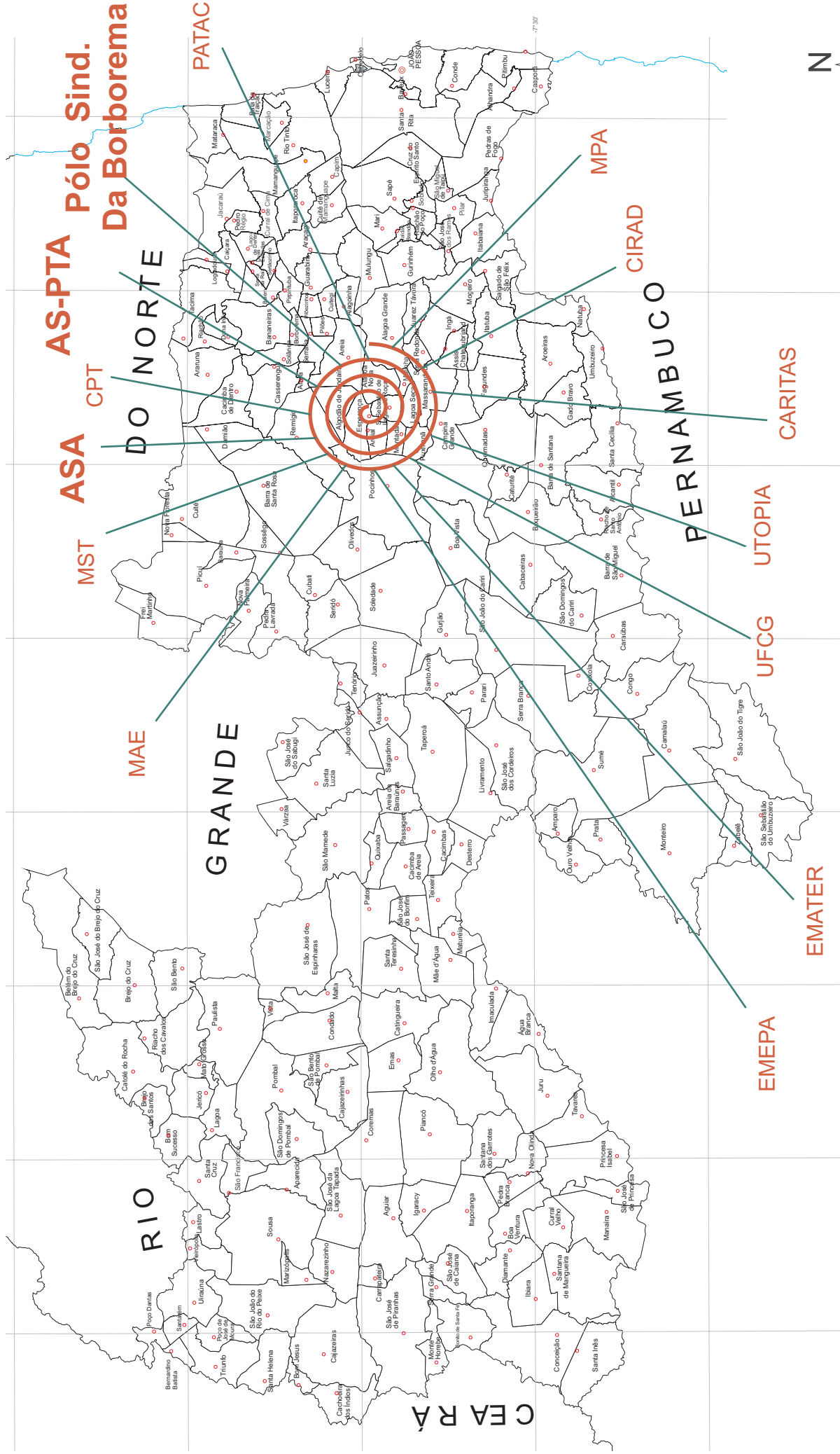


Os agricultores envolvidos continuam adotando em seus roçados a agricultura tradicional (feijão, milho, fava, batata doce e outras culturas), mas buscam preservar as suas sementes, garantindo a organização dos bancos de sementes, que intitularam de “Sementes da Paixão”, e acrescentam preocupações ambientais em suas práticas agrícolas. Existem os agricultores de vazantes que cultivam hortaliças de forma orgânica para abastecer as feiras agroecológicas locais e aqueles que conseguem ampliar seus raios de ação, atuando tanto com roçados, fruteiras, hortaliças, quanto com a produção de mel de abelhas e a criação de animais. Cada família ou sítio envolvido com o enfoque agroecológico sente-se co-responsável pela nova realidade socioambiental local.

As experiências e técnicas de enfoques agroecológicos, atualmente fomentadas pela rede de mediadores, envolvem: Pólo Sindical da Borborema; Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA), que atua na defesa de práticas de convivência com o Semi-Árido; Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas às Comunidades (PATAC), fomentando a construção alternativa de cisternas de placas; Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (CIRAD), organização francesa que atua em parcerias com as universidades e centros de pesquisa no Agreste/Brejo; Unidade Técnica Objetivando Práticas Inovadoras e Adaptadas (UTOPIA); Comissão Pastoral da Terra (CPT); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que atuam em defesa da Reforma Agrária e; Movimento Agro-Ecológico (MAE), entidade acadêmica da UFPB, campus de Areia, em um raio de ação no qual o enfoque agroecológico toca mais de quinhentas (500) famílias de agricultores do território pesquisado. Um novo espírito de continuidade passou a existir, uma nova esperança rebrotou na terra, a revalorização dos homens e das mulheres que vivem e trabalham com a agricultura. Percebe-se a auto-estima das famílias, quando repassam suas técnicas para outros agricultores, quando estão nas feiras agroecológicas, expondo seus produtos, repassando receitas e explicado que aquele é um “alimento limpo”, sem agrotóxico e que foi produzido para garantir alimentação e saúde para os consumidores e, assim, acompanham a definição de um produto gerado a partir dos preceitos da agricultura ecológica, produzido a partir de ações sociotécnicas, fomentadas com o apoio dos diferentes mediadores (Figuras 5):

FIGURA - 05

Mediadores que atuam no território de enfoque agroecológico na Paraíba - 2006



Escala original: 1:500.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Escala aproximada:  
1 : 1840000

Legenda



Território de enfoque agroecológico



Mediadores de práticas agroecológicas



Agricultores ligados à AS-PTA, ao Pólo Sindical da Borborema e à ASA/PB já participaram de Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) no Sul e Sudeste do Brasil. Seu Zé Pequeno, em 2002, representou os agricultores ligados ao Pólo Sindical da Borborema no ENA, falando sobre os bancos de sementes e sobre as várias experiências que estão sendo desenvolvidas no Agreste/Brejo paraibano.

Além das iniciativas junto aos agricultores familiares, um conjunto de pesquisadores começou a produzir trabalhos sobre a agroecologia no Agreste/Brejo paraibano. Entre estes trabalhos, destaca-se a coletânea de artigos intitulada “Agricultura familiar e agroecologia no semi-árido”, organizada por Silveira, Petersen e Sabourin (2002), propondo reflexões e realizando estudos de caso a partir da experiência do Agreste da Paraíba. Estes pesquisadores confundem-se em muitos momentos como mediadores.

Vários pesquisadores começam a dar visibilidade e a legitimar estas experiências em seus documentos científicos. Fernandes e Almeida (2002), com pesquisa realizada entre 2000-2002 sobre a conversão agroecológica em uma propriedade familiar no Agreste paraibano, tentando entender seus impactos econômicos, mostraram que a adoção de um enfoque agroecológico proporcionou uma maior estabilidade social e econômica, permitindo ainda uma maior participação nos movimentos locais de organização social.

Outra pesquisa, desenvolvida por Sabourin (2002), abordando o manejo da inovação na agricultura familiar do Agreste da Paraíba, a partir do sistema local de conhecimento (SLC) e identificação dos espaços e fatores de comunicação sociotécnica na localidade, funciona a partir dos agricultores, que repassam solidariamente seus conhecimentos e aprendizados de tecnologias. Observa-se que os enfoques agroecológicos são inovações sociotécnicas fomentadas pelos mediadores e adotadas pelos agricultores familiares. Neste contexto, novas identidades são constituídas e os agricultores tornam-se agroecologistas, inovadores, inventores e agentes de cotidianos diálogos técnicos e saberes locais, configuradas em novas redes de relações.

Para Sabourin (2002), as comunicações sociotécnicas podem se dar na sede da associação dos trabalhadores, no salão paroquial da igreja, na sede do sindicato, na sala de

reuniões do grupo escolar, no campo de futebol ou simplesmente nos lugares de encontros cotidianos, como a parada do ônibus, a feira, a visita ao sítio, a festa do banco de sementes, a novena ou o mutirão para a construção de uma cisterna de placas, a construção de uma barragem subterrânea, a limpeza coletiva de um roçado, a colheita coletiva de um roçado de mandioca e a farinhada.

Também foi desenvolvida, por Sidersky e Lima (2002), a pesquisa que trata diretamente do estudo de plantas nativas na agricultura familiar do Agreste da Paraíba, associada ao trabalho de Melo e Tonneau (2002) sobre sistemas pecuários, convivência como a seca e manejo alimentar. Estes autores mostram a importância das plantas nativas para os sistemas de produção das famílias que vivem e trabalham no semi-árido paraibano, bem com as funções, os usos e os manejos das plantas nativas, sejam elas: herbáceas, arbustivas ou arbóreas. Em especial, aquelas que servem para alimentação, biomassa, combustível, remédio, fibra e madeira para estacas e outras construções.

Ainda sobre os enfoques e conversões da agricultura familiar em agroecologia a partir dos próprios agricultores, ressalta-se o trabalho de Meneses e Sampaio (2002) sobre balanço de nutrientes em unidades de produção agrícola familiar no Agreste da Paraíba. Os estudos consideram também uma simulação dos fluxos e dos balanços de fósforo em uma unidade de produção agrícola familiar no semi-árido paraibano, e indicam também a incorporação de técnicas orgânicas para a produção de batatinha no Agreste paraibano.

Vários outros estudos foram coordenados por equipes da AS-PTA e do Pólo Sindical da Borborema e, organizados por Silveira, Peterson e Sabourin (2002), entre os anos 2000-2002, considerando as práticas tradicionais dos agricultores e seus bancos de sementes, nos quais foram gerados diagnósticos rápidos e participativos dos sistemas de produção, de cadeias produtivas e de sistemas de criação animal do Agreste paraibano. As diversas experiências entre agricultores familiares aparecem como um projeto intitulado “*Cultivos Ecológicos, roçados de alimentos para a vida*”. São experiências tanto de cultivos, quanto de técnicas alternativas produzidas pelos próprios agricultores da região pesquisada.

Um componente considerado relevante para a pesquisa relaciona-se à questão agrária, que historicamente configura o território paraibano (MOREIRA; TARGINO, 1997),

nordestino e brasileiro, enquanto arranjo jurídico-político e social, marcado pela grande concentração fundiária, o que representa o principal entrave para uma ampliação dos projetos de agricultura familiar de enfoques agroecológicos. A questão agrária na Paraíba remonta a toda uma estrutura de poder, impedindo experiências sustentáveis no meio ambiente rural paraibano. Esse componente é uma importante referência de pesquisa, no campo da economia e da geografia, sobre a organização do espaço agrário, refletindo principalmente a questão da estrutura fundiária por regiões agrárias, atividades rurais e propriedade da terra na Paraíba.

## **1.2 Do enfoque agroecológico aos caminhos da pesquisa**

As experiências com enfoques agroecológicos não eram comuns no Agreste/Brejo da Paraíba e foram articuladas de fora para dentro em um movimento essencialmente marcado pelas ações mediadas pelas organizações não-governamentais e outras entidades (AS-PTA, PATAC, CIRAD, UTOPIA, CARITAS), pelo movimento sindical local (Pólo Sindical da Borborema) e, mais recentemente, pela CPT, pelo MST e pelo MPA. As práticas de enfoques agroecológicos fomentadas foram fundamentais, entre elas: o manejo ecológico com biofertilizantes, adubo verde<sup>7</sup>; incentivo à criação de Bancos de Sementes<sup>8</sup> e; a preocupação com o meio ambiente em diferentes experiências para melhoria das condições de vida, que ultrapassaram os limites da própria Mesorregião Agreste/Brejo.

A análise das experiências agroecológicas, a partir das quais foram inseridos os mediadores e também os consumidores de produtos das feiras agroecológicas e das relações sociais e ambientais, teve como base a pesquisa empírica, privilegiando a observação participante e a reflexão dos protagonistas, em entrevistas semi-estruturadas, sobre suas

---

<sup>7</sup> Destaque para adubo independente, produzido com substâncias locais e a calda bordalesa que será mais bem tratada ao longo da pesquisa.

<sup>8</sup> Vários Associados sindicais do Pólo Sindical da Borborema participam do Projeto Banco de Sementes, conhecido como “Sementes da Paixão”. Ao longo da pesquisa, destacou-se a experiência do mais antigo Banco de Sementes da Paraíba.

trajetórias de vida, práticas e relações, combinados com a vivência em consumir produtos ecologicamente corretos.

Observar, ouvir, registrar e usar instrumentos (de coleta e registro) como máquinas fotográficas, gravadores e meios digitais (computadores, internet e programas), foram subsídios para a realização da pesquisa. Para melhor expressar os desenhos, os arranjos e as relações sociais dos enfoques agroecológicos, foram elaboradas figuras ilustrativas (mapas temáticos<sup>9</sup>, diagramas, quadros esquemáticos e fotografias) que serviram como imagens representativas das diferentes situações trabalhadas ao longo da pesquisa. As imagens que seguem refletem a agricultura de base ecológica e familiar pesquisada (Figuras 6 e 7).



Com a observação participante no estudo de campo em comunidades ou organizações, o pesquisador precisa traçar um plano lógico-intelectual (WHYTE, 2005). O plano deste estudo é estruturado com base em três situações do universo pesquisado: a) baseia-se na observação das práticas dos agricultores experimentadores de enfoques agroecológicos em suas diferentes atividades e relações sociais; b) volta-se para os mediadores que desenvolvem os enfoques agroecológicos e apóiam os agricultores de base familiar, considerando seus

<sup>9</sup> Os mapas temáticos foram produzidos a partir da base cartográfica do Ministério de Planejamento e Orçamento e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000).

interesses e suas ações práticas expressas em seus documentos e nos atos do grupo e; c) relaciona-se mais especificamente aos consumidores de produtos das feiras agroecológicas.

A pesquisa qualitativa (TRIVIÑOS, 1987) esteve baseada na trajetória de vida e no trabalho dos agricultores familiares, inseridos na atividade produtiva de enfoques agroecológicos, com o objetivo de revelar o singular, o próprio, desta experiência de trabalho e de vida. Na pesquisa qualitativa, o interesse incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Neste sentido, foi muito importante entender o sítio como território no qual o cotidiano revela as especificidades organizacionais, os aspectos ligados à moradia, ao trabalho; onde se destacam os roçados e as hortas; a extensão do sítio nas feiras agroecológicas e todas as atividades ligadas direta ou indiretamente aos agricultores familiares e as relações entre os agricultores/feirantes com os consumidores e mediadores.

A observação participante dos indivíduos ou grupos leva o pesquisador, de certa maneira, a uma rede de intimidades, de conversações nas quais descobre as interpretações sobre os acontecimentos observados (BECKER, 1999). Dentro dos encaminhamentos da pesquisa e com base na técnica de observação participante, foram definidos alguns pontos de partida ou pressupostos norteadores da investigação, tais quais:

1. Que o local, com os indivíduos e os grupos, suas práticas e relações, é o ponto de partida para pensar os processos relacionados à melhoria das condições de vida e à conservação do meio ambiente.

2. Que as práticas culturais em relação ao meio ambiente se processam ritmadas pelos modelos modernos de desenvolvimento, interferindo na vida das famílias de agricultores que vivem no Agreste/Brejo paraibano.

3. Que há uma “onda de mercado” que cria demanda para os produtos de enfoques agroecológicos, reforçando investimentos de capitais e pesquisas para além das ações dos próprios agricultores locais.

4. Que o enfoque agroecológico surge como projeto crítico e alternativo ao sistema agrícola moderno (dos complexos agro-industriais, dependente de crescente utilização de

agrotóxicos, fertilizantes e desenvolvimentos tecnológicos), sendo pautado em técnicas de domínio coletivo de grupos de afinidade e disponíveis a um número crescente de famílias de agricultores comprometidos com a inovação agrícola e técnica com vistas a práticas ecológicas e socialmente sustentáveis.

A pesquisa de campo foi realizada em diferentes momentos entre 2002 e 2005, nos municípios de Lagoa Seca e Alagoa Nova. Foram escolhidos: o Sítio Utopia e o Sítio São Tomé<sup>10</sup> de Cima, em Alagoa Nova; o Sítio Floriano, Sítio Oiti, Sítio Retiro e Sítio Lagoa do Barro, em Lagoa Seca.

O Sítio Utopia foi considerado enquanto produção agroecológica, sem apoios externos. É uma das principais unidades na produção ecológica, que interessou tanto pelo tempo de implantação das atividades ecológicas (desde 1992), quanto pela diversidade de culturas e experiências que foram implantadas no local. Na pesquisa, considera-se também seu entorno<sup>11</sup>, em especial, o Sítio Bacupari enquanto área territorial básica para constituição da experiência em agricultura ecológica, mas que também pratica agricultura familiar tradicional e, em significativos trechos do Bacupari, o sistema de monocultura de bananeira, que ainda hoje é a principal atividade agrícola e fonte de renda local.

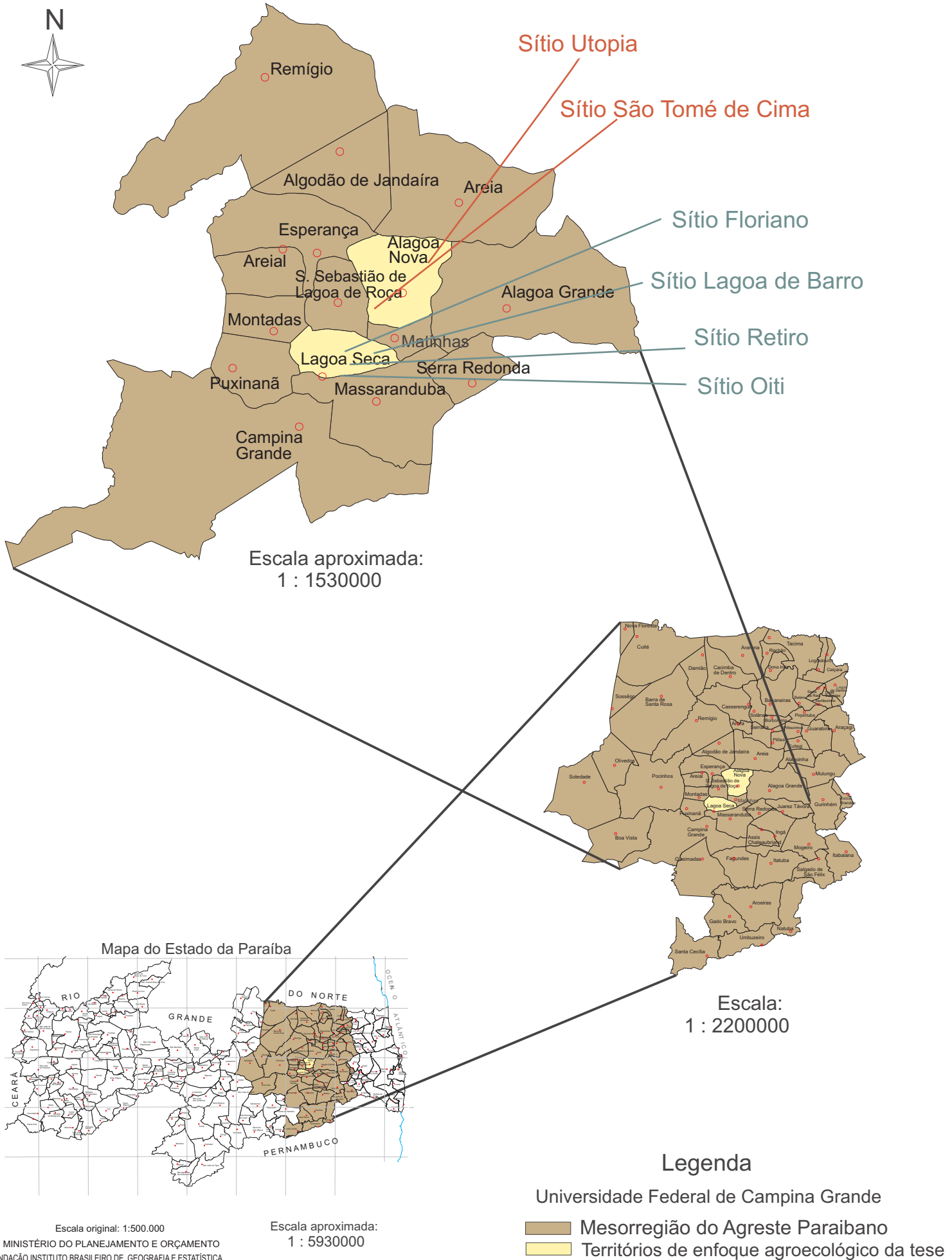
Com exceção do Sítio Utopia, todos os demais sítios escolhidos (São Tomé de Cima, Oiti, Floriano, Retiro e Lagoa de Barro) são exemplos de experiências agroecológicas e de agricultura familiar, apoiadas pela AS-PTA, ASA e Pólo Sindical da Borborema. Estes agricultores em seus sítios produzem uma agricultura familiar, formando uma rede de produtores inseridos na perspectiva dos cultivos ecológicos para a vida com preocupações ambientais e sociais (Figuras 8, 9 e Quadro 1).

---

<sup>10</sup> São Tomé é uma localidade com um pequeno povoado e vários sítios que recebem a mesma denominação. O local escolhido para pesquisa empírica foi apenas a parte do Sítio São Tomé de Cima. Muitos agricultores da área não praticam agroecologia nem agricultura orgânica. No Sítio São Tomé de Cima, existe um Banco de Sementes e são fomentadas várias experiências de enfoque agroecológico.

<sup>11</sup> Por entorno, consideram-se todos os outros tipos de experiências tradicionais no campo da produção rural, bem como das novas tendências, influenciadas ou não pela atividade agroecológica do Sítio Utopia na área identificada como Sítio Bacupari.





Escala original: 1:500.000

Escala aproximada: 1 : 5930000

Figura 09 -

## Enfoques Agroecológicos no Agreste/Brejo Paraibano - 2005



<b>Quadro 01 – Sítios pesquisados: localização, características e apoios</b>		
<b>Sítios Observados</b>	<b>Municípios e Características</b>	<b>Apoiadores e/ou Mediadores</b>
<b>Sítio Utopia. Agricultura ecológica desde 1992. Produtor Paulo Luna (Paulinho).</b>	<b>Alagoa Nova (Brejo). Área bastante enladeiraada, úmida e fértil.</b>	<b>Relata que não recebe apoio das ONG's. Conta com apoio de amigos que são técnicos agrícolas, agrônomos e ambientalistas</b>
<b>Sítio São Tomé de Cima. Agricultura ecológica de roçados em sistema de agricultura familiar. Produtor Zé Pequeno.</b>	<b>Alagoa Nova (Brejo). Área de boa fertilidade e elevado índice pluviométrico.</b>	<b>AS-PTA, ASA e Pólo Sindical da Borborema. O Sítio serve de modelo para ações destas entidades.</b>
<b>Sítio Oiti. Agricultura ecológica. Produtor Sr. João Guimarães. Agricultura familiar e comercial.</b>	<b>Lagoa Seca (Agreste). Influenciada pela semi-aridez e boa fertilidade.</b>	<b>Independente. Trabalha várias parcerias locais. Já contou com apoios da AS-PTA, ASA e Pólo Sindical da Borborema.</b>
<b>Sítio Floriano. Roçados, fruteiras e hortas orgânicas. Produtor José Leal. Agricultura familiar e comercial.</b>	<b>Lagoa Seca (Agreste). Semi-aridez e correção orgânica do solo.</b>	<b>AS-PTA, ASA e Pólo Sindical da Borborema. Sítio modelo para experiências fomentadas pelas entidades acima.</b>
<b>Sítio Retiro. Agricultura ecológica e familiar subsistente. Produtor Robson. Pastos e criação de animais.</b>	<b>Lagoa Seca (Agreste) Semi-aridez e correção orgânica do solo.</b>	<b>AS-PTA, ASA e Pólo Sindical da Borborema. Sítio modelo para outros agricultores locais.</b>
<b>Sítio Lagoa do Barro. Cultivos ecológicos para o mercado. Produtor Naldinho.</b>	<b>Lagoa Seca (Agreste) Semi-aridez e correção orgânica do solo.</b>	<b>AS-PTA, ASA e Pólo Sindical da Borborema. Sítio modelo para outros agricultores locais.</b>

Fonte: Pesquisas de campo e de boletins da ASA, AS-PTA e Pólo Sindical da Borborema , 2001/04

As relações entre os agricultores são marcadas pelos laços de solidariedade e trocas de experiências em diferentes associações de pequenos produtores rurais, criadores de animais de pequeno porte e pequenos rebanhos bovinos; manejo ecológico com abelhas nativas (Meliponicultura) e abelhas africanizadas (Apicultura); bem como, roçados de feijão, milho, mandioca, macaxeira, guandu, açafraão, pimenta do reino, fruticultura (em especial, a laranja comum, cravo e tangirina, banana, caju, acerola e mamão) e, nos trechos mais secos da área, também cultivam a palma-forrageira para alimentar os animais.

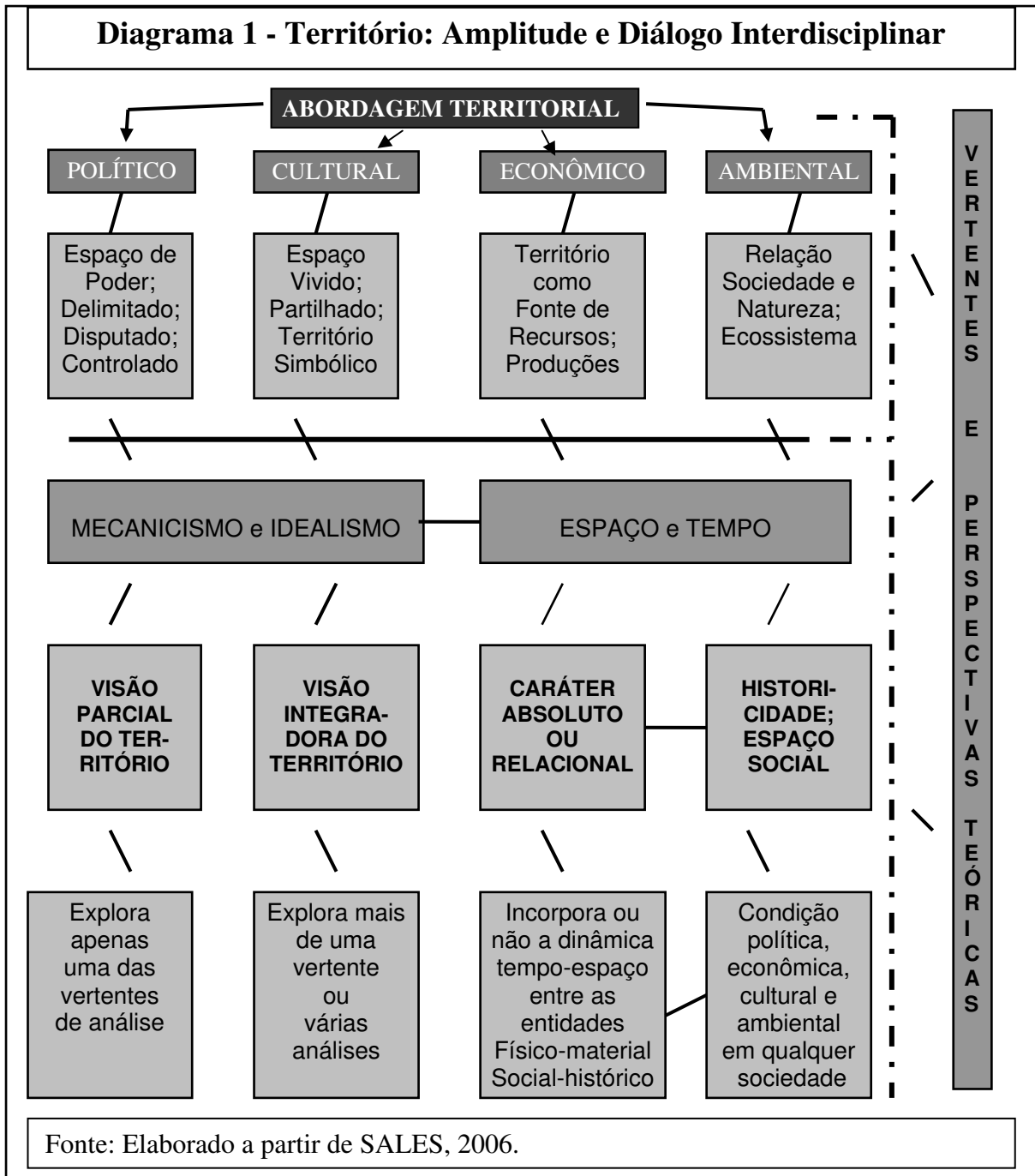
O interesse pela abordagem territorial e pelos enfoques agroecológicos serviu para refletir sobre a reorganização produtiva do território em relação à modernização da agricultura, em especial, no tocante aos sistemas técnicos agrícolas e ao meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2001), que ganha dimensões planetárias, podendo ser analisado a partir de experiências locais, dos agricultores em seus sítios, bem como dos enfoques agroecológicos.

## **2. ABORDAGEM TERRITORIAL E CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA ÁREA DE PESQUISA**

Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial” (COSTA, 2004, p.20).

A maior preocupação neste capítulo é a constituição teórica e conceitual da noção de território, enquanto uma construção social, marcada pelas experiências de cooperação e conflito entre diferentes atores e grupos sociais, confrontados em contextos organizacionais e de gestão de recursos. Para isso, são problematizados os novos desenhos de poder na construção da abordagem territorial, a partir do paradigma agrotecnológico da “Revolução Verde”, com a introdução da biotecnologia e engenharia genética em relação ao movimento de aspiração agroecológica, que visa a sustentabilidade ambiental e o entrelaçamento sócio-ecológico para o fortalecimento da agricultura familiar local.

A idéia é observar os processos e as relações sociais a partir de uma abordagem territorial, considerando as idéias de ação social, ator social, organização social, conflitos, contradições e reivindicações, em especial, das experiências em agricultura ecológica, enquanto prática social dos agricultores em um sistema de agricultura familiar, que encontra-se e desencontra-se com outros complexos de produção no campo, os processos de territorialidade, seus desenhos, arranjos e relações na perspectiva de uma sociedade que vive e trabalha no campo e que vem sendo conectada ao mundo de forma globalizada. Um ambiente de famílias de agricultores que tiram da terra e dão a esta mesma terra um sentido social construído em suas contradições e construções territoriais cotidianas (Diagrama 1).



O esquema acima apresentado serve para demonstrar a complexidade assumida pela abordagem territorial e as possibilidades na criação de elementos teóricos para análise da atual sociedade e suas relações com o meio ambiente. A idéia é trabalhar a abordagem territorial dando uma visão integradora do território e explorando as várias vertentes apresentadas esquematicamente. Nesse sentido, entende-se que tanto a vertente político-cultural, quanto a

econômico-ambiental permitem a inter-relação da ecologia política com a abordagem territorial enquanto escolhas acertadas para o desenvolvimento da pesquisa.

O território na perspectiva político-cultural e econômico-ambiental (COSTA, 2004) pode ser pensado para além do poder político de estado, sendo tecido pelas relações sociais, ganhando contornos nas identidades sócio-culturais e nas delimitações de poderes simbólicos, imaginários ou subjetivos. O território em sua composição híbrida é um espaço delimitado e controlado a partir de relações de poder.

O território de enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano é um processo em construção que, ao encontrar-se com o território da agricultura familiar (pensada aqui não só como uma atividade econômica ou agrônômica), viabiliza um novo processo de territorialização institucionalmente reconhecida e permeada pela identidade dos agricultores que, sendo agricultores familiares, sentem-se também “agricultores ecológicos”.

Nesse sentido, o arranjo teórico serve como entendimento da constituição social das territorialidades rurais a partir da agroecologia e da participação popular em meio ao novo processo técnico-científico-informacional, provocador de profundas alterações no meio ambiente e nas relações sociais (SANTOS, 2001). Apesar da autonomia de cada pessoa ou grupo, existe um caráter político no território, bem como a compreensão sobre o conceito de espaço geográfico, como substrato, palco ou base para as manifestações territoriais:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (RAFFESTIN, 1993, p.143).

O território aparece como uma matriz político-administrativa, o território nacional ou o espaço físico onde se localiza uma nação; espaço delimitado por uma ordem político-jurídica; espaço demarcado pela projeção do trabalho humano com suas linhas, limites e fronteiras.

A idéia de território veio, ao longo do século XX, deixando de ser uma construção teórica da geografia e assumindo novas matérias de conhecimento como as ciências sociais (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004). Essa matéria chega aos construtos de análises do ambiente e vai-se revestindo ora de componentes naturais e técnicos, ora de componentes

sociais e ideológicos, de forma que a abordagem territorial pode ser aplicada à análise dos processos sociais rurais.

Na atualidade, diante das constantes mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, que vêm ocorrendo mundialmente, as questões inerentes ao território emergem com bastante vigor. Desta forma, a noção de território torna-se interdisciplinar, ultrapassando os limites do campo da Geografia, sendo concebida e utilizada pela Sociologia, Ciência Política, Ciência Econômica, Antropologia e outras áreas de conhecimento:

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões inclusive a dimensão da interação sociedade/natureza (...); a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mais também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo; e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-a até a escala do indivíduo (COSTA, 2004, p.37).

A abordagem referente ao território é aqui atrelada ao conhecimento sociológico e aos enfoques agroecológicos, enquanto arranjo teórico indispensável no trato com as análises sociais dos diversos agricultores familiares e suas experiências de vida, de trabalho e experiências com outros atores sociais, como os mediadores, pesquisadores e os consumidores das feiras agroecológicas pesquisadas. Outra preocupação é no sentido de entender a abordagem territorial na perspectiva do desenvolvimento local sustentável, pois os mediadores utilizam constantemente essa idéia em seus textos e em suas intervenções.

Sobre a questão da territorialidade a partir de clássicos da geografia, “quando a sociedade se organiza para defender o território, ela transforma-se no estado” (RATZEL, 1882, apud MORAES 1991, p. 55). Em sua antropogeografia e nos fundamentos da geografia aplicada à história, Ratzel considera que a sociedade/natureza é um organismo que mantém relações duráveis com o solo, manifestadas, entre outras coisas, nas necessidades de moradia e de alimentação: “o território representa as condições de trabalho e existência de uma



sociedade e a perda de território seria a maior prova de decadência de uma sociedade” (RATZEL, 1882, apud. MORAES, 1991, p.57).

A abordagem territorial também é pensada na perspectiva diferenciada entre o território e o espaço. O território é visto como idéia de integração nacional, de uma área dinamicamente ocupada pela população, pela produção e pelas diferentes relações sócio-econômicas, do comércio, dos transportes e das ações planejadas pelo Estado (ANDRADE, 1995). Nessa visão, o espaço é mais amplo que o território, englobando também as áreas vazias que ainda não foram territorializadas, que ainda não sofreram uma ocupação sócio-econômica efetiva e que poderão ser incorporadas ou territorializadas a partir das relações de poder.

É fundamental compreender que as diferentes relações sociedade e natureza estabeleceram-se historicamente à medida que o meio ambiente foi sendo ocupado pela sociedade urbano-industrial (SANTOS, 2001). Os estados modernos cumpriram um importante papel, criando as condições estruturais para o desenvolvimento do sistema capitalista, como sendo o sistema econômico que mais modificou o espaço social e estabeleceu a sociedade de consumo.

O território é fruto de uma construção social, não apenas como palco de relações ou conflitos, mas como ator na dinâmica social, considerando delimitações, reconstruções de contextos e noções de uso do território enquanto alicerces da abordagem teórica (SANTOS; SILVEIRA, 2001). O conceito de território enquanto construção social é indispensável no trato com as práticas sociais dos diversos agricultores familiares e de suas experiências de vida e de produção:

O que interessa discutir é então o território usado como sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. (...) O território, visto como unidade e diversidade é uma questão central da História humana e de cada país (...) A divisão territorial do trabalho envolve, de um lado, a repartição do trabalho vivo nos lugares e, de outro, uma distribuição do trabalho morto e dos recursos naturais (...) (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 20).

O esforço de análise, gerado a partir do uso do enfoque territorial como questão central, é entre outras questões a renovação da materialidade do território. Fazendo uma ponte

entre o território (perspectiva teórica) e a pesquisa empírica, colocados na seqüência elementos constituintes das condições e eventos sócio-ambientais do Agreste/Brejo paraibano e os componentes estudados.

## **2.1. Caracterização sócio-ambiental da área pesquisada**

A Paraíba, um estado do Nordeste brasileiro, tem uma área de 56.340,9 km<sup>2</sup>, com limites ao Norte com o Rio Grande do Norte; ao Sul com Pernambuco; ao Leste com o Oceano Atlântico e; ao Oeste com o Ceará. Suas coordenadas geográficas são: 6° 02' 12" e 8° 19' 18" de latitude Sul e; 34° 45' 54" e 38° 45' 45" de Longitude Oeste. Apresenta uma população de aproximadamente 3.439.344 habitantes e uma densidade demográfica de 61,05 pessoas por km<sup>2</sup>. Nota-se então que 2.443.590 pessoas habitam o espaço urbano e 995.754 pessoas habitam o espaço rural (IBGE, 2001).

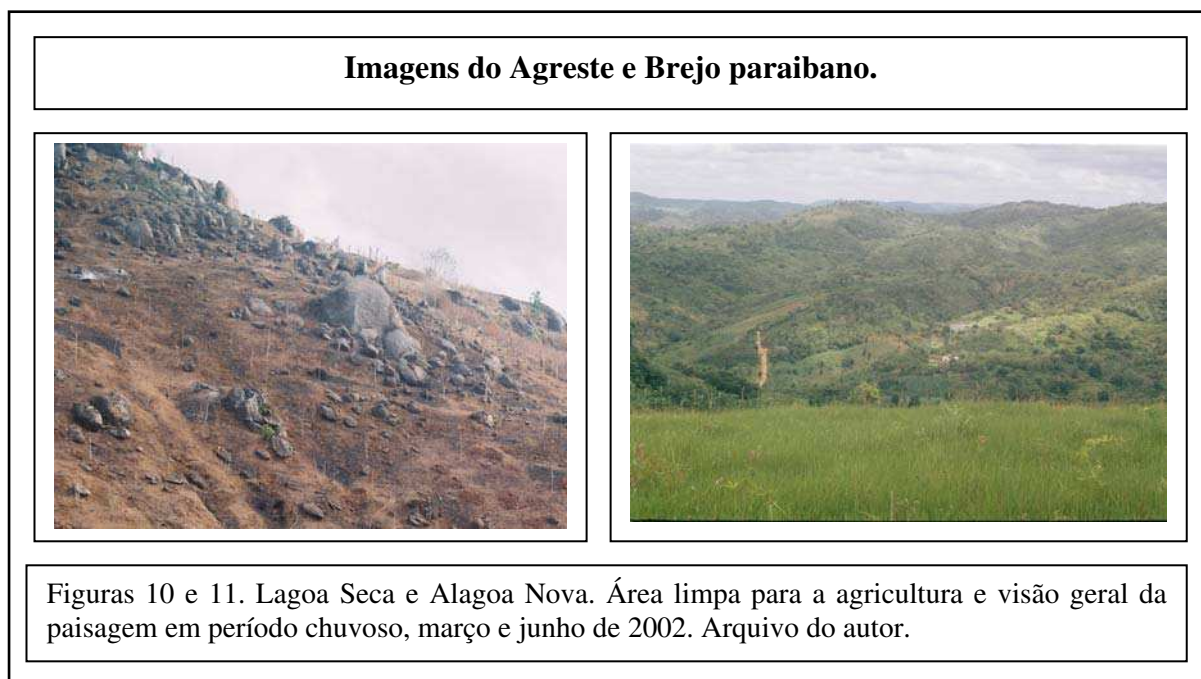
A estiagem é um dos principais fenômenos naturais a desorganizar a economia local, tornando os problemas sociais ainda mais críticos. Do ponto de vista sócio-econômico, a Paraíba figura entre os estados do Brasil com os mais elevados índices de pobreza. Problemas como analfabetismo, desnutrição, mortalidade infantil, subemprego, moradia precária, falta de assistência médica e de educação (MOREIRA; TARGINO, 1997). A economia paraibana é pouco capitalizada e vem sendo marcada por sucessivas crises em suas áreas mais dinâmicas como: pecuária bovina, agricultura comercial de algodão, sisal e cana-de-açúcar.

O semi-árido paraibano é sem dúvida uma das áreas ecologicamente mais degradada do Brasil. O mesmo apresenta um ambiente extremamente rochoso e com solos pedregosos e uma vegetação xerófila em acelerado processo de desmatamento, provocado pela ação humana atrelada às condições ecológicas de seca, fazendo com que apresente forte tendência à desertificação. Quase setenta e nove (79%)<sup>12</sup> por cento de seu território estão situados no polígono das secas (Agreste, Borborema e Sertão), considerados como áreas de influência da semi-aridez.

---

<sup>12</sup> Cf. Atlas geográfico da Paraíba, base cartográfica, Grafiset, João Pessoa: Editora da UFPB, 1985.

A fragilidade do ecossistema e a ação humana levam a um acelerado processo de destruição das condições biológicas (IBGE, 2001). A agricultura familiar de subsistência e, em alguns casos, também comercial ainda é muito dependente das condições ambientais, como períodos chuvosos ou estações secas, que dificultam a ação dos agricultores locais (Figuras 10 e 11).



### 2.1.1 Mesorregião do Agreste e Microrregião do Brejo paraibano

O **Agreste** paraibano é caracterizado pelo Planalto da Borborema, setor cristalino do maciço da Borborema. Demarcado pelas microrregiões do Curimataú, Esperança, Brejo, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana e Umbuzeiro (MOREIRA, 1989).

A vegetação do Agreste é a caatinga xerófila, que acompanha a gênese do clima e solo que se relacionam entre si. A descrição fisiográfica da vegetação comporta a caracterização típica deste ambiente (CARVALHO, 1982). Desenvolvida nos terrenos cristalinos, a vegetação do tipo caatinga apresenta aspectos distintos de porte arbóreo arbustivo que se distribuem gradativamente em toda zona seca da região. A caatinga apresenta porte variável, de caráter

xerófilo, com grande quantidade de plantas típicas de terrenos com escassez de água, que a transforma em plantas secas, algumas com espinhos no lugar das folhas (bromeliáceas e cactáceas).

As variações inseridas na caatinga são determinadas por fatores vitais, tais como: baixo índice pluviométrico, temperaturas elevadas durante a estação seca, principalmente por provocar aridez no solo, pois sendo predominantemente raso, pedregoso ou com afloramentos cristalinos, inviabiliza a absorção da água (CARVALHO, 1982). Existe ainda a caatinga hiper-xerófila, típica dos ambientes secos e pedregosos, em solo quase que totalmente desprovido de vegetação, que por ser raso, o processo de escorrência é maior que a infiltração.

Baseado neste contexto, a vegetação acaatingada é do tipo herbácea, arbustiva e em menor proporção arbórea. As espécies mais encontradas neste ambiente são: a catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), o marmeleiro (*Croton sp*), o pinhão (*Jatropha sp*), as bromeliáceas, as cactáceas, além de vários outros arbustos e árvores de médio porte (MELO; RODRIGUEZ, 2003). Ao longo dos estudos específicos sobre a vegetação nativa, considera-se que, ao longo das duas últimas décadas, houve uma substituição das áreas anteriormente ocupadas por caatinga do tipo densa, pela caatinga espaçada e rala.

O menor crescimento no porte da vegetação e as formações menos fechadas da caatinga são decorrentes das práticas agropastoris historicamente implantadas no Nordeste seco. Produções agrícolas como: o milho, a mandioca, o feijão, o algodão, o sisal e os pastos de palma forrageira são os melhores exemplos de ocupação do solo. Especialmente o sisal ou agave e o algodão arbóreo e herbáceo que, até os anos 1970 e 1980, ocupavam grandes áreas cultivadas, representando a base da produção comercial desta área (MOREIRA; TARGINO, 1997).

As culturas comerciais do sisal e do algodão foram abandonadas pelos produtores, pois perderam importância econômica, já que o sisal foi substituído pelo aperfeiçoamento das fibras sintéticas e o algodão devido ao menor preço praticado em outras regiões do Brasil e do mundo e à extensão da “praga do bicudo”, que provocou a destruição da produção algodoeira em quase todo o Nordeste brasileiro.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Cf. Moreira (1997), dados do Atlas de Geografia Agrária da Paraíba - UFPB/INCRA.

Outro contexto geral de análise é o cultivo de pastagens, assim como o plantio da palma forrageira nas zonas de baixio. O capim *buffel* e o capim *elefante* geralmente cercados, são alternativas encontradas pelos pequenos criadores do Agreste paraibano para suprir os rebanhos de alimento nas possíveis estiagens. A prática tornou-se expressiva, a partir do momento em que culturas como o algodão e o sisal perderam importância, pois o cultivo do capim nos baixios e da palma forrageira nas áreas secas passou a ser feito em antigas áreas, substituindo assim os restolhos do agave e do algodão.

A caatinga não tem mais o mesmo vigor de regeneração dos pastos naturais, pois a pastagem intensiva dos pecuaristas de maior porte vem provocando um empobrecimento biológico das coberturas vegetais. A caprinocultura e a ovinocultura são exemplos de ocupação dos pastos nativos da região. Estes rebanhos são chamados popularmente de “*miunças*” (animais pequenos). Também criados de forma extensiva, o bode e a ovelha representam um importante aspecto da paisagem com maior concentração nas microrregiões do Curimataú e Cariri.

O **Brejo** paraibano compreende áreas cristalinas, marcadas pelos esporões e escarpas orientais do maciço da Borborema. A média altimétrica do Estado da Paraíba começa a aumentar nessa direção, ultrapassa a cota dos 300m, até atingir altitudes médias de 600m. Os ventos úmidos do sudeste interferem diretamente nas condições climáticas locais, passando a existir mais umidade e, em função da altitude, nota-se uma queda de temperaturas (médias de 22°C a 25°C) e um aumento do índice pluviométrico com as chuvas orográficas (1.000 a 2.000mm ao ano)<sup>14</sup>.

A vegetação local é marcada por mata latifoliada perenifólia úmida e de altitude, matas serranas (similar à mata atlântica) e vegetação agreste. Este ambiente já foi quase que totalmente degradado, restando apenas algumas “ilhas de mata serrana”<sup>15</sup>. Em áreas mais elevadas, o ambiente de Brejo, em função da altitude, modifica as condições microambientais, com menores temperaturas e maior umidade atmosférica. A vegetação é do tipo

---

<sup>14</sup> Cf. Dados extraídos do Atlas Geográfico do Estado da Paraíba, Quadro Natural, 1985, p. 22-48.

<sup>15</sup> Cf. SUDEMA - Superintendência de Desenvolvimento do Meio Ambiente. Mapa de Unidades de conservação por Município, classificando a Reserva Ecológica Estadual Mata do Pau Ferro em Areia; Reserva Ecológica Estadual de Goiamunduba em Bananeira e o Parque Estadual Pedra da Boca, juntamente com a Reserva Particular do Patrimônio Natural da Várzea, ambas em Araruna.

arbóreo, com espécies como: Tatajuba (*phora tinctoria*), jurema (*mimosa sp.*), praiva (*simaruba amara*), entre outras (MELO; RODRIGUEZ, 2003).

Os solos locais são considerados de boa fertilidade, com destaque para os solos lateríticos, podisólicos, de terra roxa similar, e Bruno-não-cálcicos<sup>16</sup>. Com os elevados índices pluviométricos e com a base pedológica satisfatória, essa passou a ser a mais importante Microrregião de produção agrícola do Estado da Paraíba, o que atraiu a monocultura canavieira para a região (Figuras 12 e 13).



A ocupação econômica mais forte deu-se com os Engenhos e com as Usinas de cana-de-açúcar, passando pela produção de algodão, sisal, fumo e até mesmo café (MOREIRA; TARGINO, 1997). A monocultura canavieira ocupou extensas áreas de florestas úmidas, implicando em danos para o meio ambiente e para a sociedade.

Como base da monocultura canavieira do Brejo, além do açúcar e da aguardente, principais produtos da cana na região, os engenhos do Brejo desenvolveram também outros produtos da cana-de-açúcar (rapadura, melaço e cachaça), gerando uma economia plenamente ativa, que interfere diretamente na economia de todo o entorno do Brejo Paraibano, incluindo outros estados do Nordeste (MOREIRA; TARGINO, 1997).

<sup>16</sup> Estes dados foram analisados com base no Atlas Geográfico da Paraíba, 1985, p. 22-48.

As serras úmidas da microrregião, com solos férteis e muitas chuvas, criaram uma área ambientalmente privilegiada que foi ocupada pelos senhores de engenho e pelas monoculturas. Essa ainda é uma marca das imagens da economia brejeira, enquanto dinâmica rural fortalecedora do poder local de valorização do espaço agrário regional, subordinado aos interesses oligárquicos que domina o território rural local até os dias atuais.

O Brejo já foi importante exportador de café, que fortalecia a importante aristocracia rural detentora de dinheiro. Por volta de 1921, uma praga conhecida como vermelho (*cericicus parahybensis*), não foi controlada e, em menos de uma década, enfraqueceu a economia cafeeira no Brejo e no Estado (GALLIZA, 1993).

O Brejo também é uma importante área de agricultura familiar, demarcada por sítios e granjas de pequenas dimensões territoriais (entre 01 e 10 hectares) e que desenvolve uma atividade agrícola significativa e diversificada. A fruticultura (banana, caju, manga, jaca, laranja, acerola, etc.) é uma importante atividade com safras periódicas, bem como o cultivo de feijão, fava, milho, macaxeira e mandioca, etc. A produção de pastagem e pecuária bovina em pequenos rebanhos é outro aspecto da economia rural do Brejo.

Além disso, existe o fomento de produção de agricultura ecológica, em especial de hortaliças (verduras orgânicas), com uma grande variedade de folhas, legumes e outros. Em diversos sítios da região, pequenos agricultores desenvolvem as práticas de canteiro com coentro, cebolinha, alfaces, repolhos, espinafre, acelga, pimentão, tomates, pimenta, batatinha, rabanete, cenoura, beterraba, chuchu, chicória, mostarda, entre outras culturas. Muitos agricultores familiares adotam, em suas pequenas e médias propriedades, as atividades econômicas maiores como a monocultura da bananeira e a produção canavieira, tornando-se fornecedores para engenhos locais.

Na caracterização sócio-ambiental da área de pesquisa, a base hidrográfica do Rio Mamanguape é essencial no processo de organização social e ocupação do território. A água é uma das principais definidoras do território, enquanto motivo de ocupação e organização política, cultural e econômica dos lugares pelo ser humano na sua saga de movimentos no espaço geográfico. Os municípios que estão na estrutura hidrográfica do Alto Mamanguape, em especial, na porção do Agreste Alto e do Brejo paraibano, local das nascentes dos rios que formam a bacia, compõem o denominado território dos enfoques agroecológicos paraibanos.

Essa é uma significativa bacia hidrográfica, formada pelo Rio Mamanguape (principal), Rio Mandaú, Rio Guandu e Rio Araçagi. Além destes quatro “galhos” principais, existem dezenas de pequenos afluentes e subafluentes do Mamanguape. Esse representa o mais importante divisor hidrográfico de áreas, como o Agreste, Brejo e trechos do Curimatú paraibano, descendo para o Piemonte da Borborema (Agreste Baixo), até chegar a sua foz no Oceano Atlântico (Figuras 14, 15).

### Imagens do Mamanguape no Agreste/Brejo paraibano.

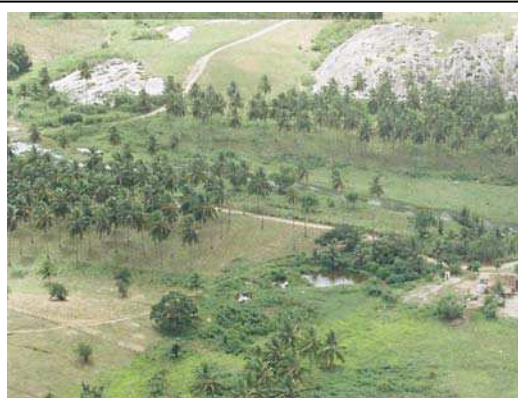


Figura 14 - Encostas e nascentes do Rio Mamanguape entre o Agreste/Brejo.

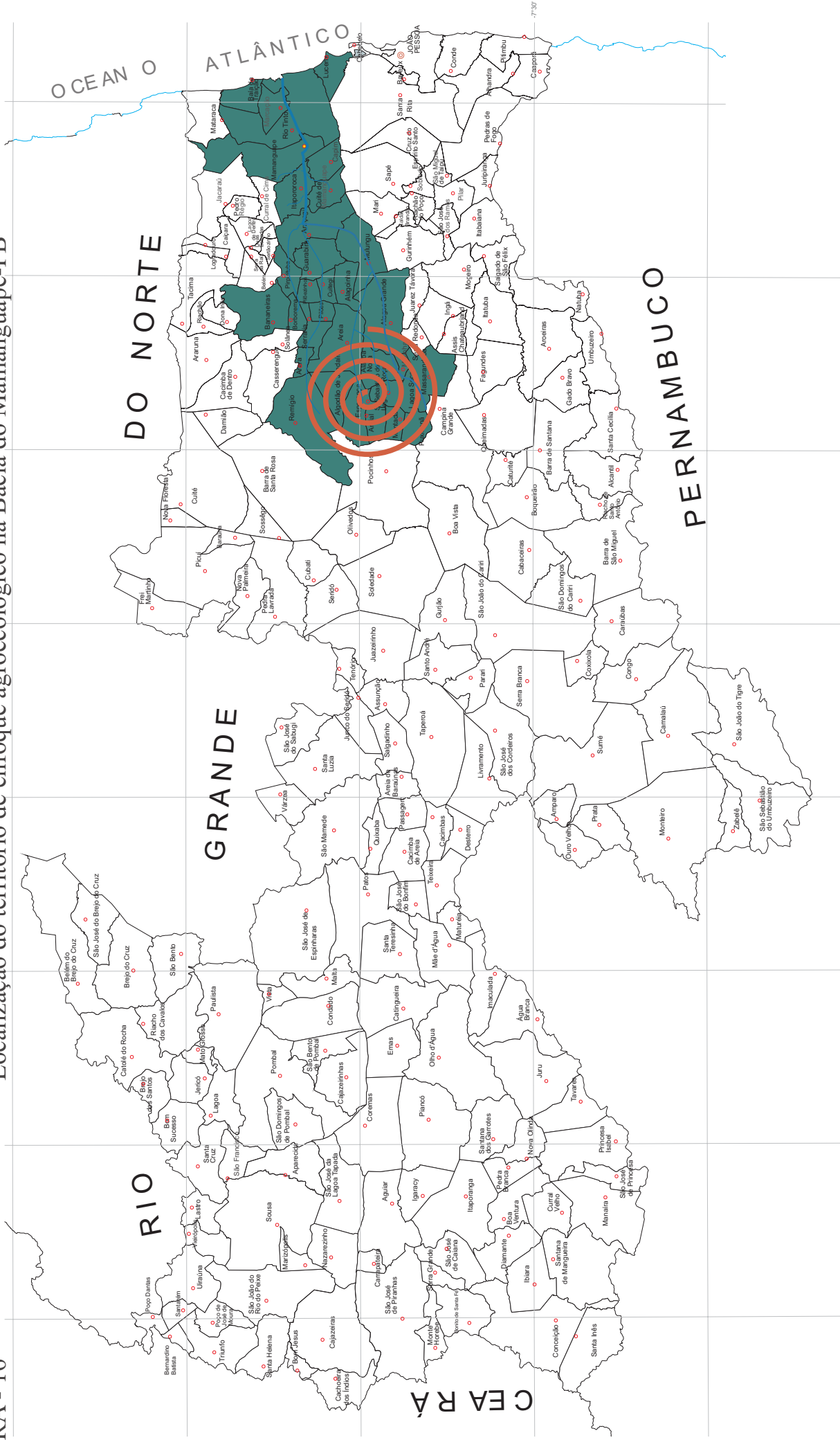
Figura 15 - Alagoa Nova, área de cultivo ecológico com encostas protegidas e pequeno reservatório de água e com agricultura ecológica (Sítio Utopia). Arquivo do autor, Março de 2004.

O Rio Mamanguape, em sua porção Agreste, em períodos de prolongadas estiagens, torna-se intermitente ou temporário. Quando sai do Agreste e começa a cortar as terras brejeiras, vai recebendo água dos seus afluentes e subafluentes. Estes rios recebem água das muitas fontes, nascentes ou olhos d'água que brotam das muitas encostas serranas da Serra da Borborema em sua porção oriental. Existem vários pequenos açudes particulares e barreiros que são utilizados tanto para agropecuária, quanto para o uso humano. No mapa a seguir, um destaque para a bacia do Mamanguape (Figura 16).



FIGURA - 16

Localização do território de enfoque agroecológico na Bacia do Mamanguape-PB



Escala original: 1:500.000

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Escala aproximada:  
1 : 1840000

Legenda



Território de enfoque agroecológico  
Rio Mamanguape  
Munic.integrantes da Bacia do Mamanguape



## 2.2 Produção do espaço agrário e contradições territoriais

A propriedade da terra no Brasil foi permeada pela lógica capitalista, em relação ao movimento de acumulação do capital e ao investimento na modernização do espaço agrário (GRAZIANO, 1993). Sua interferência direta nas condições de vida e de trabalho no ambiente rural e as implicações da estrutura agrária estão mantidas até os dias atuais, dificultando a ampliação de alternativas sustentáveis de desenvolvimento sócio-ambiental no campo.

Com a mecanização, os sistemas de irrigação, o uso de agrotóxicos, herbicidas, inseticidas, fungicidas, fertilizantes, o uso e valor da terra tomaram proporções completamente diferentes do que era visto anteriormente aos anos de 1950 (MULLER, 1989). O crescente aumento da produção, a melhoria das safras e a ampliação do espaço plantado foram alguns dos indicadores do processo de modernização da agricultura no Brasil. Mas, em contrapartida, o uso das máquinas pelos grandes produtores fez diminuir o uso de mão-de-obra e milhões de trabalhadores rurais, por falta de emprego, foram obrigados a abandonar o campo para buscar na cidade uma "nova" maneira de viver.

Na década de 1970/80, observa-se a concretização do capitalismo industrial no campo. Consolidaram-se os complexos agroindustriais, modificando a produção agrícola e a organização do espaço agrário brasileiro, bem como as relações de trabalho no campo.

Outra importante reflexão feita a partir do processo de modernização do campo enfatiza os contextos históricos e econômicos, enquanto situações materiais que possibilitaram tais avanços e o desenrolar de dinâmicas que geraram uma inter-relação cidade/campo/cidade (MARTINE, 1989). Existe uma retroalimentação dos dois espaços, pois a cidade é o espaço da produção de máquinas e acessórios para ampliação da produção e, por sua vez, o campo produz matérias-primas indispensáveis ao meio urbano, densamente povoado e com uma cultura de centralização das relações de produção ditas modernas. Entender todas essas fases de modernização é fundamental, pois tais informações ampliam o conhecimento acerca dos processos geradores das contradições que hoje se estabelecem em extensas áreas do Brasil, do Nordeste e da Paraíba.

O resgate histórico da questão agrária no Estado da Paraíba passa, neste trabalho, pela idéia do desenvolvimento sustentável, da distribuição espacial e material do desenvolvimento, além de questões voltadas à participação dos agricultores familiares em experiências de agroecologia de maneiras territorialmente mais ampliadas.

É relevante dizer que os problemas agrários na Paraíba passam pelo processo de expansão e retração da economia dominante (cana-de-açúcar, gado, algodão e sisal), gerando fortes conseqüências sobre o trabalho e a vida das famílias da região. Isso tudo em decorrência da dependência em relação à propriedade da terra. Com o recuo das destacadas atividades econômicas, os grandes proprietários fundiários deixaram a terra improdutiva e sem função social. Enquanto isso, milhares de trabalhadores rurais continuam sem terra para trabalhar, vivendo em áreas mínimas e necessitando produzir sua subsistência e a de suas famílias.

Quando observados os municípios de Alagoa Nova, Areia, Pilões, Remígio, Lagoa Seca, Esperança, entre outros que estão desenvolvendo novas alternativas de vida e de trabalho a partir de experiências de produção com enfoques agroecológicos, nota-se que as experiências acontecem em minifúndios que variam de 0,5 a 30 hectares. Este é, sem sombra de dúvidas um dos principais limites ao processo de conversão agroecológica e de uma produção sustentável na Mesorregião Agreste.

Em relação às questões sócio-ambientais que envolvem os agricultores familiares do semi-árido paraibano, uma delas é a pouca terra em um ambiente ecologicamente frágil, degradado e com grandes extensões sob o domínio do latifúndio. Nesse quadro, é importante destacar as lutas pela terra no Estado da Paraíba a partir dos anos de 1980, mostrando as principais áreas de conflito ou tensão social<sup>17</sup>.

A estrutura agrária da terra marca o poder político local e os problemas sócio-ambientais reflexos desse domínio em seu modelo de produção e exploração. As terras brasileiras foram apropriadas pelos colonizadores europeus, desde o século XVI, em uma base patriarcal hereditária, foram tomadas e apossadas pelo sistema colonial europeu, que foi implantado no Brasil a partir da Região Nordeste (MOREIRA; TARGINO, 1997).

---

<sup>17</sup> O recorte histórico não exclui a importante organização dos trabalhadores rurais em torno das Ligas Camponesas paraibanas por volta dos anos 60 e seu refluxo por mais de vinte anos, devido à ditadura militar.

A apropriação fundiária do Estado da Paraíba ainda é um dos principais problemas sociais, econômicos, culturais e políticos, enfrentado pela maioria dos paraibanos. É uma das marcas da exclusão social remanescente desse sistema. Existem milhares de trabalhadores rurais sem terra ao lado de milhares de pequenos proprietários com terra insuficiente para uma produção economicamente viável.

Os pequenos proprietários, com uma menor disponibilidade de terra para o trabalho, junto com suas famílias foram levados a intensificar o uso do solo agrícola, expandindo a pequena produção aos limites naturais dos solos (ocupação das nascentes de rios, áreas de vegetação e encostas das serras). Um sistema de produção de agricultura familiar tradicional, ao longo do tempo, ampliou demograficamente as famílias de modo que a pouca terra herdada tornou-se insuficiente para manutenção da prole rural.

As técnicas tradicionais de manejo, como o corte da vegetação, a coivara, a queima e o destocamento da área, intensificaram-se ao longo dos séculos e hoje ainda são praticadas, provocando uma significativa incompatibilidade ambiental da produção e impactando ecossistemas naturais. O sistema de queimada como prática de limpa da terra foi desenvolvida pelos índios, mas como eles não eram totalmente sedentários, deslocavam-se quando o ambiente não respondia pelas suas necessidades, a natureza degradada ficava para trás e, em parte, reintegrava-se lentamente (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Os grandes proprietários são, na sua maioria, especuladores fundiários e monocultores, ou usam a terra simplesmente enquanto *status* de poder político, representação do senhor de posses e mandatários políticos locais, que arrebanham a idéia de mando, controle político dos municípios com mandatos de prefeitos, vereadores, deputados estaduais e até federais, fazendo parte do jogo de poder que elege governadores de estado, senadores e até indicação de ministros da república, pois a bancada ruralista é uma das mais fortes no congresso nacional e assembleias legislativas estaduais.

O território em sua dimensão rural guarda um forte significado político para a garantia de controle social das diferentes Mesorregiões e Microrregiões do Estado da Paraíba. Isso no tocante ao fato de que, existindo a concentração fundiária, sua contra face é a da exclusão fundiária. Esse fato inter-relaciona muitos dos outros problemas de ordem social e ambiental, tanto por parte das monoculturas (cana-de-açúcar) do complexo agroindustrial, como da

produção em pequenas áreas, mesmo que sejam de policulturas de subsistência e comercialização local. Com pouca ou sem terra e sem trabalho, muitos paraibanos, adaptados à passividade do modelo aparentemente natural da propriedade hereditária, sentiram-se obrigados a migrarem para centros urbanos locais, regionais e nacionais.

Enquanto isso, o meio ambiente rural esvazia-se de população e conseqüentemente de efetiva produção agrícola. A Paraíba é hoje um Estado de baixa produtividade rural, mesmo guardando significativa potencialidade natural em seu solo. Mesmo assim, não cessaram os conflitos e as tensões sociais pela Reforma Agrária na área.

Na Paraíba, existem regiões agrárias que estão relacionadas diretamente com as atividades produtivas estabelecidas no seu espaço (MOREIRA, 1989). Mesmo tendo havido retrações econômicas em relação a algumas atividades econômicas do meio rural, foi possível identificá-las dentro da tradição agrária com muita facilidade. A pesquisa limita-se aqui a expor elementos diretamente relacionados com o Agreste/Brejo, locais referentes ao estudo dos enfoques agroecológicos. Para Moreira (1989), o Agreste da Borborema é subdividido em cinco unidades agrárias relativamente homogêneas:

- ⊕ Agreste Baixo, como uma área onde predomina uma pecuária bovina de corte atrelada à policultura alimentar;
- ⊕ O Brejo paraibano, como uma área tradicional de cana-de-açúcar e policultura localizada dentro do Agreste;
- ⊕ O Agreste Meridional, como área de pecuária leiteira e produção de uva no município de Natuba;
- ⊕ Alto Agreste, nos entornos do Brejo, uma área minifundiária de policultura alimentar e;
- ⊕ A Região do Curimataú e Seridó, onde predomina a prática da policultura de subsistência e a pecuária extensiva.

As imagens que seguem apontam desenhos agroecológicos, a partir dos agricultores familiares minifundiários, que estão passando por uma conversão da agricultura familiar para a agroecologia familiar (Figuras 17, 18 ).

### Imagens agroecológicas no Agreste/Brejo



Figura 17 - Canteiro de mudas no Sítio Almeida em Lagoa Seca. Boletim da ASA-PB, 2002.

Figura 18 - Desenho da agricultura familiar no Agreste paraibano. Cadernos da AS-PTA, s/d.

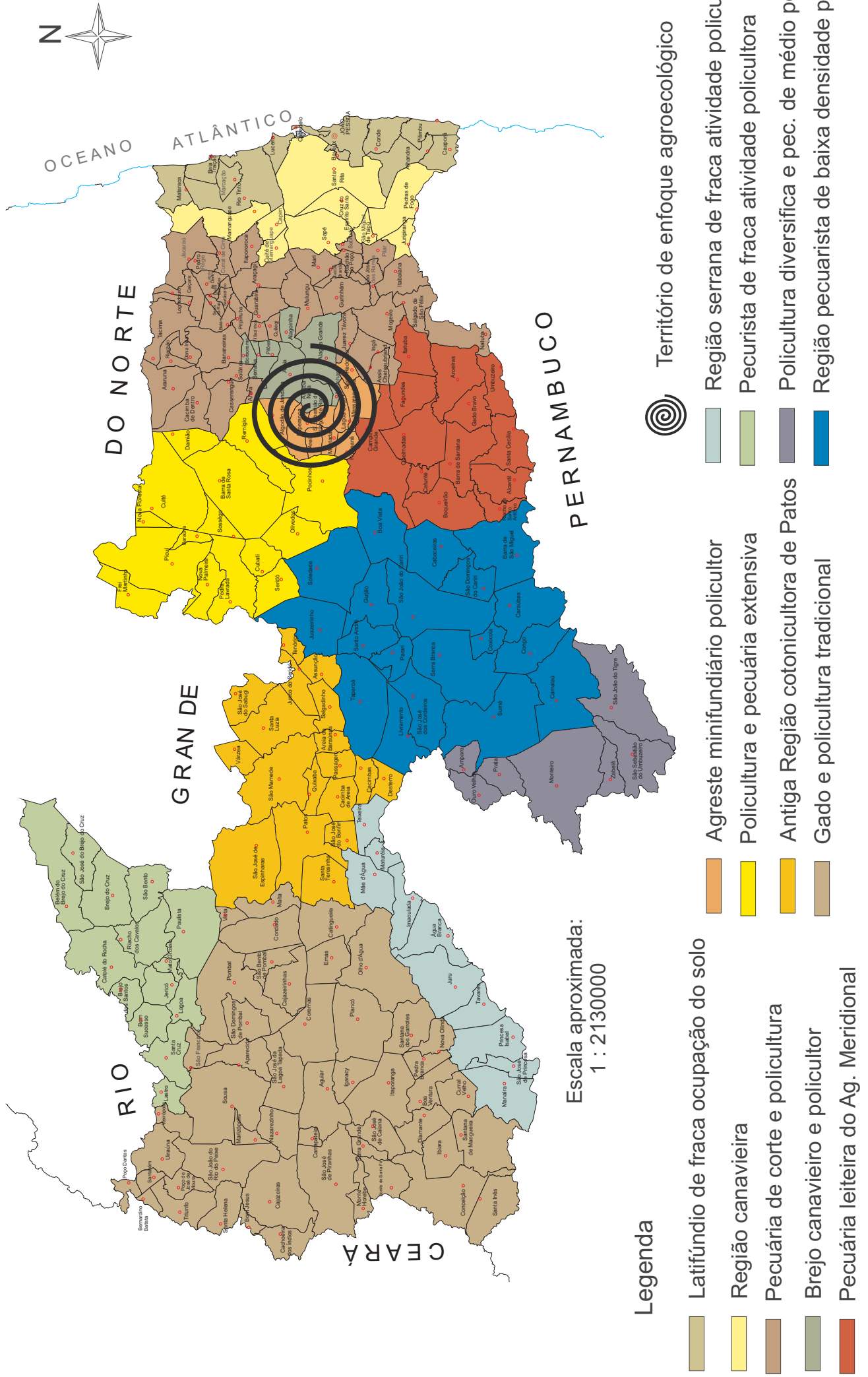
O Agreste minifundiário-policultor paraibano é demarcado por uma grande e espalhada quantidade de casas simples, sendo um delimitador de pequenas e médias propriedades rurais, que podem ser notadas pelas cercas e pelas casas espalhadas em um campo marcado tanto pela policultura alimentar, quanto pela pecuária extensiva de pequeno e médio porte.

A área teve sua formação relacionada com a separação entre monocultura canvieira e pecuária bovina, ficando voltada para as porções interiores do território paraibano. Ao lado do gado, foi desenvolvendo-se o trabalho de lavoura alimentar, inicialmente no vale dos rios Paraíba e Mamanguape, até chegar aos Brejos serranos e ao Agreste Ocidental no Vale do Rio Curimataú (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Segundo Moreira e Targino (1997), os currais de gado, os roçados e as moradas no campo foram demarcando um Agreste de povoações, vilarejos e povoados. Posteriormente, alguns destes povoados foram transformando-se em feiras de gado e de produtos agrícolas locais. O morar nestes ambientes foi sendo a base espacial para o povoamento. Mas a grande extensão territorial continuou concentrada em mãos de uma minoria das chamadas “elites” agrárias. O mapa que segue representa as regiões agrárias da Paraíba com destaque para a área de pesquisa (Figura 19).

FIGURA - 19

Território de enfoque agroecológico e regiões agrárias da Paraíba



Fonte: Adaptado de Moreira (1989, p. 23)



Quando a cana-de-açúcar passou a ocupar o lugar das culturas de subsistência em função das novas demandas do mercado pelo álcool combustível, ocorridas a partir de 1975, ela possibilitou imbricações que modificaram as antigas relações de trabalho e moradia (MOREIRA; TARGINO, 1997) na produção do espaço local (posseiros, foreiros, meeiros, arrendatários, etc.)<sup>18</sup>. Aos usineiros detentores do grande capital não mais interessava que pequenos sítios e casas de agricultores estivessem espalhados pelas suas propriedades. Estas "rugosidades"<sup>19</sup>, aos olhos dos usineiros, precisavam desaparecer da paisagem com a presença e expansão do canavial. O latifúndio que nos anos de 1970 eram de fraca ocupação na zona litorânea, com o pró-álcool, passou a ser fortemente ocupada pelos canaviais.

Na década de 1970, nos Brejos serranos da Paraíba, a produção de cana-de-açúcar passou a predominar como a mais importante atividade econômica local (MOREIRA; TARGINO, 1997). À medida que este tipo de atividade ganhou maior valor econômico, uma significativa quantidade de engenhos transformou-se em usinas e destilarias de álcool. Houve uma ampliação das áreas plantadas com a cana-de-açúcar e uma significativa retração da agricultura familiar, milhares de trabalhadores foram expulsos do campo para as periferias urbanas das pequenas cidades como Areia, Alagoa Nova, Pilões e Alagoa Grande entre outras.

Aos pequenos agricultores restou a condição de expulsos do campo, com suas plantações destruídas, suas casas derrubadas e suas "tralhas" despejadas para fora da terra com toda a família. Entre 1976 e 1996, centenas de conflitos eclodiram no território paraibano, em especial, na zona canavieira do Litoral e do Brejo paraibano. Conflitos agrários de diferentes ordens, mas todos relacionados com a expulsão dos agricultores e quebra dos tradicionais laços da agricultura familiar em sistemas de posseiros, foreiros e moradores. Estes conflitos foram estendendo-se pela Paraíba e, com menos intensidade, chegou ao Agreste, Curimataú, Cariri e Sertão (MOREIRA, 1997)<sup>20</sup>.

No geral, muitas áreas ocupadas pelos agricultores só foram desapropriadas com 15 ou 20 anos de processos junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

---

<sup>18</sup> Posseiro aquele que não possui título de propriedade mais vive e trabalha na terra há muitos anos; Meeiros – aqueles que produzem em terras que não lhes pertencem e dividem meio a meio o que produziram com os proprietários da terra; Foreiros – aqueles que pagam anualmente um foro pelo uso da terra, um aluguel em dinheiro; Arrendatário – aquele que aluga terra para produzir e paga este aluguel em dinheiro.

<sup>19</sup> Cf. Santos (1992).

<sup>20</sup> Dados analisados a partir do Atlas de Geografia Agrária da Paraíba (MOREIRA, 1997).



Isso em pleno processo de tensão constante dos latifundiários com os agricultores expulsos. Dois fatores estiveram relacionados diretamente aos conflitos: a) o rápido e intensivo processo de modernização agrícola (mecanização no campo) e; b) o violento processo de desemprego e despejo de agricultores que viviam no sistema morador, dentro das terras das usinas e engenhos.

Das 16 usinas existentes na Paraíba, 11 instalaram destilarias e destas, 07 eram destilarias autônomas das usinas. No Brejo paraibano, chegou a funcionar duas destilarias, uma usina de açúcar, além de dezenas de engenhos. Em todas estas áreas, ocorreram conflitos de terra, sem falar nas áreas exclusivamente de fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas e destilarias. Mais de oitenta tensões e conflitos ocorreram no Brejo paraibano, de 1970/96. Em maio de 1996, ainda existiam 35 conflitos sem solução efetiva (MOREIRA, 1997).

De 1985 em diante, os usineiros viveram uma fase de falência e abandono da atividade canavieira. Até 1997, o INCRA e o Instituto de Terras da Paraíba (INTERPA) haviam criado 67 projetos de assentamentos na Paraíba. No Brejo, eram 17 áreas de assentamentos até este período. Com a crise do pro-álcool, depois dos anos de 1985, muitos usineiros não conseguiram reerguer suas atividades, gerando dívidas junto aos bancos, não pagando aos seus fornecedores e contraindo muitas dívidas trabalhistas, tanto no Litoral, quanto no Brejo paraibano.

Municípios como Sapé, Cruz do Espírito Santo (Litoral) e Alagoa Nova, Pilões, Alagoa Grande e Areia (Brejo) tiveram propriedades inteiras desapropriadas pelo INCRA, transformadas em áreas de assentamento de ex-trabalhadores das usinas e trabalhadores rurais sem terra que haviam transformado estas áreas em acampamentos ou ocupações para fins de Reforma Agrária. Mesmo assim, muitos foram os trabalhadores rurais que abandonaram o campo e foram viver nas periferias urbanas dessas regiões canavieiras (MOREIRA, 1997, p.185-187).

No II Encontro Paraibano de Agroecologia (II EPA), na cidade de Lagoa Seca, a Senhora Maria de Lurdes (“Dona Quinca”) relata um pouco da luta pela terra no Brejo Paraibano:

A nossa luta pela terra começou quando a gente viu que vivia na periferia da cidade, sem emprego e sem condições de sobreviver e que todos nós já

tínhamos vivido na terra, já tínhamos sido canavieiros. Como a cana tinha sido extinta da região e o povo estava todo sem trabalho, então a gente começou a fazer uma pesquisa pra saber quem eram os trabalhadores que iriam ocupar a terra. Junto com a CPT, convidamos as autoridades da cidade, convidamos o presidente do sindicato rural de Alagoa Nova e reunimos todo o pessoal para irmos ao INCRA e lá ficamos sabendo que tinha uma terra em Areia que estava no nome do Banco do Brasil que tinha sido recebida em troca de uma dívida de um patrão. Então o presidente do Banco do Brasil encaminhou um documento para o gerente do Banco pra confirmar a situação toda e o Banco disse que sim. Nós encaminhamos para o INCRA e ficamos esperando, mas os anos se passaram e nada de desapropriação. Então a gente resolveu ocupar a terra no dia 06 de abril de 1999. Então fomos lá de madrugada, entramos no terreno, nesse mesmo dia começamos a roçar o mato e plantamos o nosso primeiro roçado. Na época, eram 45 famílias, mas só ficaram 29 que até hoje estão assentadas. São 179 hectares, com mais de cem pessoas trabalhando. A gente incentiva à prática da agroecologia, antes era só cana, mas a gente vem incentivando a plantação de árvores nativas, de fruteiras, cajueiros e outras frutas. Isso na parte coletiva e na parte individual também. Lá a gente também tem uma pequena criação de animais. Hoje nós estamos lá trabalhando e tirando a nossa sobrevivência da nossa terra e estes alimentos são os testemunhos disso. Na terra, nós tiramos os alimentos da terra, as plantas medicinais e o emprego. A gente tira da terra a saúde e alimentação. E na nossa organização, com os outros assentamentos do Brejo, nós criamos o Fórum dos Assentados do Brejo Paraibano para encaminhar as novas lutas da gente. (III - EPA, Encontro de Paraibano de Agroecologia, Nov. de 2004).

Este testemunho é apenas um exemplo entre centenas de experiências no sentido de redemocratização do acesso à terra na Paraíba. A criação dos projetos de assentamento engendrou novas dinâmicas de organização social, econômica, política, cultural e ambiental. A produção das relações sócio-ambientais e a busca da segurança alimentar, bem como a estabilidade das famílias, demonstram que existe uma significativa importância da democratização da terra para quem nela vive e trabalha.

A partir dos projetos de assentamentos existentes nos municípios de Areia, Pilões, Serraria e Remígio, os trabalhadores rurais organizaram o Fórum dos Assentados. Este foi fundado em 21 de junho de 2002, com o objetivo de articular a luta de modo coletivo e de promover alternativas de desenvolvimento nos assentamentos pela via de uma agricultura familiar agroecológica, enquanto espaço coletivo de reflexão, formação e informação para as famílias assentadas.

De acordo com o Boletim informativo do Fórum dos Assentados (2004), existem treze projetos de assentamentos envolvidos no fórum<sup>21</sup>, além de entidades de apoio, sindicatos dos trabalhadores rurais do Pólo Sindical da Borborema, ASA, AS-PTA, as paróquias de Areia e Pilões e o Serviço de Educação Popular (SEDUP), entidade ligada à Arquidiocese de Guarabira.

É importante ressaltar que a produção do espaço agrário paraibano, enquanto uma instância social e construção territorial historicamente instituída na paisagem rural-urbana, reflexo do processo de modernização no campo, profundamente marcado pelas contradições das relações capitalistas na ordenação do espaço, redefinem territórios de poder. Nesse sentido, Dona Maria do Socorro, do Assentamento 68, em Remígio comenta que:

A luta pela terra na região do Brejo ganhou força por volta dos anos oitenta. Eu era pequena e meu pai era meeiro e trabalhava numa fazenda. Então, certo dia, o dono morreu e só tinha deixado como herdeira uma filha. E ela não queria mais cuidar da fazenda. Então ela vendeu a propriedade para um homem que estava chegando do Pará e esse cara tinha a fama de perseguir trabalhador e não respeitar os seus direitos. Então muita gente preferiu fazer um acordo e saíram da terra. Uma dessas pessoas era o meu pai. A minha avó muito triste e chorando foi ao padre da cidade pra se confessar. Dizia que tinha um pecado, pois tinha vontade de voltar pra terra e tomar aquela terra daquele homem, que aquela terra por direito pertencia a ela, que sempre trabalhou ali e ali criou seus filhos e viu crescer. E hoje seus netos não estavam lá. Aí o padre se revoltou com o que estava acontecendo e levou a CPT pra cidade e juntou um pessoal que não conseguia viver na cidade e ocuparam a terra. O meu pai não quis ir pra terra que não ia quebrar a sua palavra. Só foram os meus tios e a minha avó. Eu era uma adolescente e queria muito entrar naquela luta, mas meu pai não deixou. Mas eu fui crescendo e fui me envolvendo com o movimento e fui lutar por outra terra, ocupamos o fórum da cidade de Remígio, muita gente foi presa, fizemos passeata até na cidade de João Pessoa e conseguimos outra terra. Mas muitos estavam de fora da luta e um deles era meu pai que achava que a gente estava invadindo terra e que ele não queria, tinha dado a sua palavra de honra. Ele com o dinheiro do acordo tinha ido pra Lagoa de Roça e comprado quatro hectares de terra pra criar oito filhos que ele tinha. Mas a gente foi crescendo, se casando e aumentando a família e ele viu que aquela terra não era suficiente pra todos nós. Então nos anos (1997/98), surge outro movimento de ocupação na Região, na cidade de Remígio e ele viu que ocupar terras improdutivas não era roubo, era lutar pelo direito de acesso a terra. Então ele foi lá e conheceu a realidade do acampamento e a luta dos trabalhadores, aí voltou pra casa e disse que a gente entrasse na luta e fosse atrás da nossa terra para trabalhar que lá era lugar da gente. Então três da minha família foram e eu também fui. Nessa época, eu fiquei como

---

<sup>21</sup> Os Assentamentos que compõem o Fórum dos Assentados até 2004 de acordo com os municípios do Agreste/Brejo. Por Areia: Emanuel Joaquim, Esperança, Socorro e União; por Pilões: Redenção; Santa Maria; São Francisco, Tabocal e Veneza; por Serraria: Cajazeiras e Campo Verde e por Remígio Osiel Pereira.

professora do assentamento e fiquei lutando pela terra, até que, em 1999, saiu à emissão de posse e hoje eu tenho a minha terra para trabalhar, mas sei que muita gente ainda não tem terra e que precisa da terra para viver e trabalhar, por isso que hoje eu sou uma militante do Movimento dos Sem Terra, e digo que tenho duas famílias. Tenho a minha família com meu marido e meus filhos, meus irmãos e tenho outra família que são os trabalhadores sem terra, por isso é que continuo lutando pela Reforma Agrária. (III EPA - Encontro Paraibano de Agroecologia, Nov. de 2004).

Na fala da representante do Assentamento 68, do município de Remígio, a organização dos trabalhadores rurais da região não foi fácil e o minifúndio nem sempre conseguiu absorver os agricultores familiares na pouca terra. Na sua fala, fica claro que dezenas de famílias vinculadas por laços familiares com a terra, nem sempre são os beneficiados pelo direito em permanecer nela, tendo como alternativa a cidade ou a pouca terra em outros lugares.

Perdido o direito de acesso à terra, só resta aos agricultores a luta para permanecer ou o acordo para ir em busca da incerteza da cidade, a submissão como resposta. Mas muitos agricultores optaram pela organização, resistência e luta, resultando em muitos casos na conquista dos seus direitos e no exercício de democratização do acesso à terra na Paraíba. Estes são novos desenhos territoriais, constituídos pelo processo de organização social e, em alguns deles, os enfoques agroecológicos começam a ser adotados.

### **3. ABORDAGEM TERRITORIAL, ECOLOGIA POLÍTICA E AMBIENTALISMO**

O território é o limite da própria existência social. O que explica historicamente a fidelidade popular das sociedades à nação e ao espaço das identidades locais (NEVES, 1999, p. 139).

Este capítulo faz uma correlação entre ambientalismo e ecologia política, enquanto possibilidade de problematizar e analisar as crises ambientais, as questões paradigmáticas contemporâneas e os processos de mudança socioambiental. Assim, é possível contribuir com a crítica ao modelo sócio-econômico da sociedade de consumo<sup>22</sup>, tomando a abordagem territorial como via para ampliação do conhecimento sociológico.

Depois de apresentada a caracterização sócio-ambiental, político-cultural e agrária do Agreste/Brejo paraibano enquanto área de pesquisa, é fundamental compreender os atuais processos de produção agrícola e a idéia de desenvolvimento, a partir das identidades construídas no território, considerando-o em meio as diferentes fronteiras, como espaço de contatos sociais, gerados, conquistados e apropriados nos limites de uma temporalidade simultânea e alongados em cada projeto social.

A idéia de território não pode ser confundida com o conceito de região, pois território é aqui compreendido como sentido de poder sobre os arranjos espaciais construídos socialmente (SANTOS; SILVEIRA, 2001). É algo permeado pela lógica da soberania e dos interesses, demarcado tanto em uma área, quanto na sua forma de ocupação e de domínio.

---

<sup>22</sup> Cf. Santos (2001), a sociedade atual ou o modo de vida capitalista pautado na lógica do consumo e do lucro. O culto ao consumo é uma das marcas dessa sociedade atual.

### **3.1 Abordagem territorial, globalização e complexos agro-tecnológicos**

O território pode ser uma imposição de interesses forjados a partir de forças econômicas e uma organização cultural de grupos sociais que vivem quotidianamente sua construção (COSTA, 2004). Relaciona-se aos processos sociais e identitárias que representam historicamente as práticas de produção territorial do local, do lugar e da cultura, voltada para as pessoas associadas ao mundo construído ou apropriado por elas mesmas.

O território pode ser entendido a partir das formas, das origens e dos meios das ações sociais. Um determinado tipo de agricultura que vem sendo produzido e o meio técnico adotado, os interesses sociais e econômicos dos envolvidos nesse processo territorial em construção, perpassam organizações, práticas e discursos que os diferentes atores sociais assumem em suas relações.

Os processos produtivos do mundo rural podem ser considerados enquanto bases para um território de multifuncionalidades (COSTA, 2004), um território de hibridismos, a partir das práticas sociais do trabalho, da economia, da renda, da exclusão, da inclusão social e das questões ambientais em relação ao tipo de produção e técnicas adotadas.

É importante destacar, nas correntes de pensamento acerca do Brasil e suas raízes agrárias, o quanto o processo de territorialidade rural permeia a sociedade brasileira, sem perder de vista suas articulações, conflitos, trajetórias e identidades construídas no seio dos movimentos sociais no campo e formulados teoricamente por pesquisadores, em especial das ciências sociais, geográficas e econômicas.

Assim, o território e a territorialidade configurados no agrário confundem-se com a própria lógica da organização social brasileira, em que o poder local e os conflitos por terra, trabalho e valorização dos agricultores, se pensados em escala regional e nacional, representam a produção e a questão agrária brasileira como sendo tão importantes quanto às questões do trabalho, da cidadania, da ética e da justiça social debatidos no espaço urbano.

O sentido de território e territorialidade é de grande interesse na constituição deste trabalho. De acordo com Santos e Silveira (2001), um território é construído social ou coletivamente a partir de ações com sentidos de poder, de pertencer, de domínio, de interesse e de linguagem historicamente fomentada nos lugares.

O território não pode ser pensado como base ou palco de relações sociais. O território é uma condição política do espaço, o território apresenta-se enquanto formas sociais usadas, repartidas, divididas, vividas, herdadas, conquistadas e dominadas. Dinâmicas de interações e conflitos sociais são marcas do território:

A linguagem cotidiana frequentemente confunde território e espaço. E a palavra *extensão*, tantas vezes utilizada por geógrafos franceses (*étendue*), não raro se instala nesse vocabulário, aumentando as ambigüidades. (...) Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer aquilo àquilo que nos pertence (...) esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde a existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 19).

É importante ressaltar algumas situações representativas das mudanças técnicas que foram aplicadas no meio rural ao longo do século XX. Em especial, no que tange a crises conceituais e de uso da idéia de território. O atual entendimento retrata todo um “engenho” no qual ciência, tecnologia, cultura e informação representam as grandes mudanças das práticas sociais nos últimos cinquenta anos. Estas resvalam em idéias anteriormente pouco questionadas.

O território é um bom exemplo, pois na medida em que o mundo não estava mais sendo entendido a partir dos clássicos conceitos e teorias, surgem da crise novos arranjos e significados:

Ainda que o termo desterritorialização seja novo, não se trata de uma questão ou de um argumento propriamente inédito. Muitas posições de Marx em *O Capital e no Manifesto Comunista* revelam claramente uma preocupação com a “desterritorialização” capitalista, seja a do camponês expropriado, transformado em trabalhador livre, e seu êxodo para as cidades, seja a do burguês mergulhado numa vida em constante movimento e transformação (COSTA, 2004, p.21).

A interpretação da idéia de território e territorialização passam ao longo da própria história da humanidade, em especial no que diz respeito aos processos de conquista ou dominação. O território, que parecia mais real (palpável) do que o espaço foi sendo desconstruído pelos novos desenhos da globalização e, nesse contexto, a idéia de

desterritorialização ganha ímpeto no meio acadêmico como um novo arranjo para se pensar as novas formas de organização dos grupos sociais no espaço.

O território da globalização é o desenho de um mundo fabuloso e perverso, no qual os seres humanos estão diante de uma narrativa que a tirania da informação e do dinheiro e o atual sistema ideológico da violência da informação a criadora das fábulas perversas que imperam (SANTOS, 2001). O atual estágio da ciência, da tecnologia e da informação está fortemente inter-relacionado e conseqüentemente relaciona as pessoas em seus mundos a uma espécie de violência estrutural e de uma perversidade sistêmica, que atinge os lugares e as pessoas em diferentes estágios:

Podemos falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. (...) Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e também de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. (...) Se entendermos o território como um conjunto de equipamentos, de instituições, práticas e normas, que conjuntamente movem e são movidas pela sociedade, a agricultura científica, moderna e globalizada acaba por atribuir aos agricultores modernos a velha condição de servos de gleba ((SANTOS, 2001, p. 88-89).

As idéias de território e as idéias de globalização, aqui direcionadas, apontam para situações em que o território rural passa por fortes transformações sociais e paisagísticas, relacionadas aos complexos agroindustriais enquanto marcas do capitalismo financeiro no rural. Os novos desenhos são compreendidos a partir dos interesses do capitalismo em relação ao território rural em escala global.

Com as novas tecnologias adotadas no campo e com a quase completa capitalização das atividades rurais, surge um território de laranja, de soja, de cana-de-açúcar, de café, de pecuária, que pode ser transgênico<sup>23</sup> ou orgânico, agrotecnológico ou biotecnológico, pois a violência do sistema capitalista pode estar simplesmente no campo de quem domina essa construção e com que fim.

Os movimentos sociais no campo são críticos da atual constituição do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2001). Estes elementos estão relacionados à divisão

---

<sup>23</sup> Cf. a Lei 8.974/95. OGM - Organismo Geneticamente Modificado - organismo cujo material genético (ADN/ARN) tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética.



territorial do trabalho, aos circuitos espaciais da produção e aos círculos de competitividade que podem marcar as diferenciações territoriais, pela propagação da desterritorialização de milhões de trabalhadores rurais e agricultores familiares em todo o mundo. Os desterritorializados do campo, sem capital e sem trabalho, migram para os centros urbanos e perdem as suas identidades culturais com o rural.

O território é poder, uma relação de poder de grupos que disputam espaços sociais em diferenciados eventos (RAFESTAN, 1993). É também uma construção identitária das pessoas com o lugar e com seus modos de uso, ocupação e apropriação (WANDERLEY, 2004). O território, enquanto elemento espacial das identidades vai configurando-se no local ou no lugar das relações sociais em transformação, um território da existência social. Um território que se fragmenta, engasta, desfaz e refaz em novos arranjos, em novos valores e situações sociais. No caso dos assentamentos entende-se que:

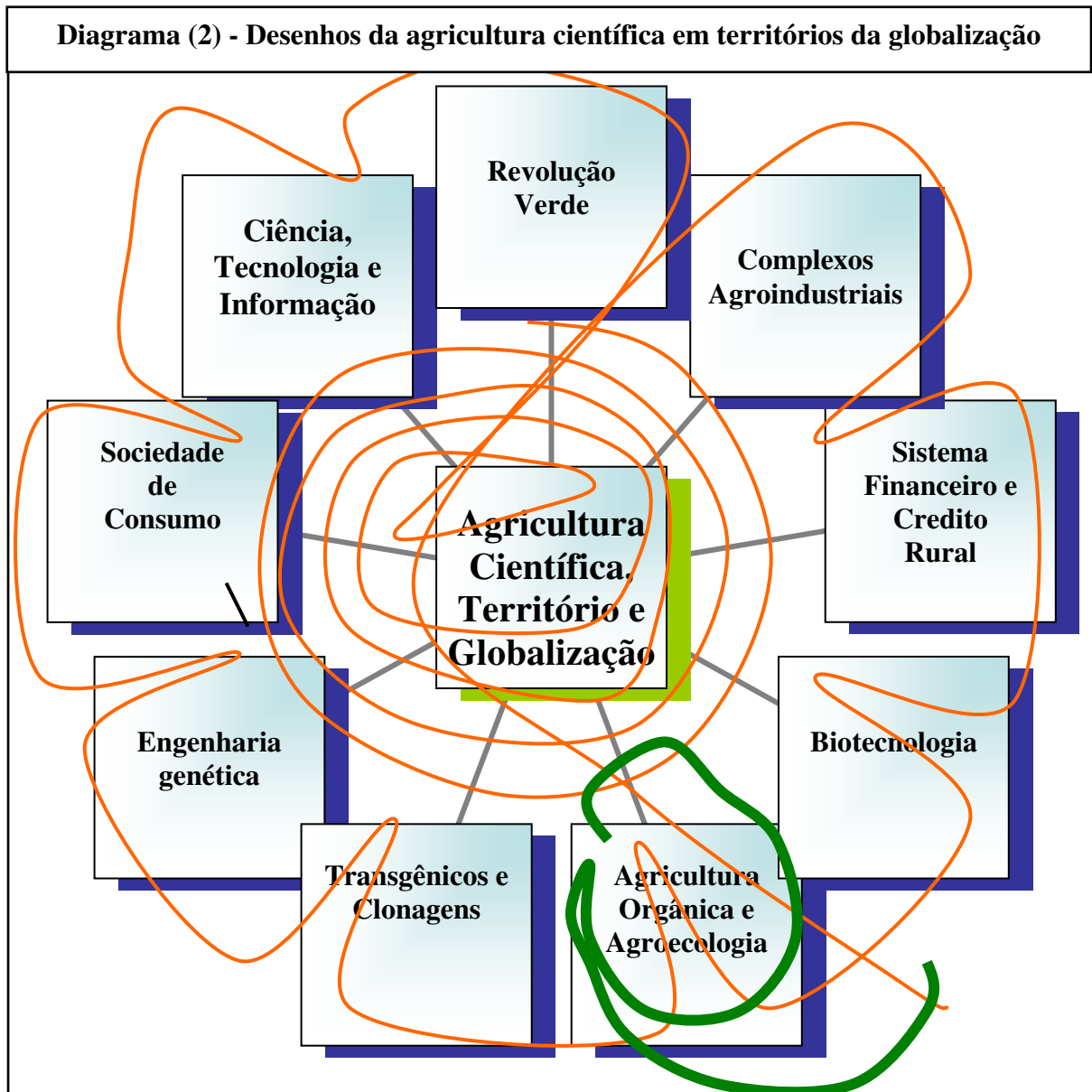
As relações sociais estabelecem-se em duas dimensões centrais, a proximidade e a integração, e se organizam a partir de três referências espaciais - o sítio familiar, o próprio assentamento e as cidades próximas. As relações de proximidade são vividas no interior do sítio, onde prevalecem as relações familiares, e no âmbito do assentamento, onde predominam as relações de vizinhança; as relações de integração expressam a forma como os assentamentos incorporam as cidades próximas também como espaços de vida, reiterando uma relação, ao mesmo tempo de familiaridade e de alteridade (WANDERLEY, 2004, p. 63).

Têm-se a idéia de que a identidade pode ser percebida através da terra a que se pertence, da coletividade local e da adesão a um modo de vida, que pode ser do território rural.

O destaque para a idéia de relações de proximidades e de integração reforça o sentido em que se apresenta o território como uma identidade construída socialmente por uma coletividade. Entende-se que as reflexões acerca dos territórios constituídos pelos grupos sociais no meio rural são os tecidos da memória que mais esgarçaram-se pela fraqueza das redes sociais no campo. Isso pode ser notado nos espaços em que houve um rápido e criativo processo de expansão dos usos tecnológicos identificados como complexos agroindustriais.

Focando os novos arranjos territoriais no meio rural a partir da abordagem territorial e em meio à globalização, observa-se uma cartografia do modo de vida e de produção capitalista atrelados ao território rural em diferentes escalas. Uma espécie de “carrossel” de

eventos e situações em que a ciência, tecnologia e informação se combinam em um poderoso sistema complexo e contraditório (Diagrama 2).



**Fonte:** Ilustração adaptada do Windows Auto-Formas e organizada pelo autor, 2005.

A intenção com este diagrama é observar que o sistema capitalista apresenta um projeto extremamente arrojado para o desenvolvimento territorial. O sistema capitalista aposta alto, pelo que existe de retorno em capital para investimentos em qualquer parte do planeta. Nesse sentido, o território pode ser marcado pelos diferentes tipos de ações sociais, suas práticas, técnicas e interesses. Claro que outros arranjos e relações poderão se estruturar diferentemente e cada local poderá refletir em suas identidades um fragmento do mundo.

Estes traços aqui apresentados são muito mais invisíveis e ideológicos do que as imagens do desenho conseguem revelar.

Os fluxos tecnológicos atingiram diretamente o campo e as formas de produção social do território em sua dimensão rural e assumem o controle das relações, eventos e interesses dos grupos sociais. As relações sociais e as transformações territoriais podem ser notadas na paisagem rural através das novas formas, dos processos e das funções impostas pelas utilizações tecnológicas. Novos produtos, novas formas de produção, máquinas e equipamentos são bons exemplos.

Existem elementos desse processo que podem ser considerados como fluxos não percebidos devido à imaterialidade (ideológicos). São confusos processos de metamorfose que foge dos conceitos das ciências sociais. Imposições invisíveis que provocam um verdadeiro esgarçamento das territorialidades, colocando em cheque os direitos humanos e a proteção ambiental. Um exemplo disso pode ser pensado a partir das “coisas” transgênicas e/ou clonadas, em situações nas quais não se consegue distinguir criador e criatura.

Nas territorialidades do mundo, a natureza vem se tornando um bem cada vez mais escasso. À medida que a sociedade usa a natureza para sua sobrevivência, setores dessa mesma sociedade utilizam a natureza para seu enriquecimento. A expansão das novas tecnologias estabelece imposições invisíveis que tornam a dimensão do rural um território de poderes em escalas cada vez mais globais, tornando o local e o regional num território com configurações completamente alteradas.

O território brasileiro é representado por grandes extensões e por um longo passado em que o espaço agrário vai sendo organizado de forma que o controle territorial se estabeleça pelo poder político e econômico dos grupos sociais (SANTOS; SILVEIRA, 2001). A terra, nos ambientes rurais, passou a ser importante alvo de disputa, controle e poder. Um país com uma forte sociedade agrária e um “campesinato” que ainda se manifesta no reencontro de uma territorialidade do espaço agrário brasileiro.

O agricultor vai sendo desterritorializado na medida em que novos arranjos territoriais e relações sociais são desenhados, tanto pelo capital, quanto pela sociedade brasileira em seu processo de formação. Os movimentos sociais no campo e as novas alternativas de produção rural, com enfoques para a agricultura ecológica, somam materiais de análise em diferentes

regiões do Brasil, o que se reflete também em escala mundial, um possível desenho territorial enquanto crítico da ordem produtiva predominante. Esse desenho de enfoques agroecológicos encontra-se inserido no desenho globalizante de novas territorialidades, aparece como um novo projeto social, moldado pela utopia ativa de transformação da atual ordem capitalista.

Na atualidade, fala-se em crise conceitual, no que diz respeito à idéia de território rural e à idéia de sociedade agrária ou camponesa. Uma das preocupações conceituais passa diretamente pela idéia de *morte do campesinato* ou pela falta de interesse por pesquisas que envolvam a idéia de mundo rural e de teorias e métodos que possam ajudar a pensar ou refletir sobre o território em sua dinâmica rural, e muitas outras argumentações que se relacionam com a idéia de identidades, cultura e etnias<sup>24</sup>.

Estas questões podem ganhar o sentido atribuído ao mundo rural, não enquanto respostas prontas, mas enquanto reflexões que se articula com os movimentos sociais no campo, a exemplo dos trabalhadores sem terra no Brasil e dos Zapatistas de Chiapas no México (ALMEIDA, 2004), entre outras diferentes ações e práticas sociais críticas, como o exemplo do processo de constituição de um território rural de enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano.

Um exemplo pertinente relaciona a agricultura ecológica, as organizações não-governamentais, as tecnologias alternativas e as práticas de organização social no campo com a produção rural frente às novas tecnologias de controle do grande capital. Estas ações, embora isoladas territorialmente, se somadas, representam significativa parcela de práticas sociais que estão ocorrendo e transformando o território de dimensão rural em uma nova construção da realidade vivida pelos próprios agricultores.

Os impactos provocados pelo capital na transformação do espaço agrário e controle territorial da produção no campo é uma realidade, mas começa a existir uma resistência aos modelos dominantes com as alternativas sociais críticas ao poder econômico, por desrespeitar os interesses coletivos e ambientais.

Em meio ao processo de mudanças sociais do território e de novas situações rurais, é importante ressaltar que muitos estudos focalizam a dimensão da cultura rural, deixando

---

<sup>24</sup> Este foi um tema sugerido e discutido pelo professor Mauro Almeida no Seminário de Tese, ministrado na UNICAMP/PROCAD, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais durante o primeiro semestre de 2004.

profundas marcas na organização social brasileira, na lingüística, na literatura, na religião, nas técnicas inventadas e adotadas nas diferentes áreas do território brasileiro.

Estes enfoques abrem espaço para novas maneiras de pensar os lugares, territórios, identidades e representações sociais, seja na Amazônia, no Meio Norte, no Sertão Nordestino, no Vale do São Francisco, no Sertão mineiro, goiano e paulista ou na Região Sul (ALMEIDA, 2004) e em muitos outros territórios rurais brasileiros que possuem identidades diferenciadas.

Para Almeida (2004), através da cultura, o homem se liga a determinado lugar e vai tecendo sua territorialidade em um sistema rizomático. A terra, o rio, a floresta, a morada, a caça, o extrativismo, a agricultura, o Cerrado, o Sertão e toda uma saga de grupos sociais que, instalando-se em um determinado lugar, estruturam uma realidade que marca o local como um território de um determinado grupo e suas construções identitárias:

O culturalismo agrário tem interessantes implicações políticas. A construção de culturas camponesas dotadas de peculiaridades lingüísticas, religiosas, tecnológicas e sociais – que vão de modos de falar e regras de propriedade – funciona como arma política para reivindicações de direitos fundiários, jurídicos, educacionais e de outros dos quais são desprovidos muitos. A cultura liga pessoas à terra, por assim dizer; grupos portadores de cultura tornam-se dotados de passaportes para direitos de cidadania. Identidades étnicas e culturais são armas que muitos grupos minoritários podem utilizar para se defenderem contra outros grupos mais fortes (ALMEIDA, 2004, p. 2-3).

Isso tudo sem perder de vista as contradições e os arranjos espaciais que o território vai adquirindo à medida que as intervenções vão ocorrendo. A paisagem e seus desenhos territoriais ganham formatação elementar de cada momento e contexto histórico. Estes arranjos podem ser percebidos nas técnicas adotadas e nos tipos de ações sociais expressas por ações e interesses de produção, que podem ter um caráter interno e local, mas podem muito bem estar sendo engendrados por interesses externos, agenciados pelo capital, que vai criando feições que caracterizam uma imagem e semelhança totalmente diferente da sociedade que vive e contribui na construção coletiva daquele território em construção.

O modo de produção capitalista na agricultura significa algo mais amplo do que os marxistas queriam dizer quando usaram tal expressão (WORSTER, 2003). Na atualidade, essa expressão ganha muito mais força, devido ao tão amplo e multifacetado avanço do modo de

produção capitalista no campo. A “Revolução Verde” e a “Revolução Biotecnológica” são bons exemplos.

Com a implantação dos complexos agroindustriais, os grandes avanços tecnológicos criaram problemas ambientais que afetam diretamente a saúde das populações e da natureza como um todo, colocando em risco os próprios investimentos do sistema capitalista e fazendo ressurgir, em seu seio, novas dinâmicas sociais de contraposição produtiva ao sistema hegemônico. Questionamentos e críticas apontam novos e alternativos caminhos aos pacotes tecnológicos da chamada revolução verde, mais recentemente, da biotecnologia e da engenharia genética.

Já é premente a incorporação das novas alternativas pelo sistema capitalista hegemônico. Dois exemplos disso são a busca de produção orgânica em grande escala e a adoção de práticas modernas de agricultura como o sistema de monoculturas voltadas exclusivamente para o mercado e com a marca de “especiaria orgânica”, por ser ecologicamente correta. Muitas empresas capitalistas já reservam importantes áreas de terras produtivas para experimentações orgânicas, conseguindo a valorização dos produtos orgânicos produzidos e reconhecidos pelas instituições certificadoras.<sup>25</sup>

Nas grandes redes de supermercados não é difícil encontrar os tradicionais produtos do sistema de *plantation* (café, açúcar) com selos de produtos orgânicos ao lado de uma grande quantidade de outras mercadorias consideradas como integrais, naturais ou ecologicamente corretas. Um novo território se desenha dentro dos supermercados, garantindo uma espécie de *nicho* de consumidores, que pagam um preço mais elevado em nome da saúde e do meio ambiente.

---

<sup>25</sup> Cf. < <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo6.htm> > Acesso em 13/06/2005, a certificação, como termo utilizado na agricultura orgânica, significa garantir a origem (procedência) e qualidade orgânica dos produtos obtidos. É um processo de auditoria de origem e trajetória de produtos agrícolas e industriais, desde sua fonte de produção até o ponto final de venda ao consumidor. No Brasil, a certificação orgânica é realizada por cinco certificadoras nacionais e outras 13 internacionais, em menor escala. Dentre as certificadoras nacionais, encontram-se o Instituto Biodinâmico (IBD), a Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e a Fundação Mokiti Okada (MAO), como principais. Como o preço para uma certificação é muito elevado, os agricultores orgânicos da pequena produção, não conseguem certificar seus produtos.

### 3.1 Ecologia política e ambientalismo

A ecologia política, que será contextualizada, serve de ligação com as questões da abordagem territorial e os enfoques agroecológicos enquanto lógica do poder político na definição, na ordenação do espaço-tempo e nas suas imbricações entre a sociedade e a natureza. A idéia aqui não é ideológica, no sentido de articular idéias dos “movimentos ambientalistas” com os ideais dos “movimentos socialistas”, mas considerar que tanto os movimentos ecologistas quanto os movimentos de inspiração libertária e socialista encontram-se na atualidade para fazer profundas críticas às relações sócio-ambientais extremamente contraditórias, que foram postas pela sociedade de consumo.

Nesse contexto, a construção sociedade-natureza e espaço-tempo aparecem como representação das dinâmicas sociais e também foram pensados como categorias do enunciado teórico, que dão sentidos ao enfoque territorial e à ecologia política, servindo de base para os movimentos sociais no campo e na perspectiva de constituição do meio *técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2001), esquema do processo de globalização como uma construção de contradições, abertas, desiguais e combinadas.

A opção pela formulação relacionada com a ecologia política permite considerar esse campo capaz de relacionar questões sociais e ambientais ao tratar da competição por recursos ou pela habilidade em reconhecer as fontes de oposição política em relação às práticas ou padrões destrutivos de manejo dos recursos naturais (CUNHA, 2004).

Esse campo da ecologia política apresenta habilidades para tratar das questões contraditórias (preservação ambiental e crescimento econômico) estabelecidas entre interesses de grupos sociais e de situações ambientais desequilibradas, permitindo pensar as questões ambientais para além das ciências ditas naturais ou biológicas e, nesse sentido, seguem reflexões acerca do ambientalismo enquanto possibilidade teórica incluída no campo da ecologia política.

O ambientalismo é aqui pensado como meio de ordenamento do conhecimento científico, capaz de estabelecer diálogos possíveis, considerando o território enquanto um arranjo ou construção do espaço-tempo e sociedade-natureza, pressupostos essenciais na

constituição de uma correlação do ambientalismo com a ecologia política. O fundamental do encontro pode estar nos pressupostos teóricos de crítica da economia política burguesa (LIPIETZ, 2002).

Os argumentos de diferentes correntes do ambientalismo, mesmo que estas não assumam uma vinculação ao movimento libertário e ao marxismo<sup>26</sup>, colocam-se como nova abordagem do conhecimento. Suas preocupações seguem o mesmo sentido do que pensavam os marxistas, daí presumir que a economia política elaborada pelo ideário socialista é um fio condutor, pois a ecologia política consegue dar sustentação às suas análises exatamente a partir dos pressupostos da ecologia cultural e economia política de forma inter-relacionada.

Pode-se até ter mudado a agenda dos debates e os enfoques científicos e surgido neologismos (ambientalismo) para dizer as coisas relacionadas com a sociedade e a natureza, mas em essência é uma mesma questão que se configura em torno das situações ambientais e sociais do presente. Nesse sentido, compreende-se que os elementos acima citados serão vistos a partir das dinâmicas imprimidas pela sociedade, ao longo de sua história e de suas construções inter-relacionadas nessa totalidade da sociedade-natureza, enquanto um sistema historicamente em desordem, aproximando-se de uma catástrofe e que é preciso pensar em transformações, revoluções e mudanças paradigmáticas (LIPIETZ, 2002).

A sociedade humana não pode ser estudada unicamente em si mesma, como se a relação com o entorno fosse uma externalidade, no sentido econômico do termo (FALADORI, 2001). A sociedade vista como parte da natureza está sujeita à sua dinâmica mais ampla, apesar do efeito que possa exercer sobre seu entorno e, conseqüentemente, sobre si mesma. O argumento reforça a idéia de relações mediatizadas a partir de fatores produzidos de relações técnicas dadas em situações e eventos sócio-ambientais em diferentes escalas e momentos.

Estas situações permitem pensar o ambiente rural a partir da abordagem territorial pensada na perspectiva da ecologia política, consideração teórica preocupada em compreender a realidade social em dinâmicas materializadas. Assim, entende-se que todo território guarda

---

<sup>26</sup> Cf. Chauí (2000, p. 409-15), considerando por marxismo toda uma doutrina econômica e filosófica iniciada por Marx e Engels (séc. XIX), que se contrapõe ao sistema capitalista, fazendo críticas ao Estado Burguês. Esse pensamento é constituído de uma teoria científica, o materialismo histórico e outra filosófica, o materialismo dialético. A Ecologia Política é um campo tanto teórico, quanto dos movimentos ecologistas, de forma que muitos marxistas tanto refletem, quanto militam nesse novo campo, criando novas arranjos críticos ao modelo econômico capitalista como antiecológico.



em si uma historicidade espacializada nos lugares, nas relações sociais e em suas contradições (SANTOS, 2001). Logo, o rural é um campo de disputas, é um campo de interesses que expressa importantes contatos do humano consigo mesmo e com a natureza.

O espaço de poder é ocupado pelas idéias, pelos pensamentos e principalmente pelas ações políticas estabelecidas pelos grupos sociais. Daí considerar que a ecologia política seja uma importante via para o encontro com o ambientalismo também enquanto complexidade sócio-ambiental. A proposta é, então, estabelecer encontros epistemológicos do ambientalismo e a partir da ecologia política, pensar em situações científicas novas que perpassam tanto as ciências naturais, quanto as ciências sociais.

O ambientalismo é, sem sombra de dúvidas, uma cunhagem acadêmica das quatro últimas décadas do século XX, mas essa relação da sociedade/natureza passa por muitas reivindicações metodológicas contemporâneas. Nesse sentido, entende-se que a análise da relação sociedade/natureza está na combinação dos aspectos materiais, ecológicos e sociais, contemplados na análise crítica do sistema capitalista (FALADORI, 2001), enquanto modo de produção que mais alterou o espaço da sociedade em seu processo produtivo (inovações técnicas, produção, circulação, distribuição, consumo), sistemas técnicos e construções territoriais que estão sendo incorporados pelo campo da ecologia política:

Para la sociedad humana - según Marx - la riqueza es resultado de *'a process in which both man and nature participate'*<sup>27</sup>. Pero no sólo la naturaleza externa forma parte de la riqueza humana; el propio trabajo actúa como mediación es, también, naturaleza. Com estas anotaciones Burkett ya rebate muchas de las críticas vulgares al marxismo. Y, lo que es más importante, muestra cómo la separación de la sociedad respecto de su naturaleza externa no es um hecho dado sino um resultado histórico. Lo que requiera explicación es precisamente la separación del trabajador de sus condiciones natureles de vida, forma que adquiere su máxima expresión com el capitalismo (FALADORI, 2001, p.136).

É importante dizer que a sociedade capitalista levou ao extremo as contradições historicamente estabelecidas na relação sociedade/natureza, tanto em relação à desproporcionalidade material (quantitativa e qualitativa) necessária para reprodução da sociedade, quanto na idéia de valores e acumulação capitalista que podem ser identificadas

---

<sup>27</sup> Tradução - Processos nos quais homem e natureza participam.

como responsáveis por profundas transformações sociotécnicas e ambientais refletidas enquanto crises ecológicas do presente.

O interesse pela relação entre ambientalismo e ecologia política é estabelecer intercessões entre o teórico e o empírico<sup>28</sup> que respondam, mesmo que parcialmente, sobre a sociedade envolvida pelas dinâmicas do meio ambiente, que hoje são representadas por profundas alterações, demonstrando uma nítida combinação de atividades econômicas e naturais em situações conflitantes. No atual estágio de desenvolvimento científico, tecnológico e informacional, os problemas de ordem ecológica, econômica e social apontam para desequilíbrios naturais e conflitos sociais nunca vistos pela humanidade (SANTOS, 2002).

O ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo (LEFF, 2001). No estudo do ambiente, é preciso uma profunda compreensão da história de ocupação sócio-econômica, política, cultural e técnica estabelecida, levando em conta os processos de apropriação da natureza em seus diferentes estágios e níveis. Esta é a principal preocupação no que é considerado como ecologia política, pois os ecossistemas naturais, sistemas agrícolas e sistemas urbanos são focos de diferentes estudos. Neste sentido, existe uma convergência epistemológica das ciências sociais e naturais que aponta na direção das questões ambientais, não apenas enquanto campo da biologia, ecologia ou geografia física, mas também como elemento de estudo das ciências sociais.

Para compreender o ambientalismo, é preciso refletir sobre os novos arranjos epistemológicos. Assim, as ciências sociais e naturais carecem de um amplo diálogo, incluindo as principais linhas do pensamento contemporâneo. No contexto geral, existe uma forte combinação de agressões ao meio ambiente - poluição atmosférica, poluição dos mares, poluição dos rios, poluição dos alimentos, desmatamento, extinção de espécies da fauna e da flora são quase todas permitidas pelos estados modernos e praticadas direta ou indiretamente por empresas capitalistas, que, obedecendo às normas do mercado, buscam o maior lucro, custe o que custar para a natureza e para os seres humanos.

---

<sup>28</sup> O empírico aqui não é entendido como busca da “realidade concreta” e perceptível pelo arranjo dos cinco sentidos. Muito menos pela idéia de mecânica de natureza ou de sociedade “no que se vê”. O empírico aqui é na perspectiva da ecologia social correlacionada, considerando a reflexão compreensiva para além dos fenômenos visíveis. Não é a plástica dos materiais que interessa, mas seus sentidos e significados.

Esta é uma relação sociedade-natureza hegemônica e carecem de reflexões profundas e análises críticas capazes de apresentar projetos alternativos transformadores da ordem das relações humanas e ambientais:

A ecologia política, como movimento dos trabalhadores de inspiração marxista, baseia-se numa crítica – e numa análise, numa compreensão teórica – da “ordem das coisas existentes”. Mais especificamente, Marx e os verdes enfocam um setor muito preciso do mundo real: a relação humanidade-natureza e, ainda mais precisamente, as relações entre as pessoas que se aplicam à natureza ou o que os marxistas chamam de “forças produtivas” (LEPIETZ, 2003, p. 9-10).

A ecologia política é um arranjo teórico com uma nítida aproximação estabelecida entre o pensamento marxista, questionador do modo de produção e da exploração capitalista, e o novo discurso crítico, incluindo as questões de ordem sócio-ambiental. Quando pensada na perspectiva do espaço social, a ecologia política permite explicar a extrema e contraditória afronta do capitalismo contra a sociedade e a natureza em todos os sentidos. “A noção de que o homem deve dominar a natureza vem diretamente da dominação do homem pelo homem” (BOOKCHIN, 1991, apud FREIRE, 1992, p.57).

A sociedade de consumo, baseada no produzir por produzir, do lucrar em detrimento da natureza e do humano, trata o reino natural como uma mera manufatura para o desenfreado mundo comercial e da concorrência. A questão da pobreza humana no ambiente e mais particularmente na estrutura social, mudanças recentes em nível de padrão técnico e as condições de vida, trabalho, moradia na periferia das cidades marcam um ambiente de profundas contradições. Estes argumentos foram focados pela ecologia política, pois quando pensada, tanto em termos de uma ecologia cultural, quanto em termos de uma economia política, expõe criticamente as contradições estabelecidas ao longo do histórico sistema capitalista.

O pensamento capitaneado pela ecologia política projeta que o sistema capitalista, no século XX, marcou profundamente a forma de viver das pessoas, dinamizando novos valores e mentalidades. O urbano passou a servir de modelo para a organização da sociedade, criando uma mentalidade de melhoria nas condições de vida, desenvolvimento cultural e ampliação do padrão de consumo dos seres humanos. Em contrapartida, o meio rural foi profundamente transformado em um território do capital e de tecnologias com pouca mão-de-obra humana,

transformando-se em um território de contradições, no qual a tradição humana de trabalhar a terra para a produção de alimentos foi substituída pelas máquinas, produtos químicos, biotecnologia, engenharia genética e grandes sistemas monocultores (RAMOS, 2001), capazes de quebrar a lógica natural da diversidade, colocando em xeque a própria viabilidade do humano no campo.

O conflito entre o desenvolvimento social das forças produtivas e as relações de produção capitalistas aparece como um conflito entre a criação de riqueza, que se emancipa cada vez mais do trabalho humano imediato, e o esforço constante de canalizar estas forças imensas para a valorização existente, pela apropriação do trabalho desnecessário humano (MARX, 1985).

Daí se deduz o caráter, ao mesmo tempo, imensamente produtivo, destruidor e desperdiçador do modo de produção capitalista. Ou seja, um pensamento de base material, exploração do homem em sua natureza e transformação da natureza material em riquezas capitalizadas em mais-valia.

As recentes transformações tecnológicas, sociais e ambientais alteraram a tradicional estrutura de classes, criada pela revolução industrial, permitindo a redefinição de uma nova realidade social que não foi prevista pelas preocupações marxistas. Seus argumentos apontam para uma natureza trabalhada pela ação humana, transformada em bens materiais que aumentam a riqueza da sociedade. Mas as situações ambientais extremamente contraditórias perpassam o trabalho humano na natureza, a transformação da natureza e da própria sociedade com o capital acumulado, domínio e propriedade do capitalista (MARX, 2001).

Nesta perspectiva, o capital é o domínio sobre o trabalho armazenado e acumulado ao longo do tempo e das relações de produção e reprodução. A apropriação da natureza foi transformando-se pela apropriação do trabalho alheio e pela renda de produção natural da terra (MARX, 2001). A crise ambiental pensada pelo movimento ecologista, em fins do século XX, relacionou-se com as crises sociais e econômicas decorrentes da exploração capitalista propagada pelo marxismo. O ambientalismo passou a ser um novo ingrediente nesse caldo cultural e a ecologia política pode encontrar pontos de contatos nessa mistura de conhecimentos.

Na perspectiva do espaço-tempo, o meio ambiente sofre um contínuo processo de transformações ritmadas pela dinâmica sócio-econômica e técnico-científico-informacional. Um espaço-tempo territorializado pela história humana na natureza. Também nos ritmos da natureza e em seu quase que completo atropelamento pela lógica de espaço-tempo tecnológico do humano, enquanto uma idéia de compartimentação, fragmentação, rapidez e fluidez em constante metamorfose (SANTOS, 2001).

O atual estágio de desenvolvimento técnico-científico-informacional, marcado pela maquinofatura, mecatrônica, robótica, cibernética e agroindústria, são as imagens e ícones de novas temporalidades espacializadas em desenhos territoriais (SANTOS, 2001). Os fins e o uso dessas tecnologias estão provocando estragos contra o patrimônio natural, que colocam em xeque a própria viabilidade humana. Um presente enquanto uma construção da sociedade de consumo e desperdício apresenta efeitos catastróficos para os ecossistemas naturais e sociais. Os impactos ambientais já podem ser sentidos em escala local, regional e global.

A ecologia política discute que o processo de expansão capitalista implica um aumento de produção, com acumulação primitiva, que tende a destruir formas de produção que não sejam consideradas capitalistas. Esse modelo, em sua expansão, provoca profundas alterações sobre o ambiente, cabendo a ecologia política relacionar as questões sociais e ambientais ao tratar da competição por recursos naturais, tanto para suprir as necessidades básicas das populações humanas, quanto potencializadores de lucros para grupos sociais envolvidos com o processo produtivo.

A natureza, por sua vez, não é apenas um cenário onde se pode admirar através de uma janela como se fosse uma vista congelada numa paisagem ou num panorama estático. Tais imagens da natureza podem ser misticamente estimulantes, mas são ecologicamente enganadoras:

Parada no tempo e no espaço, esta imagem da natureza faz com que seja mais fácil esquecer que a natureza não é uma visão estática do mundo natural, mas uma longa e cumulativa história do desenvolvimento natural. Esta história envolve tanto a evolução inorgânica, quanto a evolução orgânica. Seja num campo, numa floresta ou no topo de uma montanha, todos estes lugares representam eras de desenvolvimento. A natureza não é um ser pessoal, uma mãe divina, nem matéria e movimento como afirmaram os materialistas mecanicistas clássicos (BOOKCHIN, 2003, p.1-3).

Para Bookchin (2003), a história natural é uma evolução cumulativa em direção as mais diferentes e complexas formas e relações. Através da variedade, diferenciação e complexidade, a natureza, no decurso do seu próprio desenvolvimento, abre novas direções para linhas de evolução naturais mais ousadas e alternativas.

A natureza detém princípios e leis para uma vida sistematizada em elementos bióticos e abióticos que interagem num constante fluxo de energia em infinitas possibilidades de desenvolver a vida ou a não vida. Por outro lado, e considerando os argumentos da ecologia política, é possível pensar a natureza como manifestação dos vários fenômenos: sociais, ecológicos, econômicos, culturais e biológicos.

O fio que une estas diferentes abordagens pode permear as contradições entre a racionalidade individual e a racionalidade coletiva (CUNHA, 2002), mas a análise das relações entre as atividades econômicas, sociais e culturais na relação com a natureza é o elemento da informação que alinha essa racionalidade. Compreender as ações da sociedade e seu modelo de desenvolvimento econômico, no conjunto dos fenômenos que se processam na zona de contato sociedade-natureza, representa o exercício social de mudança das condições naturais da biosfera socialmente transformada:

Na perspectiva de entender a idéia de natureza, tanto o racionalismo, quanto o mecanicismo possuem uma mesma matriz de análise. De certa maneira, deram suas contribuições para afastar as estratégias orgânicas e auto-organizadas do conhecimento sobre o mundo natural por processos mecânicos e intermediários do saber que foram aplicados às técnicas e práticas que estruturam a sociedade dita moderna (BOOKCHIN, 2003, p.62).

Estas visões científicas foram colocadas em prática pelo modo de produção capitalista e engendraram transformações significativas no espaço-tempo e na natureza, seja da vida humana associada aos seus interesses, seja em toda e qualquer forma viva ou não viva sobre a terra e que transformadas geraram mais e mais riquezas acumuladas pelo controle rigoroso das diferentes esferas de poder do sistema (BOOKCHIN, 2003), sejam tecnológicas ou ideológicas.

A domesticação da natureza e a dominação social são duas práticas sociais que estão diretamente relacionadas (BOOKCHIN, 2003). Percebidas em conjunto, servem de elementos para reflexão das questões atuais. Está na própria gênese da sociologia, a exemplo do

pensamento marxista, preocupado em repensar a ciência a partir de uma contraposição aos sistemas de denominação.

Nesse sentido, os movimentos ecológicos ou a chamada ecologia política suscitam um sentido de completa aproximação em relação aos movimentos sociais que reivindicaram historicamente uma agenda para transformar a realidade com base na luta e na militância política. Este argumento serve como referência para a idéia de que as experiências em agroecologia também estão ligadas ao projeto de uma sociedade, justa e igualitária e, na atualidade, ecologicamente sustentável.

Muitos são os interesses na apropriação e na exploração da natureza. Na maioria dos casos, os impactos sobre os ecossistemas afetam o patrimônio natural de forma irremediável. Quando ocorre um investimento lucrativo de intervenções no meio ambiente, seja público, privado, nacional ou internacional, que represente desenvolvimento econômico e progresso tecnológico sem planejamento, as populações do presente, as gerações futuras e o meio ambiente estão comprometidos em seus êxitos de continuidade.

O meio ambiente e o desenvolvimento são, nos dias atuais, duas questões de interface para todas as ciências (MARCUSE, 1999). Duas forças antagônicas: o desenvolvimento econômico (baseado na massificação tecnológica) e a preservação ambiental (baseada no equilíbrio natural dos ecossistemas). Processos sociais como industrialização, urbanização e crescimento demográfico geram degradação e poluição ambiental no limitado espaço da terra e da natureza. O modo de produção capitalista, em seu jogo de poder, produziu uma sociedade que consome a natureza de forma tecnológica, excludente e de desperdício.

O meio ambiente apresenta-se com profundas alterações e uma significativa crise ecológica, representada pelos impactos ambientais em ecossistemas naturais, sistemas agrícolas e urbanos. Um espaço social altamente industrializado, mas com dinâmicas sociais também atrasadas ou sem os meios para acompanhar o avanço técnico-científico-informacional da atual fase de globalização das relações capitalistas (SANTOS, 2001). Países pobres acumulam elevadas taxas de pobreza (IDH/ONU – Índice de Desenvolvimento Humano).

Países descapitalizados, dependentes econômica e tecnologicamente, tentam acessar o mercado com os recursos naturais e de solo (agropecuária) que ainda restam em seus territórios (reserva de petróleo, gás natural, carvão mineral, outros minerais, solos agricultáveis e potenciais vegetais). Para gerar alguma infra-estrutura urbana ou rural, recorrem a empréstimos internacionais, comprometendo suas balanças comerciais e a frágil soberania nacional e ambiental de seus países.

O território da globalização pode ser representado pela fragmentação do saber e da natureza humana. Fragmentos dispersos de um quebra-cabeça que se constrói e se desmancha sucessivamente. Uma espécie de lógica da hiper-complexidade e da auto-organização desigual que exige uma reflexão profunda em sua complexidade:

O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares. (...) Cada lugar, não importa onde se encontre, revela o mundo (no que ele é, mas também naquilo que ele não é), já que todos os lugares são suscetíveis de intercomunicações (SANTOS, 1996, p. 32).

Entende-se que esse processo de mercantilização do espaço-tempo se faz em meio ao complexo mundo da tensão e *stress* cotidianos, no qual a lógica de propriedade e concentração do capital elimina a abundância e a liberdade tempo-espacial, tornando-os uma mercadoria escassa e cara, capturando os sem capital ao espaço segregado e periférico. Os excluídos da sociedade acompanham uma ordem política, econômica e cultural (simbólica), em seus diferentes estágios. A vida dos excluídos é marcada pela pobreza generalizada, fazendo com que sejam responsabilizados nas estatísticas demográficas pelos desequilíbrios ambientais do planeta Terra.

Por outro lado, essa massa de excluídos é usada pelas grandes empresas e suas tecnologias ligadas à produção de alimentos (revolução verde, engenharia genética e biotecnologia) para o mercado, pois os defensores desse modelo argumentam que, sem o uso desse sistema de produção agrícola e pecuarista, não teriam como alimentar a humanidade ou garantir uma produção sustentável (quantitativa) de alimentos. Esse tipo de jogo reforça as grandes corporações, que controlam o mercado mundial de alimentos, a garantir subsídios dos



estados nacionais nos quais atuam, mas continuam mantendo um mercado com preços majorados para as populações mundiais.

Natureza, cultura e tecnologia estão na linha de fronteira da teoria ambiental e na ecologia política, esboçam importantes contribuições de alguns teóricos sociais contemporâneos, que têm refletido sobre as origens, as causas e os efeitos da degradação do meio ambiente a partir da sociedade moderna. Assim, a produção teórica das ciências sociais e dos estudos interdisciplinares que trabalham no campo do ambientalismo, ao propor que este campo integre-se a uma análise da sociedade e da tecnologia, consegue privilegiar algumas inter-relações específicas a partir dos conflitos sociais.

A ecologia política ganha também o sentido atribuído aos movimentos sociais de inspiração marxista, apontando para uma crítica ao modo de produção capitalista e à crença em algo novo, uma sociedade sustentável ecologicamente (LIPIETZ, 2003). Também apresenta outros elementos de análise e chama a atenção não apenas para as desigualdades fundadas nas classes sociais, nas etnias, no gênero e nas gerações, mas também no problema agroalimentar e na questão agroambiental.

Estas questões são enfocadas através da análise crítica e sociológica das transformações da agricultura capitalista, dos processos e relações de classe, do poder do Estado e das novas configurações territoriais. A ecologia política, atrelada à abordagem territorial, é um dos melhores caminhos para discutir detalhadamente as questões sócio-ambientais, as contradições de um desenvolvimento econômico predatório e os novos *slogans* de sustentabilidade e preservação dos recursos naturais.

## **4. ENFOQUES AGROECOLÓGICOS, AGROECOSSISTEMAS E AGRICULTURA FAMILIAR**

Conceitos como agroecologia e agroecossistema fazem referência a novos desenhos territoriais e permitem representar a agricultura familiar em relação às contradições dos modelos agrotecnológicos com ênfase para a situação sócio-ambiental do semi-árido nordestino, recorrendo-se às bases da pesquisa. Os novos desenhos de uso e poder na constituição do território de enfoques agroecológicos e da agricultura familiar estão inseridos diretamente na preocupação conceitual da agroecologia, dos ecossistemas e dos agroecossistemas.

A perspectiva da agroecologia e dos agroecossistemas destaca a organização de idéias como os cultivos da diversidade, dos recursos genéticos e da segurança alimentar local a partir de experiências empíricas em diversas partes do mundo, como países da África, Ásia e América Latina, desde a década de 1980, período em que pouco se discutia o meio ambiente rural na perspectiva agroecológica (GAIFAMI; CORDEIRO, 1994). Estas preocupações demonstraram a busca de pesquisas na direção de novas formas de produção, respeitando a comunidade local e o meio ambiente.

A agroecologia é uma ciência das interações positivas (ALTIERI, 2002)<sup>29</sup>. A análise agroecológica, em relação às preocupações com o planejamento de agroecossistemas e a relação com tecnologias agrícolas alternativas e sustentáveis, é um importante caminho de

---

<sup>29</sup> No curso com o autor sobre agroecologia na UNESP/Botucatu, em junho de 2003, percebeu-se que ele pensa interações positivas no sentido de uma ecologia social que considera sociedade e natureza enquanto parte de um mesmo processo, sendo necessário resgatar o humanismo ecológico, com qualidade de vida e de natureza em todos os sentidos. O positivo aqui não parece relacionar-se ao positivismo clássico da ciência expressa por Auguste Comte. Por outro lado, sua idéia de agroecologia como ciência é algo complicado, pois esse campo de conhecimento é muito cheio de intercessões disciplinares.

pesquisa. A perspectiva de uma metodologia e de uma prática em agroecologia que discutem a agricultura tradicional<sup>30</sup> e a agricultura moderna<sup>31</sup> é fundamento para chegar-se até a construção do pensamento agroecológico, seus fatores determinantes, recursos, processos e sustentabilidade.

A sustentabilidade é um dos temas mais questionados nos meios acadêmicos atuais. Avaliar o estado ecológico e a sustentabilidade dos agroecossistemas passa, na maioria das definições, por critérios como: a) a manutenção da capacidade produtiva do agroecossistema; b) a preservação da diversidade da flora e da fauna e; c) a capacidade do agroecossistema em manter-se (ALTIERI, 2002, p.115).

Por outro lado, a biotecnologia e a engenharia genética<sup>32</sup>, com aplicação na produção em larga escala, é a mais nova forma de ação do capitalismo, na busca do total controle sobre a produção de bens de consumo advindos do meio rural. Esse é o campo de pesquisa e de investimentos mais forte das novas abordagens para as atividades agrícolas. Mas já existe uma significativa resistência aos alimentos transgênicos, resultantes dos investimentos em pesquisas no campo da biotecnologia.

Um exemplo disso é a União Européia, que vem apostando em alimentos mais naturais possíveis, sendo, hoje, o mais importante mercado de alimentos orgânicos do mundo<sup>33</sup>. Estas argumentações são apenas para aclarar a importância dos estudos em relação ao território dos agricultores ecológicos, frente às crises mundiais que afetam o meio ambiente e que estão diretamente relacionadas com os modelos produtivos adotados em diferentes partes do planeta.

Se o paradigma agrotecnológico da Revolução Verde não salvou a humanidade da fome e da pobreza e se o paradigma biotecnológico sob controle do capitalismo ainda

---

<sup>30</sup> Agricultura produzida a partir dos próprios agricultores familiares pautados em experiências ancestrais e que se misturaram a partir dos processos colonizadores.

<sup>31</sup> Complexo Agroindustrial - Agropecuária com uso intensivo de mecanização e produtos químicos.

<sup>32</sup> Cf. Zamberlam e Francheti (2002, p. 51) Ambas estão relacionadas, sendo que a biotecnologia tradicional trabalha, há milhares de anos, o melhoramento genético. Quanto à manipulação de genes, costuma-se afirmar que é uma especificidade dentro da biotecnologia que se denomina de engenharia genética.

<sup>33</sup> Desde 1970, que governos europeus começaram a definir uma política mais clara contra o uso de agro-químicos em suas produções. Nesse campo, também passaram a exigir dos seus exportadores uma maior fiscalização em relação ao uso de agrotóxicos. Na atualidade, passou a existir preocupações também em relação aos transgênicos e uma clara definição pela importação dos orgânicos, desde que devidamente certificados pelas suas instituições.

encontra fortes resistências dentro do próprio sistema, surge um terceiro paradigma: o agroecológico como projeto alternativo e com tendência ao desenvolvimento racional.

Mas até que ponto o modelo dará conta de responder às grandes ansiedades sócio-ambientais do presente para que de fato consolide-se mundialmente? Que base territorial lhe será reservada ou ganhará campo? Será uma agroecologia nas mãos dos agricultores familiares ou uma agroecologia dominada pelo mercado/capital?

Duas coisas são importantes nesse contexto paradigmático: a existência de grandes investimentos de capital, tanto em pesquisa, tecnologia e produção para o mercado de produtos selados ou certificados<sup>34</sup> na condição de orgânicos e ecológicos (agro-eco-negócios), e a existência de ideários e movimentos sociais mediados pela perspectiva de uma agroecologia que garantirá um novo modelo de sociedade ecologicamente sustentável.

Nesse contexto, surgem as críticas em relação à apropriação de uma idéia e/ou prática social de contraposição ao modelo agroindustrial e à aparência de que o sistema capitalista vem adotando práticas ecológicas. O melhor exemplo é o da agricultura orgânica em grande escala, que já é praticada em diferentes partes do mundo e por empresários que pensam especialmente nos lucros desse negócio.

No Brasil, existem diversas marcas de café orgânico, açúcar orgânico, soja orgânica e muitos outros produtos, que, segundo seus rótulos, estão sendo produzidos sem grandes impactos sobre o meio ambiente. Por outro lado, os movimentos da agroecologia criticam estas práticas de agricultores e empresários dos orgânicos unicamente inseridos no mercado, vendo apenas o meio ambiente como forma de agregar valores a sua mercadoria.

Por outro lado, a Revolução Verde é um jeito capitalista de dominar a agricultura, uma agricultura destruidora de espécies (ZAMBERLAM; FRONCHETI, 2002), isto é, uma agricultura cada vez mais subordinada à indústria e ao capital financeiro. Uma crescente geração de conhecimentos tecnológicos destinados à agropecuária do mundo inteiro, com os chamados pacotes tecnológicos (mecânico, físico-químico e biológico)<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Cf. a Associação de Agricultura Orgânica <http://www.aa.org.br> Acesso em 13/06/2005. Um produto só pode ser certificado como orgânico, depois de feitas detalhadas análises ambientais do solo, da água, das fontes energéticas, das sementes e do manejo para aquela produção. O preço de uma certificação é muito elevado, tem validade e prescrição.

<sup>35</sup> Cf. Zamberlam e Froncheti (2002). O programa de Revolução Verde teve duas fases: a pioneira, de 1943 a 1965, e a grande expansão, de 1965 em diante. Os projetos pilotos foram no México, nas Filipinas e no Brasil,

O exemplo da Revolução Verde pode ser sentido em todo o planeta e tem como marca um domínio do capital que se apresenta na infra-estrutura da produção (sementes, adubos e equipamentos), como também da assistência técnica e empréstimo de capital via crédito rural. O apoderamento do capital por práticas que anteriormente eram típicas do agricultor familiar e o aumento do interesse pelo conhecimento popular em relação aos bancos de geoplasmas<sup>36</sup>, já desenvolvidos por sociedades camponesas tradicionais, vêm gerando uma verdadeira revolução no campo da genética e da biotecnologia (GAIFAMI; CORDEIRO, 1994).

O entendimento é de que a produção de orgânicos, na perspectiva meramente do mercado, serve para o uso de poder de um grupo social, podendo ser totalmente conquistado por um novo estágio de desenvolvimento do capitalismo, que busca um domínio ampliado da natureza e conseqüentemente da sociedade como um todo. Enquanto muitos ainda falam em um novo pacto do homem com a natureza, os homens de capital investem em códigos genéticos de plantas, insetos, animais, vírus, bactérias e registro de patentes que antecipam no espaço-tempo o domínio ou o poder a partir da informação.

#### **4.1 Desenhos teóricos e conceituais de agroecologia e agroecossistema.**

O uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 70, mas a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura. Ao estudar a agricultura indígena que, constitui um testemunho modificado das primeiras formas de agricultura, os pesquisadores demonstram, cada vez mais, evidências de que muitos sistemas agrícolas desenvolvidos localmente incorporam em suas práticas rotinas e mecanismos para a adaptação das culturas às variações ambientais e proteção das mesmas contra predadores e competidores (HECHT, 2002, p. 20).

A situação histórica aqui colocada serve como base para o entendimento global das questões agroecológicas e não apenas no sentido de idéias pensadas cientificamente, mas enquanto experiências que estão sendo fomentadas tanto nos meios técnicos e acadêmicos,

---

além dos Estados Unidos, resultando em pacotes tecnológicos. A segunda fase, com o objetivo de difundir os pacotes tecnológicos através da assistência técnica e orientação do crédito rural.

<sup>36</sup> Cf. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa - Biol. Material hereditário transmitido para a prole através dos gametas; comum às células ou tecidos a partir dos quais um novo organismo pode ser gerado; porção líquida do sangue, na qual estão suspensos os componentes particulados.

quanto no cotidiano presente em muitos sítios de agricultura familiar. Mas a idéia pode gerar fortes contradições e contextos discordantes, sejam em fomentos dos movimentos sociais organizados, que atuam na construção de uma nova territorialidade no rural inserida na dinâmica agroecológica, sejam a partir de práticas isoladas de indivíduos na forma de agricultores familiares, antenados com essa nova realidade agrícola e ambiental.

A agroecologia objetiva compreender a forma, a dinâmica e a função das relações com os agroecossistemas (HECHT, 2002, In: ALTIERI, 2002)<sup>37</sup>. Na agroecologia, está implícita a compreensão de que a agricultura ecológica é um sistema que busca produzir sem impactos ambientais e sociais negativos, com maior sustentabilidade e menos riscos sócio-ambientais.

Por outro lado, os sistemas agrícolas são interações complexas entre processos sociais, biológicos e ambientais externos e internos (ALTIERI, 2002). Este conceito é interessante, pois serve para todo e qualquer tipo de organização ou processo agrícola. Já o agroecossistema é uma forma de realidade ambiental estritamente local. Nesse sentido, todas as práticas sócio-ambientais de uma localidade e as dinâmicas gerais e específicas da natureza que atuam na localidade precisam ser consideradas em termos dos agroecossistemas.

A complexidade dos ecossistemas<sup>38</sup>, biomas<sup>39</sup> e nichos ecológicos<sup>40</sup> demonstra alguns limites para que a agroecologia seja pensada, pois estão sustentados enquanto conceitos e bases científicas de observação na natureza. Por outro lado, a idéia de agroecologia ou agroecossistema corre o risco de querer demarcar apenas o campo ideal de significados, mas, na realidade, o ambiental e o social estão demarcados por problemas de fato aplicáveis as realidades sociais extremamente distintas.

Existem sistemas agrícolas, sistemas urbanos e sistemas orgânicos, todos são possíveis enquanto interações, mas, na lógica capitalista, o agroecossistema poderá ficar preso ao laço dos significados e conceitos científicos, pois a idéia de pensamento agroecológico não foca

---

<sup>37</sup> Cf. Grisi (2000, p. 18), dizendo que Agrossistema é um sistema ecológico induzido e manipulado pelo homem, constituído por seres vivos em interação com o ambiente.

<sup>38</sup> Cf. GRISI (2000, p. 66), Ecossistema é um sistema natural, constituído por seres vivos em interação com o ambiente, onde existe claramente um fluxo de energia que conduz a uma estrutura trófica, uma diversidade biológica e uma ciclagem de matéria, com uma interdependência entre seus componentes.

<sup>39</sup> (Ibidem, p. 33). Bioma - maior unidade de vida terrestre com flora, fauna e clima propícios. O grande ecossistema terrestre.

<sup>40</sup> (Ibidem, p. 128). Nicho Ecológico – Lugar e condições ecológicas plenas para o desenvolvimento, reprodução e continuidade de uma ou mais formas de vida.

suas preocupações apenas na produção agrícola em si, mas considera a redução dos danos ambientais e as melhorias sociais.

Duas variáveis - ecologia e sociedade - são essenciais na diferenciação de um sistema agrícola e de um agroecossistema, pois na atual conjuntura sócio-econômica, política e cultural do modo de produção e de vida capitalista, idealmente se podem pensar na perspectiva sócio-ambiental, mas a lógica de mercado consumidor (abastecimento, preços, energia, uso de solo e insumos e etc.) e a estrutura do território (propriedade e controle) permanecem enquanto domínio do sistema produtivo. Por outro lado, a prática da agricultura orgânica já é vivenciada em diferentes partes do mundo e conceitualmente pode ser expressa assim:

A agricultura orgânica é um sistema de produção agrícola que evita ou praticamente exclui os fertilizantes e pesticidas sintéticos. Sempre que possível, os insumos de origem externa, como os agroquímicos e os combustíveis adquiridos no comércio, são substituídos pelos recursos internos, encontrados na propriedade ou em suas proximidades. Esses recursos internos incluem energia solar ou eólica, controle biológico de pragas, fixação biológica de nitrogênio ou outros nutrientes liberados pela matéria orgânica ou pelas reservas de solo (ALTIERI, 2002, p. 287).

Para Altieri (2002), este conceito é chave na diferenciação entre agricultura orgânica e agroecologia. E o diferencial pode ser entendido no que tange às questões sociais, pois se pode muito bem ter uma produção orgânica sem envolver a perspectiva societária das relações. A agricultura orgânica pode ser limitada ao uso de técnicas compatíveis com o tipo de produção e o solo no qual é implantada.

Um exemplo é a monocultura de café com controle biológico e manejo orgânico de solo, água, energia, etc. Uma produção especificamente voltada para o mercado consumidor, com mão-de-obra assalariada e presa à lógica da exploração capitalista dos trabalhadores assalariados. Também pode ser um sistema produtivo muito mais complexo e contraditório voltado para monoculturas, controle e estabelecimento de mão-de-obra e contradições econômicas, sociais e tecnológicas que avançam sobre o meio ambiente.

As preocupações levantadas aqui não são no sentido técnico de Ecologia e Agronomia ou na busca de um sistema produtivo que garanta maior produção e menor impacto ambiental. Além destes fatores relacionados, é importante ressaltar que o contexto social e seus

componentes para o desenvolvimento do meio ambiente rural é a preocupação essencial destes processos produtivos instituídos como agroecológicos.

Conceitualmente, a agroecologia refere-se a um sistema agrícola diversificado, em que o envolvimento social em seu manejo representa o princípio norteador das práticas agroecológicas que estejam voltadas para o atendimento das necessidades sociais e ambientais de modo estável e equilibrado.

O sistema agroecológico não pode gerar desajustes sócio-econômicos para produtores e consumidores, mas, quando essa situação apresenta-se apenas de forma ideal e não faz a crítica *a priori* do modo de produção capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento, corre-se o risco de ficar apenas no plano idealista de uma sociedade ecológica utópica.

A diversidade é uma das questões mais importantes em um agroecossistema, especialmente quando se trata de experiências com agricultores familiares, que tradicionalmente desenvolveram práticas diversificadas de produção. Essa diversidade ganha um sentido tanto social quanto genético, pois garantem a segurança e o domínio contra condições naturais adversas do tipo mudanças ambientais bruscas para os agricultores.

Em escala prolongada, nas áreas com a propriedade da terra extremamente concentrada, o agricultor familiar, em sua pequena propriedade rural, mesmo que preserve o meio ambiente, tende a gerar desgaste em longo prazo. Somando-se isso a processos semelhantes em milhares de outras pequenas propriedades e ao descaso sócio-ambiental do sistema capitalista, tem-se uma realidade extremamente contraditória. Nesse caso, a propriedade da terra, controlada pela lógica do mercado e interesses capitalistas, passa a ser um importante limitador de experiências com agroecossistemas.

A busca aqui não é de uma ciência do tipo agronomia ecológica ou engenharia ambiental, que gerem modelos de produção ou selos de comportamentos sociais com qualidade ambiental. O interesse é dizer que os desajustes sociais e as monoculturas adotadas em grande escala fogem às regras das sucessões ecológicas.

A preocupação é com agroecossistemas no sentido de reconhecer que os sistemas naturais seguem manifestações locais e regionais de trocas de energia e que qualquer agroecossistema adotado precisa ser analisado nessa perspectiva. Sendo assim, cada lugar pode garantir diversidades que são ou estão limitadas aos condicionantes naturais. Isso não



quer dizer que, nas grandes experiências humanas de introdução de elementos exóticos de um ambiente em outros, inviabilize-se a idéia de agroecossistemas.

Um elemento complicador é pensar que a agroecologia seja uma experiência que perpassou toda a humanidade desde os seus primórdios (HECHT, 2002), que foi se perdendo no tempo e no espaço, na medida em que os complexos sócio-econômicos foram se afastando do meio ambiente natural, construindo ambientes urbano/industriais e estabelecendo, nas áreas rurais, produções de monoculturas, agroindústrias e alterações das regras naturais ou sucessões ecológicas. É importante considerar que uma visão agroecossistêmica só foi possível devido aos grandes impactos provocados pelos modernos complexos urbano/agro/industriais.

Se os agrônomos começaram a se preocupar com uma agricultura ecológica, é fundamental dizer que os movimentos ambientalistas contribuíram para estas preocupações. Assim, é importante que as ciências sociais possam refletir criticamente sobre uma agroecologia, em que a sociedade esteja diretamente envolvida nessa prática, tanto na idéia de sentidos representados pelo pensamento, quanto na perspectiva dos desafios postos pelas práticas em andamento.

Neste contexto, os sistemas sociais e os naturais precisam ser compreendidos de maneira integrada, considerando atividades, valores e modos de ação. Os impactos facilmente percebidos na atualidade são decorrentes dos estágios de desenvolvimento das experiências tecnológicas e científicas aplicadas sobre tradições agrícolas antigas. O levantamento histórico feito sobre agricultura e sustentabilidade pode ser remetido ao processo de modernização da agricultura a partir do século XVIII e XIX:

Um intenso processo de mudanças tecnológicas, sociais e econômicas, que hoje chamamos de Revolução Agrícola, teve papel crucial na decomposição do feudalismo e no advento do capitalismo. Mas esse parto resultou de uma gestação de dez séculos. A fusão das civilizações germânica e romana que engendrou o feudalismo europeu começou a aproximar a prática agrícola, propriamente dita da pecuária. Deixando de serem atividades opostas, para se tornarem cada vez mais complementares, o cultivo e a criação de animais formaram progressivamente os alicerces das sociedades européias. E esse longo acúmulo acabou por provocar um dos mais importantes saltos de qualidade da civilização humana: o fim da escassez crônica de alimentos (VEIGA; EHLERS, 1991, p. 21).

Este aspecto do processo produtivo de agricultura, pecuária e uso de dejetos orgânicos para a melhoria dos solos demandava muita mão-de-obra e técnicas de pouso de áreas agrícolas. Os autores comprovam que, no início do século XIX, surgiram as primeiras questões de ordem científica (agroquímica)<sup>41</sup> com experimentações a partir da nutrição mineral das plantas.<sup>42</sup>

Se os arranjos culturais e históricos foram bases para uma primeira Revolução Agrícola, o uso de fertilizantes químicos e a criação de máquinas de tração animal, equipamentos metálicos e produções de monoculturas geraram a segunda Revolução Agrícola (EHLERS; VEIGA, 1991), sendo intensificada após a Segunda Guerra Mundial (século XX), com a mecanização e expansão das tecnologias pelo mundo, gerando a Revolução Verde: o complexo agroindustrial (CAI), com total controle do capital nas atividades rurais e implantação do uso de máquinas/motores (tratores, colhedeiças, plantadeiras, sistemas de irrigação), agrotóxico e fertilizante químico na produção.

As potências econômicas que controlavam o modelo sócio-econômico, político e cultural, no século XIX<sup>43</sup>, tinham uma visão utilitarista e ilimitada das potencialidades naturais explorando a sociedade e a natureza demasiadamente, prática intensificada durante todo o século XX. Hoje, reconhecem as limitações dos potenciais naturais, tendo que mudar seu padrão e modelo de ação em relação ao meio ambiente, mas garantindo, nas limitações da natureza, o modo de exploração da sociedade através dos produtos e preços.

Um exemplo disso é que em seus novos arranjos, não existe tratamento especial para o potencial humano, reconhecido apenas como consumidor, centrado em indivíduos

---

<sup>41</sup> Cf. Ehlers (1991, p.12), resgatando o químico alemão Justus Von Liebig (1803-1873), que com suas experiências, desprezou o uso de substâncias orgânicas (húmus), sugerindo o uso da adubação mineral (nitrogênio, fosfato e potássio, além de gesso e calcário) solúvel nos processos produtivos. Estes estudos foram posteriormente capitalizados pelos industriais e a técnica passa a substituir a tradicional agricultura de base orgânica em várias partes da Europa, América do Norte e hoje em todo o mundo, gerando um verdadeiro controle do capitalismo sobre o campo em relação a produção de fertilizantes químicos.

<sup>42</sup> Ibidem, (1991, p.14). O século XIX foi todo marcado por polêmicas agronômicas entre os mineralistas e humistas ou organicistas. Até que Louis Pasteur (1822-1895) desenvolveu importantes avanços no campo da microbiologia e fermentação do vinho, cerveja e outros alimentos a partir de organismos vivos que também eram fundamentais, na composição dos solos e nutrição das plantas fonte das matérias orgânicas. Estes argumentos pouco interessaram ao setor produtivo, industrial e agrícola que viram nos fertilizantes químicos o promissor mercado para as monoculturas, em substituição ao sistema rotacional de culturas.

<sup>43</sup> Se, no século XIX, eram em média uns cinco países (EUA, Reino Unido, França, Alemanha e Rússia), no século XX e XXI, não passam de uma dezena de países, incluindo além dos já citados: Japão, Canadá, Itália e Austrália.

consumistas, descartáveis ou recicláveis (MARIANO NETO, 2001) para obediência e reprodução da ordem instituída pelo sistema capitalista, apoderando-se de todos os conhecimentos gerados pela ciência no campo de uma produção sem sustentabilidade nem inclusão social efetiva.

Alguns ambientalistas posicionaram-se criticamente em relação aos padrões tecnológicos que depredam o meio ambiente, admitindo uma “crise ambiental” de proporções catastróficas. É interesse destacar aqui pensamentos relevantes em relação a modelos alternativos de sociedade. Em especial, a preocupação ambientalista com idéias sobre organização social, estrutura econômica e valores culturais, numa visão abrangente e mais ou menos utópica de uma sociedade planetária<sup>44</sup> (SCHUMACHER, 1973, apud: ALTIERI, 2002).

O marcante do pensamento ambientalista dos anos de 1970/80 é uma busca de auto-suficiência com sustentabilidade, que depende diretamente de uma racionalidade econômica e tecnológica. Mesmo assim, os problemas ainda eram focados, ora no sistema capitalista, ora no crescimento demográfico dos países subdesenvolvidos (na época, chamados de terceiro mundo).

Os problemas ambientais que eram vistos na zona rural apontavam para a questão das monoculturas e dos agrotóxicos, atrelados à mecanização e aos pesados sistemas de irrigação, que passaram por críticas e questionamentos. Os problemas energéticos (combustíveis fósseis) e de produtividade também foram impactantes para a lógica do crescimento econômico da época, o que ficou conhecido como crise energética, respingando nas questões de análises ambientais posteriores.

Entre os anos de 1960/70 e 1980, questões ambientais eram temas que não ecoavam no Brasil, mesmo que fossem fomentados por experimentadores de movimentos e comunidades alternativas. A própria agricultura nacional, juntamente com a agronomia internacional, adotava os modelos “modernos” de produção e introduzia na agricultura produtos químicos importados dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, bem como do Japão, como era

---

<sup>44</sup> Small is Beautiful, traduzido para português como: “o negócio é ser pequeno”. Editora Zahar, 1973.

dividida a relação de poder econômico das grandes corporações capitalistas naquela época (ALTIERI, 2002).

É importante ressaltar que os movimentos ambientalistas da década de 1990 abriram espaço para colocar a agricultura no centro das preocupações sociais. As pesquisas no campo da agroecologia nasceram de preocupações meramente técnicas e passaram a valorizar os conhecimentos de sociedades indígenas ou sociedades camponesas tradicionais, tentando compreender como os povos locais explicam seus sistemas produtivos e como as mudanças sócio-econômicas os afetam (ALTIERI, 2002, p. 42).

O social, o biológico e o ambiental estão inter-relacionados e a agricultura ecológica depende diretamente de um manejo sustentável de ecossistemas que possam garantir alternativas para uma agricultura que consiga superar o atual modelo de agricultura. Estes argumentos aqui apresentados dependem decisivamente das forças sociais envolvidas em tais processos. A idéia de relação com a terra; a importância do trabalho familiar; a estrutura familiar dos agricultores; o grau de dependência; a intensificação do sistema de produção e integração ao mercado e os movimentos ambientalistas<sup>45</sup> contribuíram para estas preocupações da produção agrícola atrelada à preservação ambiental.

## **4.2 Agricultura familiar, agroecologia e sustentabilidade**

A agricultura familiar, em seu sentido histórico e sociológico, é considerada enquanto unidade de reprodução social da família, regulada por valores da tradição familiar, estabelecida a partir de novas necessidades e novos desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais (MARTINS, 2001), em relação à multi-espacialidade e à multi-temporalidade da família de agricultores, considerada como uma rede de relacionamentos de várias gerações, em vários lugares:

---

<sup>45</sup> Cf. Altieri (2002, p. 36), pois considera os movimentos ambientalistas das décadas de 1960 e 1970 enquanto precursores destas questões. Mesmo assim, algumas análises ganharam uma relevância Neo-Malthusiana de responsabilizar o crescimento da população mundial pelos grandes problemas ambientais do presente. Em especial as grandes questões como poluição e degradação ambiental de áreas naturais.

A agricultura familiar no Brasil e as políticas estruturais com ela relacionadas dependem de uma compreensão do quadro histórico (...) e da compreensão do modo como se propõem enquanto desafios de políticas sociais mais do que simplesmente de políticas econômicas. Quando se fala em história há, geralmente, o mau entendimento de que se está falando no passado, o que perturba e limita interpretações (MARTINS, 2001, p. 03).

Neste contexto, a agricultura familiar, enquanto um processo em curso, marca-se por contradições ainda abertas, em que a dinâmica social aponta para outras análises das experiências de agricultores familiares. Por outro lado, a estrutura agrária e o uso sustentável da terra, na perspectiva da agricultura familiar agroecológica, surgem enquanto um novo projeto de produção territorial e social para o ambiente rural.

Sabe-se que o modo de produção capitalista tem como marca a apropriação da natureza enquanto uma das suas principais condições de reprodução. Neste sentido, o capital apodera-se dos recursos naturais representados pela concentração de terra, água, solo, mineral e etc., todos em mãos de grupos econômicos, empresas capitalistas e estados capitalistas comprometidos com a continuidade dessas relações.

A agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Mas que, como tem sido observado por diferentes pesquisadores, não constitui uma economia reduzida ao agrícola nem limitada ao rural. De qualquer modo, a suposição de uma população do campo confinada nos limites do rural vem sendo questionada nas ciências sociais, no Brasil, há mais de meio século (MARTINS, 2001, p. 01)<sup>46</sup>.

Com realização da pesquisa no ambiente rural de enfoques agroecológicos, percebe-se a afetividade dos agricultores com a terra e as novas relações de amor com a produção, com as sementes e com o sonho de uma terra maior para melhorar a produção e preservar a natureza. Mas no momento em que a sociedade local é atrelada a uma economia global, o ser social passa a ter alguns choques inevitáveis, já que uma nova realidade se estabelece, um novo relacionamento com a natureza e uma nova paisagem surge, e os valores anteriormente citados cedem lugar a novas relações.

---

<sup>46</sup> Trabalho apresentado no Seminário Interno sobre "Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI", FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Santiago do Chile, 11-13 de dezembro de 2001.

Existe uma pressão global que exige uma nova prática social em relação ao ambiente. No caso dos enfoques agroecológicos, o perigo é se essas ações forem apenas com o sentido de estimular um novo ciclo de produção econômica para o mercado. A agricultura familiar no contexto do Brasil<sup>47</sup> pode ser pensada enquanto importante expressão sócio-econômica, mas o agricultor familiar corre o risco de se transformar em dados estatísticos e em escapes da crise socioambiental do sistema capitalista em escala do Brasil.

Em especial com o advento da idéia de sustentabilidade, a agricultura familiar passa a ser vista como uma das maneiras mais expressivas de produção, enfatizando-se os tipos de relações entre seus participantes. Sua importância é ainda maior quando se considera que cria oportunidades de trabalho local, reduzindo o êxodo rural, diversificando a atividade econômica e promovendo o desenvolvimento de pequenos e médios municípios:

A idéia de uma ‘agricultura sustentável’ revela, antes de tudo, a crescente insatisfação com o *status quo* da agricultura moderna. Indica o desejo social de sistemas produtivos que, simultaneamente, conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar. Resulta de emergentes pressões sociais por uma agricultura que não prejudique o meio ambiente e a saúde (BEZERRA; VEIGA, 2000, p. 13).

Nesta base conceitual, existe um forte paradoxo representado pela sustentabilidade alimentar e os atuais níveis tecnológicos. Tratando-se da agricultura, os atuais níveis agrotecnológicos colocaram em xeque a viabilidade ambiental ou ecológica da agricultura moderna, mas uma agricultura sustentável sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar é algo complicado.

Um dos elementos contraditórios da proposição conceitual reside na própria lógica do desempenho humano em relação à natureza com base na atividade agrícola. O atual nível tecnológico no campo da agricultura gerou um modelo mecanizado e desumanizado dessa atividade. Caso a agricultura tecnificada passe a produzir uma agricultura mais saudável

---

<sup>47</sup> <<http://www.comciencia.br/reportagens>> Acesso em 22 de maio de 2005. Aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar, são 13,8 milhões de pessoas em cerca de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 37,8% do Valor Bruto da Produção Agropecuária são produzidos por agricultores familiares.

(orgânica) para os seres humanos, muitas questões, como a do meio ambiente ou das desigualdades sociais, poderão ficar em segundo ou terceiro planos<sup>48</sup>:

A idéia de 'agricultura sustentável' tem uma presença muito mais importante do que qualquer outra que lhe seja equivalente. Por exemplo, não há discussão sobre o que poderia vir a ser uma 'indústria sustentável'. No máximo, pode-se perceber a emergência de um debate sobre a sustentabilidade do consumo, ainda muito restrito a pequenos círculos de especialistas (BEZERRA; VEIGA, 2000, p. 14).

Apesar de seus 10 mil anos, a agricultura permanece como a atividade humana que mais intimamente relaciona a sociedade com a natureza. No entanto, as experiências agrícolas modernas, altamente mecanizadas, com violenta carga química e sistemas de irrigação com elevada vazão do consumo de água, afastaram significativa parcela de homens e mulheres do contato direto com a terra. A agricultura de alta produtividade tem uma pequena participação quantitativa do humano em suas etapas de trabalho. Isso, em países eminentemente agrários durante séculos, como o caso brasileiro, gerou uma massa de seres humanos desocupados de suas tradicionais atividades campesinas.

O modelo impulsionou vasto processo migratório rural-urbano e gerou um verdadeiro caos urbano e humano quase insolúvel nos grandes centros metropolitanos do país. Os trabalhadores sem terra e os homens sem trabalho incharam os grandes centros urbanos do Brasil. Em contrapartida, têm-se um espaço agrário concentrado e mecanizado pelo complexo agroindustrial, que utiliza pouca mão-de-obra rural e provoca muita degradação ambiental.

É importante dizer que não existe espaço para uma agricultura sustentável sem a efetiva transformação da base tecnológica em andamento nas diferentes partes do mundo. Como propor uma agricultura sustentável com uma base tecnológica antiecológica? Três questões podem ser pensadas a partir das reflexões acima: a) a perspectiva do trabalho humano a partir de dinâmicas orgânico-naturais; b) o sentido de uma agroecologia em larga escala e; c) a

---

<sup>48</sup> Um bom exemplo disso é colocado pelo seletivo mercado de alimentos da União Européia, que exige, entre outras coisas, produtos com um forte controle de qualidade, em especial no que tange a forma de produção que pode ser tecnificada, mas que não deve apresentar riscos a saúde dos consumidores europeus. Nesse quadro, entra a questão dos agrotóxicos, alterações genéticas cargas hormonais e todo um protocolo de validade dos produtos.

necessidade de tecnologias ecológicas para que se garanta uma real segurança alimentar com base nas questões anteriores.

A preocupação é a de que o único argumento que ainda valida a idéia da agricultura moderna é reforçado pela idéia de segurança alimentar em nível internacional. Segundo os proponentes da agricultura moderna, sem o padrão tecnológico adotado na produção agrícola, o mundo entraria em um colapso e o abastecimento de alimentos em nível internacional seria comprometido, tornando-se insustentável.

Este falso argumento encobre o verdadeiro caos dos alimentos que estragam ou perdem a validade devido aos altos preços e à falta de consumidores com poder aquisitivo para comprá-los. O princípio de segurança alimentar é praticado apenas por uma pequena parcela de seres humanos em escala mundial. Isso de acordo com relatórios da própria Organização das Nações Unidas (ONU) em relação aos países desenvolvidos e subdesenvolvidos<sup>49</sup>.

Neste sentido, as preocupações levantadas apontam para a necessidade urgente de novos métodos de produção que venham a reduzir os impactos ambientais adversos e assegurar altos níveis de pureza e não-toxicidade dos alimentos. Para tal, é preciso admitir que a expressão 'agricultura sustentável' só será compatível se forem pensados novos arranjos tecnológicos, energéticos e econômicos para um mundo sustentável. Não será uma ação pontual a desencadeadora de um desenvolvimento sustentável, mas todos os pontos que emaranham o tecido da rede.

Os novos métodos de enfoques agroecológicos (orgânicos, ecológicos, biodinâmicos, naturais) de produção alimentar são divulgados há pelo menos meio século (BEZERRA; VEIGA, 2000). Mesmo assim, ainda existe uma crítica velada de que sejam métodos folclóricos, ideais ou utópicos. Percebe-se que os interesses estabelecem-se na escala dos agros-negócios, mesmo quando se admite que a agricultura deva ser sustentável, coloca-se

---

<sup>49</sup> Cf. Bezerra e Veiga (2000). Os países da América do Norte, Europa e Sudeste Asiático, viveram nas três últimas décadas um verdadeiro aumento no consumo de alimentos, chegando ao excesso, isso vem afetando inclusive a saúde das pessoas nestes países. Em contra partida, os outros países do mundo, inclusive grandes produtores de alimentos, ainda apresentam uma forte insegurança alimentar entre suas populações.



apenas no plano ideal. Mesmo a contragosto da lógica mercantil, as preocupações agro-ambientais não podem ser descartadas facilmente.

Se desenvolvimento e sustentabilidade estão apenas no plano dos textos ou relatórios internacionais, é importante considerar que as dificuldades práticas para tais proposituras precisam ser resolvidas o quanto antes, sob pena de que não seja possível acompanhar os ritmos da natureza, nem mesmo em relação ao plano da agricultura tão ligada aos ecossistemas naturais.

Esse enfoque conceitual da agricultura sustentável, se pensado na escala do semi-árido, remete a alguns elementos extremamente articulados com as contradições sócio-ambientais. Isso porque o Nordeste Seco representa uma significativa soma demográfica que tenta acessar os recursos naturais e do direito à propriedade da terra, tendo que conviver com um ambiente extremamente frágil e de difícil manejo sócio-ambiental.

O semi-árido nordestino é marcado historicamente por um desenho de ocupações predatórias, exploratórias e de subordinação da terra e dos agrupamentos sociais a uma minoria ou oligarquia agrária que tinha e ainda tem na terra e em suas atividades a marca do poder político, social e econômico. Esse histórico arranjo das relações sociais no Nordeste Seco, aliado ao sensível desempenho ambiental, é um dos agravantes para se pensar em uma aplicação efetiva de políticas públicas que garantam uma agricultura sustentável.

Diante de um quadro significativo de relações sócio-ambientais e econômicas, é muito importante considerar o conceito de agricultura sustentável, pois a idéia pode se perder nas palavras e os diagnósticos podem seguir na direção de responsabilizar o meio natural pelas desigualdades sociais e econômicas historicamente estabelecidas nos sertões nordestinos.

Os elementos acima colocados são demarcadores de práticas relevantes para qualquer diagnóstico ou modelo de sustentabilidade que impliquem atividade agrícola ou rural. Isso em relação ao sistema de agricultura familiar, que é a melhor unidade produtiva de relação com o ambiente semi-árido. A experiência de trabalho e vida no Agreste/Brejo paraibano vem demonstrando que muitas práticas tradicionais de uso da terra geraram um ambiente

extremamente degradado, mesmo assim, os agricultores criaram importantes estratégias de convivência com a seca.

Estas estratégias, se associadas às técnicas de agricultura ecológica, permitem um passo significativo na perspectiva de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Mas, para que se possa pensar em sustentabilidade, será necessário considerar uma radical transformação do quadro agrário em todos os sentidos, pois não será possível praticar sustentabilidade agrícola em minifúndios profundamente degradados e com famílias descapitalizadas.

A sustentabilidade para os agricultores familiares passa diretamente por uma Reforma Agrária e por um processo de democratização dos espaços de água para a casa, para os animais e para a produção familiar. Estes são pré-requisitos essenciais da agricultura familiar sustentável. É perigoso pensar em tecnologias para o semi-árido sem que passem diretamente pela convivência com o ambiente de caatinga, que nem sempre pode ser resolvido pelo acelerado processo mecânico de interferência no solo e implantação de culturas que não respeitem as condições ambientais.

Estes argumentos reforçam a tese de que o trabalho familiar, atrelado às práticas ecológicas conhecidas e a um verdadeiro estudo de impactos das novas tecnologias para o semi-árido nordestino, é caminho indispensável para a idéia de uma agricultura sustentável. A preocupação aqui colocada não é apenas no sentido de uma agricultura que possa ser ecológica e que esse fato já gere uma sustentabilidade.

Um novo ser humano que esteja no campo precisa ser aquele que cuida da terra em todos os sentidos e para que isso ocorra não basta ser filho e filha da terra, é necessário que a terra seja partilhada e esteja plenamente em suas mãos e que as famílias de agricultores precisem ser reconhecidas por isso. Não é possível admitir que uma família no semi-árido não tenha terra para trabalhar ou só tenha um minifúndio. O modelo de agricultura familiar não pode continuar na idéia de que o agricultor familiar só precisa da subsistência. Esse modelo é antiecológico, logo, não possui base para sustentabilidade.

A busca de uma nova agricultura passa diretamente pelos atores sociais e sua lutas, organizações, discursos e práticas. Uma coisa é certa, a ação coletiva precisa de fomentos que estejam em sintonia com a autonomia e auto-organização dos grupos sociais. Assim, existe uma soma<sup>50</sup> sendo constituída pelos grupos sociais, pelas suas organizações e pelas redes de solidariedade enquanto novo desenho territorial de enfoques agroecológicos:

A forte diversidade ambiental encontrada no Agreste paraibano induz a uma grande heterogeneidade entre os agroecossistemas presentes na região e faz com que problemas produtivos de natureza semelhante cubram soluções técnicas bastante diferenciadas (PETERSEN; SILVEIRA, 2002, p. 123).

As experiências em agricultura ecológica, na perspectiva da agricultura familiar, que estão sendo fomentadas no Agreste/Brejo da Serra da Borborema paraibana geram uma nova realidade sócio-econômica e sócio-ambiental. Isso levará o território rural da área a significativas transformações da paisagem e da realidade local. Em relação ao manejo da inovação na agricultura familiar do Agreste paraibano, uma análise do sistema local de conhecimento (SLC) aponta para um processo de mudança sociotécnica (SABOURIN, 2002) na agropecuária, caracterizada pela multiplicação de inovações:

Os estudos confirmam a existência de atividades de produção e de intercâmbio de conhecimentos entre produtores, de observação mútua e de diálogo técnico, com algumas variantes de uma microrregião a outra. (...) As redes de diálogos técnicos passam, geralmente, por agricultores inovadores considerados ou competentes ou malucos pelos vizinhos. Inovações como a palma forrageira (*Opuntia sp*), a algaroba (*Prosopis juliflora*), o uso da palma com espinho nas cercas, tiveram difusão espontânea, via relações interpessoais entre os agricultores. (SABOURIN, 2002, p. 185).

Estes são importantes argumentos no sentido de entender o processo de intervenção sociotécnica e agroambiental rural e suas redes de conhecimento, construídas na perspectiva de enfoques agroecológicos para a agricultura familiar local. A preocupação voltada para a idéia de uma agro-biodiversidade e criação dos bancos de sementes comunitários que garantam uma gênese e evolução das sementes locais (“Sementes da Paixão”) é uma estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido (ALMEIDA; CORDEIRO, 2002). Estas experiências, juntas aos cultivos ecológicos (agroecologia), tornam-se

---

<sup>50</sup> Essa soma pode ser pensada enquanto rede social ou um rizoma das diferentes ações em favor das alternativas ecológicas ao mercado de alimentos e autonomia dos produtores agrícolas preocupados com o meio ambiente.

alternativas de produção sem o uso de componentes químicos e respeitando os ecossistemas, enquanto ações sociais na perspectiva de garantia dos recursos genéticos e da segurança alimentar local:

O processo de erosão genética dos cultivos agrícolas cola-se como uma séria ameaça ao desenvolvimento da agricultura, sendo motivo de debate em inúmeros fóruns. Há pelo menos três décadas, setores ligados à pesquisa agrícola em diversas partes do mundo, têm-se empenhado na preservação de geoplasmas coletados, principalmente, nos países de clima tropical ricos em biodiversidade. Mais recentemente, vem havendo um reconhecimento do papel das comunidades agrícolas no manejo e em nossa conservação dos recursos genéticos em nível local, aparecendo como um complemento ao sistema de conservação. (CORDEIRO; MARCATTO, 1994, p. 139).

A busca dos caminhos alternativos na preservação dos bancos genéticos locais é fundamental, pois estes são extremamente erodidos por políticas públicas de distribuição de sementes híbridas, que nem sempre respondem economicamente a realidade do agricultor familiar. O trabalho de recuperação das sementes nativas é uma garantia genética sem precedentes para a história desses grupos sociais.

As sementes passam diretamente pelo conhecimento local e que aparentemente não estão sendo ameaçadas, mas, na verdade, com essa nova fase da chamada biotecnologia e engenharia genética, muitas das tradições e heranças culturais em relação a sementes, raízes, cascas e folhas poderão ser capturadas pelos grandes laboratórios internacionais, deixando os agricultores desprotegidos e dependentes ou reféns dessas novas tecnologias.

O exemplo acima representa toda a preocupação teórica em relação à idéia de território enquanto poder. Os tipos de sementes e o controle sobre elas são forças nas mãos dos agricultores e suas famílias. Resgatar e valorizar estas culturas passa pelo projeto de desenvolvimento territorial local com participação e sustentabilidade. Nesse contexto, os agricultores e suas organizações políticas ou sindicais tentam acessar os novos espaços de poder e introdução de tecnologias que sejam adequadas ao meio ambiente e meio de vida local.

## **5. AGRICULTURA FAMILIAR ECOLÓGICA NO AGRESTE/BREJO PARAIBANO: A AÇÃO DOS MEDIADORES**

A constituição de um território de enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano será analisada, neste e no próximo capítulo, em termos de dois desenhos principais, entendidos enquanto espaços de poder em que se moldam novas paisagens, com seus respectivos arranjos e redes sociais. O primeiro desenho refere-se ao espaço de atuação dos mediadores, principalmente os técnicos da AS-PTA e os dirigentes do Pólo Sindical da Borborema (mas não unicamente eles), espaço do qual emerge um arranjo produtivo que pode ser definido como Agricultura Familiar Ecológica – uma adaptação dos princípios agroecológicos às especificidades da agricultura familiar, em particular da agricultura familiar existente no Agreste/Brejo paraibano<sup>51</sup>.

Com base na ecologia política, parte-se do contexto das práticas e das relações de poder estabelecidas entre os mediadores-técnicos, mediadores-políticos e agricultores familiares como elementos para a interpretação da emergência de (ou a conversão para) uma agricultura familiar ecológica como o resultado da interação entre forças e interesses externos com dinâmicas sociais, políticas e organizações sociais mais diretamente ligadas aos agricultores da região. A utopia ativa de uma agricultura familiar ecológica se constrói tanto como um projeto técnico (agroecológico) quanto como um projeto político (de fortalecimento da agricultura familiar e de mobilização para conquista de uma maior autonomia diante dos representantes do poder local).

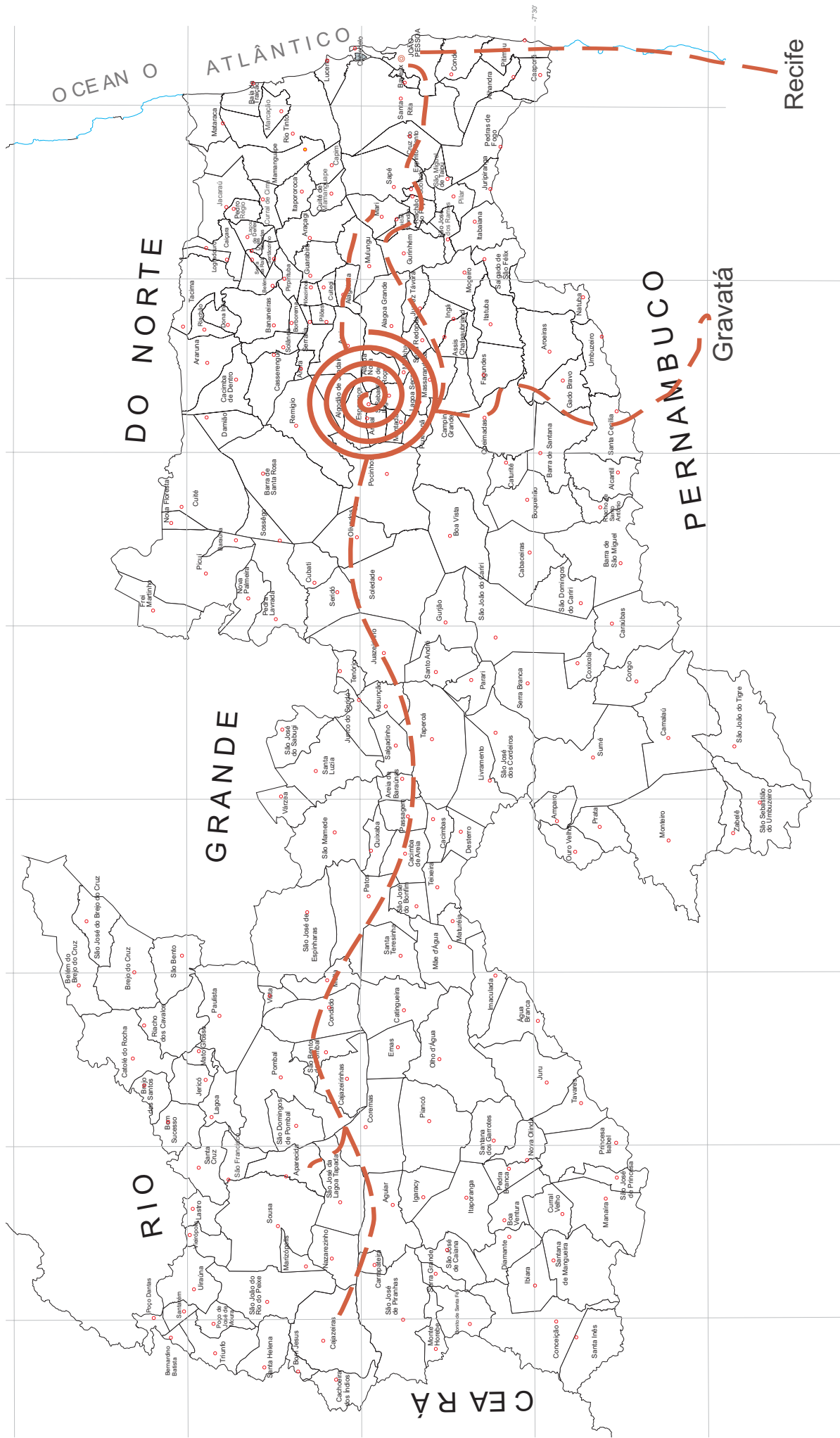
---

<sup>51</sup>. O segundo desenho será abordado no próximo capítulo.

A ação dos mediadores na constituição de um território de enfoques agroecológicos é central aqui, desdobrando-se para a construção, entre os agricultores familiares envolvidos nos projetos propostos pelos mediadores, de novas identidades sociais e culturais assumidas em suas práticas cotidianas. Estas identidades dialogam com elementos tradicionais das práticas produtivas da agricultura familiar no Agreste/Brejo paraibano, no sentido tanto de afirmação quanto de negação destas práticas.

A estratégia de pesquisa e de análise parte dos sítios e dos atores sociais envolvidos com os enfoques agroecológicos para revelar o estabelecimento de desenhos, arranjos e relações a partir da ação de representantes do Pólo Sindical da Borborema, da AS-PTA, ASA, PATAC, CIRAD, CARITAS, UFCG, UTOPIA, MPA, MST, CPT, MAE (Figuras 20 e 21).





Legenda

-  Território de enfoque agroecológico
-  Trajetórias de enfoques agroecológicos

Escala aproximada:  
1 : 1840000



O trabalho de técnicos da Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária (EMEPA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), entidades governamentais que também atuam na região, fomentando dias de campo, experiência com apicultura e repasse de experiências agronômicas, contribui também no processo técnico de uso da terra.

A ecologia política permitiu entender como os desenhos, arranjos e relações sociais foram estabelecidos entre os mediadores, agricultores familiares ecológicos e produtores ecológicos na constituição de uma rede, tecida a partir de diferentes pontos ou “nós”. A idéia de “nó” pode ser entendida enquanto aspecto convergente da rede, mas também enquanto elementos divergentes.

Neste contexto, tanto existe a constituição de um desenho da agricultura familiar ecológica em substituição à agricultura familiar tradicional, quanto existem outros desenhos de pequenas e médias propriedades com os produtores ecológicos interessados no mercado local e também a grande maioria dos agricultores familiares que ainda não foram tocados pelos enfoques agroecológicos e continuam produzindo de forma tradicional ou com adoção de tecnologias modernas, que são acessíveis via crédito rural e fomento de órgãos públicos como EMATER, EMBRAPA, EMEPA, Banco do Nordeste e Banco do Brasil.

A pesquisa empírica foi o caminho escolhido para o estudo desenvolvido em encontros com atores sociais de “carne e osso”, que atuam cotidianamente na construção de suas existências: as pessoas em seus lugares de vida e de trabalho, as suas trajetórias de vida, o trabalho na lida e as formas de viver que escolheram ou que simplesmente seguem enquanto uma tradição do lugar e da cultura em que nasceram.

Os agricultores familiares em seus pequenos sítios ou em áreas de assentamentos, com apoio de ONG'S, grupos religiosos ligados à CPT e a outros movimentos sociais, como o MST e o MPA, estão desenvolvendo experiências de enfoques agroecológicos em um ambiente com fragilidades ambientais e séculos de exploração agrícola tradicional, com práticas de queimada, produção sem curva de nível, destocamento e descuido dos mananciais de água. A adoção do enfoque agroecológico implica numa mudança de hábitos, em que as preocupações ambientais estão sendo incluídas no trabalho familiar de produzir alimentos saudáveis e com técnicas ecologicamente corretas.



## 5.1 Ação dos mediadores e experiências sociotécnicas

As experiências com agroecologia começam com o conhecimento ambiental do agroecossistema da área do Agreste/Brejo paraibano. Observou-se que, na região pesquisada, centenas de famílias de agricultores buscam práticas de convivência com o semi-árido paraibano, gerando uma significativa modificação da paisagem rural, que passa pela agricultura familiar, com culturas nativas ou adaptadas e com técnicas de produção ecologicamente corretas.

A AS-PTA<sup>52</sup> tem por objetivo a promoção do desenvolvimento da agricultura com base nos princípios da agroecologia e no fortalecimento da agricultura familiar. Criada em 1984, no Estado do Paraná, a entidade constituiu-se como ONG, com personalidade jurídica própria em 1990. As linhas de trabalho da AS-PTA conjugam dois níveis de intervenção: “micro e macro”.

No nível “micro”, a entidade mantém dois programas de desenvolvimento local: um na Região Centro-Sul do Paraná, envolvendo 12 municípios; o outro, objeto do presente projeto, localiza-se no Agreste da Paraíba, com ação inicial em 3 municípios e atualmente em expansão para outros 13, tendo também incidência indireta em 61 municípios de outras mesorregiões semi-áridas do Estado da Paraíba. Os programas locais são implementados em parceria com organizações dos agricultores familiares atuantes nas regiões: o Fórum Regional das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-sul do Paraná e o Pólo Sindical da Borborema, na Paraíba

No nível “macro”, a AS-PTA e a ASA integra ativamente redes regionais e nacionais de promoção da agroecologia, como as Jornadas Paranaenses de Agroecologia e a Articulação Nacional de Agroecologia. Nestas dinâmicas constituídas no âmbito da sociedade civil, articulam-se organizações e movimentos da agricultura familiar, agroextrativistas, povos indígenas, ONGs, pesquisadores de instituições públicas, professores universitários e de escolas agrícolas. A entidade procura impulsionar processos de intercâmbio de informação e conhecimentos que permitam a mútua-fecundação entre as experiências práticas do “campo agroecológico”.

---

<sup>52</sup> <http://www.aspta.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> <Acesso em 21 de abril de 2004.>

É importante ressaltar o interesse da AS-PTA pelo Agreste Paraibano, uma área de transição entre ambientes úmidos do Brejo e secos da Serra da Borborema. Esta entidade atuava basicamente no Sul (Paraná) e Sudeste brasileiro (Rio de Janeiro), regiões em que a zona rural foi profundamente alterada pelos complexos agroindustriais da Revolução Verde. Enquanto que o Agreste Paraibano, área em que passou a atuar desde os anos de 1990, ainda está à margem das grandes transformações capitalistas para o campo; existem locais em que ainda remanescem experiências tradicionais de agricultura familiar em sistema agrário minifundiário, mas ambientalmente muito degradado pelas seculares práticas da agricultura de subsistência.

No Agreste paraibano, existem fortes laços de pertencimento ao lugar, identidades fortemente arraigadas na tradição familiar e na valorização da origem das famílias. No Agreste, também existem práticas tradicionais de convivência com a seca, conhecimento sociotécnico passado de pai para filho e que já estava sendo apreendido por outras entidades mediadoras e centros de pesquisa, como a UFPB, em Areia, e UFCG de Campina Grande. A AS-PTA passou então a somar com os movimentos sociais no campo um processo de fortalecimento dos arranjos políticos, técnicos e sócio-ambientais, nos quais a agroecologia passou a ser o principal enfoque do grupo.

O Sr. Luciano Silveira (“Luciano”)<sup>53</sup>, organizador da AS-PTA na região pesquisada, relatou, em entrevista, que, no início da década de 1990, quando a entidade instalou-se no município de Remígio, buscou articular uma rede de afinidades com o movimento sindical local e com os agricultores familiares, a partir do fomento e disseminação de inovações técnicas, metodológicas e político-organizacionais que garantissem uma melhoria nas condições de vida e produção agrícola na região.

Nesta perspectiva, adotaram uma experiência horizontal de conhecimento, pautada em atividades participativas e sociais com a disseminação de inovações, nas quais a agroecologia ou o “enfoque agroecológico” passou a ser aplicado ao conhecimento local dos agricultores,

---

<sup>53</sup> Luciano Silveira é Engenheiro Agrônomo, natural do Rio de Janeiro e coordenador do programa local da AS-PTA no Agreste da Paraíba.

respeitando seus usos e manejos para articulação com os métodos e técnicas de padrão sustentável, sugeridos pela entidade.

O organizador da AS-PTA no Agreste paraibano destacou, ainda, que a agroecologia, na região, pauta-se no enfoque e na constituição de redes sociais anteriormente fracas e que passaram a agregar os valores locais com as novas alternativas de sustentabilidade propostas. No início dos anos de 1990, eram três sindicatos<sup>54</sup>, alguns pesquisadores da Universidade Federal da Paraíba (atualmente UFCG), tentando construir diagnósticos participativos.

A AS-PTA iniciou o trabalho acompanhando cerca de 30 famílias de agricultores nos municípios Remígio, Esperança e Lagoa Seca, identificando que as pequenas áreas agrícolas no semi-árido eram impedidas do pleno desenvolvimento sustentável. Depois de uma década e meia de trabalho, muito já mudou na região, pois os próprios agricultores se reconhecem como experimentadores agroecológicos.

O organizador da AS-PTA ressaltou que as experiências são feitas em diferentes níveis, existem agricultores de roçados que trabalham com a agricultura tradicional do feijão, milho, fava, batata doce e outras culturas, sempre buscando preservar as suas sementes, garantindo a organização dos bancos de sementes, que intitularam de “Sementes da Paixão”<sup>55</sup>; os agricultores de vazantes que cultivam hortaliças de forma orgânica e para abastecer as feiras agroecológicas locais e aqueles que conseguem ampliar seus raios de ação, atuando tanto com roçados, fruteiras, hortaliças, quanto com a produção de mel de abelhas e criação de animais. Cada família ou sítio envolvido com o enfoque agroecológico se sente co-responsável pela nova realidade socioambiental local.

Para o Sr. João Batista Macedo (“João”)<sup>56</sup>, que atua na AS-PTA, existem diferentes níveis de desenvolvimento sustentável local e cada família envolve-se com o processo agroecológico de forma diferenciada. Destacou que os agricultores que produzem hortaliças são os que têm maior visibilidade entre as experimentações do enfoque agroecológico, pois as

---

<sup>54</sup> Sindicatos Rurais de Lagoa Seca, Esperança e Remígio.

<sup>55</sup> Cf Almeida e Cordeiro (2002), na Paraíba são mais de 220 Bancos de Sementes Comunitários (BSCs) espalhados em 55 municípios do Estado. No Sertão, são 105 BSCs e, no Agreste, são mais de 115, espalhados pelo Agreste da Borborema, Brejo, Curimataú e Cariri.

<sup>56</sup> João Batista Macedo é cearense e formado em Agronomia pela UFPB, campus de Areia. É o principal articulador da AS-PTA nas práticas agroecológicas desenvolvidas nos sítios do agreste/Brejo paraibano.

culturas são de ciclo curto, colhidas verdes e vendidas semanalmente nas feiras agroecológicas de Remígio, Esperança, Lagoa Seca e Campina Grande. Os canteiros ecológicos de verduras são atividades permanentes, exigem tempo integral dos membros da família e garantem bom retorno financeiro para as famílias envolvidas.

Para João, independente de o agricultor ser agroecológico ou não, de ter ou não atingido o estágio de conversão agroecológica, é possível perceber que suas práticas foram reconhecidas e valorizadas e que novas técnicas e inovações foram possíveis, em especial quando o trabalho é coletivo.

Outra entidade mediadora dos enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo é o Pólo Sindical da Borborema. Esta é uma experiência de luta que começou por volta dos anos de 1980, quando o sindicalista Nelson Anacleto, em parceria com outros sindicalistas da Lagoa Seca, Remígio e Esperança, e com articulações em nível estadual e nacional a partir da Central Única dos Trabalhadores (CUT), iniciaram uma luta para que os agricultores conseguissem vender suas produções diretamente aos consumidores de Campina Grande.

A partir dos anos de 1995, o Pólo Sindical da Borborema, articulado com a AS-PTA e outras entidades, passou a interferir diretamente nas práticas agrícolas e na organização política dos agricultores familiares. Por volta do ano 2000, o enfoque do movimento sindical local ampliou sua luta para além das históricas questões patronais, trabalhistas e de aposentadorias, passando a focar na agroecologia e nos novos projetos de organização e desenvolvimento das famílias de agricultores do Agreste paraibano:

O governo e a televisão falam muito em um modelo de desenvolvimento para a agricultura. Pregam o uso de adubo químico, agrotóxicos, máquinas agrícolas, grandes plantações para o comércio, desmatamento e queimadas. Que a agricultura tem que ser “moderna”. Que o agricultor deve ser competitivo. Esse modelo também funciona em Lagoa Seca. A cada ano, a agricultura familiar fica mais pobre e sem apoio. Os agricultores passaram a morar nas cidades, venderam suas terras que viraram espaço de lazer para granjeiros. Os jovens, desestimulados e sem esperança, abandonam suas famílias e vão para as maiores cidades no sul do país ou no nosso estado mesmo, viram mão-de-obra barata com emprego temporário ou subemprego. Mas, na maioria das vezes, ficaram mesmo desempregados (Boletim Informativo do Pólo Sindical da Borborema e AS-PTA, 2002).

Neste contexto crítico, o Pólo Sindical da Borborema foi fortalecendo suas ações e, em parceria com a AS-PTA, ampliou seu raio de ação, atingindo outros sindicalistas da região e atualmente congrega uma rede com mais de 16 sindicatos de trabalhadores rurais.

Em 2004, o Pólo Sindical conseguiu organizar um seminário interno, definiu-se oficialmente enquanto entidade reconhecida como Pólo Sindical das Organizações de Base da Agricultura Familiar da Borborema e ao lado da ASA e AS-PTA são responsáveis por estes novos desenhos, arranjos e relações políticas adotadas enquanto projeto alternativo para o sindicalismo rural, também preocupado com as questões agroecológicas. Esses sindicatos atuaram em diferentes condições e expondo uma nova realidade socioambiental em que a agricultura familiar agroecológica passou a expressar-se em pequenos sítios espalhados pelo Agreste/Brejo e Curimataú<sup>57</sup> paraibano. Várias experiências passam a fazer parte das ações organizativas do Pólo Sindical da Borborema, da AS-PTA, ASA, PATAC e outros mediadores. Algumas técnicas ou estratégias são observadas em maior ou menor grau em todos os sítios pesquisados, tais como:

a) Construção de *Cisternas de Placas*<sup>58</sup> - Garantem água de qualidade para o uso da família, consistindo em um programa de construção alternativa de cisternas para aproveitar as águas das chuvas que escorrem pelos telhados das casas dos agricultores;

b) O *Biofertilizante* - Mais uma ação ou técnica praticada a partir de substâncias orgânicas encontradas em sua maioria no próprio sítio. Esterco fresco, leite, melão, cinzas, sulfato de zinco, sulfato de magnésio, de manganês, de cobre, de ferro e etc. São substâncias naturais, que servem para produção do fertilizante o mais orgânico possível;

c) *Compostos orgânicos* – Utilizados para melhoria do solo, adubos orgânicos e inibidores (defensivos naturais) de insetos, fungos e bactérias que atacam a produção de alimentos.

---

<sup>57</sup> O Curimataú é uma Microrregião do Agreste Paraibano, subdividida em Curimataú Ocidental e Oriental com destaque para a policultura-pecuária em pequenas e médias propriedades, pequenos centros urbanos com feiras camponesas e de gado.

<sup>58</sup> As cisternas de placas começaram a ser implantadas na Paraíba a partir de 1993, pelo PATAC - Programa de Aplicação de tecnologias Apropriadas às Comunidades, Ong que atua no Semi-Árido paraibano.

d) Os *Bancos de Sementes*<sup>59</sup> - A partir de sementes da própria região, garantindo a disponibilidade na hora de plantar as sementes já adaptadas ambientalmente e a autonomia frente aos órgãos governamentais de agricultura, que quase sempre manipulam politicamente a distribuição de sementes para os agricultores familiares. O mais importante dos bancos de sementes é a garantia do patrimônio de geoplasmas locais. O Agreste/Brejo concentra mais de 115 Bancos de Sementes Comunitários, distribuídos em 26 municípios e envolve mais de 2000 famílias com sementes de feijão, fava, milho e outras sementes;

e) A *Calda Bordaleza* - Importante exemplo de misturas a partir de substâncias e elementos como a água, a cal e o sulfato de cobre, que bem misturados servem para combater as pragas na produção orgânica. Todos os agricultores pesquisados utilizam a Calda Bordaleza em suas produções;

f) Construção de *Barragens Subterrâneas*<sup>60</sup> - Com a garantia de água nas baixadas dos sítios e solo para o cultivo de roçados, cultivo de ração para os animais e fruteiras, garantido a segurança alimentar das famílias especialmente durante os períodos de estiagem. As barragens subterrâneas mantêm a água debaixo do solo, evitando a evaporação pelo vento e pela incidência dos raios solares, principais problemas provocando a perda de água no Semi-Árido e;

g) *Viveiros de Mudanças* - Produção de mudas e o reflorestamento, com a recuperação de matas nativas com a plantação de espécies da região, implantação de projetos de meliponicultura<sup>61</sup>, apicultura e agrofloresta, tanto com pastagem, quanto com culturas alimentares.

Algumas imagens refletem claramente as técnicas e manejos adotados a partir do enfoque agroecológico, representando novos desenhos e novos arranjos sociotécnicos (Figuras 22, 23, 24, 25, 26 e 27):

---

<sup>59</sup> Esta é uma prática tradicional dos agricultores familiares implantadas pela Igreja Católica desde 1970, guardando as sementes de plantas. Mas, em muitos casos, nos períodos de longas estiagens, a semente de plantar acabava sendo consumida pela família. Para evitar isso, a organização de silos comunitários, com o depósito das sementes, garante a reserva para todos os envolvidos.

<sup>60</sup> É uma experiência incentivada a partir da UTOPIA - Unidade Técnica Objetivando Práticas Inovadoras e Adaptadas, ONG que atua na Região de pesquisa desde 1995. É importante não confundir esta ONG, com o Sítio Utopia, mesmo sabendo que Paulinho começou suas atividades em 1992.

<sup>61</sup> Criação de abelhas sem ferrão, como a jandaira e a urucu. No sítio Utopia existe, mais de 26 colméias.

### Experiências agroecológicas no Agreste/Brejo



Figura 22 – Cisterna de Placa. Esperança – PB. Boletim da ASA-PB, 2002.

Figura 23 - Biofertilizante em Alagoa Nova, Sítio Utopia, arquivo do Autor, março de 2004.



Figura 24 – Zé Pequeno no Banco de Sementes, Alagoa Nova. (arquivo do autor, 2003).

Figura 25 – Mudas frutíferas, Boletim da ASA – PB, 2002.



Figuras 26 e 27 - Composto orgânico e irrigação por micro-aspersão. Alagoa Nova, experiências no Sítio Utopia, 2002. Arquivo de Paulo Luna.

Estas técnicas são muito importantes, pois toda a biomassa, que anteriormente era queimada, agora vai sendo incorporada ao solo, garantindo maior fertilidade. Os enfoques agroecológicos, o manejo dos recursos hídricos e as demandas de uso no consumo doméstico e humano; no consumo animal e no sistema de irrigação das hortas, canteiros, frutíferas e roçados estão todos inter-relacionados com os princípios agroecológicos propostos. Independente das pequenas experiências, estas são práticas e técnicas que exigem uma rede de relações, em que são incluídos os recursos hídricos, a criação de animais, a preservação da biodiversidade, a proteção das encostas e mananciais hídricos, o respeito ao meio ambiente e a luta pelo direito à propriedade da terra para quem nela quer trabalhar e preservar.

As lideranças sindicais passaram a atuar em parcerias com associações de agricultores da região e formaram uma sólida rede social da qual participam: AS-PTA, PATAC, CPT, MST, MAE, o Fórum dos Assentados, ASA e outros. O raio de ação do Pólo Sindical da Borborema foi ampliado e atualmente é composto por 16 sindicatos de trabalhadores rurais que passaram a defender o enfoque agroecológico em suas ações e que já tocou mais de quinhentas (500) famílias de agricultores na região.

## **5.2 Experiência fomentada no município de Alagoa Nova, Brejo paraibano: Sítio São Tomé de Cima**

As práticas desenvolvidas nos vários sítios do Agreste/Brejo paraibano e o apoio dos mediadores abrem caminho para um processo de conversão da agricultura tradicional para a agricultura familiar ecológica e podem ser observados nas experiências que seguem como demonstrativos de que os enfoques agroecológicos apontam para a real constituição de um projeto de território da agroecologia no Agreste/Brejo da Paraíba.

No trabalho de campo, a escolha do povoado de São Tomé foi motivada pela experiência no Sítio São Tomé de Cima, uma área com 11 hectares de propriedade do Sr. José Oliveira Luna (“Zé Pequeno”), 56 anos de idade. Ele é um dos principais líderes do Pólo Sindical da Borborema, conseguindo articular muitas das experiências fomentadas na região.



Este caso foi escolhido como um dos principais demonstrativos dos enfoques agroecológicos mediados no Agreste/Brejo paraibano.

Os demais casos apresentados serão apenas ilustrativos, pois o estudo, nessa fase, levou em consideração dois papéis representados pelo Seu Zé Pequeno: o papel de agricultor familiar, tocado pelo enfoque agroecológico, e o papel de liderança sindical, que articula o Pólo Sindical da Borborema enquanto um dos mais importantes movimentos de organização dos trabalhadores rurais do Agreste. O Sítio São Tomé é um lugar em que são exercitadas as diversas experiências que foram destacadas anteriormente e desenvolvidos experimentos com biofertilizante, calda bordaleza, banco de sementes, cisternas de placas, viveiro de mudas, entre outras.

O Sítio São Tomé fica no ponto de contato entre o Agreste/Brejo Paraibano, no município de Alagoa Nova, próximo de Esperança, Lagoa de Roça e Lagoa Seca. É um sítio típico de roçados, com uma diversificada produção agrícola de feijão, milho, fava, mandioca e macaxeira, além de muitos outros alimentos e fruteiras. O sítio fica em um terreno pouco acidentado e possui alguns trechos de baixadas, com uma pequena nascente que abastece a família e os animais de água.

Outra característica da propriedade é a composição do solo, com alguns trechos arenosos, mais uma boa cobertura de matéria orgânica na forma de biomassa. Na frente da moradia, existem mangueiras, jaqueiras, abacateiros, laranjeiras, cajueiros, entre outras. No entorno da casa, ficam os roçados de macaxeira e mandioca, feijão, fava e milho; na área próxima à porta da cozinha, existe um galinheiro, alguns canteiros suspensos com verduras (coentro, cebolinha, pimentão, pimenta, couve, alface) para consumo da família e também alguns canteiros com plantas medicinais (saião, mastruz, capim santo, erva cidreira, erva doce, hortelã, e outras), que são utilizadas para a produção de remédios caseiros. Na lateral da casa, existe um grande galpão, no qual já funcionou um bar (agora serve como espaço de reuniões troca de experiências, festas, etc.) e ao lado existe também uma casa de farinha que é utilizada tanto pela família quanto pelos outros agricultores da comunidade local.

A senhora Maria do Socorro Costa, (“Dona Biluça”), esposa do Seu Zé Pequeno, trabalha com o resgate social das plantas medicinais da região em conjunto com outras mulheres da localidade. Na primeira visita ao sítio, ela estava de saída para uma reunião com

outras companheiras na sede da AS-PTA, na cidade de Remígio, pois estavam organizando um encontro de mulheres para troca de experiências e trabalho religioso. Enquanto aguardava o Seu Zé Pequeno, ela mostrou algumas das suas práticas com as plantas medicinais, xaropes, licores, folhas e raízes que tem em sua pequena farmácia de plantas da região e aproveitou para contar um pouco sobre a tradição com estas plantas e remédios<sup>62</sup>:

As plantas medicinais que a gente conhece vai transformando em remédio. É uma coisa que a gente aprende com nossas mães e avós. Porque antigamente o povo se curava com estas raízes. Aí a gente vai trocando experiências com as outras famílias e aprendendo novos remédios. É uma troca de experiências de agricultor com agricultor.

Ela contou ainda como utiliza os produtos medicinais ou leva para as feiras agroecológicas e como faz para obter bons remédios caseiros com as plantas medicinais do próprio sítio. Explicou uma receita interessante, que aprendeu com sua mãe quando era jovem e que ainda hoje utiliza:

Minha mãe fazia um leite ferrado. Ela botava hortelã, sabugueiro, mastruz e raiz de pepaconda. Primeiro ela botava um seixo no fogo, chega ele ficava vermelho, aí colocava o leite e os ingredientes e ele fervia de repente. Pronto, ali era o leite ferrado. Aí dei ao meu filho durante uns quinze dias, sempre fazendo a mesma medida e ele melhorou daquelas impinges e caspas da cabeça. Até hoje está curado por uma coisa que é boa para a pele, para o sangue. Quanto à gente não ia gastar com médico, com remédio de farmácia e talvez nem curasse o menino?

O registro do ensinamento de Dona Biluça demonstra a riqueza de informações e experiências que demandam do campo. Em especial quando se trata dos remédios caseiros e da saúde pode-se observar naqueles que conhecem e utilizam a fitoterapia a partir do próprio quintal. As imagens das pessoas do Sítio São Tomé e os familiares do Seu Zé Pequeno são bons exemplos da união dos agricultores familiares (Figuras 28 e 29):

---

<sup>62</sup> A maioria das questões foi decodificada a partir da entrevista, sem uma preocupação formal de orientação das questões. O interesse era principalmente pelo contexto do dia de campo e muito das questões aqui levantadas foram ocorrendo naturalmente.

**Sítio São Tomé e a agroecologia em Alagoa Nova - PB.**



Figuras 28 e 29. Mulheres e homens do Sítio São Tomé e Seu Zé Pequeno e Dona Biluça. Alagoa Nova. Arquivo do autor, março de 2002.

Seu Zé Pequeno é uma pessoa muito simples e um dos principais entusiasta dos agroecossistemas na região. Ele foi uma peça chave nessa pesquisa, pois contribuiu em todos os momentos do trabalho, dedicando horas de atenção e respondendo todas as indagações feitas ao longo dos encontros em sua propriedade, nos encontros de agroecologia e nas feiras agroecológicas de Lagoa Seca e de Campina Grande. Em uma primeira visita ao Sítio São Tomé, feita a partir de um contato com Carlos Antônio<sup>63</sup>, que já conhecia Seu Zé Pequeno há mais tempo, foi possível observar detalhes do cotidiano e das condições de vida e trabalho no Sítio São Tomé.

Conversando preliminarmente com Seu Zé Pequeno sobre a possibilidade de uma agricultura livre de agrotóxicos, ele lembra que no passado era muito dependente dos agrotóxicos e que com o passar dos anos foram vendo os perigos de trabalhar com venenos. Argumenta que hoje existem muitas coisas plantadas em seu sítio sem precisar usar os venenos. Destaca a macaxeira, a mandioca, a bata doce, o feijão e o milho. Além de trabalhar sem agrotóxicos, ele vende o excedente na feira agroecológica de Lagoa Seca, Esperança e Campina Grande.

<sup>63</sup> Doutorando em Sociologia pela UFCG. Carlos Antônio foi o principal porteiro nessa comunidade, pois já conhecia o Sr. Zé Pequeno e havia conseguido o contato. Este foi um importante encontro, também acompanhado pela Prof<sup>a</sup>. Deolinda Ramalho, orientadora do início da pesquisa. Depois desse contato, foram possíveis muitas outras visitas ao Sítio São Tomé. Participação em festas, reuniões do grupo de agricultores e acompanhamento de experiências.

Para ele só é agroecológico aquele agricultor que esteja vinculado ao grupo de produtores que participam das 25 barracas da Feira Agroecológica de Lagoa Seca, que é acompanhada diretamente pela AS-PTA. As colocações do Seu Zé Pequeno remetem à complexidade dos arranjos que estão se estabelecendo no ambiente de pesquisa, pois os próprios agricultores colocam-se como críticos das práticas daqueles que podem não estar seguindo o modelo da agricultura ecológica, mas aproveitam-se do momento e do discurso dos alimentos saudáveis.

Como liderança do Pólo Sindical da Borborema, ele ressalta a importância de projetos e técnicas que possam garantir a melhoria das condições de vida das famílias. Explica que para a garantia de água, foram instaladas as cisternas de placas para captação de água da chuva. No Sítio São Tomé, a experiência foi fomentada pela ASA e todo o processo para instalação da mesma foi contado por Seu Zé Pequeno, levando em consideração as vantagens que passou a ter com este novo equipamento para captação de água da chuva. Ele contou que em seu sítio optaram pelo sistema de fundo rotativo<sup>64</sup>, pois desejavam fazer mais de cinco cisternas e os recursos das entidades de apoio só cobriam despesas das cinco primeiras. Já foram construídas mais 90 cisternas:

Primeiramente a gente recebeu o *kit* de fazer as placas e construir as cisternas e foi fazendo tudo por meio do mutirão. Eles trouxeram as formas, veio um pedreiro que já tinha experiência ensinar a gente a fazer, começou com um pedreiro da comunidade, hoje têm mais de vinte já fazendo esse projeto de cisterna. De início, era de até dezesseis mil litros, mas quem queria fazer maior, com vinte ou trinta mil litros, gastava mais um pouquinho e fazia, como até hoje faz. Só para você ter uma idéia que meu telhado joga água para umas três dessa. Essa daqui a gente fez em um dia. Reunimos cinco famílias e vamos fazer a de Zé Pequeno, fizemos em um dia com todo o material. Agora se for só o pedreiro, para deixar pronta ele gasta uns quatro ou cinco dias. A gente cava uma média de um metro e meio de fundura, faz uma placa em baixo com cimento e brita. Se for mais de vinte mil litros, coloca ferro na estrutura do fundo. Depois vai levantando as paredes de baixo para cima com arames e cimento. Fizemos uma cisterna com dois metros e dez de boca, por cinco metros de fundura. Aqui, a minha família, somos quatro. Dá para usar essa água durante uns três meses ou mais. Isso para cozinhar e beber. Nessa água, temos o acompanhamento dos agentes de saúde, e para a gente tirar a água, liga uma bombinha e enche a caixa de cima da casa. Existe também a bomba feita com bolas de gude e cano de p.v.c. que

---

<sup>64</sup> O Fundo Rotativo funciona a partir dos recursos liberados pela agência financiadora. Cada pessoa que se beneficia com a cisterna vai pagando parcelas do benefício recebido para que o dinheiro seja revertido para outra família e assim sucessivamente. É claro que, para esse sistema funcionar, deve existir boa organização do grupo social envolvido.

puxa água por pressão. Essa bomba de pressão puxa água até com sessenta metros de fundura. Eu digo para vocês que se eu tivesse umas cinco cisternas dessa, com meu telhado, eu enchia tranquilamente.

Na medida em que o Seu Zé Pequeno mostra as experiências e fomentos das entidades mediadoras, orgulha-se de participar da rede de solidariedade entre as pessoas que apóiam e os ganhos positivos que a família passa a ter. As cisternas de placas são um demonstrativo claro de tecnologias alternativas que garantem uma significativa autonomia em relação à água para beber e cozinhar.

O outro aspecto da experiência é a lógica do fundo rotativo, na qual os agricultores passam a ter noção de economia coletiva e investimentos em bens úteis para toda a família. A riqueza de detalhes nas explicações sobre a construção da mesma é uma demonstração clara do aprendizado prático e da garantia de solidariedade com os demais vizinhos que também passaram a beneficiar-se com o projeto.

No Sítio São Tomé, existe uma pequena área com uma “matinha de Sabiá,” localizada próximo ao barreiro com água. Ele conta que foi o seu sogro que plantou. Começou com uns cinquenta pés de mudas. Na atualidade, essa área já ocupa uns dois hectares de sabiá. Ela foi se espalhando por si própria, mas como a terra é pouca, Seu Zé Pequeno argumenta que é preciso deixar as áreas para os roçados e para os pastos:

Aqui na região todo mundo tem uma bolinha de sabiá. Essa é uma árvore muito boa pra gente tirar estacas de cercas e lenha pra fazer fogo de cozinha, varas pra inhamé. Aqui mesmo eu tiro tudo isso. Dá pra você tirar umas mil estacas por ano. O bom é que ela rebrota e é uma madeira bem retinha e cresce muito rápido.

Ele consegue detalhar cada aspecto do lugar e como se deu o processo de formação. Três questões estão explícitas em sua fala: 1) a situação ambiental da área, restrita a pequenas ilhas de vegetação replantada; 2) o problema agrário do tamanho da propriedade, que impede uma maior preservação, e; 3) a necessidade de organização dos agricultores, pois os mesmos conseguem tirar do pouco ambiente sua sobrevivência. Em meio à conversa sobre a matinha de Sabiá, o Seu Zé Pequeno retorna o assunto sobre as dificuldades de conseguir água antes das cisternas. Para ele, existia todo um jogo de poder que era mediado pelo clientelismo, com a troca de água por votos:

Aqui, antes dessas cisternas, na falta de água, a gente era dependente do carro pipa. Só existia uma cisterna grande no grupo escolar. Aí o carro pipa abastecia e todo mundo ia pegar lá. Hoje, todo mundo tem sua cisterna e a gente está livre do carro pipa e dos políticos que manobravam tudo. Aqui era assim, se você fosse eleitor daquele político que estava no poder, você tinha acesso à água. Era uma verdadeira humilhação. Foi por isso que a gente se organizou para sair desse tipo de coisa. Os companheiros da AS-PTA e da ASA nos apoiaram e estamos livres. E de água, estamos saindo de está chorando em pé de vereador, em pé de prefeito. Aqui o vereador chegava e dizia logo, consigam vinte votos, que eu garanto que não vai faltar água lá na família de vocês. Aí, outro que não votasse naquele vereador, não conseguia água. Sinceramente, era uma coisa humilhante, e nossa organização foi para sair desse tipo de coisa. Aqui, quando a gente ia buscar água, trazia nas ancoretas e no lombo do jumento. Quem não tinha jumento, trazia no galão e no próprio lombo. Aqui agora é o seguinte: eu jamais vou buscar água. E outra coisa, se por acaso estas cisternas secarem, a gente arruma um jeito de comprar um carro pipa de água, sem depender deles para encher as cisternas e caixas. Ou seja, a gente agora tem reservatório d'água. Mas aqui, a gente observa que o ano mais seco que seja ele bota água pra encher estas cisternas e quantas a gente tivesse, sem estragar. O problema é que fazer mais cisterna sai caro e a gente tem que cuidar de outras coisas do sítio.

Na fala do Seu Zé Pequeno, aparece uma nítida mudança de arranjos políticos a partir da intervenção dos mediadores e com as novas tecnologias aplicadas nestes sítios. O jogo político dos vereadores locais em busca de votos sofreu alterações significativas e os agricultores com água em reservatórios ganharam certa autonomia política. Expor sua fala na íntegra reforça a busca de um novo território sendo construído a partir das práticas e técnicas dos agricultores e seus mediadores e também com todo um conjunto de novas instalações técnicas, a exemplo das cisternas de placas implantadas pelo sistema de fundos rotativos.

Neste primeiro encontro, ele usava uma camiseta de um encontro agroecológico do Paraná. Ele contou que foi o Banco de Sementes, que existe na sua casa há mais de 28 anos, o ponto de contato e de entrada dos mediadores no Sítio São Tomé. E que também existiam esquemas políticos para distribuição de sementes híbridas em troca de votos e a organização do banco foi muito importante para impedir estas práticas políticas:

Nós temos um banco de sementes que funciona já há vinte e oito anos. Foi outro meio que a gente encontrou para se libertar dos homens do poder, porque a gente vivia dependente deles. Aqui, antigamente era uma fila imensa para receber um quilo de feijão para plantar. Quem votasse no partido deles conseguia até mais, e quem não votasse, vocês já sabem. A gente aqui graças a Deus, saímos dessa situação de dependência. Eu já participei de vários encontros sobre esses assuntos de agricultura familiar e estratégias para conseguir água. Em maio mesmo, estive em Ponta Grossa, Paraná, do dia sete ao dia dez de maio de dois mil e três. Foi à segunda

jornada paranaense de agroecologia. Foi muito bom, entre outras coisas, aprendi sobre a gente lutar por uma terra livre dos transgênicos e dos agrotóxicos. Lá eu fui falar do nosso banco de sementes que vou mostrar pra vocês também. Eu fui falar dessa nossa experiência de vinte e oito anos de banco de sementes, que vem desde mil novecentos e setenta e quatro. Agora eu já estive representando essa nossa experiência tanto no alto sertão da Paraíba como no Rio Grande do Sul.

O seu conhecimento e envolvimento com as questões agroecológicas são demonstrados pelo seu total controle na conversa. Ele elabora importantes argumentações e apresenta uma forte clareza política em relação ao arcaico jogo de poder. Em sua fala, observa-se claramente que as ações técnicas e os fomentos de pequenas experiências, como instalação de cisternas, implantação de cultivos ecológicos e a criação de bancos de sementes estão diretamente relacionados à questão do poder local e à autonomia dos agricultores.

A fala do Seu Zé Pequeno e de Dona Biluça do Sítio São Tomé trazem informações enriquecedoras para este trabalho e para aprofundamentos em relação às ações diretas para transformação do espaço social e desenvolvimento de um território rural, enquanto instância de poder e autonomia dos próprios agricultores.

Caminhado pelo roçado, Seu Zé Pequeno mostrou a plantação, detalhando as espécies e apresentando algumas técnicas de cultivos:

Aqui é um plantio de macaxeira. Aqui serve pra comer, pra fazer farinha, pra fazer bolo, goma, tapioca, beiju. Aqui é um alimento completo. Aqui nesse plantio, eu tenho diversos tipos de manivas<sup>65</sup>. Umas quatro variedades e conheço tudo pela cor, pelas folhas, talos e pelo tipo de caule que tenho aí. A Mandioca é outro tipo que a gente planta exclusiva pra fazer a farinha, a goma e o beiju. Tudo a gente faz aí na casa de farinha que vocês estão vendo. A mandioca embebeda e é dela que a gente tira a manipueira pra combater as formigas. Veja que aqui eu planto feijão, planto fava, planto milho. Aqui tem limão, laranja, manga, goiaba, araçá, moringa pra tratar da água. Tudo isso a gente cuida diariamente. Eu lembro que meu pai já se preocupava pra que não queimassem pro roçado. Ele criticava dizendo “*isso é uma loucura, brocar um roçado desse e atear fogo, isso vai matar a terra*”. Aí os amigos diziam e “*eu vou lá trabalhar dentro desse garrancho Zé Inácio*”. Meu pai já era um homem de certa experiência, ele já preservava a mãe terra. Aqui têm essas telas que a gente mesmo produziu pra fazer um chiqueiro para as galinhas, pintos. Esse é outro tipo de produção importante da comunidade. A gente tem a carne, tem o ovo e tudo mais. A nossa galinha é tratada com o milho que a gente mesmo produz e os nossos restos de comida.

---

<sup>65</sup> Pedaco do caule da macaxeira ou da mandioca que é plantado e dele nasce um novo pé de mandioca ou macaxeira.

Outros detalhes são apresentados, desde as técnicas e tipos de cultivos até a confecção de telas de arame para chiqueiros de galinha. Apresenta uma forma simples de produzir as telas a partir do arame, barateando o chiqueiro. O resgate e a valorização das atividades ocorrem a partir da prática e do conhecimento vivido e dos alimentos que são produzidos pelas mãos do próprio agricultor. A roça, a casa de farinha e o chiqueiro de galinhas são um pequeno demonstrativo de um sistema produtivo com significativa autonomia e sustentabilidade familiar.

Sobre sua origem e como se tornou proprietário daquela parte do Sítio São Tomé, ele conta que nasceu no Sítio Ribeira que fica nas proximidades<sup>66</sup>. Desde que casou, veio morar e trabalhar no Sítio São Tomé. Conta que a casa onde moram já tem mais de noventa anos e que a terra foi de seu sogro e herança da esposa e dos cunhados. Eram onze hectares e eles foram comprando a parte dos que não queriam mexer com a terra. E que tinha um morador, mas eles deram uma quadra a ele, que ficou independente. Relata que cada irmão de sua esposa ficou com uma quadra de terra.

A sua família é composta por quatro filhos, sendo um de criação. Um outro filho natural já faleceu. Ele se mostra feliz, pois todos estudaram e trabalham fora: uma foi para São Paulo e lá é enfermeira; outro trabalha na cidade de Esperança como gerente de posto de gasolina e; outro trabalha na cidade de Remígio como gerente de uma panificadora. Ele diz que os filhos foram para a cidade trabalhar e o emprego termina tirando a pessoa do campo, mas pondera que para viver só da roça não dava. Conta que havia colocado um bar - "*O sabor caseiro*" - para complementar a renda, era muito movimento, mas deixou por causa dos problemas e preocupações com as bebedeiras e confusões.

Na sua fala, a concentração de terras aparece nitidamente como limitador da agricultura familiar. Famílias grandes e pouca terra, ele diz que os agricultores são obrigados a abandonar o campo e buscar outros meios de vida. Seus filhos vivem quase todos fora da

---

<sup>66</sup> Vários irmãos de Seu Zé Pequeno ainda moram na Ribeira e produzem verduras orgânicas. Inácio Luna de Oliveira, seu irmão, e Rinaldo L. de Oliveira, seu sobrinho, são os principais produtores orgânicos do Sítio Retiro. É uma área onde vive parte da família do seu Zé Pequeno e o trabalho com a produção orgânica vem sendo desenvolvida por Seu Inácio, que toca quase todo o trabalho de hortas e canteiros. Lá eles produzem muitas verduras, legumes e tubérculos e vendem em Campina Grande, Lagoa Seca e Esperança.



terra. Mesmo assim, a pouca terra do seu minifúndio já foi comprada pedaço por pedaço da própria família da esposa.

Uma espécie de fragmentação por herança e remembramento por compra. Mesmo assim, ainda existem aqueles agricultores sem terra que trabalham em diárias ou de meia, produzindo e dividindo com os donos da terra os poucos grãos que plantaram e colheram. Ele próprio já apelou para outras atividades econômicas para buscar fontes alternativas de renda. Os filhos estão trabalhando em atividades urbanas, pois o minifúndio da família é insuficiente. Nesse jogo de idéias, aparece a questão da sustentabilidade.

Uma importante estratégia dos agricultores é o Banco de Sementes, utilizado para garantir a preservação das sementes nativas. Seu Zé Pequeno fala com orgulho de sua experiência com as “sementes da paixão”:

Vou mostrar o nosso banco de sementes. Como vocês podem ver, é tudo muito simples, os silos, sacos, vasilhas, mas é tudo da nossa comunidade. Aqui ficam as nossas “sementes da paixão”. Esse banco existe desde 1974 e se chama Banco de Sementes São Francisco de Assis. Tudo começou quando fomos até o convento dos franciscanos de Lagoa Seca, que acompanhavam nosso trabalho. Aí a gente foi até Frei Artur e contamos da intenção em criar o banco de sementes. Expliquei como seria e ele concedeu um saco de feijão e foi assim que tudo começou. Agora, no dia 13, vai fazer vinte e oito (28) anos da criação e para nós todo ano é uma festa. Como meus pais sempre armazenavam sementes e outros agricultores também faziam, mas era um período de muita seca e se perdeu tudo e os agricultores terminaram comendo as sementes. Foi assim que eu tive a idéia de fazer esse banco e que é uma experiência da comunidade que não depende de ajuda de políticos. Foi tudo por meio dos franciscanos e de nossas experiências próprias. Hoje já temos onze (11) bancos de sementes. Começamos com um saco de feijão e já chegamos ao ponto de atingir mais de cento e cinquenta (150) agricultores. Tudo começou com uns dez agricultores. Os primeiros contemplados levavam uma média de dez (10) quilos de feijão e, quando colhiam, devolviam uns quinze (15) quilos para o banco de sementes. No ano seguinte, quando vinham buscar, levavam uns treze (13) quilos e deixava aquele restinho para atingir outro bloco de agricultores.

O mais interessante dessa experiência é a forma simples de organização e a busca em garantir que as sementes sejam todas nativas para que se preserve o tipo de sementes já adaptadas ao ambiente. O Seu Zé Pequeno fala das dificuldades e das lutas para manter a experiência dando certo, argumentando que existem muitas dificuldades que atrapalham. Diz que o banco atualmente só agrega 50 agricultores, pois muitos guardam suas sementes em casa mesmo. Só procuram o banco em uma necessidade de plantar mais. Ele conta que na

Paraíba já são mais de 230 bancos de sementes e o bom é que as sementes são todas da própria região.

Outro aspecto curioso sobre o banco de sementes pode ser observado em relação ao lugar da casa onde ficam os silos de armazenagem. O lugar, nesse caso, é a sala da frente da casa. Logo na entrada, todo um conjunto de elementos que, para estes agricultores, representa o cotidiano na roça. Trata-se de uma casa grande com três salas, observa-se o maior orgulho do agricultor em mostrar o armazenamento das sementes e todo o cuidado para que a tradição não seja quebrada. Na seqüência de sua fala, pode-se observar que novas tecnologias apreendidas nos encontros, palestras e cursos com os mediadores também estão guardadas no mesmo espaço das “sementes da paixão” e como faz para garantir que as sementes não se estraguem:

Aqui a gente também guarda nossos inventos. Nessas garrafas de refrigerante, a gente guarda a manipueira, a urina de vaca e a calda bordaleza (nosso biofertilizante). Tudo da natureza mesmo. A calda bordaleza é um biofertilizante que a gente usa sem medo. Aqui dentro a gente bota esterco de gado fresco, leite de vaca, cinzas, cal e outros ingredientes. Isso passa por uma fermentação de sessenta dias, pra poder chegar ao ponto de aplicar. Pra conseguir a urina da vaca, é só você arria a vaca na hora de tirar o leite, quando você termina de arriar o animal, ele dá aquela urinada e você colhe no balde. Vai engarrafando pra depois usar. No uso, você precisa destemperar em água. As fezes são a mesma coisa. Você usa trinta (30) quilos de esterco para duzentos (200) litros de água com urina. Aqui no banco nós temos o feijão (carioquinha e mulatinho) de arranca, o faveta e o de corda ou macassá. Aqui a gente tem o maior cuidado para armazenar nossos grãos. Primeiramente tem que saber o ponto das sementes. Nem pode secar de mais, nem pode ficar com umidade. Se você deixa levar muito sol, mata a germinação do grão. Se você armazenar com umidade de mais, perde a germinação. Veja que essa aqui tá no ponto, tá macia. É só dar uma mordidinha, se ela estalar no dente, pode armazenar. Para evitar bichos nas sementes, a gente usa a pimenta do reino moída e a casca da laranja seca e triturada, essa mistura conserva as sementes por muito tempo. É só fechar bem, evitar entrada de ar e, na próxima safra, o grão está novinho em folha.

O detalhamento no manejo com as sementes e as alternativas como o biofertilizante são importes experiências que o Seu Zé Pequeno relata com prazer, um conhecimento que ele faz questão de partilhar para que permaneça de alguma forma vivo. Ensina efetivamente o manejo com tecnologias alternativas e práticas que podem ser realizadas sem que o agricultor precise sair de sua porteira. Ele contou que agora não vivia dependendo de políticos, que

existe a organização e a consciência dos agricultores para não venderem as sementes de plantar:

Aqui temos a “semente da paixão”, essa que a gente deu o nome de semente tradicional que a gente tem amor por ela, confia nela. A gente preserva a semente, zela com o máximo de carinho, para que não falte e para nós não comprarmos essas sementes vindas do governo. Agora nós temos um governo mais popular, um governo que não é mais de direita. É um governo nosso, acredito que agora nós temos tudo para nossa organização. A gente já conseguiu com ajuda desse governo comprar trinta (30) mil quilos de sementes, da nossa própria região. Não é semente vinda lá de fora não. A CONAB pagou a semente nossa e ela ficou no banco de sementes para o plantio novamente. A gente não quer essas sementes de fora porque podem vir até umas transgênicas pelo meio. Pode vir semente com venenos. E a gente aqui tem o controle, só guarda os produtos que a gente confia. Essa semente de laboratórios que eles fazem do jeito que querem a gente não valoriza. A nossa não, ela é do jeito da natureza e é essa que a gente deseja ter. Tudo da natureza mesmo.

Na fala de Seu Zé Pequeno, é muito presente também o sentido de organização e luta do agricultor para conseguir garantir algumas vantagens em relação ao governo e às políticas para os trabalhadores do campo. Outro importante aspecto da conversa é sua entrada na questão dos transgênicos e outros problemas de ordem ambiental em relação ao manejo com as sementes que não são consideradas crioulas. Na sua fala sobre o fato de ser contra as sementes que não tenham uma origem confiável, inclusive dando opiniões sobre o movimento ecológico em nível internacional, bem como questões de política econômica externa que podem afetar suas vidas locais, diz:

Jamais a gente quer estes transgênicos. Não vamos deixar de comer nossa semente limpa, sadia, pra comer uma semente que já vem contaminada. Hoje você entra em um supermercado e já está cheio desses produtos transgênicos. Foi por isso que fizemos uma marcha lá na cidade de Campina Grande e queimamos uma faixa de uns vinte e cinco (25) produtos de supermercados que estão na lista de pesquisa do *Greenpeace*. Essa é a nossa meta. Não querer esse negócio de ALCA<sup>67</sup>, não querer esse problema de transgênicos, não querer os agrotóxicos. Você já imaginou que se a gente pode viver sem isso, a gente vai lá se arriscar com o que não conhece? Veja que a nação precisa se mobilizar contra esse tipo de coisa. Agora no dia 12, nós vamos botar mais de vinte mil pessoas em Brasília contra os transgênicos para o Brasil. A gente não aceita essas coisas de fora para atrapalhar nossa agricultura familiar que é sadia.

---

<sup>67</sup> Área de Livre Comércio das Américas.

Sobre os transgênicos e vendo o quanto o Seu Zé Pequeno era conhecedor da questão, três questões foram levantadas sobre os problemas que os transgênicos podem acarretar: o humano, o ambiental e o controle tecnológico.

Observa-se um paralelo entre os transgênicos e as sementes da paixão. É uma semente da natureza, que foi apenas selecionada pelo homem que passou a cultivá-la de modo sistemático. A semente transgênica já vem com alguns elementos genéticos alterados (modificados) de laboratório. Isso gera um controle tecnológico de quem financia, manipula ou detêm esse controle tecnológico. Os agricultores poderão ficar nas mãos dessas empresas e conseqüentemente do mercado de sementes, que já colocou os transgênicos no mercado.

Os agricultores poderão ficar dependentes tecnologicamente do que não conhecem nem dominam. Em relação aos riscos para os humanos, as pesquisas atuais apontam que não é confiável o uso de sementes transgênicas para o consumo, pois ainda não se sabe dos efeitos que estas podem trazer para a saúde e para o próprio desenvolvimento evolutivo da espécie. O mesmo vale para o meio ambiente e especialmente para uma relação de competição entre as espécies nativas e as modificadas geneticamente. Nesse contexto, os agricultores familiares ficam preocupados.

Os conhecimentos e participações do Seu Zé Pequeno na comunidade são consideráveis, pois ele já vive na área há muito tempo e seus argumentos apontam para um envolvimento que já ultrapassa 16 anos de militância e envolvimento com os agricultores e sindicatos da região. Ele já foi envolvido com grupos de jovens ligados à igreja católica e depois se envolveu com o sindicato de Alagoa Nova, até se tornar uma importante liderança local do Pólo Sindical da Borborema e, nessa história, relembra da luta. Continua a conversa falando sobre agrotóxicos e transgênicos, dizendo da sua indignação com algumas práticas que são ensinadas ou que foram fomentadas para ajudar o homem do campo e que no final só atrapalharam:

Você hoje abre o nosso silo de feijão e sente aquele cheiro de vida. Antes, nos silos de sementes do governo, você sentia era o cheiro de veneno. Estão aí os problemas de vista, os problemas de coração, os problemas de estômago e de tantas outras coisas como o câncer. Mesmo assim pode ser com os transgênicos que os técnicos dizem que não fazem mal, que as pesquisas estão avançadas e tudo mais. Também diziam que os venenos só faziam mal aos insetos. Muita gente ainda acha que o veneno é a solução,

botaram na cabeça do povo. Mas veja só, meu pai nunca precisou usar veneno. Pra você ter uma idéia que ele tinha uma casa de farinha, fazia muita farinha. Aí juntava toda a manipueira da mandioca, que é aquela água que embebeda pra matar formigueiro de roça. Não ficava um formigueiro. Hoje você procura um formigueiro em nossas terras e não encontra. Vai diretamente à boca do formigueiro e coloca a manipueira, não fica uma viva. Esse conhecimento eu guardo até hoje e tenho o maior prazer de ensinar pra os mais novos. Nossos silos são cuidados para uma semente pura, sendo bem vedados, a gente coloca coisas naturais como a pimenta do reino em pó, a casca da laranja seca e triturada.

Nas suas explicações, ficam diversos ensinamentos, técnicas extremamente simples mais que foram fomentadas, experimentadas, testadas ao longo de muitas gerações. Um conhecimento que vem sendo coletivamente disseminado para os vários agricultores envolvidos com os bancos de sementes e com os agricultores que foram tocados pelas experiências agroecológicas, fomentadas pelo Pólo Sindical da Borborema, AS-PTA e outros mediadores. Em sua fala, observam-se outros momentos em que teve que estabelecer enfrentamentos políticos e ideológicos contra os pacotes técnicos produzidos para os agricultores, atrelados aos créditos rurais:

Lembro que uma vez fui à EMATER pegar um financiamento pra plantar batatinha. Aí disseram que era um programa que já incluía tudo. As sementes, os agrotóxicos e o acompanhamento técnico. Aí eu disse que o veneno eu não queria, aí disseram que só financiavam daquele jeito. Aí eu disse que não queria que jamais fosse matar minha terra com veneno. Foi uma briga medonha, mas eu não quis o veneno. Mas quantos agricultores têm essa informação de protestar isso aí? Mas não, fica calado, balança a cabeça e aceita tudo que os técnicos querem. Eu acredito que nestes dez (10) últimos anos, a gente vem tendo um melhor acompanhamento, estas visitas de intercâmbio, o Pólo Sindical da Borborema, as ONG's e a união da comunidade vem fortalecendo os agricultores. Eu lembro que o banco de sementes começou pra gente se livrar do veneno, porque alguns agricultores começaram a passar mal, adoecer com os agrotóxicos. Aí diziam pra ter cuidado, não cheirar, não comer as sementes. Aí a gente foi se preocupando e o conhecimento foi passando de um pra o outro até a gente se livrar. Por aqui, ainda tem agricultor que teima em usar veneno. A gente vai lá conversa, mas a cabeça dura não muda. A gente fala da nossa feira ecológica, dos nossos produtos, mas ele acha que não dá resultado. É uma visão diferente, acho que é a cabeça de rico e barriga de pobre. Ele acha que o resultado é produzir muito. Se você passa lá, vê o veneno no meio do mundo. Ele vende pra Campina Grande e pra outros lugares.

Seu Zé Pequeno é muito claro em relação aos problemas que certas práticas agrícolas podem provocar na saúde da terra e das pessoas. Reconhece que o problema ainda não foi efetivamente solucionado e mesmo com a ação organizada pelos mediadores, nem todos

foram assistidos ou aderiram às práticas ecológicas de produção. Diz que o pessoal da AS-PTA, ASA, PATAC e Pólo Sindical sempre estão na ativa, reunido, resolvendo os problemas com os agricultores e dando apoio diretamente nos sítios:

Você chega lá no escritório da AS-PTA, pela manhã e ver vinte (20), trinta (30) pessoas reunidas, depois se desloca todo mundo para o campo. Eu acredito que deve ser por aí. Eu acredito que a EMATER precisa mudar como a gente mudou aquele sistema de governo. E agora, com Lula, o governo é outro e eles têm que mudar também. Eu acho que eles já estão se movimentando pra mudar. Antes eles queriam que o agricultor fizesse uma planta só (monocultura) pra o comércio. Diferente da gente que quer uma plantação casada, assim como feijão e roça, fruteiras, verduras. Aqui a gente planta de tudo um pouco, porque se um não der, o outro dá e a gente vai levando a vida sem ficar descoberto de tudo. A gente planta o feijão de arranca, o milho, a roça, o quiabo, o feijão macassa, o feijão guandu, a melancia, o jerimum. Aqui é assim diversificado. Aqui a gente produz variedade, não é um sistema só, que se falhar a gente perde tudo.

Ao reproduzir um pouco das observações em trabalho de campo a partir do Sítio São Tomé, percebe-se a riqueza de detalhes e clareza na fala do Seu Zé Pequeno, pois para estes agricultores que estão sendo acompanhados pelos mediadores, existe uma perspectiva efetiva de utilizarem os conhecimentos locais, incorporando as novas tecnologias alternativas e garantindo a biodiversidade local.

### **5.3 Experiências de enfoque agroecológicos em Lagoa Seca, Agreste da Paraíba**

As experiências apresentadas são fomentadas a partir dos enfoques agroecológicos e seguem a direta influência do Pólo Sindical da Borborema, AS-PTA, ASA e dos outros mediadores que atuam no Agreste paraibano. Os agricultores do município de Lagoa Seca, influenciados pelos mediadores, foram, desde o início da década de 1990, os primeiros a adotar ações sindicais voltadas para questões agroambientais.

São mais de 30 sítios espalhados pelo município de Lagoa Seca, que estão sendo tocados pelos enfoques agroecológicos e dos quais foram destacados apenas quatro exemplos

demonstrativos (Sítios Floriano, Retiro, Lagoa de Barro e Oiti), onde as experimentações estão consolidadas e a agricultura familiar agroecológica é praticada.

### 5.3.1 Sítio Floriano

A experiência da família do Sr. José Leal, da Sr<sup>a</sup>. Maria Luiza e dos seus quatro filhos é um caso ilustrativo para este estudo. Eles são moradores do Sítio Floriano, município de Lagoa Seca, Agreste paraibano<sup>68</sup>. Com uma área de cinco hectares, localiza-se em terras com significativa fertilidade e com terrenos enladeirados. A família do Sr. José Leal é simples, mas muito unida e pode ser considerada como totalmente integrada à agricultura familiar ecológica, pois, em mais de duas décadas, transformaram o sítio em um ambiente locado pelos princípios da agrobiodiversidade.

Nas encostas, a família fez todo um trabalho de recuperação de matas e introduziu árvores frutíferas em meio às espécies nativas. Andando pelo sítio, observa-se que, por todos os lados, existem restos orgânicos em decomposição e o solo arenoso de alguns trechos da propriedade vai incorporando estes nutrientes que são absorvidos pelas plantas. Próximo aos roçados de feijão e milho, a família vai juntando a matéria orgânica e misturando em um composto orgânico, que depois é misturado ao solo.

Eles vivem na terra desde 1976 e, nos primeiros anos de ocupação, perceberam que o solo estava muito cansado. Para melhorar esta situação, passaram a usar uma forma de plantio que evitasse a erosão e deixaram de queimar as folhas e os restos orgânicos, incorporando tudo ao solo para segurar a umidade nas suas plantações.

A família mora em uma casa relativamente confortável, com eletricidade, possui cisterna de placas e considera-se vivendo em um pequeno paraíso rodeado de muito verde, entre fruteiras, roçados de feijão, milho, fava, canteiros de verduras, plantio de girassol e preocupações ambientais constantes. É um bom exemplo de agricultores envolvidos pela

---

<sup>68</sup> Informativo da Agricultura Familiar. Pólo Sindical da Borborema e AS-PTA. Sem datação. Experiência da família de José Leal e Maria Luiza.

organização social local e que passaram a adotar as técnicas sugeridas pelos mediadores, mudando completamente a paisagem do sítio.

O Sr. José Leal e sua esposa já viveram muitos anos no Rio de Janeiro e até no Paraná, mas as condições de vida do Sul e Sudeste ficavam cada vez mais difíceis, resolveram retornar para a Paraíba, e na terra dos seus pais, reencontraram os laços com a agricultura e com a vida no campo.

Passaram a adotar várias práticas tradicionais de cultivos, mas, com as visitas e apoio de técnicos mediados pelo Pólo Sindical e AS-PTA a partir da década de 1990, passaram a conhecer novas plantas e formas de garantir a recuperação do solo e passaram a deixar as árvores nativas crescer na propriedade, que hoje tem: angico, pau-d'arco, sabiá, louro e outras espécies que formam uma verdadeira matinha do sítio. No sítio, eles fazem questão de produzir sua própria matéria orgânica, biofertilizante, calda bordaleza e controle biológico de possíveis fungos ou parasitas que possam atacar suas culturas. São agricultores ativos e envolvidos com a melhoria da qualidade de vida da família e também dos consumidores que compram seus produtos excedentes nas feiras agroecológicas da região.

Como estas, existem diversas experiências que estão mudando a paisagem na Serra da Borborema (Agreste da Paraíba). A idéia é juntar técnicas já conhecidas e praticadas pelos agricultores com a experiência de outros agricultores da região e apoio técnico das organizações não-governamentais e suas agências financiadoras. O Sr. José Leal diz que se orgulha de ver o sítio todo rodeado de fruteiras como: caju, cajá, umbu-cajá, além de flores e das roças de milho, feijão e fava.

É uma família que se considera em equilíbrio com a natureza, pois mesmo com pouca terra, estão conseguindo tirar o sustento da família, vender na feira agroecológica de Lagoa Seca e ainda preservar a natureza. Uma das principais preocupações dos mediadores se direciona para a garantia da biodiversidade, em especial dos recursos genéticos locais, pois estão adaptados ao ambiente, podendo garantir a segurança alimentar das famílias e proteção do meio ambiente (Figura 30 e 31).



### Imagens agroecológicas no Sítio Floriano em Lagoa Seca - PB



Figuras 30 e 31 – José Leal e Maria Luiza, Sítio Floriano, Lagoa Seca. Boletim da AS-PTA e Pólo Sindical da Borborema, 2001.

### 5.3.2 Sítio Retiro

Nessa mesma perspectiva de agricultores apoiados pela AS-PTA e pelo Pólo Sindical da Borborema, destaca-se também a experiência de cultivos diversificados implantados por Robson Ribeiro da Silva (“Robinho”) no Sítio Retiro de Lagoa Seca<sup>69</sup>. Este agricultor também possui pouca terra. São apenas doze hectares, mas tenta aproveitar o espaço da melhor maneira possível.

Sua área é plana e com um solo de baixa fertilidade, pois já foi muito utilizado pela família. Apresenta trechos arenosos de média profundidade e bons para diferentes cultivos, desde que sejam incorporados compostos orgânicos e biofertilizante. Ao redor da casa, existem diversas fruteiras, canteiros de verdura para a família, plantas para remédios caseiros, galinheiro, um pequeno curral e cisterna.

Debaixo das fruteiras, ele conserva o hábito de ir fazendo mudas que depois são plantadas pela propriedade. No sítio, dos doze hectares, preservou uma pequena reserva

<sup>69</sup> Cf. AS-PTA, Cartilha: cultivos Ecológicos em roçado de alimentos para a vida, 2003, p. 8-9.

florestal em três hectares de onde colhe as varas para os matumes<sup>70</sup> de inhame e outros tipos de lenhas. Além de inhame, ele planta: macaxeira, mandioca, batata doce, cará, feijão, fava, milho e vários tipos de verduras.

Robinho relatou que sempre trabalha no sistema de consórcio de cultura e que aprendeu com seu avô e com seu pai quando eram vivos. Ele também acompanha as estações do ano, cultivando as culturas de acordo com o inverno e o tipo de planta que resiste mais ao calor ou as chuvas. É muito orgulhoso da sua terra e da área verde que sempre preserva (Figuras 32 e 33).



Robinho destacou também suas fruteiras e os cultivos para venda nas feiras agroecológicas, dizendo que, para a terra continuar forte, utiliza estrumo do próprio curral. Em alguns períodos, ele reúne amigos e vizinhos para determinadas práticas agrícolas na forma de mutirão, com trocas de dias de serviços. Relatou que foi a partir das visitas de técnicos da AS-PTA e apoio do Pólo Sindical que, nestes últimos dez anos, passou a praticar a agricultura ecológica e que, dependendo dele, não sai mais desse sistema, pois além da saúde da família, sabe o bem que faz para a terra e para os consumidores dos seus produtos.

<sup>70</sup> Matume é um monte de areia para a plantação da semente do inhame e a vara é para que o tubérculo desenvolva suas ramas em forma de trepadeira.

### 5.3.3 Sítio Lagoa de Barro

Esta também é uma experiência ilustrativa, fomentada pelo Pólo sindical da Borborema e AS-PTA, escolhida pelo enfoque agroecológico. Levando em consideração o uso das tecnologias alternativas, observa-se a experiência do agricultor Ednaldo Silva (“Naldinho”) e sua família. É uma pequena família composta por ele, Dona Maria José e três filhos pequenos. Eles vivem e trabalham no Sítio Lagoa de Barro, município de Lagoa Seca, Agreste paraibano, juntamente com seus pais, o Sr. José Plácido e Dona Maria Plácido.

É uma pequena área de cinco hectares com terras arenosas, pedregosas e com pouca fertilidade, mas eles conseguem produzir o suficiente para a manutenção da família e para o comércio local. A propriedade ainda é predominantemente descampada e já foi muito utilizada para a agricultura, pois seus pais possuem uma família com nove filhos, sendo a terra, durante muito tempo, o meio de vida de toda a família.

A agricultura familiar ecológica é uma das suas principais atividades. No Sítio, eles cultivam feijão, milho, fava, amendoim, cenoura, tomate, alface, coentro, cebolinha, pimentão, entre outros alimentos. Antes de 1995, quando ainda não conhecia os técnicos da AS-PTA, Naldinho lembra que usava alguns venenos (*dithane*, *folidol* e outros) perigosos para a saúde<sup>71</sup>. Hoje o sítio é convertido para uma produção ecológica e com bons resultados. Toda sua experiência com agricultura aprendeu com o pai, Seu José Plácido.

Eles usam adubos orgânicos, biofertilizante, calda bordaleza, todos produzidos na própria terra. O mais interessante é o reconhecimento das melhoras e da economia. A produção de legumes e hortaliças é comercializada na feira agroecológica de Lagoa Seca e de Campina Grande. O uso das tecnologias alternativas, como o biofertilizante e adubo da independência, repassadas pelos mediadores, está dando bons resultados na produção de tomate, pimentão, cebolinha, coentro e alface. A produção com tecnologias alternativas transmitidas coletivamente é a melhor experiência que pode destacar (Figuras 34 e 35):

---

<sup>71</sup> Cf. AS-PTA, Cartilha: cultivos Ecológicos em roçado de alimentos para a vida, 2003, p. 28-29.

### Agricultura agroecológica em Lagoa Seca – PB.

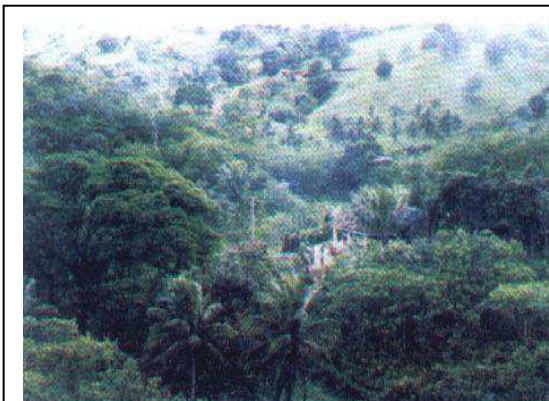


Figura 34 - Naldinho irrigando seus canteiros no Sítio Lagoa de Barro de Lagoa Seca.

Figura 35 – Sítios em terrenos acidentados. Boletim informativo da AS-PTA e Pólo Sindical da Borborema, 2001.

#### 5.3.4 Sítio Oiti

O Sítio Oiti fica localizado no município de Lagoa Seca, Agreste Paraibano. Pertence ao Sr. João Guimarães (“Seu Guimarães”), um dos primeiros produtores ecológico da região. É uma propriedade que começou com três hectares, mas, em 2005, foi ampliada para treze hectares. Uma terra com trechos enladeirados e trechos planos.

A experiência de Seu Guimarães é um desenho de enfoque agroecológico diferente dos anteriores, pois ele centraliza sua produção para atender ao mercado, vendendo os produtos ecológicos diretamente aos consumidores, na cidade de Campina Grande.

Sua produção é feita com o auxílio de trabalhadores diaristas, mas Seu Guimarães, apesar de morar na cidade de Campina Grande, chega cedo ao Sítio Oiti todo dia para cuidar dos canteiros de hortaliças, fruteiras, área de preservação ambiental e da floresta de *Nim*. Segundo ele, essa planta veio da Índia e possui dezenas de utilidades. São mais de 200 pés que servem como quebra-vento, repelente, combatendo mosca branca, pulgão, lagartas e muitas outras doenças.

Ele utiliza o óleo de *nim* ou o extrato das folhas para borrifar seus canteiros. Seu Guimarães é o principal incentivador da plantação de *nim* no local. É uma espécie vegetal, que cresce rápido, arborizando o ambiente, serve como sombreiro, para a extração da madeira e pode ser utilizada de diferentes maneiras. No Sítio Oiti, existe uma verdadeira floresta, tanto de *nim*, quanto de muitas espécies da flora regional.

Seu Guimarães é uma pessoa que tem contribuído muito com os agricultores da região com seu vasto conhecimento em técnicas alternativas para uma produção ecologicamente correta. Uma das coisas que mais preza é a biodiversidade e, em seu sítio, encontra-se uma grande variedade de espécies. Em sua horta, são produzidos: cebolinha, pimentão, coentro, cenoura, chicória, fava, quiabo, rúcula, mastruz, rabanete, espinafre vários tipos de alfaces, agrião, e muitas fruteiras (manga, coco, jaca, caju, cajá, abacaxi) e a palma como alimento para os seres humanos.

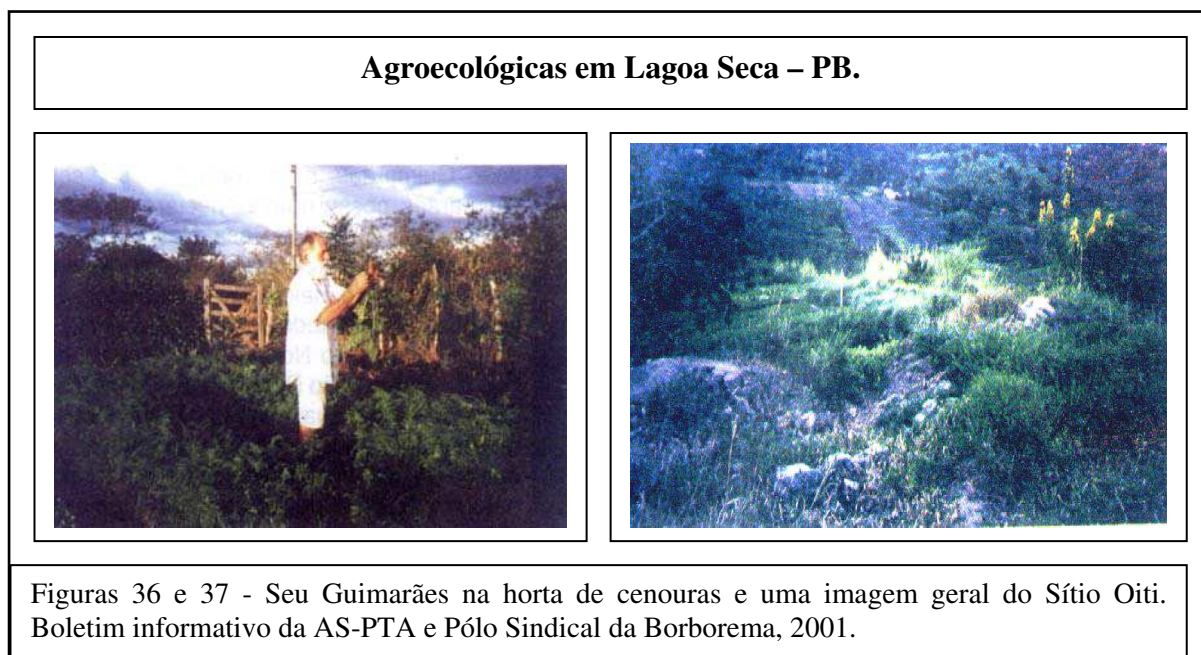
Seu Guimarães constitui um novo arranjo de relações que não está totalmente atrelado aos arranjos dos mediados com os agricultores familiares. Ele construiu uma rede em que vai tecendo os fios e o ponto diretamente com os consumidores, na medida em que faz a entrega dos produtos em domicílio. Ele é o primeiro produtor ecológico a desenvolver um sistema próprio de distribuição dos seus produtos. Entrega as verduras a partir de encomendas antecipadas.

A entrega das hortaliças é feita a partir de pedidos antecipados e de acordo com o gosto do freguês, sempre fresquinhas e sem agrotóxicos. Também vende suas verduras na feira agroecológica de Lagoa Seca e o momento das feiras é um espaço para seus ensinamentos, suas dicas e trocas de conhecimentos. Ele é um dos mais respeitados produtores da Região. O Sítio Oiti é local de visitas e trocas de conhecimentos agroecológicos.

O seu sistema foi muito importante para as práticas e vivências agroecológicas propostas pelo Pólo Sindical da Borborema, mas ele foge à regra da lógica familiar e ganha muito mais a conotação de produtor ecológico, com uso de mão-de-obra e uma estratégia comercial para sua produção. No entanto, é um dos grandes entusiasta da agroecologia familiar, abrindo as porteiras do sítio para diversas experiências, visitas e trocas de conhecimentos.



Seu Guimarães foi um dos primeiros produtores rurais a converter suas terras para os agroecossistemas. Nos trechos onde não cultiva com canteiros e roçados, planta capim para proteger o solo e garantir ração animal. Noutros trechos, planta fruteira e espécies nativas garantindo a biodiversidade e transformando a paisagem local de forma significativa (Figuras 36 e 37).



Muitos outros casos poderiam ser citados, mas o objetivo aqui é apenas demonstrar o quanto as atividades técnicas e as ações dos mediadores já surtiram efeitos na vida de muitos agricultores e de suas famílias. Os Sítios São Tomé, Floriano, Retiro, Lagoa de Barro e Oiti são diferentes áreas rurais, mas todos têm em comum as práticas e tecnologias voltadas para a conversão agroecológica.

Estes agricultores cultivam alimentos de forma ecológica, estão preocupados com o meio ambiente e apresentam novos desenhos, arranjos e relações político-culturais, sócio-econômicas e ambientais para o Agreste/Brejo paraibano. A troca de conhecimento e a preocupação ambiental passam a ser focadas em cada atividade.

A agricultura feita com base em princípios agroecológicos, o cuidado com espécies nativas da região, as cercas verdes, as plantas medicinais, as matinhas que estão se desenvolvendo nos sítios e o aproveitamento da biomassa, que anteriormente era queimada e

agora vira adubo orgânico, são os melhores exemplos de que os enfoques agroecológicos permitem defender a tese no Agreste/Brejo paraibano.

Na medida em que os agricultores familiares foram sendo tocados pelos enfoques agroecológicos, passando a adotar novas técnicas, programar novas culturas agrícolas e articular uma rede sociotécnica, através do sistema local de conhecimento e de informação, novos desenhos passaram a compor a paisagem rural no Agreste paraibano.

Os arranjos políticos, adotados pelo movimento sindical rural (Pólo Sindical da Borborema), a criação do Fórum dos Assentados e a ação da AS-PTA, ASA e demais mediadores, fortaleceram as redes sociais anteriormente fracas e deram aos agricultores maior condição de organização. As relações sociais e a organização de ações dos agricultores familiares e seus mediadores permitiram o fomento de experimentações agroecológicas que anteriormente não eram praticadas na região.

Estas experimentações serviram para fortalecer a tese de que um território de enfoques agroecológico vem sendo desenhado de diferentes maneiras no Agreste/Brejo paraibano. Pelo menos dois diferentes desenhos podem ser percebidos nas áreas pesquisadas. O desenho da agricultura familiar agroecológica, em que a produção conta basicamente com a força de trabalho dos membros da família, sendo uma agroecologia predominantemente fomentada pelos mediadores e que tanto serve como cultivos ecológicos para alimentar as famílias, quanto para gerar renda familiar com a venda dos produtos nas feiras agroecológicas organizadas pelo Pólo Sindical da Borborema e seus apoiadores.

No estudo de caso do Sítio Oiti, experiência desenvolvida por Seu Guimarães, observa-se um outro desenho, o do produtor rural agroecológico que produz com trabalhadores contratados e caracteriza-se como uma produção voltada para o mercado consumidor instalado na cidade de Campina Grande. A experiência que segue é a continuidade do desenho de produtor ecológico e será um estudo de caso esclarecedor de como o território de enfoque agroecológico vem consolidando-se no Agreste/Brejo paraibano.

## 6. EXPERIÊNCIAS DE UM PRODUTOR AGROECOLÓGICO NO SÍTIO UTOPIA

O Sítio Utopia é uma área com aproximadamente vinte e cinco hectares, localizado na comunidade ou Sítio Bacupari<sup>72</sup>, no município de Alagoa Nova, Brejo paraibano. A experiência foi implantada por Paulo Luna Freire (“Paulinho”) que, a partir 1992, apresenta-se como desenho de um produtor agrícola ecológico diferente dos desenhos de agricultura familiar ecológica apresentada.

Paulinho produz basicamente para atender ao mercado consumidor de produtos ecológicos e usa trabalho assalariado em forma de diárias. Ele estabelece arranjos sociais com redes tecidas para além do Agreste/Brejo. Sua produção chega ao espaço urbano de João Pessoa e consegue criar novas relações a partir da entrega direta de produtos em restaurantes naturais, lojas de produtos naturais e escolas, além de atender diretamente ao pedido de legumes, hortaliças e frutas a um grupo de consumidores que já ultrapassa o limite de 120 cestas de pedidos.

O Sítio Utopia é um ambiente com terrenos muito enladeirados, solo com fertilidade e muita umidade. Na área, existem algumas nascentes com olho d’água, barreiros e um pequeno açude. Paulinho estabeleceu nas áreas mais baixas e úmidas mais de trinta canteiros, nos quais cultivava uma grande variedade de hortaliças, que são comercializadas em João Pessoa, Campina Grande e Alagoa Nova. Ao longo de 15 anos, foi construindo a experiência de

---

<sup>72</sup> Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bacupari> **Bacupari** (*Garcinia gardneriana* (Planchon et Triana). É uma espécie nativa da Mata Atlântica e também comestível. Paulinho conseguiu sementes em um encontro sobre meio ambiente e agricultura ecológica no Estado de Alagoas. Atualmente já existem vários pés de Bacupari espalhados pelo Sítio Utopia.



produzir ecologicamente, mas a produção, além de utilizar toda a mão-de-obra da família, também é feita com a contratação de trabalhadores que moram no Sítio Bacupari<sup>73</sup>.

Toda a produção de Paulinho volta-se para a comercialização. Por outro lado, o Sítio Utopia apresenta uma das mais diversificadas produções agrícola da região, seguindo os princípios instituídos pela agroecologia e pela lógica do agroecossistema. No Sítio, existe uma grande variedade de espécies da flora nativa e, em meio as áreas florestadas ele planta frutíferas ou simplesmente espalha sementes de todas as plantas que encontra.

Além da casa de morada, Paulinho construiu uma casa de apoio, uma estufa para as mudas, galinheiro, minhocário, tanques para compostos orgânicos, biofertilizante e calda bordaleza. Desenvolveu um sistema para captação de água por gravidade e vários trechos do sítio são servidos por sistema de irrigação por micro-aspersão. Uma das principais características do sítio é o manejo com abelhas nativas, pois o mesmo possui mais de 30 colméias de abelha urucu.

Estas abelhas foram introduzidas a partir de um morador do sítio Bacupari, o Sr. José Nascimento (“Zezinho do Rádio”), que capturou um enxame de abelhas e passou a manejar em colméias. Repassou um tronco para Paulinho com uma colméia que dividiu nos seis primeiros meses de 2000. A cada seis meses, eles vão abrindo as colméias, extraíndo o mel e formando novos enxames de abelhas. Chegaram a formar mais de seis colméias e sempre extraem mel para uso doméstico e venda aos consumidores ecológicos.

O Professor Joaquim Eugênio<sup>74</sup> passou a incentivar a experiência, e durante o ano de 2004, instalou no Sítio Utopia mais 20 colméias de abelha urucu para uma maior disseminação e cruzamento de enxames. A experiência vem apresentando resultados positivos.

---

<sup>73</sup> Paulinho mantém em média três trabalhadores que são moradores do Sítio Bacupari. Estes ganham diárias em média de R\$ 12,00 reais. Estes trabalhadores também vivem da produção de bananas e de outras frutas cultivadas organicamente no entorno do Sítio Utopia. Com o dinheiro ganho nos canteiros e nas bananeiras, eles investem na compra de gado, moto, bicicleta, eletrodoméstico e manutenção das suas famílias. Todos consideram que, com a produção agroecológica de Paulinho, suas vidas mudaram. Agora eles recebem um dinheiro certo e ainda vendem seus produtos juntamente com Paulinho, tanto em Campina Grande, quanto em João Pessoa.

<sup>74</sup> Engenheiro Agrônomo e Prof<sup>o</sup>. da UEPB/Escola Agrotécnica de Lagoa Seca.

## 6.1 Observação participante a partir do Sítio Utopia

O observador participante coleta dados através de sua participação na vida cotidiana do grupo ou organização que estuda. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes desta situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou (BECKER, 1999, p. 47).

Muitas são as situações, vivências e oportunidades de envolvimento com os seres humanos para entrar no campo de estudo. É necessária a construção de laços afetivos e de confiança com as pessoas com as quais se quer interagir. Assim, aconteceram os primeiros intercâmbios e a “abertura de portas” para a pesquisa de campo em áreas rurais de Alagoa Nova, no Brejo paraibano. Com a técnica da observação participante, realizou-se o estudo a partir do Sítio Utopia e com Paulinho. A expressão “observação participante” é aqui colocada na perspectiva sociológica:

No seu sentido mais largo, toda ciência se baseia na observação – ou seja, em dados acessíveis ao pesquisador através dos seus sentidos. Mas o sociólogo utiliza o termo tipicamente no seu sentido mais estrito, para referir-se a dados obtidos mediante a observação do comportamento do grupo, a audiência aos seus membros e a anotação de suas características físicas. Na realidade, a observação é uma categoria residual que estuda: (1) dependência absoluta de dados documentais ou de outros já disponíveis; ou (2) dependência absoluta de dados obtidos através de questionários preenchidos no papel pelo próprio informante ou pelos seus relatos orais registrados pelo entrevistador (RILEY; NELSON, 1976, p.16-17).

O pesquisador, em seu plano lógico-intelectual, define um cenário de observações no qual ele entra na cena, envolve-se e vive o momento e os desdobramentos tempo-espacial e sócio-ambiental de parte das experiências. Assim dar-se o envolvimento com a área escolhida para a pesquisa empírica. Foi assim durante toda a pesquisa e envolvimento com Paulinho, com os trabalhadores do Sítio Utopia e com as diferentes atividades desenvolvidas:

As idéias que temos durante a pesquisa são apenas parcialmente produtos lógicos que crescem a partir da cuidadosa avaliação das evidências. As idéias crescem com a nossa imersão nos dados e do processo total de viver e estreitar as fronteiras sociais da existência (RILEY; NELSON, 1976, p.283-285).

A citação revela alguns elementos para a construção do quadro lógico-intelectual, a partir da idéia de atitudes sociais, nas quais observar as pessoas em ação e escrever relatórios detalhados sobre as mesmas implica em um elevado grau de responsabilidade, em especial na interpretação das ações dos grupos ou indivíduos-chave. Apresentam-se situações em que os atores sociais observados e envolvidos com a pesquisa participante tornam-se colaboradores na medida em que os trabalhos estão acontecendo.

A escolha da área de pesquisa e da estratégia de aproximação dos atores sociais é uma das questões mais difíceis de realizar, pois dependem de treino, convencimentos e explicações do que se pretende realizar. Nem sempre consegue-se entrar em ambientes nos quais os atores e suas relações já estão bem arrançadas. Nestes casos, o pesquisador pode ser visto com certa desconfiança.

Na observação participante, é importante reconhecer os limites das evidências e a forma de questionamentos. “Quem? O quê? Por quê?” Às vezes é melhor não antecipar nada (WHYTE, 2005). Aguardar respostas sem que se tenha perguntado efetivamente. A entrevista é muito importante, mas no momento e em situações propícias nem sempre é conseguido o instante ideal:

Aprendi a participar das discussões da esquina sem nem mesmo ter que fazer perguntas (...) Descobri que isso era verdade, sentado e ouvindo, soube das respostas às perguntas que nem mesmo teria tido a idéia de fazer se conhecesse minhas informações apenas por entrevistas. Não abandonei de vez as perguntas, é claro. Simplesmente aprendi a julgar quão delicada era uma questão e avaliar minha relação com as pessoas (WHYTE, 2005, p.304).

Os questionamentos só precisam ser feitos dentro da maior segurança em relação aos atores, em especial quando são questões delicadas ou da posição dos indivíduos no grupo social. Assim: observar, ouvir, anotar, organizar os dados e as notas é um caminho seguro da pesquisa de campo. Observar, descrever e analisar as situações na medida em que é estabelecido o envolvimento com o campo de pesquisa são os passos dados para a realização empírica da observação participante.

O interesse pelo tema da agroecologia começou a partir do ano 2001. Neste período, existia um pequeno grupo de 05 consumidores ecológicos que orbitava em torno do restaurante Oca, no centro da cidade de João Pessoa/PB. Uma vez por semana, sempre aos sábados, revezando-se em duas pessoas, ia-se até Recife, no Bairro da Jaqueira para comprar verduras ecológicas de agricultores familiares de Gravatá/PE.

No restaurante Oca, ficava a maior parte dos produtos adquiridos, enquanto os outros membros do grupo só compravam o básico para o consumo da semana. Trazia-se o automóvel abarrotado de verduras, frutas e outros alimentos. Na oportunidade, observava-se a alegria dos pequenos agricultores pernambucanos nessa relação de feirantes com os moradores locais e, quando as pessoas saíam de João Pessoa para comprar em Recife, eram questionados se na Paraíba ainda não existia produção agroecológica.

Sabia-se que na cidade de Campina Grande havia uma feira no Parque do Povo, que agregava os vários pequenos produtores da região (feira camponesa), mas nem todos eram considerados ecológicos e isso levou o grupo a optar por Recife, pois todos aqueles agricultores estavam associados e com a mesma preocupação em fazer uma agricultura ecológica.

Mesmo com a distância e o trabalho de acordar cedo aos sábados, havia vantagens em relação aos preços e à qualidade das verduras, legumes e frutas que eram compradas semanalmente em Recife. Em uma manhã de sábado, quando o grupo retornava de Recife, ao chegar ao restaurante Oca, lá estava Paulinho. Na ocasião, ele havia levado um balaio contendo uma significativa variedade de hortaliças do Sítio Utopia para divulgar sua produção e o interesse de comercialização na cidade de João Pessoa, pois havia sabido pelo Prof. Vicente Félix da Silva<sup>75</sup>, que o grupo de consumidores estava indo comprar verduras na cidade de Recife.

Neste momento, ele convidou o grupo para uma visita ao Sítio Utopia e disse que, dependendo do número de consumidores ele poderia ficar trazendo os pedidos de verduras, legumes e frutas, aos sábados pela manhã. Sua preocupação era que o grupo definisse até a quinta-feira os pedidos e enviasse via internet para o *e-mail*: [Sitioutopia@uol.com.br](mailto:Sitioutopia@uol.com.br)<sup>76</sup>, e, no

---

<sup>75</sup> O prof. Vicente Félix é engenheiro agrônomo e professor aposentado pela UFPB, campus de Areia.

<sup>76</sup> Atualmente existe o site do sítio utopia: <http://www.Sítio.utopia.nom.br>

sábado, os pedidos chegariam o mais próximo possível das demandas, pois ele disponibilizaria uma lista de produtos que poderiam ter de acordo com as safras ou com o ritmo natural da produção. Caso acontecesse algum problema com os canteiros, poderiam faltar alguns itens nos pedidos. Que seria respeitado também o tamanho ou qualidade dos alimentos em relação ao tempo e ao ambiente natural, pois alguns itens variavam de acordo com as safras ou período do ano.

Consciente dessa situação, o grupo considerou racionais as preocupações apresentadas por Paulinho e comprometeu-se em realizar a visita para tomar uma posição em arregimentar mais consumidores para viabilizar a vinda das verduras. Foi marcada então a primeira visita ao Sítio Utopia, tendo ido o Prof<sup>o</sup>. Paulo Adisse<sup>77</sup> e a Sr<sup>a</sup>. Maria Elza<sup>78</sup>, do Restaurante Oca, juntamente com o Prof<sup>o</sup>. Vicente Félix. Lá reconheceram a estrutura do sítio, manejo agrícola adotado e consideraram como representativas de uma produção ecológica.

Neste momento, Paulinho disse que estava aberto a visitas do grupo de consumidores ao seu sítio e aceitava contribuições e críticas para melhor atendê-los. Os representantes do pequeno grupo de consumidores repassaram as informações da visita e todos passaram a consumir os produtos vindos diretamente do Sítio Utopia. Nesse meio tempo, foi feita uma rápida divulgação entre os amigos próximos e o grupo foi lentamente aumentando com novos interessados.

## **6.1 Entradas empíricas no Sítio Utopia**

Como consumidor e interessado em conhecer em maior profundidade as experiências ecológicas adotadas por Paulinho no Sítio Utopia, foram essenciais os primeiros contatos, iniciados em 2001, e que se fortaleceram nos anos seguintes. Dois papéis foram assumidos naquele momento: o de consumidor que acompanhava a produção *in loco* e o de pesquisador/observador das experiências com a produção ecológica. A partir desse momento,

---

<sup>77</sup> Paulo Adisse é prof<sup>o</sup> do Curso Engenharia de Produção da UFPB/CT e coordena um projeto sobre a feira agroecológica no Estacionamento da UFPB, Campus I de João Pessoa.

<sup>78</sup> Sócia proprietária do restaurante Oca em João Pessoa.

foram feitas as primeiras visitas ao sítio, fotografando os canteiros e o entorno das áreas de produção ecológica, sempre com a preocupação em enquadrar Paulinho e os trabalhadores em atividade. (Figuras 38 e 39).



O fato de ser consumidor e de gostar de fotografias foi significativo para uma maior aproximação com o produtor, os trabalhadores e seus familiares. Essa ligação foi tornando-se maior e os laços de confiança fortaleceram-se ao ponto de demonstrar um interesse em direcionar as experiências ali desenvolvidas ao trabalho de doutorado que estava realizando para o PPGS na UFCG. Paulinho prontamente colocou-se para contribuir com as observações, oferecendo hospedagem, contribuindo com os questionamentos e considerando o estudo um ponto de apoio e demonstrativo para divulgação das suas experiências.

Ao revelar o interesse pelo estudo, Paulinho lembrou que já conhecia alguns professores da UFCG que eram consumidores de seus produtos, tais como a Prof<sup>ª</sup>. Marilda Menezes, o Prof<sup>º</sup>. Edgard Malagodi e muitos outros que compravam verduras na pequena feira de produtores que acontece no estacionamento do campus da UFCG em Campina Grande.

A partir da trajetória de vida de Paulinho e do envolvimento direto com o Sítio Utopia e dos muitos momentos de conversas, tomou-se à iniciativa em convidá-lo (Agosto de 2002) para fazer uma palestra no Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, em

Guarabira, sobre suas técnicas e seus cultivos ecológicos. Ele, além de aceitar, levou uma grande quantidade de hortaliças para demonstração, aproveitou para distribuir aquelas verduras para os estudantes, professores e funcionários da instituição.

Na ocasião, o Sr. Alexandre Toscano (“Alexandre”) e a professora Cléoma Toscano sugeriram que Paulinho fizesse uma demonstração dos seus produtos em uma praça no centro de Guarabira e que vendesse os produtos. Ele aceitou o convite e, nas noites de quarta-feira, passou a montar sua “barraca ecológica” para a demonstração e venda dos produtos. Alexandre conseguiu uma entrevista na Rádio Constelação FM e muitas pessoas passaram a procurar os produtos agroecológicos.

Este sistema de vendas durou três meses e, no local, apareciam agricultores da região interessados em saber sobre agricultura ecológica, criadores de abelhas e pequenos criadores de galinhas caipiras. Mesmo sabendo que não poderia atender essa demanda por muito tempo, Paulinho fez questão de divulgar a produção e sugerir para as pessoas de Guarabira que esse tipo de agricultura era viável e poderia garantir uma renda mínima para quem iniciasse nessa direção.

### **6.2.1 A construção do Sítio Utopia**

O Sítio Utopia fica em uma área conhecida como Bacupari. Essa área foi comprada pelo seu pai, que trabalhou na região entre 1949<sup>79</sup> e 1954. Seu pai vendeu outras propriedades e veio para Alagoa Nova, plantou muito agave, comprou máquinas na Alemanha, construiu galpões, contratou trabalhadores, mas depois de quase uma década de trabalho e com grande estoque para venda, o governo não garantiu o mercado para sua produção. Apareceu a fibra sintética (*nilon*) e quebrou tudo. Desiludiu-se, vendeu os equipamentos que tinha e foi embora, só ficou a propriedade que a mãe de Paulinho administra até hoje. As terras são utilizadas por agricultores familiares no sistema morador-foreiros há mais de trinta anos. De acordo com Paulinho, essa área do Sítio Bacupari tem 86 hectares escriturados. Ele, sua mãe e

---

<sup>79</sup> Neste período existia uma campanha do Governo Federal estimulando a produção de agave intitulada “plante que o governo garante”, mas depois da Segunda Guerra Mundial, o governo não cumpriu a política e muitos produtores de agave simplesmente faliram.

seus três irmãos são os herdeiros, mas Paulinho é o único que trabalha diretamente na terra. Os antigos moradores vivem do cultivo comercial da bananeira, outras frutas como manga e jaca e da agricultura familiar de subsistência.

O Sítio Utopia começa a existir efetivamente a partir de 1991, quando Paulinho consegue comprar as benfeitorias de um morador do Sítio Bacupari e montar as experiências com agricultura inicialmente orgânica. Ele lembra que no começo não vendia os produtos das experiências. Em sete de setembro de 1992, instalou-se na casa onde mora atualmente e que vem reformando ao longo de quase 15 anos. Neste tempo, já iniciara a produção de mudas, tanto na parte de alimentos, quanto plantas ornamentais e árvores frutíferas e também árvores da região. Sua idéia inicial era plantar tudo que aparecesse dessa maneira simples. Em todo lugar que cabia uma semente, ele ia plantando sua utopia da diversidade.

Paulinho revela que as terras do Sítio Utopia foram conseguidas em negociação de benfeitorias com os moradores dentro da propriedade dos seus pais. Com esses moradores que estavam querendo sair foi negociando o espaço, as melhorias que alguns tinham feito, sem mexer com ninguém, sem desagradar ninguém.

Na medida em que foi envolvendo-se com a propriedade dos pais, percebeu que por dentro do sistema morador-foreiro, existia uma relação de compra e venda de benfeitorias e que alguns produtores de bananeiras realizavam acordos que não eram do conhecimento da família de Paulinho. Depois que toma conhecimento da realidade, Paulinho fez uma reunião com todos os moradores e estabeleceu que aquele tipo de negociação na área não seria mais permitido.

Paulinho decidiu juntamente com sua mãe que todas as famílias que estavam na área poderiam morar e trabalhar sem problemas, vender sua produção, criar animais em currais ou cordas e tocar a vida, mas não queria mais “negociatas” com estranhos ao sítio. Segundo ele, o pessoal antigo aplaudiu a iniciativa, até por que:

O pessoal novato era apenas “venal”, ou seja, só queria explorar a terra, tirar o que podia e depois passava para outro. Vinham, plantavam bananeira, depois passavam para outro. Depois disso ficou estabelecido que qualquer tipo de negociação com benfeitoria tivesse que passar por suas mãos.



Na área do Sítio Utopia, as benfeitorias foram negociadas de quem queria sair e assim foi montada a unidade produtiva que, em 1992, começou com catorze hectares, mas atualmente já são aproximadamente vinte e cinco hectares do Sítio Utopia. Neste sistema já faz mais de treze anos que nem entra nem sai ninguém na área do Sítio Bacupari.

Em toda a propriedade do Bacupari, são 26 famílias mais a família de Paulinho. Alguns chefes já estão aposentados, outros produzem roçado com agricultura de subsistência e cultivam a bananeira para o mercado local. Outros além de suas terras e roçados, também trabalham nas hortaliças do Sítio Utopia, assim vão levando a vida e com o que ganha vão tentando melhorar as condições da família.

Paulinho relatou que depois dessa história da terra, passou por um período de fixação ao sítio. Disse que, de 1991 a 1995, passou por um processo de purificação da vida urbana, em um “verdadeiro isolamento”. Ele chegava a passar mais de trinta dias sem ir à cidade. Quando dava vontade, saía até Campina Grande, João Pessoa, reencontrava os amigos (Gustavo Moura), saía, fazia umas farras grandes, mas dava aquela agonia, aquele vazio e voltava para o sítio. Revela que, no começo, o silêncio era tanto que fazia com que não dormisse. Às vezes acontecia de chegar às duas horas da madrugada, com o lampião aceso, lendo um livro, uma revista e não dormia. Hoje diz estar completamente adaptado e acha que passou por uma purificação da agitação e poluição da cidade.

Muitas destas informações foram colhidas no próprio Sítio Utopia ou nas feiras agroecológicas das quais ele participa, e especialmente, em um dos dias de demonstração noturna dos produtos ecológicos, lá em Guarabira/PB, em uma longa entrevista com Paulinho num banco da “Praça dos Pombos”, aproveitando a brisa da noite para organizar as idéias das muitas conversas e anotações já feitas. As imagens que seguem são alguns exemplos das atividades desenvolvidas no Sítio Utopia e produtos mais comuns que são colhidos para comercialização (Figuras, 40, 41, 42, 43, 44 e 45).

### Agricultura ecológica no Sítio Utopia



Figuras 40 e 41 – Exposição das verduras do Sítio Utopia na UEPB e jerimuns guardados para as entregas e para as feiras. Alagoa Nova, Sítio Utopia, arquivo do Autor, agosto de 2002.



Figuras 42 e 43 – Colheita de mamão e canteiros de mostarda crespa e alface francesinha. Alagoa Nova, Sítio Utopia, arquivo do Autor, março de 2002.



Figuras 44 e 45 – Colméias com abelha uruçú e criação de gado. Alagoa Nova, Sítio Utopia, 2004. Arquivo de Paulo Luna.

Esta foi uma entrevista semi-estruturada e descontraída. Enquanto fazia a entrevista, sua esposa, Lúcia de Luna Freire (“lucinha”), e André dos Santos (“André”)<sup>80</sup>, demonstravam os produtos e davam receitas de como consumir os mais de cinquenta diferentes itens.

Paulinho contou sua história de vida e, conseqüentemente, a história de constituição do Sítio Utopia. Ele começou falando da sua viagem para São Paulo, mas, nesse momento, já cita um amigo e conta que estava voltando para a Paraíba, e iria morar em um sítio dos pais. É uma história não seqüencial, na qual resgata lances da memória e dos esquecimentos, sem importar-se de fato com o que veio primeiro <sup>81</sup>. Nesta entrevista, porém, estava mais concentrado e com o propósito de puxar pela memória e as lembranças da sua vida.

Paulinho falou sobre sua experiência de viver em outras regiões do Brasil, destacando que já havia passado pela Amazônia e que resolveu ir para São Paulo. Lá ele se envolveu com a noite paulistana, trabalhando em um barzinho que montou no prédio da FUNART<sup>82</sup> e que tocava a vida entre artistas e intelectuais que freqüentavam o local. Conta que além do bar, montou um esquema de venda dos produtos de artes (discos, livros, quadros, fotografias, etc.) que estavam encalhados por lá.

Paulinho detalhou que com o barzinho, exposição e venda dos materiais da Fundação, todas as tardes começaram a aparecer artistas, estudantes, intelectuais e o espaço foi tornando-se num ponto de encontros, com roda de música, poesia, debates e conversas. Ele comentou que até o secretário de cultura de São Paulo vivia por lá. Os coordenadores da FUNART achavam que não dava, pois o público que aparecia por lá era sem grana, mas depois o pessoal começou a acreditar, lembrando que até Celso Furtado, quando estava na cidade de São Paulo, sempre aparecia por lá.

Puxando pela memória, Paulinho lembrou que participou na organização da Bienal Internacional de Artes Plásticas e na Bienal do Livro, entre 1986 e 1988, divulgando o

---

<sup>80</sup> André é morador do Sítio Bacupari juntamente com seus pais e os familiares da sua esposa, que também são moradores. É criador de algumas cabeças de gado, aderiu à produção orgânica de banana e trabalha com Paulinho nos canteiros e nas feiras ecológicas. Aproveita também para vender suas frutas. Recentemente Paulinho intermediou a compra das benfeitorias de uma família que quis sair e André já começou a ampliar sua produção em um trecho exclusivamente seu.

<sup>81</sup> Entrevista realizada em Guarabira no dia 17 de setembro de 2002. A interferência foi mínima e os apontamentos aqui descritos seguem a mesma seqüência das idéias expostas ao longo da entrevista.

<sup>82</sup> FUNART – Fundação Nacional de Arte.

material da FUNART. Contou um pouco de sua experiência e como abandonou tudo para começar uma vida nova na Paraíba, com a constituição do Sítio Utopia:

Eu estava no centro de São Paulo e conversando com um amigo, disse que estava voltando para a Paraíba e iria produzir agricultura sem agrotóxicos. Ele perguntou se era mais uma das loucuras que eu iria fazer na vida? Respondi que não era mais uma loucura, mas o conjunto de todas, na perspectiva de uma nova experiência de vida. Viajei entre os anos de 82 e 83 para aventurar, sem nada definido. Em São Paulo trabalhava com produção cultural noturna, bar, cerveja, salgadinhos e arte. A hora que eu acordo hoje, era a hora que ia dormir lá.

Além dessa experiência, participou, junto com um amigo, de uma galeria nas proximidades do *Shopping Ibirapuera*, por volta de 1989. Neste período, arranjou uma companheira e foram morar na Serra da Cantareira<sup>83</sup>, num condomínio fechado, em uma casinha de taipa, com lareira, na beira do lago e os fundos da casa voltados para o horto florestal de São Paulo.

Ele lembra que tinha muito verde, macacos, muitos pássaros. Depois de três anos, ele cansou de São Paulo e queria estruturar uma outra coisa. Nesse tempo, tinha um amigo em *New Jersey* (EUA), que o chamou para morar lá. Disse que, quando estava tirando o passaporte para ir aos Estados Unidos, teve uma conversa com a mãe e foi nesse diálogo que tudo mudou:

Na época, eu conversava com mamãe por telefone, ela desaconselhou da viagem para os Estados Unidos e além do mais, quando eu morava na Serra da Cantareira, criei uma firma que se chamava “*O tipo da coisa*”. Trabalhava com serigrafia, confecção de camisetas e outras artes, era época de eleições, por volta de 89, mais tinha o problema da inflação, do plano cruzado, do plano verão e a coisa não deu muito certo. Conversando com mamãe, sobre ir ou não para fora do Brasil, ela disse que eu deveria voltar pra João Pessoa, pra uma praia. Mas eu não achei legal, primeiro pelo custo e na verdade, acho que já estava querendo sair do movimento urbano, dessa coisa já determinada. Aí mamãe de brincadeira falou assim pra mim, “*se quer ir pra um lugar tranquilo, vai para o sítio*” [grifo nosso]. Aí eu fiquei com aquela história na cabeça. Sair de São Paulo pra ir para um sítio no interior da Paraíba? Veja como são as coisas. Aí conversando com um amigo gaúcho, um cara cabeludão e barbudão que morava perto. Ele disse que tinha um negócio pra eu fazer um teste. Era um convite para eu participar de um encontro de comunidades alternativas na Serra do Pacaraó, em Espírito Santo, perto do Pico da Bandeira, que duraria uns vinte dias.

---

<sup>83</sup> Aquela serra onde aconteceu o acidente com o grupo musical “mamonas assassinas”.

Paulinho fala que a vida deu uma guinada e muita coisa começou a mudar. Conta que ligou para um amigo de infância, adolescência e juventude que vivia e trabalhava com odontologia em João Pessoa e convidou-o para essa viagem. O amigo tirou umas férias e aceitou o convite. Lembra que encontrou com o amigo em Espírito Santo e de lá foram para a Serra de Pacaraó uns quinze dias antes do encontro. Conheceram a região e depois foram para o encontro, ajudaram o pessoal na organização e participaram de todas as atividades. Relata um pouco do encontro e as lições que aprendeu:

Lá você encontrava desde o cara que achava que era o representante de Deus, até o cara que tinha feito mestrado em energia solar na Alemanha. Outro que mexia com energia eólica. Você encontrava todo tipo de gente querendo se encontrar. Aí conheci o pessoal que fazia trabalho com agricultura orgânica. Tive contato com o pessoal da Serra dos Pirineus, que fica perto de Brasília, esse pessoal já desenvolvia um trabalho fantástico com a agricultura ecológica. Era muita gente, acho que mais de 700 pessoas. Foi aí que resolvi voltar pra o sítio. Foi aí que resolvi voltar, pensando exatamente em trabalhar com esse tipo de agricultura, não era com esse nome assim, mas uma agricultura totalmente natural, sem o uso de venenos, uma coisa mais limpa, uma coisa diferente, que eu sabia que não existia na Paraíba.

Entende-se que, é a partir desse encontro, Paulinho começou a ter a idéia do Sítio Utopia. Um misto dos anos 1970 (hippies e sociedade alternativa), movimentos ecológicos dos anos 1980/90 e uma vida ligada ao mundo natural. Neste contexto, ele relembrou a conversa com a mãe e a possibilidade de retornar para o Sítio Bacupari, onde ele iria praticar o que viu e ouviu no encontro e construir assim um novo território, pois sabia que estas histórias seriam completamente novas em solo paraibano.

Em sua trajetória de vida, o encontro com pessoas que já vinham desenvolvendo experiências ecológicas foi fundamental para começar a pensar em tais desenhos. Como ele mesmo contou que não estava mais encontrando sentido no espaço urbano e buscava um lugar tranquilo para tocar a vida, retornou para as terras dos pais e começou a construção do Sítio Utopia:

Naquela época, eu era muito mais sonhador do que sou hoje. Eu achava que ia juntar os moradores, fazer um trabalho mais coletivo. Criar uma coisa que funcionasse, uma espécie de atividade que juntasse a minha experiência de mercado, de cidade grande, com as experiências de agricultura deles. Mas, quando eu cheguei aqui, vi que o negócio não passava de sonho, delírio meu. O pessoal vivia desiludido com a agricultura, que aqui era cada um por si só. Como lá no encontro se discutiu muito sobre a importância de um trabalho

coletivo, em grupo, e como eu sabia que no sítio viviam cerca de trinta famílias de moradores, achei que ia dá certo. Achei que iria juntar o conhecimento intelectual e comercial que tinha, com o conhecimento deles da terra e a gente ia fazer um trabalho juntos. Quando eu me deparei com a realidade, vi que era uma linha com várias pontas e que cada um puxava pra um lado. Não tinha dois que puxassem pro mesmo lado. Então, eu vi que seria um a mais, que iria puxar a linha pra outro lado. No começo, eu ainda tentei, me meti a organizar associação, cooperativa de Alagoa Nova, conselho fiscal, tentei de tudo, mas, de um em um, fui me decepcionando e vi que não era fácil desfazer esse embaraço.

O pensamento de Paulinho começou a chocar-se com a realidade dos agricultores que habitam no Sítio Bacupari e em sistema morador-foreiro, que encontravam-se noutra dimensão produtiva, já instalada durante anos e que sempre garantia o sustento das famílias e que não iriam arriscar em novidades que os mesmos não entendiam e que o próprio Paulinho não dominava.

Paulinho revelou que depois de várias tentativas em reunir os agricultores desistiu e resolveu implantar sua experiência por conta própria e sem depender dos agricultores locais. Foi tocando as experiências a partir do nada que sabia, daí o próprio nome “Sítio Utopia”, algo muito mais parecido com sonho e do qual não esperava colher nada de imediato. Lembra que começou em 1992 e só a partir de 1997 alguma “coisinha pouca” foi colhida.

Destacou que a experiência parecia não funcionar em grupo e que só depois que começou a dar frutos, agricultores da área começaram a se aproximar para saber como era, como funcionava e a acreditar que a agricultura ecológica poderia dar algum retorno para a família. Entende-se que Paulinho não havia percebido a sua condição naquele momento da chegada, como um dos filhos herdeiros das terras e querendo propor mudanças na estrutura produtiva, muito bem arranjada durante décadas. Os agricultores não estavam muito interessados em mudanças, pois a monocultura da bananeira dava a certeza da renda e suas técnicas garantiam o sustento das famílias.

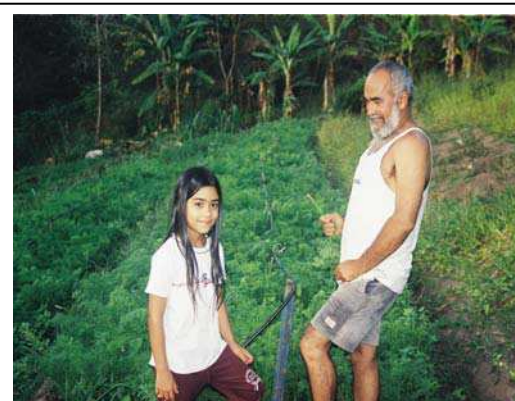
As imagens que seguem são um pequeno demonstrativo dos desenhos agroecológicos conseguidos por Paulinho e que alteraram a imagem do ambiente no Sítio Bacupari, no local em que instalou o Sítio Utopia (Figuras 46, 47, 48, 49, 50 e 51).



### A Utopia agroecológica de Paulinho



Figuras 46 e 47 – André colhendo elicônias e um pé de laranjas *torange*. Alagoa Nova, Sítio Utopia, arquivo do Autor, março de 2002.



Figuras 48 e 49 – Lúcia, Carolina, Paulinha e Paulinho nos canteiros. Alagoa Nova, Sítio Utopia, arquivo do Autor, março de 2002.



Figuras 50 e 51 – Canteiros ecológicos e bananeiras. Alagoa Nova, Sítio Utopia, março de 2002. Arquivo de Paulo Luna.

Outro fato observado foi a lógica da propriedade da terra, pois todos eram apenas moradores e pagam foro anual e, de certa forma, tinham uma independência no que produzir e de que forma produzir. O foro cobrado é de R\$30,00 (trinta reais) por hectare/ano, destacando que cada família utiliza em média três hectares. Com Paulinho por perto e sugerindo mudanças de hábitos, eles viram a figura do patrão e do proprietário da terra.

Paulinho com suas ações, foi estabelecendo novas relações com as famílias de agricultores moradores do Sítio Bacupari. Percebeu as limitações e foi agindo de acordo com as condições apresentadas pelo cotidiano dos moradores. Tornou-se morador e foi viver como vivia a maioria dos agricultores familiares, introduzindo na terra, novas culturas, novas maneiras de trabalhar a terra e a natureza:

Comecei a ver o seguinte, as pessoas trabalham em função de resultados. Não tinha como eu tentar mostrar propostas pra alguém que já queria resultados. O cara estava buscando resultados e eu tentava mostrar propostas. Foi aí que eu pensei que se comesse a andar e as pessoas comessem a ver que aquilo que eu estava fazendo funcionava talvez me acompanhassem. Então, foi exatamente em cima desse lado da história que comecei a fazer algumas coisas. Há uns seis anos atrás o pessoal olhava e perguntava ou dizia: - rapaz, não está vendo que esse negócio não dá certo, vai plantar bananeira que é o que dá, pára com essas folhas, essas verduras, vai plantar bananeira que é o que todo mundo aqui planta. Mas eu seguia exatamente o lado diferente, arrancando as bananeiras em excesso e plantando outras coisas, parecia só de protesto, pela visão de monocultura que o pessoal tinha. Veja que esse pessoal não tinha nada e foi passando de morador sitiante pra um trabalho de monocultura, isso porque todo mundo estava plantando bananeiras. Hoje em dia, eu ainda insisto pra o pessoal plantar diversidade, já consigo ver uns plantando a macaxeira, a batata doce, a laranja, mas ainda é muito restrito.

Observa-se que suas idéias realmente assustaram os agricultores, na medida em que poderia implantar, e a utopia de produzir ecologicamente em um lugar em que a prática era basicamente a monocultura da bananeira. Com o passar do tempo, os agricultores perceberam a importância do que Paulinho estava querendo fazer. Esse choque cultural teve desdobramentos políticos, econômicos e sociais para os agricultores e para o próprio Paulinho, pois uma nova realidade socioambiental passou a existir na área. O contato com outras pessoas, com técnicos, pesquisadores e consumidores perpassa estes novos arranjos locais.

Para os agricultores, era até difícil acreditar em um moço criado na cidade que não entendia nada de agricultura, que queria ensinar para eles novas técnicas para produzir sem



agrotóxicos e alimentos, que eram totalmente desconhecidos na região. Mesmo assim, ele foi em frente e questionado se ainda considerava suas idéias como loucuras, ele respondeu:

Sei que essa minha loucura é a reunião de todas as minhas outras loucuras. Sei que no começo fui muito idealista, e ainda sou, mas no começo eu queria construir um espaço novo, um mundo novo, uma coisa nova. Aí comecei a ver que dentro do que estava fazendo e no espaço em que estava, isso não aconteceria facilmente. Mas, como a idéia inicial era ir pra um lugar tranqüilo, em que eu pudesse viver e fazer algumas coisas sem regras e sem limitações de espaços ia tocando minhas experiências. Um exemplo é a casa que eu queria construir do meu jeito, comecei a produzir não aquilo que dava dinheiro, mas o que me desse prazer e eu pudesse comer. Não queria fazer como os outros, que só produziam bananas, porque eu não vivo só de comer bananas. É claro que tinha certa grana pra começar, as terras da família e o apoio de minha mãe.

Paulinho teve plena consciência dos limites que enfrentou e sabe o quanto o encontro foi importante para a realização dos seus sonhos, ou loucuras, como diz em suas conversas. Sabe que o algo novo proposto aos agricultores pode redimensionar suas vidas e melhorar as condições ambientais locais, mas esbarra na estrutura há décadas instituída pelos próprios agricultores locais que seguiam fielmente as necessidades do mercado, sempre produzindo o que é de interesse dos atravessadores e que técnicos da EMEPA/EMATER já tinham atestado que o ambiente era propício ao cultivo de bananeiras. Eles sabem do lucro certo e não iriam abandonar tudo em função de um estranho, que mesmo sendo dono das terras no momento inicial não lhes dava a garantia que eles já possuíam.

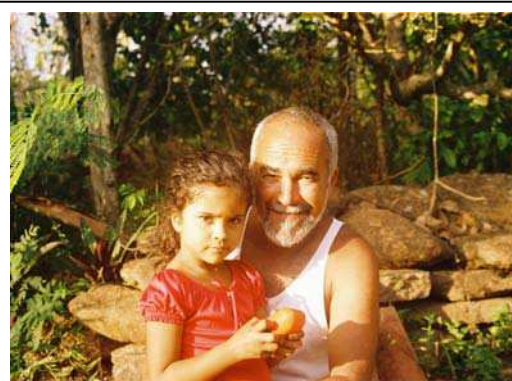
Por outro lado, Paulinho vai misturando aos seus sonhos outros ingredientes e puxando lembrança da construção de sua casa pela memória. Revelou que era uma casa simples, que pertenceu a uma família que quis sair para a cidade e lhe repassou as benfeitorias. A casa atualmente mais parece um “engenho de sonhos”, com grandes cômodos, colunas de tijolos batidos que lembram edificações do século XIX e detalhes alternativos, como vitrais com garrafas de vinho, materiais encontrados no próprio sítio.

As imagens seqüentes demonstram um pouco da constituição utópica propagada por Paulinho (Figura 52, 53, 54, 55, 56 e 57).

### Construção da utopia ativa e ecológica



Figuras 52 e 53 – Placa de identificação do Sítio Utopia e lateral da casa com parreiral. Alagoa Nova, Sítio Utopia, arquivo do Autor, março de 2002.



Figuras 54 e 55 – Estufa para hortaliças e Paulinho com Carolina no colo. Alagoa Nova, Sítio Utopia, arquivo do Autor, 2004.



Figuras 56 e 57 – Colméias de uruçú e Paulinho extraindo mel das abelhas. Alagoa Nova, Sítio Utopia, 2002 e 2004. Arquivo do autor.

A morada de Paulinho remonta um ambiente agradável na encosta de uma serra, que escorre para algumas nascentes do Rio Mamanguape. Sua utopia de construir sítio, casa e família foram constituídas aos poucos, batendo e queimando os próprios tijolos, levantando as colunas e deixando tudo do jeito que projetou em sua mente. Quando alguém chega ao Sítio Utopia pela primeira vez, acha que a casa é uma construção muito antiga, uma peça da história que foi construída pelos senhores de engenho, que ocuparam toda essa região durante séculos. Ele revelou que a casa vem sendo construída aos poucos, em meio aos canteiros e à nova família que constituiu nestes anos:

Lembro que fui morar naquela casa e era pequena, simples. Uma morada que já existia. Mas ficava pensando em subir as paredes, ampliar os espaços, fazer terraços e um mirante para curtir a paisagem de serras e vales do entorno do Sítio Utopia. Aí, junto com Lucinha e Zezinho do Rádio<sup>84</sup>, começamos a bater tijolos, juntar barro e bater tijolos daqueles sem furos. Fui dizendo como queria a casa e queimamos os tijolos e fomos levantando as colunas e as paredes e fazendo a casa. Hoje quando alguém como você chega, acha que é uma casa do começo do século, um engenho, uma casa grande de fazenda. É um espaço rústico, simples, mas cheio de luz, de claridade de ventilação. Eu gosto muito do projeto de casa que fiz. Diria que todo o projeto é arquitetura minha. A casa tem tudo a ver com o Sítio Utopia. Ela é única, mas como você vê, ainda não está construída, ainda falta muita coisa, mas essa é a história da utopia, ela vai sendo construída todos os dias. É assim que eu vejo o Sítio Utopia e mesmo com o limite da grana, a gente vai fazendo aquilo que pode e tentando romper os limites até atingir todos nossos sonhos.

Essa construção da casa é um ótimo exemplo para a idéia de construção da “utopia ativa”. Algo que passou a existir primeiro nos sonhos e desenhos mentais e que foi sendo erguida tijolo por tijolo em uma experiência vivida. Nestes termos, Paulinho apresentou a sua definição de utopia como algo em construção. Estes desenhos, arranjos e relações aqui expostos remetem para a construção territorial da agricultura a partir de enfoques agroecológicos em solo paraibano. Sabe-se que não é nada muito fácil, pois existem muitas contradições ao longo do processo de construção.

Outra questão interessante é o processo de adaptação do próprio Paulinho nessa nova vida. Vê-se que a própria família também vai sendo constituída em meio ao cotidiano e no ir e vir da vida de cada um. O encontro com Lúcia dos Santos (“Lucinha”) e as duas filhas Paula Luna (“Paulinha”) e Carolina Luna. O sítio, a casa, as áreas de produção e o arranjo familiar

---

<sup>84</sup> O Sr. Zezinho do Rádio é morador do Sítio Bacupari. Além de agricultor, é pedreiro e gosta de abelhas.

com a mulher e as filhas foram dando validade às experiências desenvolvidas por Paulinho, pois agora ele não está só em seus sonhos e é preciso garantir o sustento da família, tocar uma vida aparentemente comum, mas que todos conhecem muito bem na região.

### **6.3 Os desenhos da produção agroecológica do Sítio Utopia**

O interesse em investigar os aspectos empresariais do Sítio Utopia e de como Paulinho estrutura sua unidade produtiva dentro do Sítio Bacupari, rodeado de moradores por todos os lados, foi uma das preocupações da pesquisa, pois sua produção apresenta-se como um novo desenho, em que a produção é eminentemente ecológica, mas seu fim é predominantemente comercial.

Ele contou que no começo tinha duas alternativas: partir para o lado capitalista de ganhar dinheiro e depois fazer isso tudo que fez ou fazer uma coisa meio mambembe e começaria do zero. Lembrou quando foi ao encontro das comunidades alternativas na Serra do Pacará (Espírito Santo/ES), ficou achando que, quando chegasse ao sítio, e se não tivesse um espaço, não teria problema, pois sabia que todos já estavam arranjados na terra do Sítio Bacupari.

Revelou que, ao chegar, teve que ficar em um outro sítio fora da propriedade, na casa de um morador. Com o tempo, foi conversando com um e com outro até reunir as famílias e falar de suas propostas e que a intenção não era perturbar ninguém, mas apenas diversificar a produção, criando um universo novo de produção nova e alternativa para todo mundo. Lembrou que ninguém deu muita importância para suas idéias.

Paulinho, ao pegar um pedaço de terra de um agricultor que queria sair e negociar as benfeitorias que havia implantado começou a plantar variedades de pimenta, alface e outras hortaliças. Enquanto todo mundo só plantava uma variedade de banana (pacovan), passou a plantar banana prata, ouro, roxa, maçã, comprida e sapo, valorizando a diversidade. Indagado sobre a comercialização dos seus produtos contou esta história:

Uma vez eu estava conversando com Osmar da casa do agricultor, em Campina Grande e ele me fez essa mesma pergunta. Ele queria saber o quanto era vendável do que eu plantava, aí respondi que uns trinta (30%) por cento. Aí ele ficou rindo da minha cara, disse que eu pirei e que agricultor idealista é doido. Ficou curtindo da minha cara, eu fiquei só rindo da história. Eu respondi pra ele que se 30% era vendável, os outros 70% me supria um monte de necessidades e coisas que eu teria que comprar era assim que eu pensava e ainda acho que tenho razão. Outro dia encontrei com ele novamente, aí ele perguntou como ia o sítio. Aí eu disse pra ele que aqueles 30% haviam aumentado para uns 70%. Ou seja, aquilo que eu produzia que achava que não era vendável, era porque eu ainda não havia encontrado o mercado. Foi assim que eu descobri que nesse sistema, qualquer coisa que você produza é vendável, falta só você descobrir a quem e com que tipo de qualidade você quer vender. Nisso fui vendo que se no começo não ganhava, com o tempo fui aprendendo e comecei a ver que era possível levar um pouco do que produzia para a feira do Parque do Povo em Campina Grande.

As relações de Paulinho são reveladas em sua fala, pois Osmar, enquanto comerciante de ferramentas, sementes e utensílios para o trabalho no campo, representa um dos interlocutores da rede que Paulinho vai tecendo na cidade de Campina Grande. A posição de Paulinho é de que a agroecologia tanto pode ser uma alternativa ao capitalismo, quanto pode ser uma nova alternativa do próprio sistema, que vai incorporando as experiências dos agricultores e seus mediadores.

Contou que o ganho com a venda dos produtos ecológicos fez com que ele continuasse com as experiências do Sítio Utopia. A venda dos produtos, por volta de 1997, passou a representar o momento da viabilidade econômica do seu trabalho. Neste sentido, passou a vender diretamente, ganhando a dimensão do retorno financeiro e foi então diversificando a produção. Paulinho descobriu que, nesse universo da agricultura ecológica, pode diversificar o máximo possível, pois a diversidade é um dos princípios da natureza.

Por outro lado, a diversificação o aproxima ainda mais do mercado, ficando claro que também é um dos princípios do capitalismo. Essa linha de raciocínio serve como uma crítica a alguns agricultores familiares locais, limitados ao cultivo de cinco ou seis culturas, crítica que atinge os mediadores técnicos que sugerem aos agricultores estas práticas limitadas a produzir com pouca diversidade:

Comecei a ver o seguinte. Se eu tivesse só banana como é que eu sozinho faria uma feira como a que faço hoje. E não existiria a beleza que existe em meu sítio, tudo viraria rotina e não aconteceria, porque o que atrai no sítio é que em cada lugar que você chega, você encontra uma coisa diferente. Uma

vez eu falei para um amigo que me visitava que se ele viesse duas vezes aqui e encontrasse duas coisas iguais estava errado, pois a gente chega e sempre encontra uma coisa diferente. Pra mim, o Sítio Utopia é sempre uma coisa mutável e vai ser sempre uma coisa mutável, sempre, sempre, sempre. Tanto numa fruteira que morreu aqui e outra que foi plantada, quanto à diversidade das coisas que você pode encontrar no sítio. Eu vejo esse espaço como um elemento vivo e em movimento e com a liberdade de fazer com os pequenos toques apenas pra equilibrar nossos interesses de uma diversidade ainda maior.

Em sua fala, nota-se o envolvimento da produção com os princípios agroecológicos, pois a preocupação com a biodiversidade é um dos focos desse tipo de agricultura. A idéia de que a agroecologia pode ser uma alternativa ao capitalismo, não se confirma em sua fala. Pois, a preocupação econômica de garantia da renda e segurança dos produtores ecológicos, depende dos variados tipos de cultivos, quanto maior a diversidade, maiores as chances dos agricultores escaparem das oscilações do mercado e na pior das hipóteses terão como sustentar a própria família.

Neste sentido, ele fez algumas críticas às experiências em áreas de assentamento do INCRA e locais assistidos pela EMATER, pois considerou que estes órgãos orientam os agricultores a trabalhar com duas ou três culturas. Estes terminam produzindo só alguns produtos que o mercado absorve, terminam totalmente reféns do sistema capitalista. Disse que um agricultor que produz cinco ou seis produtos diferentes, não consegue nem alimentar a família direito.

Paulinho diferencia-se do agricultor familiar que é tocado pela agroecologia mediada na região, pois ao colocar-se como produtor ecológico, considera-se autônomo e capaz de atender um mercado que exige maior diversidade:

Veja que enquanto a gente conversa aqui na praça, meu banco sozinho dá conta de atender o interesse de várias pessoas. Veja que já são mais de vinte horas, em plena noite, e as pessoas vem ver, querer saber como se come brócolis, rúcula, espinafre, esses outros tipos de alfaces que não são conhecidos. Aí tem o rabanete, a acelga e tantos outros alimentos que despertam a curiosidade e o interesse das pessoas que passam pela praça. Sem falar nos que já são conhecidos. Aqui eu trago a cenoura com as folhas, a beterraba com as folhas, e tantos outros alimentos que de tão verdinhos, todo mundo quer conhecer. Tem gente que se admira com a mostarda lisa, a mostarda crespa, porque só conhecia a mostarda industrializada. Eu tenho mostarda em folhas. Digo a você que não é uma coisa simples, é uma experiência que venho tentando desenvolver em mais de dez anos, pra chegar aqui e ter tudo isso, sem precisar recorrer ao que as pessoas chamam de agricultura moderna. Mesmo assim, hoje em dia as pessoas querem

comodidade. Um exemplo é ir ao supermercado. Eu vejo que o forte dos supermercados é exatamente a diversidade de produtos, do pneu do carro ao prego e a verdura que ele precisa todos os dias. Lá tem de um tudo. Vejo que nas áreas de assentamento o pessoal produz restritamente, de forma que o agricultor fica dependente de cinco ou seis produtos, e todos produzindo a mesma coisa. Se der uma 'zebra', o cara fica desprotegido.

Paulinho percebeu que seu modelo funciona de acordo com a lógica do mercado, prezando pela diversidade de produtos e sempre atraindo uma quantidade maior de clientes que terminam lhe comprando todos os produtos dos quais necessitam. Essa compreensão reforçou sua idéia de produzir o máximo de variedades possíveis, e nesse jogo, ele tanto respeita os princípios do meio ambiente, quanto às necessidades dos seus clientes ou consumidores.

Em relação aos seus preços e aos preços do mercado, ponderou dizendo que em relação ao mercado, para a queda de preço lhe derrubar é preciso um descontrole em que os preços afetem de trinta a quarenta produtos de uma só vez. Para ele, o mercado fica numa balança de preços que sobem e descem, mas que ele mantém todos seus preços regulares e justos, e não entra nesse vai e vem. Em mais de três anos, não mudou a tabela de preços, com uma ou outra alteração mínima. Sua lógica é a de que o mercado tem suas especificidades e que os agricultores precisam entender essa dinâmica para não cair nas armadilhas do sistema capitalista.

Ao comparar seus preços com os das feiras, supermercados e sacolões, ele percebeu que, nestes locais, os preços estão sempre mudando e permanecem muito elevados. Ele argumentou que não frequenta esses lugares para saber dos preços porque são todos viciados. Acredita que seu preço é compatível com o que ele produz e prefere não ficar dependendo dessa oscilação de preços do mercado. Trabalha com a idéia de manter um preço justo e tenta aumentar a produção. Ele considera que dessa maneira consegue se defender do mercado.

Paulinho vive procurando inovações e sempre que consegue uma planta ou semente diferente vai introduzindo no sítio. Em 2001, iniciou a experimentação para produzir um consórcio de café com bananeira. Além dos pés de café, plantou cupuaçu, cajá, cacau, todos trazidos de lugares diferentes. Ele argumentou que a idéia é fazer um sítio bonito de ver e viver, mas também um espaço de experiências, usando o sítio em termos da diversidade de experimentos, de equilíbrio ecológico e tudo o que gere a conservação da natureza.

Em Alagoa Nova, ele é um dos pioneiros na experiência em diversidade com agricultura ecológica. Lembrou que, ao conhecer Seu Guimarães<sup>85</sup> de Lagoa Seca, passou a trocar algumas experiências com ele e que hoje já são dezenas de famílias envolvidas com a agricultura ecológica. Reconheceu que sua experiência ainda é muito limitada e que muita coisa ainda funciona fora desse esquema e que a bananeira ainda é o mais forte, mas considera sua experiência positiva, pois vários agricultores já estão produzindo do jeito ecológico e muitos só acreditaram depois que o sítio estava dando frutos. Perguntado sobre o uso de agrotóxicos, ele respondeu:

Nunca trabalhei com agrotóxicos, até porque esse não é meu interesse, e, como não tinha tradição na produção agrícola, quando comecei já estava com a ideologia de produzir o mais natural possível. Essa coisa de encontro de sociedade alternativa me levou às práticas de agricultura ecológica, até porque eu pensava em meu consumo e bem estar. O lance de produzir para além do consumo foi um processo lento e que aconteceu não como primeira intenção, nem como fim único e ainda hoje é assim. Tenho o maior respeito pelos meus consumidores, até porque nossa relação é de afinidade, de interesse, de preocupação com a saúde. Você é um consumidor das minhas verduras já faz mais de dois anos, lembro que você era um dos que ia buscar verdura em Pernambuco. Vocês são meus selos de qualidade, se sentem bem com os alimentos, indicam novos consumidores, discutem a importância desse tipo de atividade, não apenas como um negócio do toma lá dá cá. Existe seriedade e preocupação, isso é o que importa. É nesse grupo de afinidade que acredito e estas experiências são resultados de anos com trocas de experiências e sonhos que alimento todos os dias. Sei que nunca vou atingir o ideal do Sítio Utopia, é por isso que se chama Sítio Utopia.

Falando sobre sua rede de relações, refere-se à origem e a dimensão do nome do sítio como algo distante de ser alcançado plenamente. No encontro da Serra do Pacaraó e discutindo sobre sociedade alternativa, devem ter falado de utopias, de sonhos, de transformações da sociedade e como ele foi tocado pela experiência e no caso dos agrotóxicos, em nenhum momento poderia incluir em seu sonho o que provavelmente as pessoas do encontro da Serra do Pacaraó combatiam.

Paulinho considera-se puro em sua experiência, pois nunca havia produzido com agrotóxicos e o que veio implantar é uma nova experiência que quebra com a lógica das monoculturas e dos cultivos envenenados. Sua experiência aponta para a construção de um

---

<sup>85</sup> O Sr. Guimarães é também um dos primeiros produtores ecológicos da área. O Sítio Oiti também demonstra uma grande variedade de produtos e ele atua principalmente da cidade de Campina Grande. Eles seguem experiências muito parecidas, além de fazer parcerias com Paulinho na complementação de produtos para João Pessoa.



novo território, em que os produtores abandonam o uso dos agrotóxicos, apostam na diversidade e em um mercado de produtos ecológicos.

Paulinho reconheceu que já existe, mesmo que forma limitada ou restrita, alguns agricultores ecológicos na região, mas considerou que ainda são muito dependentes das entidades que os apóiam nas experiências. Afirmou que, caso estas organizações parem de apoiar as experiências, muitos agricultores correm o risco de retornar ao uso dos venenos. Até porque eles conhecem a facilidade dos agrotóxicos e as de produção, pois muitos já trabalharam com estes produtos químicos. Acredita que como nunca trabalhou e começou sozinho, já produz de forma auto-suficiente e diversificada e tem como garantir a natureza dos seus produtos:

Lembro que uma vez um grupo de agrônomos foi em dezoito municípios da região, coletando amostras das experiências de agricultura ecológica, passaram por vinte e sete propriedades. Quando passaram pelo Sítio Utopia, descobriram que em um único espaço, conseguiram o dobro dos produtos já conseguidos. É isso que chamo de auto-suficiência, autonomia e diversidade. E meu sítio sempre esteve e está aberto pra quem quiser conhecer as experiências. Eu vejo que existem organizações financiando experiências de agricultores, aqui toco sozinho as experiências, mas, se tiver alguma entidade interessada em financiar experiências comigo, estou à disposição. Não posso negar todo o apoio que minha mãe dá, ela é minha “*mãetrocinadora*” (risos), sempre me deu a maior força, sempre apostou em minhas utopias.

A colocação feita por Paulinho sobre este aspecto reforça a idéia da construção de um território de agricultores a partir dos enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo da Paraíba, mas, como alertado no começo da pesquisa, este território é marcado por contradições e diferenciações que quebram qualquer idéia de homogeneidade. Nas colocações de Paulinho, aparece um nítido conflito de encaminhamentos das ações agroecológicas. É claro que tudo precisa de um começo, mas é preciso uma caminhada, um histórico de vida da propriedade.

Paulinho reconheceu que não é o único a produzir ecologicamente na região, mas seu sítio encontra-se aberto a qualquer um que queira ver o que é um trabalho baseado num conjunto de idéias e princípios ambientais que foi adquirindo e colocando em prática lentamente. Afirmou que, caso alguém queira fazer uma análise do seu sítio e do que está produzindo, está a disposição, até porque isso lhe certifica ainda mais, passando assim para seus consumidores uma maior segurança.

Outra questão importante para refletir nessa construção territorial dos agricultores de enfoques agroecológicos passa pela certificação dos produtos, uma atividade cara e que não é compatibilizada com as condições sócio-econômicas da agricultura ecológica no Agreste/Brejo paraibano. Indagado sobre essa questão Paulinho respondeu que:

Acho que a certificação é muito importante, mas do jeito que é colocada pelos órgãos certificadores nenhum agricultor pode cumprir. Pra você ter uma idéia, hoje a certificação de uma pequena área ultrapassa os cinco mil reais, isso dependendo do produto. Imagino que se tivesse essa grana sobrando iria investir no Sítio pra melhor atender aos consumidores. A única forma de certificação que tenho é a confiança dos meus consumidores, os amigos da agronomia como o professor Vicente da UFPB, Juarez, Joaquim e outros que levam minhas amostras de solo para analisar e me ajudam na produção de biofertilizantes, adubos verdes, controle de insetos, combate a fungos com receitas caseiras e orgânicas. Sempre faço troca de receitas com Guimarães e outros agricultores da região, leio em revistas, pesquiso na internet e tudo mais. Fui criando as bases orgânicas que hoje forma o Sítio Utopia. Os consumidores sempre que podem me visitam e trazem os amigos que passaram a consumir verduras orgânicas do Sítio Utopia. Hoje muitos chegam aqui pra visitar o Sítio, trocar idéias e isso é a certificação que me interessa, a confiança das pessoas que partilham desse ideal que acontece todos os dias.

Sua resposta é convincente, pois os institutos de biodinâmica e os certificadores para os produtos ecológicos brasileiros ainda não entenderam a importância da agroecologia atrelada aos agricultores familiares descapitalizados, ou a produtores agroecológicos minifundiários. Infelizmente, a certificação de produtos ecológicos no Brasil só atinge os produtores orgânicos capitalizados e que seguem uma produção estritamente voltada para a exportação e para as grandes redes de supermercados. Esta é uma dificuldade encontrada em toda a área de pesquisa, de forma que os argumentos de Paulinho ganham um sentido de certificação a partir dos próprios consumidores e de uma rede de confiança que só entende os que estejam realmente envolvidos como consumidores responsáveis e produtores conscientes.

Paulinho começou a vender em escala comercial a partir de 1997, quando passou a freqüentar a feira do Parque do Povo na cidade de Campina Grande, mas sua idéia era de entregar cestas prontas. Essa idéia de cestas, veio desde São Paulo, produzir uma quantidade e diversidade de hortaliças e entregar de acordo com o pedido das pessoas, como faz hoje. A sua idéia era entregar uma cesta com o maior número possível de verdura. Para viabilizar isso, ele teria que ter uma produção muito diversificada. Como não tinha muito capital, demorou a inserir-se no mercado.

Lembrou que ao chegar à área que seria o Sítio Utopia, só tinha um sofá-cama, um lampião a gás, uma rede e um fogãozinho de duas bocas. Nesse período, sua mãe ajudou muito. Na hora dos apertos, a “mãetrocinadora” lhe socorria. Lembrou que para fazer as primeiras entregas, ela financiou uma pampa (automóvel com cabine-carroceria). Mas produzir e vender de forma mais sistematizada, só quando seus produtos foram reconhecidos por outras pessoas e quando começou a trazer grupos para conhecer o sítio e levar amostras para os amigos na cidade.

As estratégias de produção e comercialização dos produtos foram construídas a partir das suas próprias vivências e a reconhecida limitação em manejar com agricultura. Revelou que, no início, o que estava propondo fazer era novidade para muitos agricultores da região, mas depois que havia engatilhado os canteiros, instalado um local para as mudas, implantado um sistema de irrigação com micro-aspersão, tanque para biofertilizante, compostagem, entre outras experiências, começou a trocar experiência com outros agricultores e técnicos da região:

Eu lembro que, de 1998 para 1999, consegui reunir mais de sessenta pessoas no sítio pra discutir produção orgânica, produção de humos de minhocas e outras técnicas. Esse foi um dia especial de campo. Depois fizemos um outro encontro na escola agrícola de Lagoa Seca, onde falei um pouco das experiências. A partir daí, iniciamos os dias de campo, onde trocamos experiências com outros produtores que foram aderindo aos produtos orgânicos. Além disso, já organizamos diversas visitas de consumidores, pesquisadores da universidade, pessoas interessadas em agricultura ecológica. Sei que o Sítio Utopia vai estar sempre aberto para pessoas sérias. Essa é a minha ideologia, sempre trabalhei nessa linha e em momento algum tive dúvidas do que estou fazendo. É uma questão de ideologia, essa é a minha história de vida, jamais iria fazer uma coisa que não achasse interessante. Quando alguém, num debate ou palestra, questiona a possibilidade de eu usar ou não usar veneno, eu digo que é simples, nunca usei e nunca usarei, porque o meu objetivo é exatamente não usar, e contestar quem usa, sou contra essa dependência do homem do campo, até por que eu não era agricultor quando a ideologia do veneno não era contestada. Fiquei sabendo do mal que o veneno provoca antes mesmo de trabalhar com a agroecologia. Gosto de dizer que já entrei na produção agrícola convertido para a nova agricultura, que preza pela qualidade de vida das pessoas e saúde da terra. Hoje posso dizer que já comecei puro e com outra ideologia, esse é meu princípio.

A ação de Paulinho revelou uma outra rede de relações que não foi mediada pela AS-PTA ou Pólo Sindical da Borborema. Um novo desenho, também parecido com o dos mediadores, mas feito por um produtor ecológico, preocupado também com a socialização dos

saberes, buscando parcerias, estabelecendo contatos e abrindo suas experimentações para que outros atores sociais reconheçam e aprendam com elas.

Estes desenhos propostos por Paulinho, tiveram a participação de entidades como a UFPB, EMATER/PB, SEBRAE, Banco do Nordeste, Prefeitura de Alagoa Nova, entre outros e contou com a participação de estudantes, professores e consumidores dos seus produtos ecológicos. Fazendo uma retrospectiva dos desenhos, arranjos e relações estabelecidos por Paulinho, a partir do Sítio Utopia, têm-se:

- **2001 – Primeiro dia de campo sobre Agricultura Orgânica**

Este evento ocorreu nos dias 28 e 29 de novembro de 2001. Envolvendo atividades na cidade de Alagoa Nova, como o *AgroFest* e atividades práticas nas dependências do Sítio Utopia. Contou com a participação de várias entidades como Sebrae, UFPB, Emater-PB, Banco do Brasil e do Nordeste, entre outras. Mais de cinquenta (50) pessoas puderam participar das atividades de campo, aprendendo as várias técnicas para produzir ecologicamente. Neste período, Paulinho deu uma entrevista para o caderno de agronegócio do Jornal da Paraíba (15 de setembro de 2001, p 04), falando da rentabilidade com os cultivos ecologicamente sustentáveis.

- **2002 – Cursos Saúde através da alimentação e agricultura**

Toda a parte prática do curso foi realizada no Sítio Utopia em parceria com o MDA/INCRA, UFPB e Associação de Trabalhadores Rurais do Conde. As técnicas foram ligadas à produção de biofertilizantes, formas de preparação e métodos de aplicação.

- **2003 – Participações de encontro sobre agricultura orgânica/ Pacto Zona da Mata**

Esse evento ocorreu em 28 de maio de 2003, em Rio Tinto PB. Paulinho foi falar sobre a importância da Agricultura ecológica para essa região litorânea. Foi um evento que contou com a participação de várias entidades, como INCRA, SEBRAE, UFPB, Banco do Brasil e EMATER-PB. Teve a participação de vários representantes de áreas de assentamentos e de agricultores familiares da região. Sobre sua ação, foi publicada uma matéria no jornal o Correio da Paraíba (22 de novembro de 2003, p. A-12), enfocando os alimentos ecológicos e sua importância para a saúde, a partir da experiência desenvolvida pelo Sítio Utopia.

- **2004 – Primeira Jornada Técnica sobre Agricultura Orgânica**

Esta foi talvez a mais importante ação de “observação participante”, pois Paulinho convidou este pesquisador para participar da organização dessa Primeira Jornada Técnica sobre Agricultura, em dezembro de 2004, foram estabelecidas seis estações de estudo da agricultura ecológica em diferentes pontos do sítio, entre elas, apicultura e meliponicultura, bio-fertilizantes, compostagem, manejo orgânico de culturas, agrofloresta e preservação ambiental. Neste evento, compareceram mais de quinhentas pessoas, entre agricultores, estudantes, professores, pesquisadores e principalmente os consumidores ecológicos envolvidos nos desenhos, arranjos e relações estabelecidos por Paulinho, tanto de Campina Grande, quanto de João Pessoa.

- **2005 – Visitas, projeto de associações, resultado com as abelhas uruçú**

No ano de 2005, aconteceram muitas visitas de campo ao Sítio Utopia, entre elas, três reuniões na tentativa de organização de uma Associação dos Agricultores e Consumidores Orgânicos da Paraíba. Outra importante ação foi à organização da AMANA – Associação de Meliponicultores e Apicultores de Alagoa Nova e Adjacências. A entidade foi fundada oficialmente, em janeiro de 2006, e consolidou enquanto presidente Paulo Luna Freire (Paulinho) do Sítio Utopia. Isso reflete a importância do seu sítio na criação das abelhas sem ferrão e sua importância para o meio ambiente e para a economia ecológica local.

Durante o ano de 2006, Paulinho passou a investir em projetos de chiqueiros para a criação de galinhas caipiras e ampliação da cozinha de sua casa, com a construção de pequena indústria rural para beneficiamento de frutas cristalizadas, produção de doces e pães integrais, além da realização de cursos para agregação de valores aos produtos agroecológicos do Sítio Utopia.

Estas e outras experiências, quando estão abertas para que outros agricultores possam ter acesso ao conhecimento e técnicas adotadas, reforçam a idéia na qual o território dos agricultores e dos produtores de enfoques agroecológicos esteja efetivando-se na região pesquisada. Outro elemento interessante nos vários desenhos, apresentados por Paulinho em sua construção utópica, passa pela busca de alternativas econômicas, de conhecimento e de divulgação de suas experimentações.

Paulinho constrói um campo de arranjos e relações para suprir a falta de apoios de outros mediadores que atuam na região, mas não acompanharam suas experiências de perto. Estes são elementos típicos de configurações territoriais e que a ecologia política permitiu entender. Ele conseguiu a articulação de novas redes de relações e envolveu ao seu projeto de utopia outros mediadores e órgãos de ação e fomentos econômicos e políticos. Em meio aos seus vários eventos, é importante entender a constituição da sua rede de consumidores:

Lembro muito bem que comecei com seis cestas de pedidos: Você e Francisca de Sousa, Luciano, Irene, Cidinha e Gabriel, mais o pedido do Restaurante Oca. Acho que no começo era um crescimento aritmético. Hoje o crescimento é geométrico. Tanto é que toda semana aparecem novos pedidos, são novas cestas por semana. No geral, tenho observado um maior interesse por esse tipo de produtos. Para João Pessoa, toda terça-feira, estou levando 47 pedidos, além de verdura que levo para complementar os pedidos ou para as pessoas que não conseguiram fazer pedido e preferem escolher na hora. Tenho mais 26 cestas que entrego no Retão de Manaíra (lojinha de produtos naturais). Entrego mais 13 cestas no Govinda e 12 cestas no Trampolim (espaço de hidroginástica). Isso sem falar do pedido dos Restaurantes: Oca, Govinda, Flor de Lótus e da escola de hidroginástica Trampolim. Na frente do Restaurante Oca, monto uma tenda e atendo em média de 50 a 70 pessoas que vão comprando na hora da entrega das cestas. Posso dizer que juntando tudo, tenho mais de 150 entregas com vendas diretas, só em João Pessoa. Sem incluir os pedidos dos restaurantes que geralmente são grandes por atender muitos consumidores. Sei que estas cestas variam de consumidor para consumidor. Como minha variedade de verduras é muito grande, além das outras coisas, como frutas, raízes e legumes, vejo todos satisfeitos com o Sítio Utopia. Parece uma utopia, consumidores de verduras orgânicas em pleno século XXI.

Para ele, essa experiência de João Pessoa é impar, porque construiu novas relações com os consumidores. Outro aspecto que reforça sua experiência é ter arranjado um grupo de consumidores que passaram a fazer os pedidos com regularidade, reconhecendo os limites da produção e confiando na atividade ecológica do produtor. Além de João Pessoa, também vende para Campina Grande. Lá, participa da feirinha da UFCG, juntamente com outros agricultores da região; participa também da Feira do Parque do Povo. Aos sábados, Paulinho instalou um ponto comercial no centro de Alagoa Nova e vende seus produtos na cidade. Ele ressaltou que lá o consumo é pequeno, pois as pessoas não estão acostumadas aos tipos de hortaliças oferecidos, mesmo assim espera formar um novo tipo de consumidor local.

Para atender o crescente número de consumidores, Paulinho precisa complementar os pedidos com hortaliças de outros sítios dos seus parceiros como Seu Guimarães, Seu João

Alves (“Alvinho”) e Seu Antônio Oliveira (“Oliveira”) geralmente agrião, espinafre, berinjela, acelga, hortelã e outras folhas. Quando seus canteiros estão fracos, reveza com os dos parceiros e assim consegue manter a quantidade de verduras para cada semana. Outra preocupação de Paulinho é com a diversidade em suas entregas, pois faz questão de entregar as frutas de época, que podem ser laranja cravo, laranja comum, acerola, limão, caju, jaca, manga, pitomba, cana caiana, amora, jabuticaba, araçá, goiaba. Tudo que tem no sítio e que pode ser vendável, ele leva para a feirinha e inclui no pedido dos clientes. Quando tem estas frutas é uma festa.

Paulinho lembrou que o bom das parcerias é que quando não consegue produzir de um lado, os amigos produzem e entregam na confiança. O que mais gosta é que um vai cobrindo o outro. Quando sua alface é pouca, liga para Oliveira e se ele tiver já leva a alface dele. Se o espinafre ainda não ficou no ponto, liga para Alvinho e leva o dele. Quando ninguém tem, os consumidores entendem. Contou que o mais difícil de produzir é o tomate, mas sempre que consegue colher leva um pouquinho para cada consumidor e assim vai tocando a produção entre alegrias e dificuldade.

Estes são apenas alguns aspectos vivenciados pelas experiências que Paulinho demonstrou ao longo de sua experiência de agricultor ecológico, revelando importantes relações estabelecidas com os outros agricultores nos quais confia e os quais também confiam em seu trabalho de distribuir a produção para além de Campina Grande. Essa rede estende-se até João Pessoa, onde cria várias ramificações em vários pontos de entrega dos produtos nos restaurantes.

Outra importante rede é construída a partir dos endereços eletrônicos. Paulinho percebeu também que poderia atingir um maior número de consumidores caso conseguisse estabelecer contatos através de e-mail, pela internet. Através de um sobrinho chamado Vicente de Luna (“Vicentinho”)<sup>86</sup>, envolvido com a internet, conseguiu criar um e-mail e uma página para o Sítio Utopia. Vicentinho estudava na cidade de João Pessoa e recebia os e-mails, que repassava para Paulinho por telefone<sup>87</sup>. Como eles já tinham um monte de material e fotografias do sítio, foi aí que surgiu a página <http://www.Sítio.utopia.nom.br>.

---

<sup>86</sup> Vicentinho fez boa parte da cobertura fotográfica que acompanha a tese.

<sup>87</sup> O E-mail: [Sítioutopia@uol.com.br](mailto:Sítioutopia@uol.com.br)

A observação em relação ao conjunto de arranjos estabelecidos pelo Sítio Utopia é uma mistura de sonho, ideal e prática (utopia ativa), inclusive virtuais, que Paulinho realiza. Ele chegou a afirmar em uma das conversas que nem sonhava que esse novo mundo iria acontecer com sua vida nestes últimos anos. Foram acontecendo enquanto resultado das várias “sementes plantadas” ao longo de sua trajetória.

Este desenho da virtualidade é a única experiência observada em toda a área de pesquisa e com certeza fortalece-se a partir do momento que Paulinho começa a perceber que seus clientes estavam sempre falando de internet e de páginas sobre agricultura orgânica, sobre agroecologia. Ele entendeu que já possuía material suficiente para criar sua própria página. Segundo ele, não expõe na internet nem um terço das experiências acumuladas no Sítio Utopia. Ele sempre argumenta que essa “não é sua praia” e que Vicentinho nem sempre faz o que ele pede, mas quer arranjar um tempo para também aprofundar estas questões.

Muitas foram as experiências apresentadas por Paulinho em sua trajetória de vida. Primeiro, vale observar que, no Sítio Utopia, pelo próprio nome e idéias, sofreu uma forte influência dos movimentos alternativos da década de 1970/80 e que ganharam uma dimensão experimental na década de 1990. Observa-se que a sociedade alternativa e a lógica da contracultura de crítica da sociedade de consumo não ficou apenas no rock, jeans e contestação social.

As preocupações ambientais, preservação da natureza, alimentos saudáveis e outras ações são as novas experiências adotadas. O próprio Paulinho dizia-se meio perdido, dentro da lógica urbana, e apresentava-se atraído pela aventura de conhecer o mundo americano por dentro. Como é uma pessoa extremamente comunicativa, ao partilhar seus sonhos e vontades cotidianas com os amigos, com os familiares e, nesse processo de conversar, foi atraído pelo chamado da mãe e pelo “chamado da terra”. O próprio contato com a natureza (Serra da Cantareira), em plena “selva de pedras” paulistana ou a Serra do Pacaraó, no Estado do Espírito Santo, a aproximação com artistas ou figuras exóticas do mundo macrobiótico, lhe levaram ao encontro, onde fez contato com uma utopia ativa e com o sonho de práticas agroecológicas em seu sítio de utopias.

Detalhes pequenos mudaram completamente a trajetória de vida de Paulinho. O “canto de sereia” da sua mãe, o retorno ao lugar dos seus pais e muitas idéias, que para ele eram no



mínimo maluquice lhes reaproximou de suas origens. Da sua história da vida, é possível ouvir várias vezes em fragmentos de conversas, entre os canteiros de hortaliças, sentados em uma calçada alta, ou caminhando pelo sítio, a experiência de vida e as dificuldades encontradas.

Uma teia ou emaranhado de tempos, espaços e vidas foram todos permeados pelo sonho instilado nas vivências de cada um. Acredita-se que, no encontro do qual teve oportunidade de participar, deve ter ouvido e observado as experiências de muitas pessoas, seus lugares, suas vidas, suas produções. À medida que foi passando por esta experiência teórica da experiência vivida pelos outros, foi construindo um sonho, uma utopia em sítio que poderia ser a redenção para um monte de gente.

Em sua fala, aparece esse ar idealista, sonhador de realizações, pensador de mundos distantes, foi introduzindo, na mente, os passos para ficar no Brasil e para voltar a terras paraibanas e aí somar suas loucuras. Diferente de todas as outras trajetórias de vida observadas ao longo da pesquisa, a experiência vivida por Paulinho foi selecionada enquanto situação ideal das experiências agroecológicas em território paraibano. Não como homogeneidade, pois existem muitas contradições sendo perpassadas pelas experiências, mas enquanto caso que serve como ponto de partida para as reflexões e análises de uma utopia cada vez mais planetária.

Não existia uma clareza em relação ao futuro, nem certezas no caminhar. Sua história parece um pouco com a idéia de querer dar sentidos para a existência, assim, no retorno para casa, teve que levantar suas próprias paredes, rascunhar seus próprios projetos de vida e no campo da realidade, compartilhar dificuldades e superar obstáculos. Em visitas ao Sítio Utopia pela primeira vez, três coisas saltaram aos olhos:

A primeira em relação à paisagem entrecortada por serras e vales de riachos, um pedaço da terra, marcado pela idéia de distância e imensidão entre céu e terra; a segunda em relação à diversidade de coisas encontradas em cada canto do sítio e que, depois de comparadas com imagens fotográficas do começo, demonstra muitas diferenças e; a terceira ligada à idéia de coragem em tocar certa experiência, como colocar em prática sonhos de produzir agricultura ecológica. No Sítio Utopia, encontra-se uma “feira agroecológica” com tantos ingredientes que o modelo pode ser efetivamente auto-sustentável. A diversidade é uma das principais marcas dos experimentos.

## **7. AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS E OS CONSUMIDORES ECOLÓGICOS**

As feiras agroecológicas são novos arranjos, estabelecidos a partir de três agrupamentos sociais: os agricultores familiares ecológicos, os mediadores técnicos e políticos, e os consumidores ecológicos. Estes arranjos não eliminam todo o conjunto de relações existentes nas tradicionais feiras da região. O que diferencia as feiras agroecológicas das não-ecológicas é que as primeiras são colocadas enquanto desenhos apartados das feiras tradicionais.

Nas feiras agroecológicas, os pontos de comunicação constituem-se como redes de relações que estão focadas tanto nos agricultores feirantes, quanto nos produtos livres de agrotóxicos e produzidos a partir de preocupações agroecossistêmicas. Neste contexto, os atores envolvidos têm múltiplas posições nas redes.

Os mediadores tanto interferem nas tecnologias alternativas para a produção agroecológica dos produtos, quanto atuam na organização das feiras agroecológicas, articulando espaços, gerando materiais de divulgação e até subsidiando parte da produção. Muitos mediadores também assumem o papel de consumidores ecológicos. Os consumidores ecológicos urbanos podem ser clientes, pesquisadores ou divulgadores das experiências dos agricultores familiares agroecológicos.

Os desenhos, arranjos e relações sociais, instituídos nas feiras agroecológicas, são importantes elementos para a análise, em especial quando a agroecologia é percebida dentro do mercado local. As feiras agroecológicas foram consideradas como ambientes de novos enfoques territoriais, pois as mesmas encontram-se definidas nas cidades de Lagoa Seca, Esperança, Remígio, Campina Grande, Cajazeiras, Aparecida e João Pessoa. São identificadas

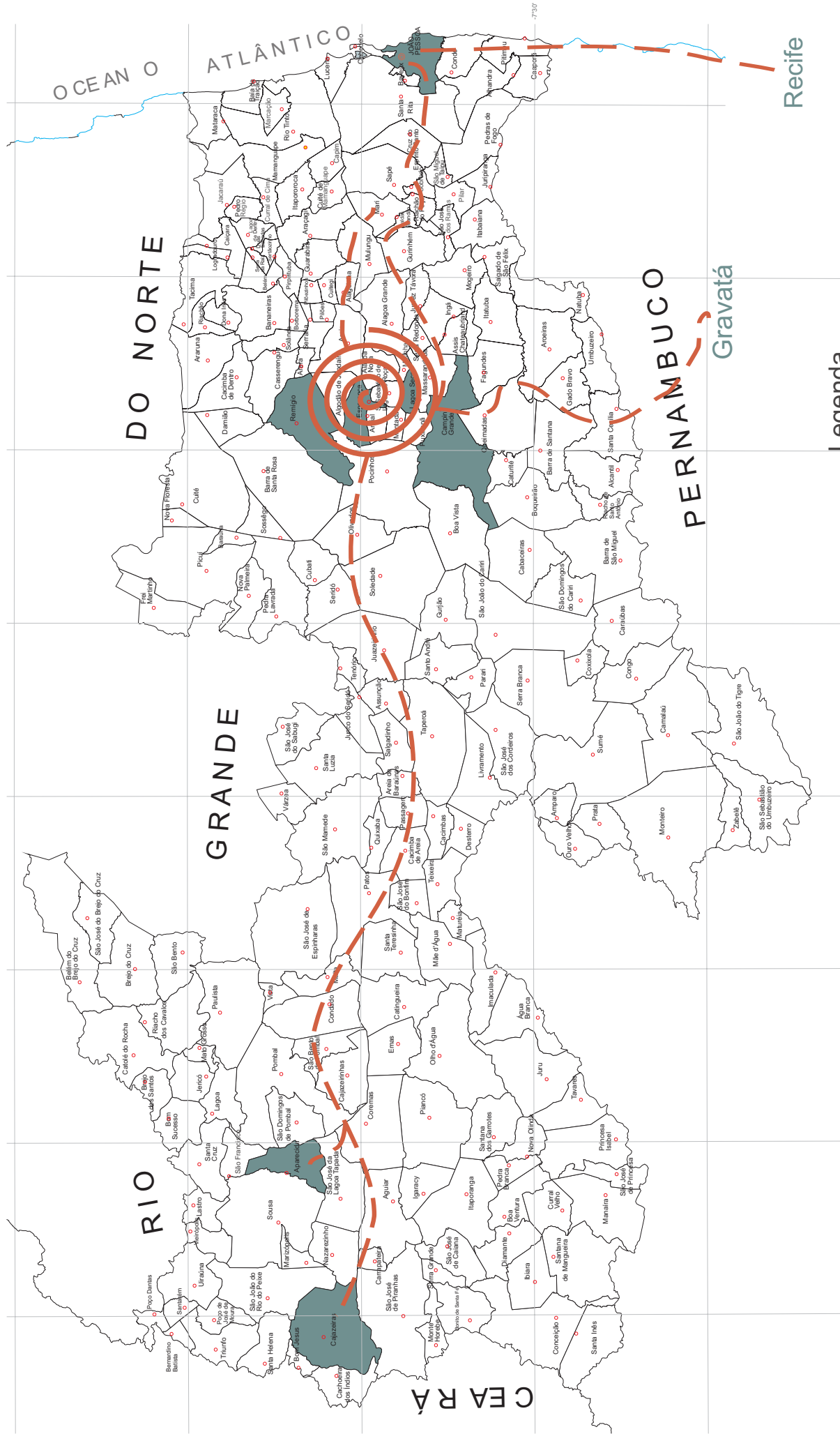
por faixas e cartazes nos locais de venda dos produtos das experiências dos agricultores familiares ecológicos.

A feira do Parque do Povo (Campina Grande), iniciada em 1997, articulada pela EMATER/PB, é considerada um dos primeiros espaços de comercialização diretamente dos agricultores locais para os consumidores. Não pode ser considerada como agroecológica, mas vários agricultores, enfocados pela agroecologia, iniciaram a comercialização das suas hortaliças nessa feira que funciona todas as sextas-feiras durante a manhã. Paulinho é um exemplo de produtor ecológico que começou a vender seus produtos no Parque do Povo.

As feiras agroecológicas são mercados diferenciados, que seguem o padrão instituído pelos atores sociais envolvidos. Só aqueles agricultores que foram tocados pelos enfoques agroecológicos e que seguem explicitamente as regras estabelecidas pelos grupos podem entrar e desfrutar desse território das feiras.

Como não existe uma efetiva certificação técnica e científica dos produtos, o cuidado com os envolvidos é uma das preocupações dos organizadores das feiras. A certidão do enfoque agroecológico é o compromisso assumido pelo agricultor e seus parceiros, na constituição de uma agricultura eminentemente ecológica (certificação solidária). Em relação aos consumidores, a certificação é construída dentro dos laços de confiança e respeito instituídos pelos agricultores e pelos seus apoiadores técnicos.

Para Madaets e Pettan (2004), a certificação perpassa a competência legal, o Ministério de Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA). O projeto de Lei 659, de 1999, com substitutivos, sendo aprovado em dezembro de 2003, como Lei 10.831. Esta lei regula a produção e comercialização orgânica no Brasil, que precisa de uma certificação feita por órgão reconhecido oficialmente. A Lei abre brechas no caso dos agricultores familiares agroecológicos e da comercialização direta, dando a idéia de certificação facultativa desde que os agricultores deixem assegurados aos consumidores e das agências fiscalizadoras o acesso e o rastreamento do produto e dos locais de produção. A imagem que segue é um demonstrativo cartográfico de que, no Agreste/Brejo paraibano, existe um importante desenho territorial que já concentra quatro feiras agroecológicas, além de outros pontos de vendas de produtos identificados como agroecológicos (Figura 58).



Escala original: 1:500.000

Escala aproximada:  
1 : 1840000



Território de enfoque agroecológico  
Trajetória do enfoque agroecológico  
Mun. Que possuem feiras agroecológicas

Legenda



## 7.1 Feiras Agroecológicas de Lagoa Seca e Campina Grande

A expansão do enfoque agroecológico, visualizado nas diversas feiras agroecológicas existentes na Paraíba e com destaque para uma maior concentração no Agreste/Brejo, confirma a idéia de constituição de um território de enfoques agroecológicos. Na cidade de Lagoa Seca, foi criada a primeira feira de enfoques Agroecológicos instalada na Paraíba. Ela funciona aos sábados pela manhã desde 2001.

Esta feira serviu como uma iniciativa dos mediadores e lideranças das organizações sindicais, que, articulada com os agricultores familiares, configurou um lugar para a comercialização dos produtos ecológicos locais. As lideranças do Pólo Sindical da Borborema com apoio das outras entidades passaram a promover e organizar cursos, palestras e experiências de comercialização da produção agroecológica. Nos cursos com agricultores de outros estados, como Pernambuco e Paraná, que já produziam ecologicamente, trabalhadores de Lagoa Seca aprenderam novas técnicas e os agricultores foram tomando consciência de novas alternativas e formas de produção sem agrotóxicos para um possível e diferenciado mercado urbano.

Desde 1995, que experiências de enfoque agroecológico estavam acontecendo no Agreste/Brejo paraibano na direção de alternativas ecológicas e sustentáveis para os agricultores familiares. Mas foi depois de 1999, que mais de 25 famílias em seus sítios já conseguiam produzir significativas quantidades de frutas e verduras, utilizando as técnicas da agricultura ecológica. Depois de muitas reuniões e experimentações, o grupo resolveu fazer uma campanha na véspera do natal de 2001, intitulada: “Natal Sem Venenos” e decidiu vender os produtos para a população local.

A partir de então e com apoio das lideranças do STR de Lagoa Seca e Pólo Sindical da Borborema, a Feira Agroecológica passou a funcionar todos os sábados no centro de Lagoa Seca. Os agricultores organizados conseguiram apoio de um fundo rotativo para a compra das barracas e só aceitaram no grupo os agricultores que passaram por uma conversão agroecológica em suas propriedades <sup>88</sup> (Figuras 59, 60, 61, 62, 63 e 64).

---

<sup>88</sup> Cf. Boletim Informativo do Pólo Sindical da Borborema e AS-PTA, 2003, p. 30-33.

### Imagens das Feiras e entregas ecológicas



Figuras 59 e 60 – Imagens da feira agroecológica de Lagoa Seca. Boletim informativo do Pólo Sindical da Borborema e AS-PTA, 2001.



Figuras 61 e 62 – Feira agroecológica na estação velha de Campina Grande. Fevereiro de 2006. Arquivo do autor.



Figuras 63 e 64 – Verduras e frutas da agroecologia na feira da estação velha de Campina Grande. Fevereiro de 2006. Arquivo do autor.



Os agricultores e as entidades envolvidos com a feira agroecológica de Lagoa Seca criaram um estatuto, organizaram um regimento interno e reúnem-se todos os meses para discutirem ações conjuntas, formação e construção de uma economia ecológica e solidária no seio do grupo. No estatuto, prezam pelo compromisso em produzir de maneira agroecológica, respeitando os agroecossistemas e a biodiversidade. Só participam da feira os agricultores familiares comprometidos com os princípios da agroecologia e que estejam dispostos a praticar uma economia solidária e com preços justos para os consumidores dos produtos da feira agroecológica.

Alguns avanços já foram notados nestes cinco anos de experiência. Uma significativa ampliação da produção, diversificação e melhoria na qualidade das mercadorias e uma maior frequência de consumidores que passaram a fortalecer e valorizar a produção local. O maior ganho de espaço dos feirantes de Lagoa Seca foi terem conseguido instalar uma feira semelhante em Remígio e Esperança, aos sábados a partir de 2004, e outra na Estação do Algodão de Campina Grande, a partir de 2005, que funciona, todas as sextas-feiras pela manhã. Estas feiras seguem o mesmo modelo de Lagoa Seca, mas representam um ganho de expansão das ações, tanto para os agricultores, quanto para os consumidores locais.

Isso reflete o poder de organização do grupo de agricultores, seus apoios institucionais através da AS-PTA, ASA e Pólo Sindical da Borborema, bem como o sentido de construção dos sonhos, acreditando em mudanças de atitude e na força da organização social. Neste sentido, novos territórios estão sendo desenhados pelos agricultores familiares em suas experiências agroecológicas. Novos desenhos, arranjos e relações estão sendo assumidos pelos atores sociais que de produtores de alimentos, tornaram-se comerciantes e articuladores de novas redes sociais.

Outro ponto comercial para venda de produtos da agricultura familiar foi conseguido pelos agricultores do Agreste/Brejo com apoio da EMATER e da UFCG/Campus de Campina Grande, que funciona desde 2002. A feirinha funciona no estacionamento da UFCG todas as quartas-feiras pela manhã. É um ambiente descontraído e com muita diversidade de verduras, frutas, legumes, carne de sol, de bode, queijo, ovos de capoeira, peixe de água doce, doces, etc. Os principais consumidores são funcionários, professores, estudantes e famílias que residem próximo da UFCG. Neste ambiente, foram feitos contatos com alguns agricultores de

Lagoa Seca, Remígio, Alagoa Nova, Serra Redonda, Massaranduba e do município de Campina Grande.

A venda dos produtos é feita diretamente dos agricultores familiares para os consumidores, o que facilita em muito a vida de alguns consumidores e garante renda para as famílias que conquistaram esse espaço. Na feirinha, aproveitou-se para conversar com os agricultores sobre o andar dos sítios, das novas experiências e de como eles estavam se saindo com as técnicas adotadas.

Nas feiras citadas, existe uma significativa diversidade de produtos oriundos da agricultura familiar tradicional (feijão de arranca, fava, coentro, maxixe, quiabo, cebolinha, guandu, etc.) misturada às novidades em hortaliças (vários tipos de alface, couve, chicória, acelga, berinjela, agrião, mostarda, espinafre, etc.) que passaram a ser cultivadas pelos agricultores familiares agroecológicos da região.

## **7.2 Barraca de produtos ecológicos e entregas do Sítio Utopia**

As experiências desenvolvidas por Paulinho, a partir do Sítio Utopia, levaram à adoção de uma estratégia própria de venda e entrega dos produtos ecológicos em diferentes lugares e em alguns pontos estratégicos de Campina Grande e João Pessoa. Ele e seu Guimarães são os primeiros produtores de agricultura ecológica que conseguiram desenvolver uma alternativa segura para a venda dos seus produtos.

Paulinho começou a produzir em 1992, mas a comercialização efetiva foi coisa para depois de 1997. Inicialmente era uma baixa produção e aos pouco foi sendo ampliada e comercializada no Parque do Povo e na feirinha da UFCG (Campina Grande) como verduras do Sítio Utopia. Começou a vender mesmo com certa regularidade depois de 2000, quando conheceu o grupo de consumidores ecológicos de João Pessoa.

A partir daí, teve que investir em um meio de transporte maior, tendo comprado um meio caminhão e também estabelecido algumas parcerias com outros agricultores de Lagoa Seca, como Seu Guimarães, Alvinho e Oliveira. Sempre levando produtos destes agricultores



para complementar a quantidade de produtos das cestas de pedidos antecipados, gerando uma parceria e garantindo a manutenção dos seus clientes.

Paulinho conseguiu atingir um maior número de consumidores ecológicos ao desenvolver a importante estratégia de produção e comercialização, a partir dos pedidos antecipados, através de uma lista com os possíveis produtos disponíveis no sítio, respeitando as safras, as estações do ano e o controle de pragas, que poderiam atacar seus canteiros.

O acompanhamento dessa estratégia de venda de Paulinho para o restaurante Oca e para o grupo de consumidores e de compras em João Pessoa foi muito importante para o trabalho de tese. No começo, conhecia todos os interessados na história dos alimentos sem agrotóxicos, em verduras, legumes e frutas saudáveis, e nos ovos de capoeira<sup>89</sup>, queijo (*tufou*)<sup>90</sup> de soja, brotos<sup>91</sup> e pães integrais.<sup>92</sup>

A rede de amigos interessados nos produtos agroecológicos era ampliada semanalmente e o meio de comunicação entre eles passou a funcionar bem, gerando regularidade nos pedidos e confiança dos consumidores no produtor. Alguns, mesmo não conhecendo o Sítio Utopia na prática, contentavam-se com as cenouras com folhas, as beterrabas com folhas, alho-poró ou molhos de espinafre, agrião, rúcula, salsinha, mostarda, entre outras novidades que estão na lista de pedidos do Sítio Utopia. Muitos acessaram à página na *Internet* para confirmar a veracidade do sítio em fotografias de diferentes momentos da produção. Outros organizaram visitas de final de semana e, em grupo, aproveitaram o passeio e tiraram dúvidas sobre a produção ecologicamente correta.

O grupo de consumidores em formação cresceu muito rápido entre 2002 e 2004. Passou de seis famílias e do Restaurante Oca, para mais de 100 pedidos e entregas, incluindo novos pontos de entregas e uma barraca permanente na terça-feira na frente do restaurante Oca, que ainda é o principal ponto de entrega dos produtos pedidos com antecipação. É claro que existe muita flutuação nos pedidos, quebras de seqüências e diminuição de produtos da

---

<sup>89</sup> José Roberto (“Beto”) é produtor de ovos de capoeira e consumidor ecológico. Compra verdura e vende ovos todas as terças-feiras lá no restaurante Oca.

<sup>90</sup> A consumidora ecológica Maria de Fátima é produtora de *tufuo* e vende aos consumidores do Paulinho todas as terças-feiras lá no restaurante Oca. Ela aproveita para levar seu pedido de verduras.

<sup>91</sup> Lúcio Pedro é produtor de brotos e consumidor ecológico. Toda a terça-feira compra verduras e vende seus brotos de trigo, soja e outras plantas lá no restaurante Oca. Ele também ensina a fazer sucos e como se alimentar com os brotos.

<sup>92</sup> Os pães integrais, doces, geléias, cocadas de gergelim, frutas secas, bolos, bolachas e outras iguarias, são todos produzidos pela Lucinha (esposa de Paulinho) e vendidos na barraca instalada na frente do restaurante Oca.

lista em função dos problemas ambientais como estiagem, muita chuva ou pragas nos canteiros.

No geral, esse exemplo serve como referência para entender que o mercado para os produtos ecológicos é crescente e, aos poucos, vem saindo do circuito das grandes redes de supermercados; neste contexto, tanto a agricultura familiar, quanto os consumidores saem ganhando quando apostam em estratégias próprias para chegar ao mercado local. Este arranjo, estabelecido por Paulinho, pelos representantes do restaurante Oca e pelos primeiros consumidores, gerou uma rede de relações que fortaleceu as convicções de Paulinho e a mudança de hábitos alimentares em centenas de famílias pessoenses (Figuras 65, 66, 67 e 68).

### Entregas de produtos ecológicos do Sítio Utopia



Figuras 65 e 66 – Consumidores escolhem verduras e pegam pedidos do Sítio Utopia no restaurante Oca. João Pessoa, abril de 2005.



Figura 67 – Pratos preparados no Restaurante Oca. João Pessoa;  
Figura 68 - Consumidor pega seu pedido de verduras. João Pessoa, arquivo do Autor, 2004

### 7.3 Feira Agroecológica no campus I da UFPB/João Pessoa

Por volta de 2002, a CPT e a CÁRITAS<sup>93</sup> passaram a fomentar uma feirinha de produtores de assentamentos da reforma agrária no campus I da UFPB, alimentada inicialmente pelo Assentamento Padre Igino do Município de Mari<sup>94</sup>, funcionando todas as sextas-feiras pela manhã. A partir de 2005, a feira passou a contar com agricultores de mais dois projetos de assentamentos da reforma agrária do Litoral paraibano, do Assentamento Tambaba (Conde/PB) e do Assentamento Dona Helena (Cruz do Espírito Santo/PB).

No estacionamento do centro de vivência e da biblioteca central, existe uma faixa com a frase: “Feira Agroecológica”. Foram feitas várias visitas ao ambiente da feira para observação dessa nova realidade em relação aos produtores ecológicos e observa-se que eles estão muito satisfeitos com o espaço, com os clientes e todo esse ritual em colher sua produção, sem atravessadores ou intermediários.

Eles organizaram uma associação e em seus cadernos de anotações aparecem idéias de uma economia solidária - vendo o que cada família colhe - os melhores preços que serão praticados e quem vai comercializar os produtos. Na feira, encontram-se desde inhame, bata-doce e macaxeira até galinha, queijo, mel e ovos. A parte de hortaliças e frutas também é bastante representativa. Estes agricultores são todos de base familiar e atualmente estão sendo acompanhados por professores do curso de Geografia e do Curso de Engenharia de Produção da UFPB<sup>95</sup>, além dos seus mediadores diretos.

Os consumidores são predominantemente professores, funcionários e estudantes da própria UFPB. Existem também consumidores de bairros próximos, como o Castelo Branco e os Bancários. A iniciativa em muito agrada todos os consumidores e vem despertando nos estudantes da universidade temas monográficos na área de geografia, sociologia, engenharia de produção e também na área de saúde.

---

<sup>93</sup> CÁRITAS é uma entidade ligada à Igreja Católica e desenvolve vários projetos no Nordeste brasileiro de incentivo à agricultura familiar na perspectiva agroecológica.

<sup>94</sup> Atualmente existem agricultores assentados do Conde (Assentamento Tambaba) e de Cruz do Espírito Santo (Assentamento Dona Helena) que estão participando dessa feirinha agroecológica. Especialmente a partir do trabalho desenvolvido pelo Centro Rural de Formação (CRF), coordenado pelo Padre Luiz Gabriel, que atua na formação de jovens camponeses em Cruz do Espírito Santo. Estes jovens já fizeram várias formações, inclusive no Sítio Utopia e no Sítio Oiti, com Paulinho e Seu Guimarães.

<sup>95</sup> O Professor Paulo Adisse (Engº. de Alimentos/UFPB) e a Professora Valéria de Marcos (Geografia/UFPB) coordenam um projeto juntamente com a CPT e a CÁRITAS, sobre a feirinha da UFPB

#### 7.4 O perfil dos consumidores de produtos ecológicos

A relação estabelecida entre os agricultores familiares agroecológicos e os consumidores dos produtos ecológicos, é pautada na confiança, é difícil que os agricultores consigam garantir uma total qualidade dos produtos no que diz as normas legais para a comercialização dos produtos ecológicos. Os agricultores familiares do Agreste/Brejo que foram tocados pelos enfoques agroecológicos e os produtores ecológicos, como Seu Guimarães e Paulinho, já trabalham a mais de uma década com o processo de conversão agroecológica em suas propriedades, o que fortalece os laços de confiança entre produtores agroecológicos e consumidores urbanos. Mesmo assim, os agricultores da região, ainda não possuem certificação dos produtos que comercializam.

Os consumidores observados eram, em sua maioria, neófitos em relação aos produtos, com informações básicas através dos meios de comunicação, revistas, jornais, programas de televisão e internet. No começo, demonstravam muita dúvida em relação aos produtos, mas mostravam muito interesse pela novidade. Um grupo muito pequeno de consumidores já conhecia os produtos orgânicos, hidropônicos e integrais, mas argumentaram que só encontravam em supermercados e com preços muito elevados para a realidade local.

Alguns fizeram comparações de preços entre os praticados pelos agricultores ecológicos e os dos supermercados, mesmo reconhecendo que pagavam pelo luxo, ar-condicionado e outros serviços como embalagem especial, mas não havia justificava para a grande diferença, em especial pela quantidade do produto. Enquanto, nas feirinhas, os agricultores vendem um significativo molho de espinafre por um real (R\$: 1,00), um supermercado como *Hiperbompreço*, um molho pequeno do produto orgânico ou hidropônico chega a custar mais de três reais (R\$: 3,00).

Na medida em que o grupo de consumidores foi aumentado, resolveu-se aplicar um questionário com os antigos e novos consumidores. No ano de 2004, foram aplicados 50 questionários com questões objetivas e subjetivas, sobre essa nova experiência em consumir produtos ecológicos diretamente do produtor para os consumidores. A idéia não era gerar estatísticas, mas apenas refletir sobre o perfil dos consumidores agroecológicos, que passaram a comprar as verduras trazidas do Agreste/Brejo por Paulinho para João Pessoa.

Uma observação interessante em relação a alguns dos novos consumidores foi alguma exigência típica de quem vai a uma feira comum. A procura por produtos facilmente produzidos com agrotóxicos, a exemplo do tomate e cebola de cabeça. Outros reclamavam dos tamanhos das verduras, tubérculos, legumes e frutas. Mas, na medida em que iam conhecendo o processo, passavam a entender as condições e os limites técnicos de uma produção ecologicamente correta.

Um momento interessante de observação do grupo de consumidores que compravam verduras do Sítio Utopia por volta de 2004 foi estabelecido a partir de quatro (04) diferentes consumidores. Uma família de origem japonesa, uma de origem paulista, uma de origem paranaense e outra de origem gaúcha, todos misturados aos consumidores tipicamente nordestinos.

Como os produtos eram em sua maioria exóticos para os hábitos alimentares dos nordestinos, na medida em que estes quatro consumidores foram sendo introduzidos no grupo, novas informações passaram a circular em relação ao uso de algumas folhas, melhor forma de conservar a frio, como fazer determinados pratos. O que comem cru, refogado ou cozido, entre outras dicas. Choques culturais também foram notados entre as pessoas.

Destaca-se aqui, o caso da família gaúcha. Eles adoram rúcula e salsinha, mas detestam coentro e até o cheiro do coentro os desagrada. Nos diálogos, isso gerou certo desconforto, pois para muitos nordestinos o coentro é a base verde da culinária da Região. Claro que os gaúchos observados só detestavam o coentro, pois confessaram que adoram outros produtos como macaxeira, inhame, cebolinha, quiabo e maxixe entre outros sabores nordestinos.

Já os paranaenses disseram que adoram coentro, que estavam em busca dos novos sabores do Nordeste. Adoram suco da palma, inhame, macaxeira, fava e muitas outras coisas da culinária nordestina. Como atuam na área de psicologia e psiquiatria e desenvolvem um trabalho que alia alimentação sadia e saúde mental, orientam seus pacientes para que alterem suas dietas alimentares e passem a consumir apenas os produtos mais naturais possíveis. Isso demonstrou que estão abertos às novas situações, mas nem todo mundo consegue adaptar-se em relação a certos sabores ou mudanças de hábitos. Mas estas são questões específicas ou restritas a alguns indivíduos em seus arranjos existenciais.

Muitas outras situações foram observadas nesse pequeno “território” de articulações agroecológicas entre produtor e consumidores. Notou-se que muita gente ia pegar suas verduras e terminava ficando reunida com as outras, dialogando e trocando conhecimentos, estabelecendo outros contatos como programações culturais, fofocas, notícias de conhecidos, entre outras histórias.

O trabalho de observação do movimento das pessoas e os seus interesses por alguns tipos de verduras em detrimento de outras serviu para este perfil. Muitos não comiam ou não sabiam como comer determinadas folhas e, na medida em que iam conhecendo, passavam a consumir e divulgar para os outros. No caso da rúcula, mostarda e agrião, verduras com sabores muito forte, ardente e odor também forte, muitos consumidores que levavam estas folhas para experimentar, voltavam extremamente decepcionados com o sabor.

Outra importante observação foi em relação aos pratos oferecidos pelo restaurante Oca, especialmente a diversidade de folhas cruas, verduras refogadas e cozidas. Como é um restaurante com um perfil entre o natural e o regional, o toque das verduras trazidas do Sítio Utopia tornou-se a base dos sabores e no desenho estético do balcão de alimentos ofertados diariamente aos clientes.

Por outro lado, muitos clientes do restaurante, que passam lá nas terças-feiras, terminam levando alguma coisa da barraca ecológica do Sítio Utopia. Uma verdura, uma fruta, um pão integral, um molho de pimenta, doces, ovos. Estes são alguns dos laços tecidos pela teia de produtos ecológicos, produtor, consumidores e dimensões de um território estabelecido em diferentes dimensões, seja tempo-espacial ou sócio-ambiental e cultural.

As pessoas ficam encantadas, pois Paulinho leva as cenouras ainda com as folhas, beterrabas, rabanetes, espinafre, mostarda e diferentes tipos de alface desperta o interesse de muitos consumidores. Nesse ambiente, observa-se o perfil de alguns clientes. Muitas mulheres passaram a comprar as verduras com frequência, sempre comentavam na semana seguinte que, mesmo as crianças não gostando do sabor de algumas folhas, os pratos ficaram mais bonitos e elas sentiam-se bem em comer aquelas hortaliças diferentes. Argumentaram que a questão da saúde da família era um dos pontos positivos em relação a esse novo tipo de consumo. As saladas com folhas passaram a ter um maior significado para os novos hábitos alimentares daquelas famílias.

No contexto geral dos consumidores, deu para perceber que a maioria é de pessoas ligadas às universidades, funcionários públicos federais, professores, pessoas ligadas a escolas de natação, desportistas e muitos chegaram até ao grupo de consumidores ecológicos a partir de recomendações médicas.

Na aplicação dos questionários, percebeu-se também que vários consumidores estavam trabalhando em alguma organização não-governamental (Casa Pequeno Davi, Grupo de mulheres 8 de março e Cunhã) que atua em João Pessoa e que conheciam e que reconheciam a importância do consumo dos produtos agroecológicos. Alguns consumidores seguem estilos de vida mais naturais e estão ligados a alguns movimentos esotéricos como Gnóstico, Yogue, Krsna, Daime, entre outros.

Nas feiras agroecológicas de Lagoa Seca, Remígio, Esperança, existe uma pequena diferença no perfil dos consumidores. Geralmente como são feiras paralelas às feiras camponesas das cidades, os consumidores seguem o mesmo ritual dos dias de feira e muitos terminam sendo amigos, parentes ou pessoas com certo nível de esclarecimento daquele tipo de produto.

Em alguns casos, os próprios agricultores ficam divulgando que as verduras são produzidas sem agrotóxicos e que são melhores para a saúde das pessoas. Observa-se que, nestas feiras, é comum uma sobra grande de algumas folhas que não estão no hábito alimentar das pessoas. Por outro lado, alguns feirantes que atuam na feira tradicional buscam comprar verduras da agroecologia. Seu Inácio Luna do Sítio Ribeira de Alagoa Nova conta que:

Muitos feirantes vendem verduras com veneno, mas as deles comer, eles compram da gente aqui da feira agroecológica. Outros chegam a nos comprar um pouco mais barato aquelas verduras que não produzem para vender aos seus clientes. Como a gente precisa vender, termina cedendo. Mas a gente avisa que eles não podem dizer que as suas verduras sejam sem veneno. A gente só garante ao cliente quando ele compra diretamente da gente. Lá na feira de Campina Grande, tem um cliente que me compra couve-folha em quantidade e ele disse que só vende o que me compra, mas como ele não é produtor, não pode divulgar. Só sei que é bom porque ele sai espalhando saúde para as pessoas que compram.

Estes são alguns dos novos arranjos que os produtores ecológicos estão criando. Uma produção diferenciada pelo menos em dois sentidos: eles produzem sem agrotóxicos e eles mesmos vendem diretamente para seus clientes. Nestas feiras, também nota-se uma crescente

presença de pessoas mais idosas e que passaram por algum problema grave de saúde, por recomendação dos médicos, procuram estes tipos de verduras.

Muitos consumidores reconhecem que tudo parece novidade, muitos agricultores gostam de dizer que aquele tipo de atividade mudou completamente suas vidas e formas de ver o mundo. Seu Inácio mesmo disse que antes era um verdureiro que chegou a ganhar prêmio da EMEPA, por produtividade, mas quando deixou de usar veneno e começou a produzir ecologicamente, tudo mudou. Ele antes produzia e vendia para atravessadores, hoje ele mesmo produz e vende para manter sua família com mais dignidade.

Na feira de Lagoa Seca, os bancos não são muitos, mas os agricultores informam que os consumidores anteriormente vinham de Campina Grande e agora já são as pessoas da própria cidade de Lagoa Seca que valoriza os produtores locais. Chegando cedo, percebe-se que os consumidores já estão habituados com hortaliças como espinafre, acelga, rúcula, mostarda, couve-flor, couve-folha e muitas outras que não era hábito local. Berinjela, nabo e rabanete já fazem parte do cardápio dos consumidores mais esclarecidos sobre a importância daqueles alimentos. O contexto das feiras, enquanto desenhos agroecológicos no Agreste/Brejo, somados aos sítios e aos agricultores familiares agroecológicos, permite pensar que a utopia ativa vem se configurando na região.

Estas são situações exemplares nas quais novos territórios estão configurando-se e essa territorialidade não é algo acabado. São novos arranjos, novos atores, novos papéis, novos desenhos e novas relações que passam a existir no cotidiano e a existência das pessoas envolvidas. Sejam os agricultores em seus laços de afetividade com o lugar, com seu tipo de trabalho e maneira de ganhar a vida com dignidade; sejam os mediadores que apóiam projetos alternativos de convivência com a semi-aridez, com as práticas de produção que respeitam o meio ambiente e que permitem uma melhor racionalização dos recursos e qualidade da produção; sejam os consumidores que aos poucos, assumem novos hábitos alimentares e novas formas de ver e viver o mundo no qual estão imersos.



## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição do território com enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo paraibano insere-se num processo de mudança socioambiental e responde também a condicionantes ecológicos, econômicos e técnicos que precisam ser entendidos a partir da estrutura agrária e da organização social regional. Para finalização da pesquisa, foram colocadas três questões de fundo teórico, que possibilitaram a amálgama do fazer científico, a partir de uma nítida fronteira temática e epistemológica marcada pela *abordagem territorial, ecologia política e enfoques agroecológicos* no contexto do ambientalismo e na perspectiva da agricultura familiar agroecológica.

Uma questão interessante para reflexão foi entender o porquê da agroecologia no Agreste/Brejo paraibano. Esta questão pode vir seguida por múltiplas respostas: a) pode ter sido uma percepção de crise ambiental atentada pelos próprios agricultores locais; b) a organização dos movimentos sociais no campo levou a isso e; c) os mediadores técnicos viram a oportunidade para programar suas políticas e fomentos agroecológicos na região.

Um primeira resposta a esta questão está ligada às condições ambientais do próprio contato de situações naturais e sócio-econômicas no Agreste/Brejo e seu entorno, pois os mediadores, apesar de pensar em estender suas ações para as práticas de convivência com o semi-árido paraibano, sabem que existem fortes limitações ambientais para o desenvolvimento de tecnologias alternativas para áreas quentes e secas do Sertão paraibano. No Brejo e em trechos do Agreste, tanto é possível o cultivo de culturas temporárias, quanto de culturas permanentes, como os canteiros de hortaliças e produção de fruticultura com irrigação por micro-aspersão e aguamento.

Em linhas gerais, a tese aponta para a constituição de uma “agroecologia familiar” construída pelos mediadores e pela ação coletiva dos próprios agricultores, mesmo que esta

não seja totalmente harmoniosa, pois existe também um desenho de produção ecológica eminentemente comercial e vai para além do trabalho da família, envolvendo a contratação de trabalhadores assalariados, dedicando-se a uma produção agroecológica para atender as demandas do mercado consumidor local. O Sítio Utopia e Oiti são exemplos de uso do trabalho assalariado na forma de diárias, em especial de trabalhadores do sistema morador local.

Nos desenhos da pesquisa, existem quatro situações distintas: a agricultura familiar tradicional em minifúndios; a agricultura familiar e comercial; a produção agrícola ecológica comercial e; a “agroecologia familiar” enquanto um dos enfoques da agroecologia que aponta para os agroecossistemas e para a idéia de sustentabilidade socioambiental.

No Agreste/Brejo paraibano, os enfoques agroecológicos inserem-se num contexto em que as mudanças nas formas de organização social estavam ligadas principalmente às condições de vida e a reprodução das famílias. Por outro lado, começou a haver uma percepção da degradação ambiental, em áreas de mananciais, perda de cobertura vegetal, desgaste do solo e redução de espécies da fauna e da flora regional.

Os mediadores em seus enfoques agroecológicos passaram a valorizar estas preocupações com o estímulo a ações mitigadoras do processo de mudança ambiental. Estas mudanças na forma de organização social também passaram pelo fortalecimento e expansão das redes de organização da sociedade civil (não governamentais) e dos movimentos sociais no campo, como: o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, as comissões pastorais da terra, as associações de agricultores, sindicatos rurais, cooperativas de produção, articulação do semi-árido paraibano, fórum dos assentados de projetos de reforma agrária entre outras.

Outros contextos relativamente importantes para a inserção da agroecologia no Agreste/Brejo paraibano foi o crescente processo de urbanização e a crise econômica de produções do espaço agrário (gado, sisal e algodão no Agreste e a cana-de-açúcar no Brejo) que afetaram as relações de trabalho e o modo de vida dos agricultores da região.

A constituição de um território de enfoques agroecológicos com efeitos de mudança socioambiental e enquanto estratégia de produção de agroecossistemas não pode ser entendida fora desse atual contexto, pois as cidades pequenas e médias, polarizadas por Campina

Grande, passaram a representar um importante e crescente mercado consumidor, tanto para os produtos tradicionais da agricultura familiar local, quanto para os novos tipos de produção agroecológicas, incentivadas pelos mediadores que passaram a atuar no Agreste/Brejo paraibano.

Acerca da agricultura familiar, observa-se que existem espaços e materiais produzidos que servem como base para uma reflexão. Em especial, a heterogeneidade e complexidade das análises que levam em consideração os modos sociais de produção agrícola e os atores sociais envolvidos. Nota-se que a agricultura familiar situa-se no contexto de integração da economia de mercado e da sociedade de consumo, resultante do modo de produção capitalista, podendo apresentar tanto práticas produtivas voltadas para esse mercado, quanto para a subsistência da família.

Mesmo assim a reflexão teórica permite pensar que os atuais arranjos do sistema capitalista apontam para que haja uma demanda crescente por alimentos enquanto mercadoria essencial e devido ao crescimento urbano-industrial. Assim, o próprio sistema capitalista abre um pequeno espaço para a agricultura familiar, considerando as condições específicas deste segmento familiar limitado ao pouco capital, pequeno espaço agrário e pouca condição tecnológica.

Por outro lado, passa a existir preocupações com o uso de técnicas alternativas de produção, que garantam tanto uma melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, quanto na preservação do meio ambiente no qual vivem e trabalham. Por outro lado, entende-se que a agricultura familiar fomentada teoricamente pela idéia do enfoque agroecológico é uma experiência desenvolvida às margens do grande complexo agroindustrial em seu atual estágio de desenvolvimento. Mesmo que, no Agreste/Brejo, o complexo agroindustrial esteja restrito a alguns trechos do Brejo e limitado apenas à monocultura da cana-de-açúcar, que vem recuperando-se pela nova valorização da produção de álcool-combustível em escala nacional.

A agroecologia familiar é apenas um projeto alternativo na lógica produtiva do modelo capitalista atual, mas os mediadores a colocam enquanto um novo projeto socioambiental que pode alterar esse modelo. Por outro lado, o campo teórico da agroecologia vem sendo minado

por importantes experiências eminentemente capitalistas, comprometendo assim uma visão de agroecologia como capaz de transformar a realidade social presente.

Assim, os proponentes da agroecologia partem de críticas ao seguimento da agricultura orgânica como sendo apenas uma experiência engajada com o mercado de alimentos, diferente da agroecologia, que trata de preocupações ambientais e sociais, deixando o mercado de alimentos em terceiro plano. No caso do Agreste/Brejo, os enfoques agroecológicos mediados na região, sugerem a constituição dos desenhos, arranjos e relações a partir das feiras agroecológicas, enquanto uma necessária inserção das famílias de agricultores ao mercado.

Existe uma dura crítica dos mediadores em relação à produção orgânica, como sendo de interesse apenas mercantil. Estes sugerem a agroecologia como um novo projeto socioambiental, mas existe um impedimento legal que colocá-os oficialmente a margem da Lei 10.831 (Certificação da produção orgânica), pois a lei não trata dessa idéia de agroecologia. Logo, a expressão “agricultura ecológica” ou “agroecologia” são desenhos mais avançados e inseridos nos agroecossistemas familiares, mas estão fora do arranjo institucional, que apenas regula a agricultura orgânica brasileira.

Ressalta-se também que o capitalismo, enquanto modo de produção, modo de vida e de dominação social, é desde sua gênese responsável pelo processo de apropriação privada da terra e dos recursos naturais. Com isso, subordina ao lucro tanto as atividades agrícolas, quanto à apropriação dos elementos do mundo natural. Os meios e as formas de produção e os modos de consumo, estão perpassados pela lógica apropriativa do sistema capitalista.

No âmbito da ecologia política, as questões de ordem ambiental passam a representar uma crise ecológica planetária como uma crise capitalista. No entanto, as experiências ou alternativas de agricultura ecológica já estão sendo práticas assumidas por empresas capitalistas, que passam a gerir um novo nicho de mercado com produtos ecologicamente corretos. Um “capitalismo verde” apropria-se de novos conhecimentos científicos preocupados com as questões ambientais em seus interesses mais urgentes.

Por outro lado, os enfoques da agroecologia familiar são decisivos para o fomento de experiências com agricultores orientados a romper ou transpor a ordem agrícola estabelecida e produzir na perspectiva ecológica, apontam para novos princípios como: agroecossistemas,

agrobiodiversidade, valorizando uma construção sócio-cultural e sócio-ambiental com sustentabilidade<sup>96</sup>.

A idéia de agroecologia como ciência foi considerada complicada. É mais fácil aceitar que a agroecologia esteja nessa fronteira ou no ponto de contato das novas abordagens interdisciplinares e o hibridismo epistemológico permite a realização de diferentes diálogos e que este é apenas mais um, estabelecido entre agrônomos, ecólogos, biólogos, sociólogos, geógrafos, antropólogos entre outros.

Neste sentido, a ecologia política permitiu refletir sobre a idéia de que o pensamento agroecológico é mais um campo de contradições e convergências e que as ciências sociais também demonstram interesse em participar desse processo. Este é um pequeno demonstrativo das complexas interações dos sistemas agrícolas, em especial, a complexidade dos processos sociais, biológicos e ambientais. Pois existem estruturas agrícolas aceitas ou impostas e que funcionam hegemonicamente, considerando a sociedade e a natureza apenas enquanto instrumento do capital.

Por outro lado, a ecologia política aponta para uma crítica ao discurso ambientalista de que produzir ecologicamente para um novo mercado de consumo sem a racional transformação de atitudes, sem efetivas mudanças sociais ou sem uma profunda luta por transformações da sociedade como um todo é algo limitado e complicado. Este é entendido como o grande desafio, pois já existem preocupações ecológicas perpassando à agricultura convencional, que passa a adotar alguns aspectos do ambientalismo em suas produções, visando apenas o mercado.

A idéia de agroecologia, pautada em um tripé sociedade/natureza/equilíbrio energético, pode ser aplicada, mas o modo de produção capitalista desconsidera a autonomia da sociedade e passa a produzir uma agricultura orgânica para o interesse meramente mercadológico em que as relações sociais de exploração continuam na base do sistema.

---

<sup>96</sup> Cf. CAPRA (2002), as expressões aqui apresentadas estão relacionadas com os novos paradigmas de relacionamento da ciência em bases mais inter-relacionadas, saindo dos modelos mais lineares para as teorias da complexidade.

Em muitos casos, muda-se a técnica ou o enfoque produtivo, visando novas fatias do mercado ou melhoria da produtividade com menos custos, sem efetivamente alterar o sistema agrícola convencional. Inclui-se a preocupação ambiental e a redução dos impactos contra a natureza e as relações de trabalho e de produção permanecem. Nesse meio termo, surge o “agronegócio ecológico” que reduz os impactos ambientais, mas continua com a lógica da propriedade da natureza e dominação social.

Um exemplo marcante dessa contradição é a agricultura orgânica, que começou a ser produzida em pequenos sistemas e experiências acadêmicas, considerando as experiências dos agricultores familiares e suas tradições, mas o modelo passou a ser adotado em larga escala e com controle de capital, estabelecendo os supermercados como *nichos* de produtos orgânicos certificados, com selos e rótulos de produtos ecologicamente corretos e que em função do seu preço, tornaram-se verdadeiras especiarias para seguimentos sociais com elevado poder aquisitivo.

Neste modelo, o produtor orgânico pode ser um produtor pouco capitalizado, em um sistema de agricultura familiar e contratação de trabalho temporário, que consegue produzir para atender um mercado consumidor local. Mas também pode ser um grande investidor capitalista, com produção orgânica, sem prejuízos para o meio ambiente e com garantia de vultosos lucros para o seu negócio. Um capitalista que respeita a legislação ambiental e trabalhista, mas de algum modo explora seus trabalhadores e apropria-se da natureza.

A questão pode ser conceitual e ideal, mas o sistema capitalista já vem realizando coisas desse tipo. A agricultura orgânica e os agro-eco-negócios estão estampados em jornais, revistas e páginas de internet como uma atividade estatisticamente positiva, lucrativa e ecologicamente correta. A produção orgânica com selo internacional e voltada para exportação cresce todos os anos em especial para o mercado europeu, japonês e Norte-americano.

Existe uma consciência geral de que ainda não foram encontradas alternativas energéticas sustentáveis para o presente, nem para o futuro próximo e que muitas das chamadas alternativas agrícolas, que são fomentadas e experimentadas em pequena escala, podem representar saídas sustentáveis para tais crises ambientais e desequilíbrios da natureza.

Mas uma coisa fica clara nas observações feitas ao longo da pesquisa, já existe a utopia de uma agricultura ecológica sendo projetada.

Uma utopia que aparece nas faixas, cartazes e rótulos de alguns produtos vendidos em feiras agroecológicas do Estado da Paraíba. Por outro lado, os agricultores ainda não possuem o selo ou certificação de ecológicos em seus produtos. Alguns iniciaram a sua conversão de agricultores tradicionais para agroecológicos, por volta do ano 2002, e já vendem seus produtos nas feiras agroecológicas de João Pessoa, Campina Grande e Sertão da Paraíba, sem a clareza de que estão apenas no começo de um longo processo de conversão para a agroecologia, neste caso, as faixas de agroecologia terminam generalizando e encobrendo os diferentes estágios em que os agricultores encontram-se em relação aos enfoques agroecológicos locais.

Outro importante aspecto considerado é o fato de que, na atualidade, existe um forte processo de divulgação do ambientalismo, via meios de comunicação de massa (TV, rádio, revistas, jornais) e até mesmo das tecnologias informacionais. Sendo assim, surgiram os consumidores e produtores orgânicos que se converteram as vantagens dos produtos agroecológicos propagados pela informação ambiental.

Observa-se que a produção ecológica feita pelas famílias de agricultores precisa de um tempo integral de prática agrícola e o uso intensivo da mão-de-obra familiar e local. Neste processo, afastam-se da agricultura tradicional de subsistência, muitos destes agricultores tornam-se produtores rurais inseridos no mercado em função da forte dedicação ao trabalho familiar, que termina garantindo uma espécie de lucro forçado pela intensificação do trabalho e das técnicas adotadas nos sítios.

Um outro argumento é o fato de que muitos agricultores agroecológicos do Agreste/Brejo paraibano passaram a introduzir em suas pequenas propriedades uma grande variedade de espécies que não eram comuns a chamada agricultura tradicional local. O acompanhamento durante mais de dois anos nas feiras da região pesquisa e as entregas do Paulinho no restaurante Oca, permitiram observar o comportamento dos consumidores no momento das compras, constata-se que a introdução de espécies exóticas (em especial as hortaliças) marca uma nova mudança de hábitos e novos valores são incorporados ao mercado, levando os agricultores locais e seus mediadores a introdução novas experiências

como as que foram implantadas por Paulinho no Sítio Utopia e pelos outros agricultores escolhidos para o estudo.

Ao observar as práticas alimentares dos agricultores, nota-se que os mesmos não seguem os hábitos alimentares das novidades por eles propagadas. Muitos reclamam dos sabores fortes, do cheiro e das fibras de algumas folhas, legumes e tubérculos, mas todos possuem receitas na ponta da língua para oferecer aos consumidores que freqüentam as feiras agroecológicas locais.

O modelo tradicional de agricultura ainda é predominante nas relações sócio-econômicas e ambientais estabelecidas no Agreste/Brejo, refletidas no ecossistema de caatinga, o que é um inibidor da transição para a agroecologia. A concentração de terra e água, capitais naturais essenciais aos agricultores familiares, barra o pleno desenvolvimento das atividades e a garantia de uma vida digna para todos.

A concentração fundiária é um desenho que impede o direito de acesso à terra e a seus recursos naturais. Neste ambiente de vida dos agricultores, existem trechos que são totalmente semi-áridos, enquanto que outras áreas são fortemente úmidas e propícias às práticas agrícolas. Esta diversidade geográfica é fundamental em relação às atividades rurais, em especial, quando a produção é feita de maneira ecológica. É importante revelar que os mediadores atribuem para uma transição agroecológica, a organização de ações que garantam a implantação de experimentações e tecnologias alternativas a partir do crescente movimento dos trabalhadores e suas organizações sociais.

Em diferentes planos, percebe-se que tanto no Agreste/Brejo paraibano, quanto em outras regiões, começam a existir “ilhas utópicas” perpassadas pela agroecologia familiar. Mas a ecologia política permitiu perceber que a ação capitalizada por uma relação de exploração da sociedade e dos recursos da natureza leva o sistema capitalista monopolista e global a um modelo de exploração que coloca a natureza e a própria humanidade em xeque.

A expressão pode ser pensada tanto em nível mercadológico do cheque, expressão de trocas, mercadoria e investimentos para obtenção de lucros, quanto em situações de perigos ou riscos (xeque) ambientais para os organismos vivos e seus ecossistemas em que a saída vai tornando-se cada vez menor, sendo preciso então repensar esse modelo de ação social,



despreocupado com os efeitos negativos que vem causando aos sistemas de organização e trocas ambientais de energias e dos próprios desajustes vividos pelos agrupamentos sociais em diferentes áreas do planeta.

É preciso entender que a agroecologia passa necessariamente por interações sócio-ambientais em seus agroecossistemas, adaptando técnicas e insumos locais a determinados nichos ecológicos, sociais e econômicos. O próprio Altieri (2002), em seus estudos, reconhece ser difícil implantar o desenvolvimento agrícola sustentável, pois as instituições, as forças do mercado, as políticas públicas e as iniciativas de pesquisa têm diversos preconceitos contra esse modelo de desenvolvimento.

Pode-se pensar que a agricultura familiar agroecológica poderá ser o processo de agregação das famílias ao campo. Ao sair da terra, muitas famílias desintegram-se. Daí, pensar em uma prática ecológica que possa ser gerada dessa relação de afetividade com o lugar, imprimida pelos que vivem e amam a terra pode ser um dos indicadores para o desenvolvimento sustentável. Assim, a pesquisa em sua fase conclusiva aponta para pelo menos quatro situações permeadas pela utopia ativa enquanto desenhos, arranjos e relações sociais, constituintes territoriais com enfoques agroecológicos para o Agreste/Brejo paraibano:

- ✦ O território de enfoques agroecológicos no Agreste/Brejo da Paraíba manifestado nas experiências em agroecologia como práticas sociais em que os agricultores familiares, em seus diferentes sítios (em áreas mais úmidas ou em áreas mais secas), estão buscando alternativas ou experimentações que lhes garantam autonomia produtiva e melhores condições de vida. Esta “utopia” ativa indica que os agricultores envolvidos com a pesquisa, sonham em transformarem-se em produtores de agroecossistemas e, com o tempo, seus pequenos sítios possam garantir a biodiversidade tão sonhada todos os dias. Mesmo que estes sonhos sejam limitados ao tamanho das propriedades;
- ✦ Outra “utopia ativa” pode ser pensada a partir dos mediadores do enfoque agroecológico como um projeto alternativo ao modo de produção e de vida capitalista. “Utopia ativa”, pois ao analisar os documentos publicados tanto pela

AS-PTA, quanto pelo Pólo Sindical da Borborema, ASA e demais organizações, percebe-se que o projeto é fortemente influenciado pela idéia de desenvolvimento sustentável e organização social dos agricultores tocados pelo enfoque agroecológico;

- ⊕ Existe também a “utopia ativa” dos produtores agroecológicos que utilizam mão-de-obra assalariada e produzem eminentemente para o mercado local. Estes agricultores produzem ecologicamente, estão preocupados com a preservação do meio ambiente, com a recuperação de áreas degradadas, mas enquanto produtores agroecológicos, demonstram que a agroecologia também é uma alternativa do sistema capitalista, deixando de ser exclusividade dos contestadores do sistema capitalista. Neste caso, o meio técnico-científico-informacional e agricultura científica altamente tecnicizada pode adotar modelos agroecológicos eminentemente capitalistas e;
- ⊕ Outra “utopia ativa” pode ser pensada a partir dos consumidores ecológicos, por acreditarem que ao consumir os produtos da agroecologia familiar ou dos produtores agroecológicos, estão fazendo sua parte na preservação do meio ambiente e na garantia da saúde familiar e do planeta Terra.

Este é um novo projeto social em gestação e dele o desenho territorial da agroecologia pode ser identificado nas ações e experimentos dos mediadores, dos agricultores familiares e dos consumidores ecológicos. Estas utopias ativas podem ser caminhos para que se implante uma sociedade ecológica. Assim, os desenhos, arranjos e relações percebidos a partir da abordagem territorial e enfoques agroecológicos no agreste/Brejo paraibano, estão em processo social de constituição, mas são limitados por estruturas agrárias, situações ambientais e situações imprevistas, impostas pelo modo de produção e de vida do sistema capitalista em seu estágio financeiro e globalizante.

Belarmino Mariano Neto,

Campina Grande, 21 de agosto de 2006.

## 9. BIBLIOGRAFIA

- ABNT, **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Impresso no Brasil: Versão de 2002.
- ALIMONDA, Hector. **Uma herencia em Comala (Apuntes sobre Ecologia Política Latinoamericana y la tradición marxista)**. Revista Ambiente & sociedade. Campinas/SP: NEPAM/UNICAMP, 2001.
- ALMEIDA, Jalcione. **A Construção social de uma nova agricultura**. Rio G. do Sul: Editora da UFRS, 1999.
- ALMEIDA, M. W. B. de. **Processos sociais e representações do mundo rural (Seminário de Tese)**. Campinas/SP: UNICAMP/IFCH/PPCS, 2004.
- ALMEIDA, M. W. B. de e PANTOJA, M. C. **Justiça local nas reservas extrativistas**. Campina Grande: UFCG/PPGS – Raízes – revista de Ciências sociais e econômicas. Vol. 23, nº. 01 e 02 – jan/dez de 2004.
- ALMEIDA, Paula e CORDEIRO, Ângela. **Semente da Paixão – estratégias de conservação de variedades locais no semi-árido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba/RS: Editora Agropecuária, 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando – Introdução a Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.
- ATLAN, Henri. **Entre o Cristal e Fumaça**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar editor, 1992.
- BECKER, Howard. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- BEZERRA, Maria do Carmo Lima e VEIGA, José Eli da. (Coordenadores). **Agricultura sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000.
- BOEIRA, Sérgio Luís. **Ecologia Política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra**. Revista Ambiente e Sociedade. Campinas/SP: NEPAM/UNICAMP, 2002.
- BOOKCHIN, Murray. **Por uma Ecologia Social**. Rio de Janeiro: Utopia, nº 4, 1991.
- BOOKCHIN, Murray. **Sociobiologia ou Ecologia Social**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- BOSI, Eclea. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: USP, 1979.
- BOYLE, P. **Saber Preparar uma Pesquisa**. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1997.

- BREITBACH, Áurea C. de Miranda. **Espaço e Sociedade: O Papel do Trabalho na Transformação da natureza.** In: Estudos sobre o conceito de Região. Porto Alegre, RS. N.º 13, Agosto de 1988.
- BRODHAG, Christian. **As Quatro Verdades do Planeta. Por uma outra civilização.** Lisboa: Instituto PIAGET, 1997.
- BURKETT, Paul. **Marx and Nature. A red and green perspective.** In: FALADORI, Guillermo. Revista Ambiente e Sociedade. Campinas/SP: NEPAM/UNICAMP, 2001.
- CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARVALHO, Maria Gelza R. F. **Estado da Paraíba, Classificação Geomorfológica.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1982.
- CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade.** Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CASTRO, Edna e PINTON, Florence. **Faces do Trópico Úmido – Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Pará: UFPA/Editora Cejup, 1997.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo. Ática, 2000.
- CORDEIRO, Ângela e MARCATTO, Celso. Milho: a volta das variedades crioulas. In: **Cultivando a Diversidade – Recursos genéticos e segurança alimentar local.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.
- COSTA, Haesbaert Rogério da. **O Mito da Desterritorialização – do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CUNHA, Luís Henrique. **Manejo comunitário de recursos Naturais na Amazônia: arranjos institucionais e mediação externa. (Tese).** Belém/PA: UFPA/NAEA - Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Da “tragédia dos comuns” à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais.** Campina Grande: UFCG/PPGS – Raízes – revista de Ciências sociais e econômicas. Vol. 23, nº. 01 e 02 – jan dez de 2004.
- DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. **Marx e a Natureza em O Capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1986.
- DUQUE, Ghislaine. (Org.) **Agricultura Familiar Meio Ambiente e Desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural.** Campina Grande: Editora Universitária de UFPB e UFCG, 2002.
- DUQUE, G. e COSTA, M.D.G. da. O caso dos assentamentos. In: DUQUE, Ghislaine. (Org.) **Agricultura Familiar Meio Ambiente e Desenvolvimento ensaios e pesquisas em Sociologia Rural.** Campina Grande: Editora Universitária de UFPB e UFCG, 2002.
- DUQUE, Ghislaine e URBANO, Irmão. **Técnicas de Capacitação e uso da água no semi-árido brasileiro.** (cartilha), Campina Grande/PB, (sem datação).
- ECHEVERRIA, Thaís Martins. **As Relações homem-natureza e o dilema ecológico.** Campinas: Unicamp/IFCH. Revista Temáticas. Ano 4, 1996.

EGLER, Cláudio Antonio G. e MOREIRA, Emília de Rodat F. **Ocupação Territorial da Paraíba. In: Atlas Geográfico do Estado da Paraíba e Governo do Estado da Paraíba.** João Pessoa: Grafset, 1985.

EHLERS, Eduardo Mazzaferro. **O que se entende por agricultura sustentável.** (Dissertação). São Paulo: Universidade de São Paulo/Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (USP/PROCAM), 1991.

ELIAS, Norbert. Para a fundamentação de uma teoria dos processos sociais. In: **Escritos & Ensaios - Estado, Processo e Opinião Pública.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FALADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável.** Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidad Ambiental y Contradicciones Sociales.** Revista Ambiente e Sociedade. Campinas/SP: NEPAM/UNICAMP, 1999.

FERNANDES, G. e ALMEIDA, S. G. Conversão agroecológica em uma propriedade familiar no Agreste paraibano: monitorando os impactos econômicos. In: SILVEIRA, L. PETERSEN, P. e SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura Familiar e Agroecologia no Semi-Árido – Avanços a partir do Agreste paraibano.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

FERREIRA, Leila da Costa. **Sociologia Ambiental: um balanço provisório.** Campinas/SP: Unicamp/IFCH. Revista Idéias. Ano 7, Nº. 2, ago./dez 2001.

FREIRE, Roberto. **A Farsa Ecológica.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1992.

GAIFAMI, Andrade e CORDEIRO, Ângela (Orgs.) **Cultivando a Diversidade – recursos genéticos e segurança alimentar local.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

GALIZA, Diana Soares de. **Modernização sem desenvolvimento na Paraíba: 1890-1930.** João Pessoa: Idéia, 1993.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (Des)caminhos do Meio Ambiente.** São Paulo: Contexto, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Modernização Dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro.** Campinas/SP: UNICAMP, 1999.

GREGORY, Derek. MARTIN R. SMITH G. (Org.) **Geografia Humana – Sociedade, Espaço e Ciência Social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

GRISI, Breno Machado. **Glossário de Ecologia e Ciências Ambientais.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2000.

GUAGLIANRDI, Eduardo. BROCH, Jane. **Pequeno Guia de Alimentação Saudável e Consumo Responsável.** Cascavel/PR: Ed. coluna do Saber, 2004.

GUERRA, Antônio Teixeira. GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico.** São Paulo: Bertrand Brasil, 1997.

GUERRA, L. D.; FERNANDES, M. e RAMALHO, D. Pensando o meio ambiente e desenvolvimento. In: DUQUE, Chislaine. (Org.) **Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural.** Campina Grande: Editora Universitária de UFPB e UFCG, 2002.

**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, Censo, 2001.**

- HECHT, Susanna B. A Evolução do Pensamento Agroecológico. In: ALTIERI, Miguel (Org.) **Agroecologia Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba/RS: Editora Agropecuária, 2002.
- KÜSTER, Ângela. MARTI, Jaime Ferre. FICKERT, Udo (Orgs.). **Agricultura Familiar, agroecologia e Mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza-CE: Fundação Conrad Adenouer, DED, 2004.
- LACROIX, Jean-Yves. **A Utopia – um convite à filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A Agricultura Familiar. Vol. II Do mito à realidade**. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- LAZZARETTI, M. A. e SABOURIN, E. Processos de Ação coletiva e organização dos trabalhadores rurais: O caso do assentamento Massangana III – Cruz do Espírito Santo/PB. In: DUQUE, Chislaine. (Org.) **Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural**. Campina Grande: Editora Universitária de UFPB e UFCG, 2002.
- LEFF, Henrique. **Ambiente e Sociedade - Tiempo de Sustentabilidad**. Campinas: Unicamp/Nepam. Revista Ambiente e Sociedade - Ano III, Nº. 6/7, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**, Campinas, SP. Editora da Unicamp, 1994.
- LIEBMAN, Matt. Sistemas Alternativos de Produção – sistema de policultivos. In: ALTIERI, Miguel (Org.). **Agroecologia Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba/RS: Editora Agropecuária, 2002.
- LIPIETZ, Alain. **A Ecologia Política e o Futuro do Marxismo**. In: Ambiente & Sociedade. Campinas/SP: NEPAM/UNICAMP, 2003.
- LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. **A Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MALAGODI, E. A. e QUIRINO, E. G. Caminhos da agricultura familiar. In: DUQUE, Chislaine. (Org.) **Agricultura Familiar, Meio Ambiente e Desenvolvimento: ensaios e pesquisas em Sociologia Rural**. Campina Grande: Editora Universitária de UFPB e UFCG, 2002.
- MARCUSE, Herbet. **Tecnologia, Guerra e fascismo**. São Paulo: editora da Unesp, 1999.
- MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e Imaginário - memória cultural, natureza e submundialização**. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2001.
- MARTINE, George. **Fases e faces da modernização agrícola brasileira**. Rio de Janeiro: IPLAN – Inst. de Planej. n.º5, 1989
- MARTINS, José de Sousa. **"Dilemas e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional no Brasil, com ênfase Agrícola e Rural na Primeira Década do Século XXI" (Seminário)**. Santiago do Chile: FAO/ONU, 11-13 de dezembro de 2001.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política; Livro primeiro: O processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1985.

- MATTELART, Armand. **História da Utopia Planetária – da cidade profética à sociedade global**. Lisboa: Bizâncio, 2000.
- MAY, P. H., MOTTA, R. S. (org.) & outros. **Valorando a Natureza. Análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- MELO, Antonio Sérgio Tavares de. RODRIGUEZ, Janete Lins. **Paraíba - Desenvolvimento Econômico e a Questão Ambiental**. João Pessoa: Editora Grafset, 2003.
- MELO, Mário Lacerda de. (Coord.) **Áreas de Exceção da Paraíba e dos Sertões de Pernambuco**. Recife: SUDENE, 1988.
- MELO, M. e TONNEAU, J.P. **Sistemas pecuários, convivência com a seca e manejo alimentar**. In: SILVEIRA, L. PETERSEN, P. e SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura Familiar e Agroecologia no Semi-Árido – Avanços a partir do Agreste paraibano**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.
- MENDES, Benedito Vasconcelos. **Plantas e Animais para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1950.
- MENEZES, R. e SAMPAIO, E. **Balancos de nutrientes em unidades de produção agrícola familiar no Agreste paraibano: avaliação e resultados preliminares**. In: SILVEIRA, L. PETERSEN, P. e SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura Familiar e Agroecologia no Semi-Árido – Avanços a partir do Agreste paraibano**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia - Pequena História Crítica**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes e TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: UFPB/Universitária: 1997.
- \_\_\_\_\_. **Agro-Indústria Canavieira Paraibana: expansão e crise**. ANAIS XI - Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Estadual de Maringá. 1992.
- MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba**. João Pessoa: GAPLAN, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Atlas de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora da UFPB, 1997.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e memória – a cultura popular revista**. São Paulo: Contexto, 1994.
- MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do Futuro**. São Paulo: Cultrix Editora, 2002.
- MULLER, Geraldo. **Complexo Agro-industrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- NEVES, Gervásio Rodrigo. **Fronteiras em Mutação. “Deletando” a Memória? In: Redescobrimo o Brasil – 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- NORGAARD, R. B.; SIKOR, T. Metodologia e Prática da Agroecologia. In: ALTIERI, Miguel (Org.). **Agroecologia Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba/RS: Editora Agropecuária, 2002.
- PATRICK, G. F. **Fontes de Crescimento na Agricultura Brasileira. Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola**. (série monografia). Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

PERICO, Rafael Echeverri e RIBEIRO, Maria Pilar. **Ruralidade, territorialidade e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília/DF: MDA/SDT e IICA, 2005.

PORTELA, Patrícia de Oliveira. **Apresentação de trabalhos acadêmicos de acordo com as normas de documentação da ABNT: Informações Básicas**. Uberaba/MG: UNIUBE, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2002.

RILEY, Matilda White e NELSON, Edward E. (Orgs.) **A Observação Sociológica – Uma Estratégia para um Novo Conhecimento Social**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A utopia da Sociedade Sustentável**. Campinas: Unicamp/Nepam. Revista Ambiente & Sociedade. Ano I. Nº. 2, jan./jun. 1998.

SABOURIN, Eric. **Manejo de inovações na agricultura familiar do Agreste da Paraíba: o sistema local de conhecimento**. In: SILVEIRA, Luciano; PETERSEN, Paulo e SABOURIN, Eric. (orgs.) **Agricultura Familiar e Agroecologia no Semi-Árido – avanços a partir do Agreste da Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.

SALES, Luís Gustavo de; SILVA, Ricélia Maria Marinho da & PESSOA, Zoraide Souza. **O território como um dos conceitos-chave para o entendimento da relação sociedade/natureza**. In: III Encontro da ANPPAS, de 23 a 26 de Maio de 2006, Brasília - DF.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço-técnica e Tempo, Razão e Emoção**. SP: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Natureza e sociedade Hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil – território e sociedade no início de século XXI**. São Paulo e Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

SCHNEIDER, S. e TARTARUGA, I. G. P. **Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais**. Campina Grande: UFCG/PPGS – Raízes – revista de Ciências sociais e econômicas. Vol. 23, nº. 01 e 02 – jan dez de 2004.

SCHUMACHER, R. **O Negócio é Ser Pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SIDERSKY, P. e LIMA, M. Plantas nativas na agricultura familiar do Agreste da Paraíba. In: SILVEIRA, Luciano; PETERSEN, Paulo e SABOURIN, Eric. (orgs.) **Agricultura Familiar e Agroecologia no Semi-Árido – avanços a partir do Agreste da Paraíba**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002.



SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

**SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE** – SUDENE, Recife, 1988.

TAVARES, Carlos A. P. **O Que São Comunidades Alternativas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Yu-fu. **TOPOFILIA - Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo/ Rio de Janeiro: DIFEL, 1980.

VEIGA, José Eli. **O que é Reforma Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Desenvolvimento Agrícola – uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VERNIE, J. **O Meio Ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

VIERTLER, Renate Brigitte. **Ecologia Cultural - uma antropologia da mudança**. São Paulo: Ática, 1988.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. (Org.) **Globalização e desenvolvimento sustentável: Dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis/Ceres, 2004.

\_\_\_\_\_. **A Modernização sob o comando da terra. Os impasses da Agricultura Moderna no Brasil**. Campinas/SP: UNICAMP/IFCH, Revista Idéias, Ano 03. Nº.2 , jul./dez. 1996.

WEBER, Max. **Weber: Sociologia**. (Grandes cientistas sociais, 13). São Paulo: Ática, 1979.

WHYTE, Willian Foote. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WORSDTER, Donald. **Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história**. Campinas: Unicamp/Nepam. Revista Ambiente e Sociedade. Ano V. Nº. 2, ago./dez. 2002.

\_\_\_\_\_. **Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica**. Revista Ambiente e Sociedade. Capinas/SP: NEPAM/UNICAMP, Vol. IV, nº. 1 jan./jun. 2003.

ZAMBERLAM, Jurandir; e FRONCHETI, Alceu. **Agricultura Ecológica - preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002.

<<http://www.aspta.org.br>> Acesso em 21 de abril de 2004.

<<http://www.comciencia.br/reportagens>> Acesso em 22 de maio de 2004.

<[www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)> Acesso em 22 de maio de 2004.

<[www.wwiuma.org.br](http://www.wwiuma.org.br)> Acesso em 23 de maio de 2004

<<http://www.aa.org.br>> Acesso em 22 de maio de 2004.

<<http://www.cnpab.embrapa.br/pesquisas/ao.html>> Acesso em 04 de abril de 2005

<[www.correcotia.com](http://www.correcotia.com)> Acesso em 04 de abril de 2005.

<[www.ibd.com.br/](http://www.ibd.com.br/)> Acesso em 04 de abril de 2005.

<[www.planetaorganico.com.br/](http://www.planetaorganico.com.br/)> Acesso em 04 de abril de 2005.

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bacupari>> Acesso em 20 de abril de 2006.